ZUELEIDE CASAGRANDE DE PAULA

JARDIM AMÉRICA: de Projeto Urbano a Monumento Patrimonial (1915 a 1986)

ASSIS, 2005
ZUELEIDE CASAGRANDE DE PAULA

JARDIM AMÉRICA: de Projeto Urbano a Monumento Patrimonial (1915 a 1986)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista – Julio Mesquita Filho, para obtenção do título de doutor. Orientadora: Drª Tânia Regina de Luca

ASSIS, 2005
Agradecimentos

Escrever uma tese é quase sempre uma atividade carregada de razoável dose de solidão. Muitas vezes, ainda há os entraves financeiros e as contingências de ordem profissional, familiar e temporal, que são superadas graças à presença da família, de amigos queridos e instituições. Assim inicio agradecendo à Capes pelo financiamento de parte da pesquisa; ao governo do Estado do Paraná, por ter concedido três anos e meio de afastamento, sem os quais eu não teria podido terminar a pesquisa, em razão de inúmeras atribuições na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão; aos meus colegas de Departamento, que assumiram responsabilidades minhas para que eu pudesse obter afastamento.


À banca de qualificação, minha gratidão às professoras Ana Luiza Martins e Zélia Lopes da Silva, cujas observações foram muito pertinentes. À professora Tania Regina de Luca, por sua orientação rigorosa, firme, segura e indispensável.
Aos professores do Programa de História de Assis, pela acolhida e pelo aprendizado em todos os sentidos. À Clarice à Regina, muito obrigada por tudo. À Seção de Pós-graduação, pelo atendimento sempre gentil durante todo esse tempo de Unesp.

À Gláucia, pelo atendimento sempre solícito. A Gisele Madeira e Flavia, por me receberem em suas residências, quando fazia o curso do professor Nestor Goulart Reis e começava a me familiarizar com o espaço da cidade de São Paulo.

Aos amigos com os quais dividi as inúmeras incursões em finais de semana por toda São Paulo, em conversas sobre a pesquisa que foram muito úteis: Helen Flavia de Lima, José Amaral Neto, Paulo Fernando de Souza Campos, Welington, Carlos Borsatto, Maristela Coccia de Souza e José Roberto Moretti Fagundes.

A Nair Gloria Massoquim, por sua amizade, por ter se disposto a ir comigo à Inglaterra e percorrido todos os lugares, como se a pesquisa fosse sua também. Ao Roberto Bueno, por ter me recebido em Londres e me auxiliado nas incursões em uma terra totalmente desconhecida.

Ao Marcos Roseira, por sua presença constante nesse período de doutorado, com suas conversas instigantes e profícuas no campo da Geografia, sem me faltar nunca — uma amizade para toda a vida. Ao Loildo Roseira, por me emprestar seu computador, nesses últimos dias, quando o meu “cansou” de trabalhar. À Elisângela Rocha por me socorrer neste final de conferências e impressão.

Aos amigos de longa data pelo apoio incondicional: Angelita Visalli e Alberto Gawryszewsk, com quem discuti o trabalho inúmeras vezes, dividi minhas angústias e de quem recebi alento.

À Célia Regina da Silveira, amiga que a Unesp me presenteou no mestrado e com quem venho dividindo as discussões nestes anos de mestrado e doutorado, o que resultou em uma amizade sólida para toda a vida, afora as questões de trabalho.
A Renata Tamaso, Celma Borges e Brígida Cruz Santos, que me amparou ao final deste trabalho, quando, por contingências profissionais, tive que submeter-me a um longo período de improdutividade, o que inevitavelmente repercutiu na finalização deste trabalho. Brígida, sem sua ajuda não teria chegado ao fim. A Simone Válrio, por sua valiosa correção, embora feita às pressas, em razão das circunstâncias finais.

A meus familiares: minha irmã Cherlei, que esteve sempre a meu lado, desde os mais difíceis dias de adaptação nesta terra estrangeira até a finalização deste trabalho; ao Roberto e à Larissa, que a acompanharam — sem a ajuda técnica com a Inteligência Artificial e a presença carinhosa de vocês, nada teria sido finalizado. Obrigada ainda a meus irmãos e sobrinhos pela presença silenciosa e, às vezes, ansiosa por ver concluído o trabalho. À Lorena, por sua ajuda, financeira e carinhosa, de sobrinha.

À Mare e a minha mãe, por terem me acompanhado mesmo à distância, com telefonemas e visitas, mas principalmente por terem se deslocado de Maringá durante este período final, em que estive doente, cercando-me de carinho e atenção. À Rô Kimura, amiga-irmã, obrigada também, pelos dias em que cá esteve me socorrendo. À Geórgia e à Dona Rosa, por terem ficado longe da filha e da mãe para que pudesse estar comigo. À Vera Lopez Farinha, a Simonéia Sanches Gomes e ao Paulo Ferrarezzi — amigos dos bons tempos da graduação —, que com seus telefonemas animados e carinhosos fizeram a diferença mesmo longe. Também a Wal. Aos amigos do Tapuia e companhia, pelo apoio e interesse em ver este trabalho finalizado.

E para um final feliz: Leo, obrigada por tudo. Obrigada por sua presença constante, compreensiva e carinhosa, apoiando-me em todos os momentos e dando-me colo quando eu precisei. Seu amor, companheirismo e presença são imprescindíveis. Obrigada e desculpe-me pelo tempo que deixamos o trabalho consumir.
Resumo

O objeto principal deste trabalho é uma parte da história do Jardim América que se inicia com o primeiro projeto proposto pelo escritório dos urbanistas Raymond Unwin e Barry Parker na Inglaterra e vai até o processo de seu tombamento como patrimônio paisagístico na cidade de São Paulo.

Procuramos partir do contexto de atuação do capital inglês no município de São Paulo por meio da organização da empresa britânica Companhia City, assim como destacar as relações econômicas, sociais e espaciais com a cidade e o lançamento do Jardim América como bairro-jardim. Descrevemos o bairro em seu processo de transformação ao longo do tempo, sua acentuada caracterização como bairro-jardim e sua posterior descaracterização. Também analisamos o movimento de defesa do Jardim América e a conseqüente preservação de seu traçado e limites, bem como sua reunião aos bairros vizinhos, os quais assimilaram dele a característica de bairro-jardim. Esse movimento enfatizava o tombamento da região conhecida hoje como “Jardins”, a primeira área urbana residencial a alcançar o estatuto de patrimônio paisagístico na cidade de São Paulo, com base na paisagem e no traçado urbanos.

Palavras-chave: bairro; cidade; Cidade-jardim; bairro-jardim; Jardim América; tombamento; patrimônio; projeto urbano; processo de tombamento; urbano; paisagem, monumento patrimonial.
Abstract

The main object of this work is a part of Jardim America's history, which has begun with the first project proposed by the planners Raymond Unwin and Barry Parker, in England, until the process of its official registration as landscape patrimony in the city of São Paulo.

We seek to set the analysis from the context of performance of the English capital in the city of São Paulo by means of the organization of the British Companhia City, and to emphasize the economical, social and spacial relationships with the city and the release of Jardim America as garden quarter/district. We describe the city district during its transformation process along the time, its accentuated characterization as garden quarter/district and its subsequent decharacterization. We also analyze the movement in defense of Jardim América and the consequent preservation of its plan and limits, as well as its integration with the neighboring city districts, which have assimilated the garden quarter/district characteristics. That movement emphasized the official registration of the area known today as “Jardins”, the first residential urban area to get the statute of landscape patrimony in the city of São Paulo, based on the landscape and its urban plan.

Key-words: city district; city; Garden city; garden quarter/district; Jardim América; official registration; patrimony; urban project; official registration process; urban; landscape, patrimonial monument.
SUMÁRIO

Os passos da pesquisa: um percurso em construção 11

CAP. I - A Cidade-Jardim e a cidade de São Paulo no início do século XX 22
   1 - O Viaduto do Chá: o arauto da modernidade 43
   2 - Intervenção no Largo do Rosário 54
   3 - Plano de Melhoramentos: O poder dos engenheiros 60

CAP. II - Cidade-Jardim: de Letchworth a São Paulo: o nascimento do Jardim América 77
   1 - O Jardim América: um projeto da Companhia City pelas mãos de Barry Parker 105
   2 – As propagandas 128

CAP. III - Um bairro-jardim “à moda brasileira” 149
   O loteamento dos jardins internos 182
   A City e o respaldo jurídico 194

CAP. IV – Jardim América: a planta nobre dos “Jardins” 206
   1 – A oposição público/privado: interesses e conflitos 210
   2. A sagração de um bem: uma ação de técnicos e conselheiros, um ato do poder 244

CONSIDERAÇÕES FINAIS 266

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 272
Os passos da pesquisa

[...] As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.
– Eu não tenho desejo nem medo – declarou Khan –, meus sonhos são compostos pela mente ou pelo acaso.
– As cidades também acreditam ser obras da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.
– Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder; como Tebas na boca da Esfinge.
Italo Calvino – Cidades invisíveis

O estudo das espacialidades urbanas tem sido expressivo nos últimos anos, mesmo quando enfoca apenas parte da cidade, como um bairro.¹ Neste trabalho, propomos estudar a história do Jardim América, localizado na cidade de São Paulo, do Projeto Urbano ao Monumento Patrimonial, buscando apontar sua característica inicial de subúrbio-jardim e, mais tarde, de bairro integrado ao espaço citadino. Primeiro bairro-jardim da cidade, seu traçado e sua paisagem deram ensejo ao início do processo de tombamento de áreas residenciais urbanas motivado por aspectos de sua configuração. A ideia de patrimônio e de preservação patrimonial também foi disseminada mais intensamente, no Brasil, nas décadas mais recentes. Assim, é preciso destacar que este trabalho transita tanto no campo de estudo sobre as cidades quanto acerca do patrimônio cultural, pois abrange ambas as temáticas.²

Visamos, pois, a examinar a concepção de Cidade Jardim e sua entrada no Brasil por meio da proposta de urbanização de bairros implantada pela antiga *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited* (hoje Companhia City de Desenvolvimento) e materializada no projeto de subúrbio do Jardim América. Esse planejamento proporcionou a uma área totalmente inhóspita um traçado adequado a sua topografia, tornou-a habitável e, ao longo da história, consagrou-a como região representativa do bem morar, da qualidade de vida e da alta concentração de renda. Ofereceu, igualmente, subsídios para que a população do Jardim América reivindicasse dos poderes instituídos os direitos de ver registrados no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, os limites territoriais do bairro.3

O Jardim América tornou-se, dessa forma, além de um lugar privilegiado por suas características, um local expressivo na contextura urbana, motivando estudos nas mais diversas áreas do conhecimento.4 Seu planejamento levou a concepção que o originou a conquistar espaços em outras regiões do País. No entanto, o conceito que conferiu ao bairro suas características (de subúrbio-jardim inicialmente e, depois, de bairro-jardim) não foi respeitado, pois sofreu descaracterização no decurso de sua história, o que o converteu, de nosso ponto de vista, num bairro-jardim “a moda brasileira”. Ao longo de sua existência, vários fatores se somaram, o que lhe atribuiu um significado maior — o de ter sido um bairro a ser tombado por suas peculiaridades urbanísticas — entre as quais, o fato de seu projeto

---


inicial ter sido obra do arquiteto inglês Barry Parker, que trabalhou em Letchworth, a primeira Cidade Jardim da Inglaterra, berço dessa concepção.

A concepção de bairro é bastante complexa. Sua composição urbanística não o isola do espaço da cidade, porém estabelece limites aos quais ficam atentos aqueles que o usufruem e nele se reconhecem. As fronteiras estabelecidas pelo ponto de vista do morador diferem daquelas definidas pelos órgãos reguladores das espacialidades urbanas. Esses limites são discutíveis; para Jane Jacob, os bairros podem ser interpretados de três formas distintas: primeiro, como a cidade em seu todo; segundo, como a vizinhança de rua; terceiro: como distritos extensos, do tamanho de uma subcidade, compostos por 100 mil habitantes ou mais, no caso de cidades maiores.5 O bairro também pode ser bem ou mal-sucedido em termos de gerenciamento espacial, segundo a autora. Os americanos, de acordo com Jacobs, são péssimos na administração dessas espacialidades. Ela também não acredita na existência do bairro em si; pois argumenta que se assim fosse, a comunidade em que ele consiste se transformaria em uma “ilha” dentro da cidade.6

Embora sob outra perspectiva, Pierre Mayol também vê o bairro como um campo complexo para a análise; porém, entende-o com uma positividade já existente e da qual se pode tirar proveito. Para ele:

O bairro é uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado. O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguido o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência.7

O bairro é, portanto, uma espacialidade ambígua: ao mesmo tempo em que integra o espaço da cidade, mantém-se singular; entretanto, essa singularidade impregna o todo da urbe,

6 JACOBS, op. cit., p. 123-153
à medida que estreita laços com ela. O bairro perde-se na cidade, que, contudo, se encontra nele. O que distingue os dois são os relatos. Assim, nossa tentativa, aqui, será relatar a história do Jardim América, tomando-o, no conjunto da cidade, como um fragmento das camadas da história de São Paulo, mas também considerando que esse bairro possui uma historicidade própria tanto quanto à construção de sua história e tradição, como quanto à desconstrução dessas últimas — embora, em determinados momentos, ele se emaranhe no palipmuşo que é própria cidade.

Embrenhar-se na história da cidade para perceber onde começa a do subúrbio/bairro segundo a concepção de Barry Parker e quando e como efetivamente o Jardim América se transforma em bairro-jardim “à moda brasileira” demandou um exercício de sensibilidade para olhar, identificar e mapear lugares — para exercer, enfim, a prática analítica. Empreender esse mapeamento do lugar exigiu conhecê-lo, e mais, conhecer a cidade onde ele está, pois valer-se de anotações de obras lidas, para distinguir os bairros “Jardins”, reconhecer o Triângulo Central, o Pátio do Colégio, a Ladeira da Memória, o Centro velho, as Zonas Oeste, Sul, Norte e Leste constituiu um desafio que o esquema explicativo dos mapas veio a amenizar. A cidade revelou-se uma “caixa de Pandora”, tal foram as surpresas que apresentou: seu caráter imprevisível, que deu vida à pesquisa; as contrariedades interpostas, que se mostraram verdadeiras encruzilhadas a truncar e, inúmeras vezes, a impossibilitar caminhos; as longas esperas para o atendimento nos arquivos; os eternos retornos, desencontros, arquivos fechados, informações não encontradas, dias de chuva e inundações, trânsito caótico, miséria nas ruas — situações e observações seguidas pelo despertar a respeito dos lugares antes desconhecidos e, com o passar do tempo, tornados familiares.

A cidade se desvendou por múltiplas facetas: alegre como a Avenida Paulista em manhãs de domingo, mas triste como o entorno da Sala São Paulo, cercada de mendigos e moradores de rua; perigosa como o Centro à noite, mas livre como o Ibirapuera em dias
ensolarados; antiga como o Largo São Francisco e algumas casas antigas (várias delas abandonadas, carcomidas pelo tempo); majestosa como a Catedral da Sé, o Teatro Municipal, o Viaduto do Chá, o Museu Paulista, mas humilde como as moradias a céu aberto, sob marquises e nas calçadas; suja como os lugares inundados depois de poucas horas de chuva, mas limpa como as estações de metrô e as ruas dos “bairros-jardins”; luminosa como a Avenida Carlos Berrine, mas desolada como as favelas espalhadas pelos seus quatro cantos; florida como os “Jardins”, mas cinzenta como as paredes de concreto dos edifícios que cercam os Jardins América e Europa e se perdem na espessa camada poluídora que envolve a cidade, fazendo a São Paulo que todos conhecem, de perto ou de longe, mas assim mencionada. Enfim, uma cidade que se revela a cada momento, a cada esquina, sob um prisma antes não imaginado e que faz despertar os sentidos, seja pela familiaridade, seja pelo total desconhecimento, quando não estranhamento.

Um ano depois de iniciado o “mapeamento” da cidade de São Paulo e do bairro Jardim América, com os recursos de que dispunha — de ônibus, de metrô, de trem, a pé, sozinha ou, às vezes, acompanhada por paulistano por opção de há muito na cidade, ou por outros como eu, descobrindo, investigando, pesquisando e/ou explorando —, outro desafio se apresentou. Armei-me, então, de um mapa, sob a orientação da leitura de Cristina Freire, em “Além dos Mapas”, marcando e demarcando lugares que pretendia conhecer e explorar ao limite de minhas possibilidades. A mesma jornada foi empreendida na Inglaterra, ou melhor, em Londres e em suas cercanias e em algumas das cidades-jardins descritas por Mumford e Benevolo. Essas cidades haviam sido planejadas após a Segunda Guerra Mundial, e sua configuração (no caso da capital inglesa, “remodelamento/revestimento”) buscou na idéia de Cidade Jardim elementos para uma forma de construção/reconstrução. Antes, porém, fui a Letchworth encontrar a Cidade Jardim tal como a descreve Ebenezer Howard em seu livro *Cidades-Jardins de Amanhã*. Naturalmente estava diferente da cidade descrita no livro, mas
ainda muito do idealizado era possível localizar ali, além da paixão que o inglês tem pelos jardins e pela natureza.

Embrenhei-me no reconhecimento detalhado das ruas e *parkways* de Letchworth, planejada por Raymond Unwin e seu sócio Barry Parker, o mesmo planejador do subúrbio Jardim América. Ali encontrei similaridades com as cidades do norte do Paraná, (re)ocupadas pelos ingleses entre 1930 e 1945. Também percebi sinais do Jardim América, do Pacaembu, do Alto da Lapa, do Alto de Pinheiros, do Butantã e outras áreas arborizadas da cidade de São Paulo. Pensei no *palimpsesto* a que se referem Lima de Toledo e Raquel Gleser, e diria que, se São Paulo não tem pergaminhos ou subtextos de suas vidas passadas a serem recuperados, como afirma Gleser, possui, no entanto, finas camadas de outras cidades na composição de sua paisagem. Se não encontramos nela elementos que subscrevem seu passado, a ponto de podermos recuperá-los, localizamos, por outro lado, os subtextos produzidos pelos imigrantes de vários países. São Paulo é um dos territórios mais férteis para esse encontro e, por que não dizer, neste caso, do quinhão de história e memória que a cidade permitiu aos ingleses construírem. Assim, percorri Letchworth segundo a orientação de Italo Calvino, para quem há muitas cidades ocultas sob a primeira aparência de uma mesma cidade, mesmo que nesse caso, ela estivessem em lembranças de lugares antes conhecidos.⁸

Na odisséia empreendida pelas ruas de Londres, localizei Hampstead, um bairro parecido com o Jardim América e cujo projeto incluiu Raymond Unwin e Barry Parker, os dois arquitetos que planejaram Letchworth conforme as idéias de Ebenezer Howard e a seu pedido, num lugar incrustado numa colina. Algumas casas de Hampstead pareciam cópias das brasileiras (mas provavelmente se deu o inverso, visto que o bairro londrino é mais antigo): residências modernas, o oposto das predominantes nas ruas da capital inglesa; vidro e paredes levemente coloridas; estilos arquitetônicos ecléticos, cercas vivas e calçadas gramadas; apenas

---

não havia a constante vigilância presente no Jardim América, com suas câmeras postadas em
todos os portões. Em Hampstead, uma ou outra casa tem seu sistema de segurança perceptível
— o que não quer dizer que não exista.

Retornei ao Brasil e à tentativa de perscrutar novamente o Jardim América para
encontrar ali os mesmos sinais que Unwin e Parker haviam imprimido aos espaços que
planejaram juntos, considerando, contudo, que o bairro brasileiro teria sido uma experiência
única para Parker, longe de seu parceiro e de Ebenezer Howard. Essas incursões, a princípio,
me pareceram estranhas: em dias de semana, o local é movimentado, mesmo em ruas que não
são corredores especiais, diferentemente de Hampstead, por exemplo, onde sempre era
possível ouvir o gorjeio dos pássaros, o que, no Jardim América, só se pode verificar em
feriados longos. Assim começaram a se mostrar as diferenças, que se confirmaram
efetivamente na documentação. Surgia outra perspectiva da pesquisa: “decifrar” os
documentos leitura após leitura. Novas informações revelavam os relatórios encontrados nos
arquivos do museu de Letchworth, em menções ao Brasil. Porém, a documentação mais
elucidativa estava nos arquivos da Cia. City. As várias atas em inglês e português informaram
acerca das transações realizadas entre a empresa em Londres e sua ramificação no Brasil. Os
contratos de venda dos terrenos da empresa, artigos de jornais, bilhetes trocados entre
funcionários, pastas dos terrenos com toda a documentação referente a cada propriedade, as
plantas das residências, os projetos arquitetônicos, a correspondência entre a empresa e seus
clientes, entre a empresa, prefeitura, advogado e engenheiros, tudo isso permitiu estabelecer
um campo investigativo a respeito das relações de Barry Parker com o Jardim América. Esses
registros viabilizaram também a comprovação de informações apresentadas por outros
pesquisadores, como a não-localização das fontes de algumas delas. A Ação Popular e o
Processo de Tombamento foram igualmente documentos que revelaram dados valiosos sobre
o bairro e a forma encontrada pela comunidade para se organizar e reivindicar a preservação
de sua área. Evidenciaram ainda como a comunidade percebia a si e a seu bairro. As informações encontradas nesses documentos, junto ao conhecimento propiciado pelos locais visitados na Inglaterra e em São Paulo, serviram consideravelmente ao escopo da pesquisa.

O percurso traçado pautou-se no propósito de expor as relações de modo que fosse possível apreender como o bairro havia sido planejado e por que a idéia de bairro-jardim foi aplicada. Elaboramos, então, o **primeiro capítulo**, no qual procuramos traçar um panorama geral sobre a cidade na época em que as relações entre os primeiros sócios da City of São Paulo improvements and Freehold Land Company Limited - atual Companhia City, foram estabelecidas. Buscamos também evidenciar os contatos mantidos por essa empresa com as várias instâncias de poder na cidade de São Paulo, principalmente as ligadas ao gerenciamento do espaço urbano. Embora panorâmico, esse capítulo quis situar o nascimento do Jardim América, por meio do qual foi possível assinalar o empenho da City em transformar um lugar inóspito como uma várzea em um lugar habitável, planejado exclusivamente para abrigar residências nos moldes das chácaras que cercavam a cidade, embora consideravelmente menores. Não obstante os terrenos fossem muito menos extensos, a tecnologia empregada no planejamento e a racionalização do espaço sob rígida orientação urbanística propiciaram o surgimento do lugar planejado e divulgado pela empresa como aprazível, lúdico e confortável — ‘um verdadeiro paraíso’, como diziam as propagandas. Naquele momento, chamava a atenção de habitantes empreendedores na cidade (embora não possamos afirmar que fossem ricos), em busca de um lugar agradável para viver. Além disso, no que diz respeito à valorização imobiliária, era possível apostar na ocupação total da área, em razão de seu planejamento.

No entanto, era pouco para que se pudesse dimensionar a concepção urbana que chegava a São Paulo por meio do planejamento do Jardim América. O **capítulo dois** foi construído, portanto, com o objetivo de explicar melhor a concepção de Cidade Jardim, sua
origem e aplicação na Inglaterra, os caminhos pelos quais aportou no País, sendo implantada na constituição urbana de um subúrbio, e quem a viabilizou. Relatamos também as táticas de venda e divulgação da Companhia City, bem como quem era o morador almejado.

Não tardou e o bairro parecia caminhar para seu êxito, porém as mudanças provocadas pelos próprios moradores para garantir seus direitos, além de indicarem a dificuldade em lidar com espaços de sociabilidade coletiva sem o estatuto da propriedade particular, ensejaram o capítulo três. Surgiu, então, o bairro com as características de traçado que a Companhia City lhe conferiu, diferentes das propiciadas pelo primeiro planejamento realizado por Barry Parker e, em pouco tempo, a paisagem do local mudou.

Assim, ao longo do tempo, a arborização dos jardins juntou-se à das ruas, mas muitas cercas vivas foram substituídas por altos muros, quebrando a harmonia antes planejada. A cidade cresceu e novos imperativos foram postos à sociedade no gerenciamento do espaço urbano. Os Jardins América e Europa — bairro vizinho — são ameaçados pelo zoneamento da cidade. Inicia-se, assim, a luta pela preservação de ambas as áreas. Os primeiros argumentos basearam-se no caráter exclusivamente residencial dos dois bairros, porém isso não era suficiente para integrar essas regiões ao patrimônio cultural da cidade, como reivindicavam seus moradores. A população local manteve-se firme e foi buscar na originalidade, no traçado e na tradição do Jardim América a sustentação para os argumentos reivindicatórios. Fez-se necessário o quarto capítulo. Nele debatemos os procedimentos que conduziram ao tombamento do Jardim América e as variáveis que marcaram esse processo no transcorrer de quase duas décadas (entre 1973 e 1986).

Ao longo desses quatro capítulos, buscamos apontar a maneira como a Companhia City deu início a uma história celebrativa do Jardim América, à época de seu lançamento, por meio de suas estratégias de venda. Sobretudo, quisermos mostrar como essa atitude foi absorvida por seus moradores e por aqueles que residem em áreas de características similares,
de tal modo que o conjunto de sua área verde acabou por elevar a região à condição de pulmão verde de São Paulo e, dessa forma, por distingui-la de outras igualmente arborizadas. Tudo isso suscitou o tombamento patrimonial do Jardim América, setenta e um anos depois de ter sido lançado como subúrbio na periferia da cidade.

No início, essa ideia não era aparente, mas, com o aprofundar da pesquisa, foi tornando-se inofismável; a confirmação do caminho certo veio com a leitura de *A invenção das tradições*, obra que debate essas últimas, mais especificamente as inventadas e suas celebrações. A documentação a que já nos referimos foi desvelando a construção da ideia de tradição que assinalaria o Jardim América. Essa tradição foi herdada dos bairros-jardins ingleses no decurso da estada do arquiteto Barry Parker no Brasil. O Jardim América era efetivamente o único bairro projetado por ele. Essa particularidade conferiu ao local sua feição distinta e instituiu sua tradição. A questão era: qual passado e memória os moradores pretendiam que fossem preservados a respeito do Jardim América? Tal é a indagação que perpassa todo o trabalho, não de forma direta, mas ao procurar detalhar o movimento de transformação que caracterizou a história do bairro e, finalmente, ao alertar para a unidade, a aparência, a identidade, a memória e a tradição de um lugar.

Por fim, é preciso enfatizar que se, às vezes, o longo período aqui enfocado torna o texto panorâmico, já que tratamos do Jardim América desde seu projeto inicial até seu tombamento, por outro lado permite considerar a questão em sua inteireza, condição sem a qual não se atingiria o objetivo da pesquisa.

---

I A Cidade-Jardim e a cidade de São Paulo no início do século XX

A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixaram de modificar sua estrutura. Se, em linhas gerais, ela pode ser estável, por algum tempo, por outro está sempre se modificando nos detalhes. Só um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e sua forma. Não há resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases. Não admira, portanto, que a arte de dar formas às cidades para o prazer dos sentidos seja bastante diversa da arquitetura, da música ou da literatura. Ela tem muito a aprender com essas outras artes, mas não pode imitá-las.

Kevin Lynch, A Imagem da Cidade

A imagem que uma cidade constrói para si está diretamente ligada à forma como ela foi concebida por seus habitantes e às mudanças que vieram a potencializá-la. São Paulo é uma cidade “um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade inferior, no geral.”

Essa afirmação nos leva a pensar que, se a cidade passou a uma condição inferior ao longo do tempo, durante o qual outras cidades foram sendo construídas em seu interior, não foi somente por uma imposição dos setores responsáveis por seu gerenciamento, mas porque seus próprios habitantes assim desejaram e, nesse caso, a qualidade do espaço citadino pode variar de acordo com cada olhar. A paisagem urbana que, para uns, foi violada, destruída, modificada, às vezes impiedosamente, para outros veio a compor um arranjo de melhorias e condições aperfeiçoadas de habitação, transporte (incluindo-se aí a locomoção a pé, por distâncias curtas, às vezes arriscada por inúmeras situações e condições do espaço urbano),

etc. Nessa construção da cidade com tijolo e ferro, que sobrepunha a antiga cidade de taipa, outra São Paulo foi-se fazendo, e não só pela vontade dos que a administraram ou tinham poder sobre ela, mas também por vontade de sua população; afinal, parece “pouco provável que toda a população da Capital apenas observasse extasiada as transformações — ou de modo limitado apenas resistisse ao diálogo —, assim como também é pouco esclarecedora a hipótese de predomínio da imposição de uma ordem pelos grupos dominantes meramente incorporada pela maioria”.

Mesmo considerando que a população em geral participava da construção de São Paulo em final do século XIX e no início do século XX, propomos, de modo generalizado, apontar algumas alterações feitas no espaço urbano da cidade, com base no conhecimento de que emergia um complexo conjunto de transformações iniciado ainda no fim do século XIX, transformações essas que configuraram outra cidade, mas do ponto de vista das intervenções de porte. Uma dessas interferências pode ser encontrada no caso do Viaduto do Chá entre várias outras. Propom-nos a estudar, assim, uma dessas intervenções na espacialidade urbana da época, ou seja, a forma como um bairro passou a existir, a partir de 1915, destinado a um segmento social diferente — a que não pertenciam nem o rico dos palacetes, nem o imigrante ou o brasileiro totalmente sem posses — e que era constituído por trabalhadores de empresas estrangeiras ou de companhias nacionais em expansão, comerciantes com cabedal suficiente para pagar uma prestação mensal que não pesasse no orçamento ou, ainda, prestadores de serviços, como advogados, médicos e engenheiros, entre outros profissionais liberais.

2 CERASOLI, J. F. Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese apresentada ao Programa de Pos-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2004. p. 13. O trabalho de Josianne parte da obra de José Murilo de Carvalho, acerca da população carioca frente a Proclamação da República, e faz uma leitura na contramão deste, na perspectiva tonpsoniana para dizer que a população da cidade de São Paulo, independente de sua condição social, participou ativamente da construção desta cidade. Cerasoli escava na documentação no Departamento de Obras Públicas de São Paulo, um universo de relações de trabalho em setores do não saber científico, para mostrar por meio dos contratos de trabalho que a população atuou ativamente nesta construção, ou como quer Toledo, na elaboração das novas camadas que vieram a se sobrepôr à cidade antiga, de qualidade inferior ou não, fizeram a cidade do Café.
Consideramos ainda que, na configuração espacial urbana, esse era o primeiro espaço a ser planejado e designado exclusivamente para moradia, além de ser o primeiro subúrbio na cidade. Assim sendo, tratava-se de uma intervenção que daria ao desenho urbano, em vigência, outra configuração.

Nesse aspecto, estudar a história do Jardim América visa a expor o caráter das intenções urbanas, políticas e econômicas no âmbito da cidade, levando em conta a participação da Companhia City, como conseqüência da participação do capital inglês na cidade de São Paulo. Essa empresa iniciou o projeto de um grupo de bairros na cidade e estabeleceu, com relação a eles, normas rígidas de ocupação. Tal modo de agir em seus loteamentos e no domínio dos espaços adquiridos para transações comerciais na cidade expôs a forma como foram organizados os lugares loteados pela City. Se levarmos em conta esses fatores de composição do universo que abrange a existência do Jardim América, estudar sua história faz parte da composição de mais uma camada do pergaminho que, do ponto de vista do soterramento da cidade antiga, contribuiu para a construção da cidade industrial. Nesse aspecto, oferecer um panorama, embora superficial, do surgimento do bairro aqui em estudo se faz necessário para que possamos entender a constituição de sua história como parte da história da cidade, assim como o elo entre esse passado e a luta por sua defesa na década de 1980, quando a comunidade passou a pleitear a área como uma das camadas da história do planejamento que não deveria ser raspada do “palimpsesto” histórico de São Paulo.

O Jardim América nasceu a partir de uma concepção urbana conhecida como Cidade-Jardim, de autoria de Ebenezer Howard, e que também trazia em si a noção de subúrbio-jardim, aplicada ao bairro no momento de seu loteamento. A partir da década de 1930, entretanto, converteu-se num bairro integrado ao espaço da cidade.
O autor do movimento Cidade Jardim foi Ebenezer Howard que viveu entre o final do século XIX e o início do XX, um período caracterizado não apenas por profundas transformações sociais, políticas e, sobretudo, culturais, mas também pela exigência de uma reconfiguração urbana. Cidades como Londres, Paris e Berlim marcavam suas espacialidades com intensas mudanças; a capital da Inglaterra sofria sob a fuligem das fábricas e o turbilhão das ruas confusas e apinhadas de pessoas. Ao mesmo tempo, as vias de circulação eram atravancadas por automóveis, bondes e veículos movidos por tração animal; a iluminação a gás estava ameaçada pela implementação da luz elétrica, que se estenderia por todas as cidades durante o século XX; as ferrovias foram construídas em enormes áreas e as indústrias exalavam o odor oxidado das máquinas incansáveis que sugava o tempo, o trabalho e as energias dos trabalhadores. Completando esse quadro, as aglomerações humanas surgiam em todas as partes, sem que os espaços urbanos estivessem preparados para isso.

Essas transformações que marcaram as cidades durante o século XIX, e se intensificaram ao seu final, criaram uma outra relação com o espaço. Um exemplo é a confusão causada nos transeuntes quando as condições do trânsito exigiram cruzamentos com mais de quatro ruas, uma inovação que atordou profundamente a todos. Nesse momento, a solução encontrada para organizar o tráfego e estabelecer uma relação de domínio sobre os cruzamentos foi a criação de uma ilha de segurança no centro dessas intercepções. Esse sistema consistia em um triângulo ou uma pequena praça onde o pedestre aguardava o

---


2 Essas alterações que se materializaram mais tarde nos espaços citadinos puseram a solidez das cidades medievais “ao chão”, segundo Bermann, e ao комплексe que envolveu essa “demolição” convencionou-se chamar modernidade, porém não somente. Em sua obra, o autor busca em pensadores como Karl Marx, Baudelaire e Rousseau os primeiros a discutirem e descreverem a Modernidade, elementos para abordar sua complexidade e evidenciar seus sinais até nossos dias. O ponto máximo do ser moderno expressou-se na floresta de símbolos nova-iorquinos que representavam a cidade no século XX, mas materializou-se em um de seus bairros, o Bronx. O autor trata da demolição deste bairro e faz uso de sua memória e lembranças para descrever como era vivenciar aquela espacialidade, o sentido de ser moderno e a angústia que o atingia; tão brutal como aquela que engravada a alma do homem solitário pelas ruas de Paris, ricamente narrada por Baudelaire.

momento mais conveniente para deslocar-se entre uma rua e outra. Tal recurso protegia o transeunte de ser atropelado e, ao mesmo tempo, ordenava o trânsito de veículos de todos os tipos, bem como a distribuição espacial urbana.

O século XIX, ao qual se refere o arquiteto Camillo Sitte por volta de 1889, já conhecia o veículo a motor e os cruzamentos complexos. Esse arquiteto analisava a repercussão do uso da reta no traçado urbano e na própria arquitetura, em relação à construção da paisagem urbana. Com base nesses elementos, Sitte fez a defesa dos princípios artísticos da arquitetura urbana e da própria natureza da cidade, naquele momento caracterizada pela rajada de modernidade que atingia os pasmos citadinos. Afirma ele que “[...] a cada cem passos [os transeuntes] são obrigados a sair da calçada para atravessar uma outra rua e não têm condições de prestar a devida atenção à esquerda e à direita, por onde passam veículos vindos de todas as direções.”

O oceano de veículos, a conturbada organização do trânsito com seus cruzamentos intricados, as alterações nas fachadas dos edifícios — tudo, enfim — retiravam a familiaridade, a intimidade, a segurança, o reconhecimento do transeunte em relação ao lugar a ser percorrido. Esse desnudar da urbe, segundo Sitte, é sintomático: além de desorientar o citadino, trazia, com essas mudanças, um novo conceito de arte e ornamentação. E ainda apontava para a configuração de outra paisagem urbana, que viria a ser a das cidades no século XX.

Os escritos de Sitte apontam para a perplexidade e, ao mesmo tempo, para a sedução e o encantamento causados por essas intervenções; entretanto, mostram igualmente que o mencionado século assistiu a um aprurado domínio da estética urbana. A obra de Sitte revela extrema sensibilidade no exercício da percepção espacial relativa a esse processo de transformação. Enfatiza, por exemplo, a falta de segurança e a destreza exigida do pedestre

---

para transitar pelo centro de Berlim, de Paris ou Londres. Cidades essas que são referência tanto em processos de transformação, quanto na aceitação ou não, das novas tecnologias do morar e daquelas que definiam as espacialidades socializadas pelas comunidades urbanas nas ruas, praças, jardins públicos e locais de trabalho.7

Essas mudanças no paisagem provocavam a reação daqueles que discordavam do alinhamento e da imposição das retas sobre as curvas no desenho urbano. Camillo Sitte foi um dos ferrenhos defensores da curva na arquitetura e no traçado citadino e advogava a adaptação do planejamento ao terreno, a adequação às aglomerações já existentes e o alargamento das ruas, ambinicado pela população. Pleiteava, em suma, harmonia entre natureza e forma. Para ele, a reta não era desarmônica; entretanto, não oferecia surpresa: rapidamente conduzia o indivíduo ao horizonte, ao fim do imprevisto. Isso significava, para Sitte, a total simplificação da cidade, que deveria, em sua opinião, ser também uma obra de arte. A perspicácia desse arquiteto alcançava as mudanças profundas que atingiriam, a Europa napoleônica, principalmente Paris durante a administração de Haussmann.8 A concepção de cidade que nortearia a renovação de Paris ultrapassou tudo o que havia sido feito em termos de planejamento urbano até aquele momento. Imprimiu-se à sua malha urbana a rubrica

7 BEGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. SP: Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. nº 34, 1981.
esquadrinhadora de espaços idealizada por Haussmann. Surgia, assim, uma nova conceituação de traçados, de edificações e um outro modo de viver.

O referencial haussmaniano encantou a muitos: o faustoso estava presente em suas idéias. Sua prática demonstrou isso, visto que:

[...] planeou as avenidas, boulevards e principais parques urbanos que deram à parte central de Paris o seu caráter distintivo. Ao mesmo tempo instalou sistemas de abastecimento de água e de esgotos e estabeleceu linhas directrizes rígidas para o desenho de edifícios. Tudo isso foi conseguido pelo simples recurso à imposição. As avenidas atravessaram o congestionamento Quartier Latin medieval, desalojando muitos dos pobres que ali viviam e, ao mesmo tempo melhoravam substancialmente a circulação do tráfego, também permitiam o rápido alinhamento de soldados na eventualidade de uma insurreição.

Configurava-se, pois, no século XIX, uma outra urbanidade, diferente daquela sob a qual a cidade medieval se edificara: a luz e a liberdade de movimento espacial vinham para ficar. O poder adquiria uma conotação “gloriosa”, expressa em seus monumentos e na arquitetura dos prédios públicos. Simultaneamente, o governo foi eficiente ao manifestar uma percepção da espacialidade que previa, sobretudo, a liberdade de ação dos exércitos e da polícia dentro do perímetro urbano, liberdade essa que não se verificava nas cidades medievais. A destinação de espaços para o uso exclusivo dos poderes, se necessário, no interior do plano de avenidas, sugere um pensamento atento ao vir-a-ser da cidade também como campo de confronto entre o poder e a população urbana.

Pode-se deduzir, então, que as transformações urbanas ocorridas no século XIX e durante o XX possibilitaram, no que se refere à cidade, pôr em debate não somente os conceitos de urbanização, arte e de arquitetura, mas também o espaço citadino do trabalho, da aplicação da técnica e, indiscutivelmente, da manifestação das mazelas sociais provocadas pela concentração de capital ocorrida na Europa. Esse último elemento, um dos principais

---

9 As principais mudanças urbanas processadas em Paris por Haussmann são resultantes de sua administração como prefeito e do poder do Imperador Napoleão III, cuja extensão permitiu e favoreceu a execução de um programa urbanístico de grande repercussão num tempo bastante curto. Para mais informações sobre tal administração ver: BENEVOLO, op. cit., p. 573-655.


componentes da estrutura moderna, alterou a natureza da cidade e a natureza na cidade. Se outrora o núcleo urbano era um espaço de confluência de pessoas ligadas aos feudos ou às feiras livres, com a industrialização passou a ser o espaço do trabalho e, por conseguinte, da conjunção de grupos humanos. Se em Paris a malha urbana adquiria outro aspecto pela intervenção planejada, em Londres isso se manifestava na arquitetura do trabalho.  

A pobreza, resultante da acentuada diferença social, tornou-se uma das principais características da cidade industrial. Tuan, ao se referir a Inglaterra e discutir a percepção, as atitudes e os valores do meio ambiente, salienta que:

[...] A fuga para o subúrbio, ocorrida na segunda metade do século dezenove, possível graças à melhoria do transporte e ao aumento das rendas, precisa ser analisada tendo em vista o aspecto degradado dos centros urbanos — degradados pelos descontrolados efluentes industriais e pela extraordinária concentração de trabalhadores, biscateiros e suas famílias em vivendas miseráveis e fétidas.

A administração londrina enfrentou, naquele momento, problemas de cunho político e social, mas notadamente urbanos. A cidade não comportava a população nela concentrada: ao final do século XVIII, tinha um milhão de habitantes e, no início da segunda metade do XIX, dois milhões e meio, muito mais do que em qualquer outra cidade do mundo. As dificuldades se afiguravam intransponíveis tanto em relação à quantidade quanto à falta de solução. Nenhum país ofereceu mais elementos para o estudo das cidades como a Inglaterra durante o período da Revolução Industrial.

A insólita realidade criada por todas as transformações ocorridas entre os séculos XVII e XIX instaurava nas cidades uma paisagem incomum à qual o indivíduo deveria adaptar-se, bem como à rede de interdependências que, segundo Elias, se desenvolveu na sociedade

12 MUMFORD, op. cit., p. 483-520.
ocidental, abrangendo-a de tal forma que as relações de comércio se estendiam para além dos oceanos e para o interior dos continentes, exigindo mudanças.14

Esse panorama apresenta-nos mais um elemento para tentarmos entender o final do século XIX, período em que Howard propõe as cidades-jardins como uma saída racional para a grande conurbação que ocorria em Londres. Os cortiços estendiam-se por toda a área citadina, cujas condições mínimas de subsistência não eram respeitadas, como expõe o “[...] Relatório sobre o Estado das Grandes Cidades e dos Distritos Populosos (1845), [quando diz que] em uma parte de Manchester, em 1843-44, as necessidades de mais de 7000 habitantes eram atendidas apenas por 33 privadas – ou seja, um retrete para cada 212 pessoas.”15 Essa precariedade manteve-se por todo o século XIX, mesmo na capital inglesa.

Ao contrário, pois, da realidade, a concepção de Cidade-Jardim apresentava aos ingleses qualidade de vida, descongestionamento e uma união dos benefícios da cidade com as vantagens do campo, isto é, o habitante dessa cidade desfrutava da natureza campestre e, ao mesmo tempo, das técnicas desenvolvidas na cidade para servi-lo.

O conceito “Cidade-Jardim”, antes de chegar ao Brasil, em 1915, percorreu um caminho de trocas e experiências entre engenheiros e arquitetos europeus e norte-americanos, que se concentravam em congressos internacionais, circulavam pelos continentes e observavam obras e planos realizados em países que se preocupavam em resolver problemas de moradia. Afinal, um dos traços marcantes da modernidade é o seu caráter cosmopolita16.

Tal fato é atestado por diversos autores que analisaram o difusão dessa concepção de planejamento urbano e verificaram a existência de um movimento em prol da Cidade-Jardim, cujo espaço de propagação foi partilhado com a do movimento City Beautiful17 “[...] Embora

15 MUMFORD, op. cit., p. 500.
16 BERMAN, op. cit., passim.
17 O termo City Beautiful em determinadas traduções aparece como Cidade-Bela e em outras encontra-se no original, porém, optou-se por uniformizar o termo em City Beautiful. O movimento City Beautiful é também conhecido como Cidade-Monumento; sua origem reporta à Paris de Haussmann e a Vienna Ringstrasse. No
centrados, respectivamente, na América e na Grã-Bretanha, faziam de facto, parte de tendências internacionais mais vastas”,18 ultrapassando as fronteiras de seus países.

A respeito da grande projeção alcançada pela Cidade Jardim de meados do século XX em diante, Françoise Choay afirma que essa concepção atravessou os mares e atingiu, além da América, a Ásia e a África.19 De acordo com Hall, no caso dos Estados Unidos, essa tendência marcou muitas cidades. Partindo de um outro enfoque, Edward Relph salienta que as duas tendências internacionais mais conhecidas naquele momento acabaram por confluir em dois movimentos separados, nos finais do século XIX: a Cidade-Bela e a Cidade-Jardim. Embora centrados, respectivamente, na América e na Grã-Bretanha, faziam de facto parte de tendências internacionais mais vastas. Seus proponentes viajavam bastante, buscando e transmitindo idéias, pois a sua preocupação, como a de muitos urbanistas que se lhes seguiram, era principalmente descobrir bons modelos de planejamento, e não o caráter nacional ou local.20

Esses dois movimentos tinham características diferentes. O movimento City Beautiful, de acordo com Hall, foi originário nos passeios públicos e belevares das grandes capitais europeias, como a París de Haussmann e a Viena Ringstrasse. Mas sua manifestação no século XX ocorreu nas grandes cidades comerciais do centro e do oeste norte-americanos, onde líderes municipais construíram para superar o complexo de inferioridade coletivos e impulsionar os negócios; e nas capitais recém-designadas de vastas regiões do Império, onde funcionários britânicos autorizavam a execução de projetos que expressavam a supremacia imperial e o exclusivismo racial21.

A City Beautiful, no entanto, não correspondeu por muito tempo aos imperativos da sociedade Americana, o movimento que a representava floresceu durante aproximadamente os quinze primeiros anos do século XX e, de acordo com Relph, “extingui-se gradualmente nos

---

19 CHOAY, op. cit., p. 219-228.
20 RELPH, op. cit., p. 53. Esse ir e vir de arquitetos, engenheiros e urbanistas e a ansiedade de constatar quais tendências urbanas e arquitetônicas estavam em evidência nas principais cidades modernas do mundo é comprovada pelas histórias de vida de engenheiros e urbanistas brasileiros como Ramos de Azevedo e Victor da Silva Freire, como outros que tiveram sua formação na Europa e, por ela, serpenteadavam em busca de conhecimento para aprimorar suas atividades no Brasil.
quinze anos seguintes”. Sua formulação foi responsabilidade de Daniel Burnham, “autor de muitos dos primeiros clássicos arranha-céus de Chicago durante as décadas de 1880 e 1890 e também chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana, uma das feiras mundiais definitivas de todos os tempos, aí realizada em 1893”.

Este movimento caiu no esquecimento dos americanos, entretanto o Movimento Cidade-Jardim na América do Norte teve outra trajetória, além de ter Lewis Mumford, um dos mais referenciados estudiosos sobre cidades, como um dos seus fervorosos adeptos.

Em 1923 foi criada a Regional Planning Association of América (RPAA), conhecida como a formadora do grupo mais determinado em defender a Cidade-Jardim nos EUA. Seus membros eram intelectuais de esquerda, muitos nascidos e criados em Nova Iorque. Clarence S. Stein de Manhattan era a força organizacional do grupo, filho de classe média alta; Lewis Mumford, mentor intelectual do movimento, também de Manhattan, porém filho da classe operária. Outro membro era Benton MacKaye patrocinador e iconocasta da preservação da vida selvagem, originário de Massachusetts, não distante de Walden Pond e David Thoreau, mas passou a vida em Manhattan. Outros participantes dessa associação eram Frederick Lee, Ackerman, Charles Harris Whitaker, Stuart Chase e Robert Kohn, todos consideravam Nova Iorque seu lar. Entre eles havia uma exceção era Henry Wright, formado arquiteto na universidade de Pensilvânia na Filadélfia. Além deles o empresário Alexander Bing e Catherine Bauer, a qual foi escolhida como diretora executiva e assistente de pesquisa de Stein.

Relacionar os membros da RPAA objetiva mostrar a relevância do grupo e destacar seu caráter interdisciplinar atendendo aos vários aspectos do uso da terra visto que a formação de seus membros ia de arquiteto a sociólogo. A Cidade-Jardim na América do Norte encontrou espaço fértil para sua divulgação, entretanto, não logrou êxito como se esperava. A

22 RELPH, op. cit., p.54
23 HALL, op. cit., p.208
RPAA empenhou-se em propagar as idéias de Howard e Gueddes\textsuperscript{25}, as quais previam a ocupação de regiões inteiras planejadas no princípio Cidade-Jardim. Por meio da City Housing Corporation, fundada por Alexander Bing, a área intra-urbana de Sunnyside Gardens, foi urbanizada por Stein e Wrigth, dentro do padrão Cidade-Jardim, com superquadras, vastos espaços internos a jardinhados, livres de trânsito, com restrições rígidas (as mesmas que marcaram o Jardim América) e contra as quais Unwin se opunha\textsuperscript{26}. De acordo com Hall, a boa qualidade de vida do lugar foi atestada por Mumford como seu morador, entretanto, afirma: não era uma Cidade-Jardim.\textsuperscript{27} Outro trabalho da companhia de Bing, foi em Fairlawn em Nova Jersey, próximo a Manhattan. Novamente os mesmos arquitetos empreenderam outra empreitada, o que resultou em um espaço agradável com casas modestas, alinhadas ao longo de becos que partiam das ruas de distribuição do tráfego, o que foi emprestado de Parker e Unwin em Hampstead. Amplamente arborizadas, com ruas sinuosas e espaço livre central. Porém não tardou para que a classe média se apropriasse do lugar e “os corretores não [aceitassem] negros e judeus”. O lugar tinha um custo alto e os moradores iniciais não suportaram\textsuperscript{28}.

Não pararam aí as tentativas de aplicar o conceito de Cidade-Jardim às cidades americanas. Clarence Perry participou em 1929 do Plano Regional de Nova Iorque financiado por Russell Sage, para onde levou suas idéias. Os princípios mais destacados dessa concepção

\textsuperscript{25} Patrick Geddes – [1854 - 1932], de acordo com Françoise Choay, nasceu na Escócia, era biólogo e discípulo de T. H. Huxley, foi professor de botânica. Seus estudos, ao pesquisar as comunidades humanas, foram sempre do ponto de vista evolucionista. Interessou-se pelo urbanismo e empreendeu pesquisas em cidades europeias, além de ter cunhado os conceitos clássicos de: conurbação, eras paleotécnica e neotécnica. Exerceu uma grande influência quando se realizaram as primeiras garden-cities. “Foi o mestre de Lewis Mumford. Suas duas obras principais, em matérias de urbanismo são: City Developmment (1904) e Cities in Evolution (1915)”. CHOAY, op. cit., p. 273-274.

\textsuperscript{26} Pelo visto, Parker era a favor das restrições rígidas, visto que no Jardim América elas serão responsáveis pelo bairro ter se mantido residencial, com a exceção de dois clubes.

\textsuperscript{27} HALL, op. cit., p.146

\textsuperscript{28} Op. cit., p. 146-147
são: o princípio de Radburn, a unidade de vizinhança e a divisão em zonas, foram amplamente explorados pelos arquitetos americanos\(^{29}\).

Enquanto a unidade de vizinhança ainda mantinha uma ideia fresca e brillante, foi incorporada no desenvolvimento inovador de Radburn, Nova Jérsei. Radburn era uma cidade nova concebida na tradição da Cidade-Jardim (uma das artérias principais é Howard avenue), e que reunia todas as técnicas de planejamento suburbano desenvolvidas desde 1900. A sua grande inovação residia na adaptação de todas estas ao automóvel. A oportunidade foi, contudo extremamente infeliz. Com o colapso do Mercado de Capitais em 1929, a companhia fundada para financiar o desenvolvimento de Radburn perdeu a maior parte de seus fundos e o desenvolvimento não foi concluído.

Radburn foi concebida para fazer face ao número crescente de automobilistas à terrível percentagem de acidentes de peões e automóveis que se verificou nos anos vinte. Foi planeada para a idade do motor. Isso foi conseguido através de um “superbloco” – um gênero de traçado de casas e ruas que afastavam dos modelos convencionais de grelha e que derivava parcialmente dos estudos das cidades-jardins na Grã-Bretanha\(^{30}\). Entretanto, por mais que se tenha extraído da proposta de Howard, ainda assim, não há reconhecidamente de nenhuma Cidade-Jardim na América do Norte. Mesmo que Chatham Village em Pittsburgh em 1932 e Baldwin Hills Village em Los Angeles em 1941, também tenham sido planejadas segundo este princípio não estavam plenamente de acordo com a proposta. Além dessas cidades a concepção Cidade-Jardim subsidiou a política New Deal sobre planejamento regional no governo Franklin Delano Roosevelt, cujo apoio à ideia de retorno do homem a terra, buscou na RPAA. Enfim, os pressupostos apresentados na concepção Cidade-Jardim, repercutiram em toda a América do Norte, sem que, em nenhum caso, tivessem sido aplicados em sua totalidade, por mais que a RPAA tenha trabalhado para isso.

---


\(^{30}\) RELPH, op. cit., p. 64-65
Em um dos trabalhos mais clássicos sobre as cidades, Leonardo Benevolo apresenta, ao debater as cidades modernas, um panorama geral do processo histórico da formação dos espaços urbanos. Enfatiza a relevância do movimento Cidade-Jardim durante o século XX e como essa tendência influenciou o projeto de descongestionamento da cidade de Londres e, sistematicamente, apareceu na reconstrução de várias cidades entre 1945 e 1950, destacando-se na criação de cidades-jardins planejadas na Inglaterra. Essa concepção urbanística tomou corpo graças ao grande movimento ambientalista que se ampliou durante todo o século, principalmente após a II Grande Guerra, face aos problemas provocados pela poluição química, sonora e visual, pelas próprias guerras, pelo crescimento urbano e suas conseqüências, como o trânsito caótico e a industrialização.

Também Peter Hall faz uma detalhada análise da expansão da idéia de Cidade-Jardim entre 1900 e 1940, além de evidenciar como seu criador foi tratado na Europa e na América. Embora enfatize fundamentalmente a apropriação indevida de uma concepção urbana, assim se pronuncia a respeito da questão:

Irrita, mas precisa ser dito: a despeito do denodo dos demais competidores, Ebenezer Howard (1850-1928) leva a palma como a mais importante e singular personalidade de toda esta história. Pois então tratemo-lo com justiça; já que quase todos fizeram exatamente o oposto. Muitos dos que se declararam seus críticos têm julgado, vez por outra erradamente, quase todas as suas bandeiras de luta. Chamavam-no de ‘planejador’ com o intuito de deprecia-lo, e, no entanto ele ganhava a vida como taquitgrafo. Diziam que advojava o planejamento-pradaria de baixa densidade; na verdade, sua Cidade-Jardim deveria comportar densidades semelhantes às da própria cidade de Londres, que — segundo iriam afinal reconhecer urbanistas posteriores — exigiriam a edificação de altos prédios para se tornarem viáveis. Confundiam essa Cidade-Jardim com o subúrbio-jardim que se podia ver em Hampstead e imitações sem conta — devendo-se, força é confessar, a Raymond Unwin, um de seus principais lugar-tenentes a razão desse equívoco.

Essa defesa do ideário howardiano se justifica pelos muitos equivocos cometidos, os quais ameaçavam o conjunto de conceitos que integram a concepção de Cidade-Jardim. Para Howard, a cidade sustentava-se, sobretudo, no alicerce de uma proposta social, não apenas

31 BENEVOLO, op. cit., p. 681.
32 HALL, op. cit., p. 103.
urbanística. Essa é a tónica da argumentação de Peter Hall, quando se refere à atitude de urbanistas mal informados ao imputar aos projetos urbanos que analisam, a noção de Cidade-Jardim. Por ser um mapeamento do alcance da designação Cidade-Jardim deveras relevante para quem estuda essa concepção, a obra de Hall contribui para que se possa investigar se a materialização dessa vertente urbana configura-se nos espaços do Jardim América ou se nele está bem mais impressa a chancela dos subúrbios americanos.

Entretanto, no Brasil do final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, as influências sobre as remodelações ocorridas na capital brasileira e na cidade de São Paulo originavam-se em uma concepção de cidade oposta à de Cidade-Jardim. A luz que emanava de Paris fascinava a todos que a conheciam. As reformas promovidas por Haussmann no centro da capital francesa passaram a ser um referencial para muitas cidades. Essa influência no Brasil atingiu mais o Rio de Janeiro que São Paulo.

De acordo com Baudelaire, Paris era o centro irradiador da concepção moderna de mundo, e suas transformações inquietavam os habitantes e aqueles que para lá se dirigiam com o intuito de aprender a lógica daquele momento envolvente, mas ao mesmo tempo assustador.

Certamente esse homem, tal como o descrevi, esse solitário dotado de imaginação ativa, sempre viajando através do grande deserto de homens, tem um objetivo mais elevado do que o de um simples flâneur, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância. Ele busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de Modernidade; pois não me ocorre melhor palavra para exprimir a idéia em questão. Trata-se para ele de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório.33

Esse homem parisiense era também o estrangeiro que corria a Paris para inteirar-se do novo e do moderno. Em meados do século XIX, por meio do remodelamento proposto para a capital francesa, Haussmann criou condições para a reformulação, que incluía uma rede de bulevares e avenidas largas permitindo a implantação da arquitetura de grandes blocos.

uniforme. A *Place de l’Étoile* foi o centro de onde irradiaram ruas e avenidas em todas as direções da cidade. Essa disposição espacial, embora encantasse, desnorteava e assustava ao mesmo tempo; a iluminação a gás, o aqueduto, os esgotos, a rede de transportes públicos, a novidade representada pela rede de serviços secundários, os parques públicos e outras inúmeras mudanças deram origem à Paris transformada. Essa mudança instituiu um outro ritmo urbano, o qual infundiu à cidade uma cadência inimaginada.

Esse panorama foi um dos chamarizes para os brasileiros que iam à capital da França, tanto a passeio como a estudos. Os filhos da elite, na época, estudavam fora do Brasil, e isso, inevitavelmente, causava mudanças nos comportamentos social e cultural, sobretudo quanto aos rumos que a cidade de São Paulo tomaria ao longo do século XX. O estudo do professor Carlos Lemos sobre a vida de Ramos de Azevedo34 é bastante elucidativo nesse aspecto, pois informa que, entre 1854 e 1914, duzentos e dezesseis brasileiros estudaram em Grand, na Bélégica. Isso significa que muitos dos que tinham condições financeiras para estudar no exterior faziam-no.

Essa formação européia muito repercutiu no planejamento das cidades brasileiras. Se na Bélégica havia um número expressivo de estudantes brasileiros, a influência da formação ali adquirida não pode ser ignorada. Victor da Silva Freire,35 um nome fundamental para a

---


35 De acordo com Candido Malta CAMPOS e Hugo SEGAWA, Victor da Silva Freire nasceu em Portugal (1869-1951), embora seus pais fossem brasileiros. Estudou na escola politécnica de Lisboa, onde se diplomou.
história da cidade de São Paulo e das relações entre a Prefeitura e a Companhia City, realizou seus estudos em Portugal e na França. Outros engenheiros também obtiveram sua formação fora do Brasil, e muitos deles decidiram os rumos da urbanização e arquitetura em várias cidades e capitais do País, como foi o caso de Antonio Francisco de Paula Souza, que fez seus estudos na Escola Técnica Superior de Zurich e na Politécnica de Karlsruhe. Seu trabalho, a propósito, teve significativa repercussão no Brasil. Entretanto, Londres e, principalmente, Paris eram os centros para onde se dirigiam os interesses e os olhares das elites paulistanas, que se consideravam cosmopolitas e modernas.

Obviamente, não podemos deixar de considerar a participação de urbanistas da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura, os quais eram, muitas vezes, discípulos daqueles que haviam estudado fora do País e que seriam os responsáveis pela criação da Escola Politécnica e sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nos idos das décadas de 1910 e 1920, mais tarde (1934) incorporadas à Universidade de São Paulo (USP). Naquele período, fervilhavam ideias, muitas delas nascidas em cafés da agitada Londres e, com maior frequência, da efervescente Paris, mas também nas reuniões e saraus freqüentados pelas famílias brasileiras e por elas oferecidos em suas casas, durante sua permanência na Capital do Estado.36

---

O estudo sobre o uso do Palacete Paulistano feito por Naclério Homem evidencia a importância dessas reuniões e chás para a sociedade local. Destacava-se, particularmente, o salão de D. Veridiana da Silva Prado, pois:

Ela organizou um salão que se tornou o mais importante de sua época. Congregou cientistas, artistas, escritores e intelectuais, abrindo-o para os estrangeiros e para os políticos das mais variadas ideologias, sem distinção de cor.

Personalidades famosas frequentaram o salão de D. Veridiana: os cientistas Orville Derby e Loefgreen, os médicos Domingos José Nogueira Jaguaribe, Luís Pereira Barreto, Cesário Motta Junior e Diogo de Faria, os escritores Capistrano de Abreu, Ramalho Ortigão, o arquiteto L. Pucci, o engenheiro Teodoro Sampaio, o pintor Oscar Pereira da Silva, os abolicionistas José do Patrocínio e Luiz Gama, etc.  

As famílias paulistas abastadas da época dividiam sua existência entre suas fazendas no interior do Estado e suas residências na Capital. Muitas empreendiam viagens a Paris e, assim, participavam da vida inebriante da cidade francesa.

No que diz respeito à cidade de São Paulo, as intervenções urbanas foram diferentes daquelas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro por inspiração francesa, pois consistiram em um caráter mais brando e lento. O anseio de ser moderno não se limitou apenas às elites cariocas, mas tomou conta dos paulistanos, principalmente diante do crescimento da população urbana, que em 1900 era de 260.000 habitantes e, por isso, exigia mudanças consideráveis no espaço urbano. Nesse momento, a cidade apresentava um desafio imposto pela falta de moradia; as edificações públicas não correspondiam àquele crescimento.

38 Idem, passim.
As mudanças na cidade de São Paulo e no próprio Estado ocorreram não apenas em seus aspectos físicos, mas também nos âmbitos social, político e cultural. Não tardou para que paulistas reivindicassem para si um projeto nacional, com o objetivo de levar ao resto da Nação sua identidade que, no entendimento de suas elites culturais e políticas, era também como deveria proceder o brasileiro.

Os paulistanos, por essa ocasião, não aceitavam mais o obscurantismo das espaçalidades estreitas, limitadas, desordenadas, empobrecidas e sem brilho. A ameaça das doenças e epidemias, a exemplo da própria capital da República, da cidade de Campinas, no interior do Estado e de Santos, no Litoral, era um desafio constante. A proteção do espaço citadino passou a ser uma das principais preocupações das elites, mediante a defesa ferrenha e ilimitada das medidas saneadoras e preventivas.

A modernização manifesta-se por meio de vários elementos: um deles é a São Paulo Railway, empresa de capital inglês atuante no País e que ocupou um significativo papel na iniciativa para a abertura de estradas de ferro. A primeira ferrovia a ser inaugurada em 1867 foi a linha que ligava Santos a Jundiaí. Depois, outras companhias ferroviárias iriam compor

---

41 A atuação das famílias abastadas estava muito além das intervenções urbanas. Sobre esse período o trabalho de Antonio Celso Ferreira esclarece que as famílias ricas e empresas também contribuíam para o desenvolvimento educacional e cultural da cidade, um dos exemplos está na passagem em que trata da construção da sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, lista as famílias ilustres que participaram com contribuições para sua construção. Entre elas estão nomes como: Barão de Tatuí, os condes Pراتes, Álvares penteado, Asdrúbal do nascimento e Raimundo Duprat, além de empresas Souza Queiroz, Amaral & Cia.; Sales Toledo & Cia.; Prado, Chaves & Cia; Freitas, Lima Nogueira & Cia. Além de citar Francisco Matarazzo, Theodor Wille, Nicolau Falcone, The S. Paulo Light & Pawer Comp., Zerrener & Bülow; Brasilianische Bank, Jorge Fuchs; Richmann; Haydeireich & irmãos; British Bank of South América; Nathan & Comp.; London and Tiver Plate Bank; e London & Brazilian Bank. FERREIRA, op. cit. p. 73


46 CAMPOS, 2002. op. cit., p. 44.
o cenário das paisagens paulistas⁴⁷ e ter um desempenho fundamental no escoamento dos produtos agrícolas e manufaturados, afora os industrializados importados e os produzidos pela incipiente indústria nacional no final do Império e início da República.

Além do mais, a ferrovia facilitou o transporte humano, pois era também uma forma moderna de locomoção. Agitou a cidade de São Paulo, que, com a entrada do capital estrangeiro, adquiriu “novos ares”. Afinal, o capital inglês passou a ser atuante no País e fincou seus domínios durante todo o século XIX e algumas décadas do XX, contribuindo sensivelmente para o desenvolvimento que transformou a paisagem paulistana.

O uso da eletricidade e do ferro constituiu uma inovação na arquitetura urbana, pois oferecia aos engenheiros e arquitetos brasileiros — que vinham de seus estudos na Europa com muitas idéias e as manifestavam em seus projetos urbanos — a possibilidade de propor no Brasil construções com estruturas semelhantes às da Europa.⁴⁸ Tudo isso contribuiu para que a visionária busca pelo progresso — simbolizado, no caso de São Paulo, pelo traçado de ruas mais largas, onde os veículos movidos a tração animal e a motor pudessem transitar livremente, sem oferecer perigo aos pedestres; e pelo planejamento das áreas de várzeas, vales e morros — produzisse um outro ideário paisagístico, incluindo-se aí a imponência dos casarios e da arquitetura pública, cujo maior destaque coube ao Teatro Municipal.

Mais tarde, todo o Vale do Anhangabaú, anteriormente marcado pelo emblemático Viaduto do Chá, compôs uma visão primorosa da região da cidade onde está localizado, em que os jardins na parte baixa, sob o viaduto, harmonizam-se com as estruturas desse último, estendidas no ar e acolhendo a passagem dos transeuntes, dos coches, das charretes e bondes

no vaivém das ruas. Essa intervenção alterou a paisagem, antes rural, agora moderna; antes agreste, agora ornamentada pela natureza produzida pela mão humana, a técnica e a ciência conjugadas para um mesmo fim: o embelezamento urbano. 

A promoção de seu próprio teatro significou, para São Paulo, não só mudar a paisagem, mas aplicar técnicas e materiais igualmente revolucionários. Além de tudo, promovia-se o governo municipal, pois, se a grandiosidade da obra já causava encantamento, seu resultado final, possivelmente, seria ainda mais magnífico. Porém, ao materializar-se, a construção do teatro revelou um conluio de opositores unidos para consumar um objetivo comum de fins lucrativos. Essa constatação transparece no processo de construção do teatro, a qual se deu em um terreno pertencente ao proprietário da Companhia Antártica Paulista, Von Bulow, ligado ao empresário Antonio Prado, prefeito no período e dono da empresa de vidro Santa Marina. No entanto, o trabalho ficou a cargo do escritório de Ramos de Azevedo que, por sua vez, possuía vínculos com o Governo do Estado e não tinha a simpatia das famílias Prado e Penteado. As intervenções poderiam não ser, a princípio, de comum


50 Um dos exemplos mais significativos desse embelezamento da cidade de São Paulo, no período, diz respeito à arquitetura do Teatro Municipal que evoca o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, cuja obra teve início em 1904 e terminou em 1909. CAMPOS, 2002, op. cit., p. 84, 85, 91.


53 Em 1899 a Intendência de Obras passa a Seção de Obras; sua diretoria é integrada ao todo por oito engenheiros e assim composta: diretor: Victor Freire, vice-diretor: Eugênio Guilhem; dois primeiros engenheiros: Joaquim Otávio Nébias e Luiz Bianchi Bertoldi; e quatro segundos engenheiros: Lucio Martins
acordo, mas os interessados encontravam formas políticas de negociar seus interesses e benefícios pessoais em detrimento dos coletivos.

Essas intervenções foram realizadas de modo independente e segundo a legislação específica para cada caso, sem um plano que abrangesse toda a cidade, em conformidade com uma legislação que permitisse a participação dos vários segmentos da sociedade local. Para Morse, estudioso desse período, Antonio Prado, quando estava no poder, “[...] pouco mais deixou que alguns monumentos isolados, tais como o novo mercado ou o Teatro Municipal, de imitação e pretensiosos”.\textsuperscript{54} Entretanto, estudos realizados por arquitetos e urbanistas locais sobre esse período denotam uma discordância com relação a esse ponto de vista.

Apesar dos interesses públicos estarem voltados, nesse momento, para o leste da cidade, a iniciativa privada tinha uma orientação bem definida: a região Noroeste-Oeste. Os loteamentos realizados naquela área, como os bairros de Santa Efigênia, Morro do Chá, Campos Elísios, Santa Cecília, Vila Buarque e o Viaduto do Chá, sugerem tal opção.\textsuperscript{55}

1 O Viaduto do Chá

O Viaduto do Chá teve um papel muito expressivo na cidade à medida que melhor oportunizou o deslocamento das pessoas e o encontro entre a cidade “velha” e a “nova”. Foi

Rodrigues; Francisco de Paula Santos Rodrigues, Ernesto Dias de Castro e João Esteves da Silva. Essa equipe era um grupo uniforme: Freire e Martins Rodrigues eram professores da Escola Politécnica; Dias de Castro era aluno formado em 1888 e mais dois membros que ingressaram em seguida; o engenheiro Luiz Pedroso formado pela Politécnica em 1902 e um estudante também da Politécnica: Arthur Saboya. É importante ressaltar que Ernesto Dias de Castro era noivo da filha de Ramos de Azevedo. Obviamente houve muitos outros interesses que envolveram o acordo entre Estado e Município para a construção do Teatro Municipal, mas o fato de que havia nessa equipe um futuro parente de Ramos de Azevedo não pode passar incólume. Outra questão importante é a de que essa diretoria estagiava alunos da Politécnica.


idealizado pelo francês Jules Martim, cujo projeto suscitou muitos debates e controvérsias. A princípio, ainda no Império, chegou a ser motivo de anedotas; porém, nas décadas que se seguiram, o que parecia absurdo tornou-se um marco da modernização. A partir de então, passou a ser sinônimo de moderno e esse tipo de construção alastrou-se por toda a cidade de São Paulo. O traçado do primeiro viaduto representava a expansão da territorialidade urbana e propunha diminuir distâncias difíceis de transportar. O espaço onde se localizou era uma plantação de chá, como podemos observar na fotografia n° 01. Do lado da cidade antiga era possível ver nascendo a cidade nova, mas para chegar até lá os caminhos se alongavam. A ponte ligando as extremidades dos morros encurtava caminhos e aproximava os bairros novos do centro da cidade.

O viaduto marcaria a espacialidade urbana com uma característica moderna, iria demolir, transfigurar, modificar, inovar, enfim propiciar uma outra paisagem para cidade de São Paulo. A área destinada à sua passagem cortava o palacete do Barão de Tatuí, o qual representava o passado a ser superado por uma imagem progressista vindas de Londres e de Paris. As grossas paredes de taipa que remetiam aos tempos coloniais seriam substituídas pelas rija estruturas de ferro, que chegavam para encher os olhos da elite urbana e apagar de sua memória a idéia de colônia.


57 Neste sentido o viaduto não vinha para demolir apenas um casarão de taipa da nobreza paulistana, mas também extirpar do centro da cidade a característica agreste que marcava o local onde passou o viaduto. Era a natureza sendo dizimada pelo capitalismo que avançava soberbo por sobre o vale.

58 O Barão de Tatuí, Francisco Xavier Paes de Barros, era casado com a viúva do Barão de Iapetininga, a qual herdara o sobrado em questão. O sobrado representava a oligarquia ligada ao Império e sua força política nos domínios da espacialidade urbana, mantê-lo era uma questão de poder desse segmento da sociedade. Também Jules Martin entrou em conflito com seus patrocinadores e não obteve total apoio do Partido Conservador, no poder, para impor seu projeto. Com a ascensão dos Liberais nos anos que se seguiram, as dificuldades aumentaram. A ideia do viaduto volta à tona quando os Conservadores retomam o poder e a proposta do projeto volta à baila com toda a ênfase. Em 1886 derruba-se parcialmente o sobrado do Barão de Tatuí e faz-se o Chá: o progresso vencia. CAMPOS, 2002, op. cit., p. 51-54.

59 A demolição desse palacete, representa a cidade de taipa sendo soterrada pela nova cidade, nesse sentido, construiu-se por meio dele, uma outra camada do pergaminho histórico de São Paulo. Era um lugar sendo sobreposto por outro, considerando que a região próxima ao viaduto em pouco tempo adquiriu outra paisagem,
O País era agora uma República e suas principais cidades deveriam mostrar ao mundo sinais de civilidade. O ferro era a representação mais efetiva desse progresso.

Ao demolir, ainda no Império (1888), parte do casarão do Barão de Tatuí para a passagem da pomposa estrutura metálica, seus construtores tinham em mente o domínio do progresso sobre a tradição, essa entendida como conservadora de estruturas falidas, de aliceres carcomidos do poder existente; uma negação, enfim, da transformação e do desenvolvimento que, segundo Naclério Homem, demorou a chegar a São Paulo em virtude das dificuldades encontradas pelos paulistas, cuja vida era pobre e austera: “de alguns donos de engenhos de açúcar, de ‘tropeiros’, proprietários de tropas de mulas, e dos últimos sertanistas do ciclo das monções, as fortunas não eram consideráveis e não se comparavam à opulência dos produtores do Nordeste”.

Todo tipo de dificuldade era-lhes imposto pela natureza e a completamente dominada pela técnica. Planejada, com jardins, ruas e cuidadosamente integrado com o próprio viaduto e o teatro municipal que irá, também, compor a paisagem.

HOMEM, op. cit., p. 18-19.
constituição geográfica de São Paulo; alimentos, roupas e ferramentas demoravam a chegar
em decorrência desses fatores.

Faltava-lhe ouro suficiente e a Serra do Mar constituía importante obstáculo à
importação. [...] O entrave que o progresso da colonização sofreu devido às
dificuldades da região não invalidou, contudo, a importância do velho Caminho do
Mar. [...] Na economia colonial, São Paulo participava como produtor de
‘agricultura de subsistência’ devendo fornecer alimentos à população do país, ao
consumo interno, à ‘grande lavoura’, cujos géneros (açúcar, algodão etc.), por sua
vez, se destinavam ao comércio exterior.61

Os dois aspectos (a agricultura de subsistência e de exportação) apontados por
Naclério Homem mantinham, de certa forma, o paulista longe da metrópole e do contato
direto com o comércio europeu. Embora o Caminho do Mar desse acesso aos produtos
importados e escoamento aos de exportação, não permitia o contato com as novidades, pela
falta de recursos financeiros para conhecer a Europa.

Somente a cafeicultura iria trazer a riqueza e a opulência à cidade e ao Estado, que
passaram a desfrutá-las no século XIX. O que chama a atenção é como a modernização
propiciada pelo cultivo do café revela os primeiros sinais efetivos de transformação da
natureza e muda a paisagem quase rural em cenário urbano. É por ser um dos símbolos da
entrada dessa modernização anunciada por Martin como a “Revolução Francesa de São
Paulo” que o Viaduto do Chá é destacado neste item do presente trabalho.

É também nesse aspecto que a construção do Viaduto do Chá significou abrir os
portais da cidade colonial para a entrada de empreendimentos capitalistas que chegavam com
o café, o ferro, o aço e o tijolo para as novas construções, e, concretamente, para a enxurrada
de investimentos ingleses, os quais, de acordo com Sevcenko, iniciaram-se após a Guerra do
Paraguai, dando sustentação à República e oferecendo condições de crescimento para o
Brasil. Para esse historiador, a chegada de capitais ingleses ao Brasil é conseqüência de uma
ampla guerra de mercados vivida pelos países hegemônicos economicamente como “[...] as

61 op. cit., p.19.
potências européias, o Japão e os Estados Unidos que viviam outro tipo de guerra, representado pela ascensão dos grandes complexos industriais oligopolísticos e monopolísticos e seus efeitos dissolventes sobre as estruturas e instituições desses países."62

Sevcenko afirma ainda que o mercado mundial funcionava com uma harmonia organizada e racional, o que lhe permitia a manipulação de um grande volume de recursos financeiros e econômicos e seu alcance mundial.

Portanto, a demolição do casarão do Barão de Tatuí significava sucumbir ante a expansão do capital e à modernização que “abriu caminho” e venceu as “resistências” de alguns setores a mudanças que tomaram conta da acanhada São Paulo. Essas exigiram das autoridades iniciativas que apontassem para a continuidade do desenvolvimento, o qual se definiu à medida que se estreitaram os laços entre as elites e o capital estrangeiro, consolidados nas décadas seguintes. As ferrovias (que demarcam os espaços de domínio e de novas fronteiras nas terras do Estado de São Paulo e, mais tarde, em todo o País) são financiadas pelos capitais canadense, holandês e inglês — no caso desse último, inclui-se a Companhia City, empresa cuja atuação no espaço urbano da cidade de São Paulo foi significativa na definição da malha urbana. Como demonstração da entrada do capital internacional e, principalmente, do quanto o capital inglês exerceu seu controle em território brasileiro, pode-se mencionar a nossa primeira ferrovia, a São Paulo Railway, uma produção totalmente de responsabilidade inglesa no País.63

No que se refere à Companhia City, esse quadro não foi diferente. Nas atas de reuniões dos membros dessa empresa, sobressai a posição dos ingleses no Brasil. A companhia era


uma sucursal, e não uma filial, no País; seus gerentes e diretores aqui não faziam absolutamente nada sem o consentimento da diretoria inglesa. A comunicação era feita integralmente por telegramas, durante assembléias ou reuniões realizadas em Londres, das quais participavam alguns membros brasileiros munidos de cartas de representação de acionistas em cujos nomes votavam; ou, ainda, quando um brasileiro era chamado à sede londrina. Os memorandos e comunicações internas e externas eram feitos em papéis timbrados com o nome do País onde a empresa atuava.

O Brasil era uma terra promissora em investimentos; a S...
A litografia em questão, intitulada “Tomada da Bastilha”, em uma nítida alusão à Revolução Francesa, permite observar que a idéia utilitarista de revolução expressa por Martim serve à irreverência e a astúcia do desenhista. Sua intenção era a de mostrar que a demolição do palacete do barão teria para São Paulo o mesmo efeito que a Revolução Francesa para a França: demolir parte do sobrado do barão, ridicularizando-o diante da população paulistana, significava derrubar um pensamento conservador resistente à modernidade.


65 SEGAWA op. cit., p. 23.
A litografia de Jules Martin nos permite ter uma ideia da sonoridade que invadia a cidade naquele momento de numerosas construções, mas a nota aguda foi sonorizada pela edificação do Viaduto do Chá. Este francês antevia a São Paulo-cidade — naquele momento, com uma população em torno de 65.000 habitantes — em busca da São Paulo-metrópole. Ao representar seres humanos como formigas gigantes, manifestava sua interpretação do capitalismo quanto ao conservadorismo e o atraso expresso nas concepções agrícolas de desenvolvimento, da arquitetura de taipa e de madeira, visíveis no desenho. A cada centímetro de parede que se esfarelava em restos do que fora um belíssimo palacete colonial, sucumbiam, uma a uma, as resistências ao moderno, ao crescimento e à transformação, não obstante houvesse apenas indícios de tais mudanças. A figura da baronesa, representada, no canto inferior esquerdo, chorando a morte do galo da torre do casarão, assinala, debochadamente, o fim do domínio das idéias conservadoras que resistiam às mudanças na agricultura, na política e na indústria.

A Companhia Ferrocarril, responsável pela execução do Viaduto do Chá, passou a cobrar três vintén pela passagem daqueles que se dirigiam ao outro lado do Anhangabau. Os novos empreendimentos e a organização de sociedades anônimas e companhias empreendedoras, como a Ferrocarril e a Companhia City, com seus vários projetos intervencionistas e inovadores, vão demonstrar quanto positivo foi o resultado, para as elites, dessas iniciativas, pois essas empresas concentravam os capitais local e estadual, cujo alcance ultrapassava as fronteiras territoriais da cidade, estendendo-se a outras regiões e com outras atividades, como pode ser visto na empreitada de criação e difusão daquelas firmas em cuja participação empreendedores acionistas, não-sócios, tiveram uma grande lucratividade. Ao vazio de áreas desabitadas e aos domínios da oligarquia colonial impunha-se a “mão de ferro”

do progresso e da modernização — o caminho aberto para as mais diversas formas de aplicar capitais, tanto brasileiros, como estrangeiros.

No entanto, à margem das adversidades que envolviam as administrações públicas, o Viaduto do Chá tornou-se um símbolo da cidade, como narra Bresciani, quando trata das imagens de São Paulo, de sua estética e da condição de seus moradores frente a essas transformações. A autora recorre aos memorialistas para construir as imagens do espaço citadino e um deles trata do viaduto do Chá, dizendo que “da rua direita parte um bello viaduto [do Chá] até a rua Barão de Itapetinga, com 240 metros de extensão e largura de 14 metros, percorridos por bonds e oferecendo dos dois lados esplendidos panoramas”. 67

Bresciani lembra que o viaduto tornou-se um dos cartões postais da cidade, pela sua localização, a qual, permitia uma visão admirável, em qualquer direção. Ainda hoje esse é um dos lugares mais referenciados na cidade. Sua localização, por muito tempo orientou o cotidiano citadino, com o antes e o depois do viaduto, elo entre duas espacialidades distintas em uma mesma cidade. Sua imponência marcante no traçado urbano assinalou a história de São Paulo.

O viaduto do Chá foi apenas uma das intervenções significativas no espaço urbano, naquele momento68. Novas fortunas são acumuladas a partir da inserção do ferro nas construções e nas ferrovias, assim como do acelerado incremento que representava a construção de novos loteamentos e dos modernos edifícios — por exemplo, o Martinico, cuja arquitetura difundia as tendências urbanas em uso na Europa: fachadas limpas, linhas retas, ou seja, o moderno a instalar-se em nome do progresso e do desenvolvimento. As oligarquias coloniais, as indústrias e os empreendedores formaram um grupo difícil de definir, visto que


68 CERASOLI, op. cit., Em toda a sua obra, a autora trata do crescimento urbano da cidade de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX e início do XX, mas enfoca o calçamento da cidade por pessoas comuns. E, aponta, a condição da cidade naquele momento como sendo um verdadeiro canteiro de obras.
muitos eram, ao mesmo tempo, grandes fazendeiros, sócios ou mesmo proprietários únicos de indústrias, grandes empreendedores e influentes políticos, como Antonio Prado, Cincinato Braga, Jules Martin, Ramos de Azevedo e Victor Freire. Essa mesma situação verifica-se nas empresas; um exemplo típico era o da Companhia City, cujo Conselho Diretor (seus acionistas) transitava pela política e pela área econômica. Era o caso de Cincinato Braga, figura importante da política brasileira e sócio da Cia. City. A cidade estava envolta em investimentos e diversos projetos de modernização ajustados aos meios de acumulação de capital.

O Correio Paulistano publicou, em 1890, a crônica São Paulo Cresce, cujo teor chamava a atenção para a movimentação e o barulho reinantes na cidade. O texto faz uso de uma linguagem figurativa, que parece referir-se mais a uma mulher do que a uma cidade; uma mulher que, percebendo os adornos que a modernização lhe oferecia, queria-os para si:

E a Paulicéia, como que vexada de seu vestuário, originalmente combinada, por unir os elegantíssimos adornos modernos, peças vetustas e feitas está transformando-se rapidamente. Dentro em breve tempo do antigo S. Paulo pouco mais restará além da posição geográfica, pois mesmo a topografia, e ainda mais a superfície do solo vai-se modificando à vista d’olhos. Os velhos prédios caem por terra, demolidos pela picareta civilizadora. No lugar deles erguem-se da noite para o dia vestidas e comportáveis edificações.

Nesse fragmento da crônica já aparece a transformação para a qual a aspirante a metrópole se preparava. Sua paisagem fugida e transitória orquestrava as sonoridades


conhecidas do martelo, da serra e do estilhaçar provocado pelas ferragens, das rodas das carruagens e charretes, das patas dos animais nos calçamentos das buzinas dos carros a motor e seu ronco. Essa sinfonia que começava a ser executada, com sonoridades peculiares, próprias de um período que iniciava um caminho sem volta para a Paulicéia, poderia ensurdecê-la, mas jamais abandoná-la. Pois nem mesmo a força dos movimentos ambientalistas no final no século XX, na luta contra os vários tipos de poluição, conseguiu afastar o barulho que passou a ser característico da, então, megalópoles.

É preciso salientar que as políticas de intervenção urbana nas cidades brasileiras estavam longe de ter o mesmo caráter das realizadas em cidades europeias, que propunham mudanças urbanas estruturais de cunho social. No Brasil, as transformações eram mais voltadas para o desejo de manifestar o progresso do que de resolver questões sociais. Poucos foram os projetos que consideraram a existência do trabalhador. A economia brasileira sustentava-se na agroexportação, cuja produção e consumo pertenciam a circuitos distintos. Essa visão situava a cidade como centro consumidor e, conseqüentemente, limitava a conjunção dos

[...] elementos do urbanismo moderno mais associados à racionalidade e à funcionalidade produtiva do espaço urbano e aos requisitos de reprodução ampliada da força de trabalho.

No nosso urbanismo moderno, em vez de priorizar o âmbito da interação entre capital e trabalho, surgia como componente das diversas propostas de modernização manejadas pelos setores dominantes. Analogamente, nosso panorama ideológico custava a incorporar traços reveladores da luta de classes, sendo marcado pela disputa entre as diversas vertentes modernizadoras que concorriam na orientação das transformações locais.³⁷

A prática da intervenção no espaço citadino vinha ocorrendo segundo os ditames do capital privado; não havia uma proposta comum para o loteamento de bairros, qualquer que fosse a intervenção por parte da municipalidade, haja vista o exemplo do Viaduto do Chá, realizado pela organização de um grupo sob a tutela de Martin e com capital privado. O texto escrito por Eugenio Guilhem e Victor Freire (diretor de obras no final da gestão do prefeito

³⁷ CAMPOS, 2002, op.cit., p. 34.
Antonio da Silva Prado) em que se apresentava o projeto de *Melhoramento de São Paulo* evidencia a presença do capital privado na atuação pública.

Desde muitos anos, a Municipalidade e a iniciativa particular se preocuparam com os inconvenientes de uma situação cada dia mais agravada pelo aumento sempre crescente da circulação, procurando afastar do centro parte do movimento, quer pela execução de obras – viaduto do Chá e de Santa Ephigenia – que eliminavam as dificuldades de expansão proveniente da solução de continuidade criada pelo Valle do anhangabáhu, que separa a nossa ‘city’ de zonas planas, niveladas e próprias para constituir outros pontos de movimento, quer pela concessão de prerrogativas particulares e favores dados aos proprietários que consentissem em erigir na rua Barão de Itapetininga prédios de andares, destinados ao comércio varejista de certo luxo e importância°°.

A cidade seguia um processo crescente de embelezamento paisagístico e intervenções em seu tecido, como aponta o conteúdo dos argumentos de Eugenio Guilhem. Essas intervenções, promovidas pelo poder público, também eram há muito tempo articuladas pela ação da iniciativa privada. Assim, retrocedendo ao período compreendido entre 1902 e 1905, encontramos o remodelamento do Largo do Arouche com um ajeitamento, e as margens do Tamanduateí, na várzea do Carmo, receberam o plantio de grama e de árvores. Entre 1907 e 1909, a praça do Museu do Ipiranga foi ajeitada ao estilo francês, conforme projeto elaborado por Arsênio Putenas, e eclode a polêmica transferência da igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos do Largo do Rosário para o Largo do Paissandu.

2 - Intervenção no Largo do Rosário

A operação que resultou na transferência da comunidade negra do Largo do Rosário para o Largo do Paissandu, assim como a construção do Viaduto do Chá, foram intervenções

que marcaram o desenho da cidade de São Paulo na passagem para o século XX e
demonstram a articulação dos poderes na configuração do traçado da cidade de acordo com os
interesses das elites. Esses poderes se manifestavam fio a fio, na tessitura da malha urbana,
insuflando conflitos, acordos tácitos e diretos, enfrentamentos políticos, econômicos, sociais,
religiosos e raciais que tumultuaram o período. Exemplos são a demolição do Palacete do
Barão de Tatuí e a transferência da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Essas intervenções
estavam além da preocupação urbanística e também seguiam na direção de interesses
privados.

A igreja da Irmandade dos Homens Pretos do Largo do Rosário, o ponto de encontro
da população negra, localizava-se exatamente na área de comércio em expansão e, por isso,
era supervvalorizada. Esse grupo social não foi considerado relevante pela administração
municipal, que decidiu expulsar dali a comunidade, a fim de ampliar o espaço no qual se
realizava o comércio, já bastante concentrado no “triângulo central”. Em outras palavras, a
presença da irmandade negra incomodava consideravelmente a circulação das famílias
abastadas, exigindo da administração pública uma medida imediata de caráter eugênico.73

O Poder Público reivindicou o Largo do Rosário, e o deslocação foi inevitável. A
modernização imprimia seus registros não só na monumentalidade do Viaduto do Chá, mas,
com a mesma intensidade, nas espacialidades que, redesenhadas, permitiam a segregação
racial e social mediante a alegação de melhoria, que eram benéficios ocultos em ações
urbanísticas.

Sevcenko, ao tratar do tema, refere-se à administração de Antonio Prado como
promissora e destaca as mudanças que se faziam necessárias naquele momento.74 O centro da
cidade, dado que parece unanimidade entre os pesquisadores do período, exigia modificações
em seu traçado, mas a forma como essas ocorreram denunciam um planejamento

73 SANTOS, op. cit., passim.
74 SEVCENKO, op. cit. p. 121.
segregacionista, que se consolidou ao longo dos tempos. Porém, o que fica claro no episódio do Largo do Rosário são as estratégias utilizadas pelo poder local para atender tanto a interesses públicos como a particulares. O “triângulo central” não era entendido como lugar para uma comunidade negra, a qual motivava inúmeras discussões, longos enfrentamentos em jornais e em congressos de medicina sobre o imperativo do branqueamento.\(^{75}\) Cabe acentuar, que a retirada da comunidade negra foi aceita por todos, até pela Igreja, um dos poderes vigentes ao qual a Irmandade do Rosário estava ligada, o que demonstra a convivência da Igreja com o pensamento discriminatório.

Considerados involúvidos, os afrobrasileiros deveriam ser mantidos em seu lugar, pois, na compreensão da elite, da Igreja Católica e dos intelectuais da época, somente o branqueamento resolveria essa condição. Enquanto isso não ocorria, o melhor era deixá-los afastados dos locais onde circulavam os brancos. Segundo a historiadora Tania R. de Luca, tratava-se de uma medida puramente eugenética que via as comunidades negras como degeneradoras das relações sociais.

No início do século XX a prática de cindir a humanidade em grupos, aos quais eram atribuídos valores biológicos, psicológicos, morais e/ou culturais intrinsecamente diferentes continuava desfrutando do status de verdade científica que poucos ousavam contestar. A questão da mestiçagem, corolário dessa premissa, também permanecia submersa em um clima de ceticismo. No Brasil, país de população multicolorida, fruto das mesclas mais variadas, a problemática da hibridação não era simples especulação teórica, mas experiência vivida quotidianamente.\(^{76}\)

Observa-se que a concepção da população negra como raça involuída aparece com freqüência nos estudos sobre esse período. Além do problema da miscigenação, havia a


\(^{76}\) *op. cit.,* p. 156-157.
difícil em controlar o surto de doenças, outro problema crucial da urbanização e que, inevitavelmente, levava à questão eugênica. A intervenção espacial promovida pelas autoridades era, portanto, fundamentada também nos argumentos correntes e na obrigação de manter a ordem e as condições de desenvolvimento urbano para toda a sociedade, garantindo-lhes condições saudáveis e liberdade de transitar, desde que não se fosse negro.

A Praça do Largo do Rosário, lugar de convívio de comunidades negras, é mencionada de maneira panorâmica pelo historiador Nicolau Sevcenko em um rol de intervenções urbanas realizadas por Antonio Prado:

Parte das suas intenções ficava clara pelo empenho paralelo em modernizar e organizar a Imprensa Sanitária e os serviços básicos de higiene, dividindo para isso a área urbana em trinta distritos. Ele também desafogou o Triângulo, ampliando o Largo do Rosário, reconstruído de Praça Antonio Prado, que se tornou o ponto de confluência e redistribuição de todo o tráfego de veículos e pedestres do centro.

Isso corrobora a ideia de que a modernização instaurava-se rapidamente — mesmo para a investigação histórica sobre os espaços centrais da cidade, os feitos de Antonio Prado aparecem como realizações necessárias naquele momento histórico.

O “triângulo central” assiste, a partir de 1901, ao alargamento da rua Quinze de Novembro. Era a mais elegante rua de comércio, e sua desembocadura no Largo do Rosário conduzia aos bairros considerados “nobres” na cidade, razão pela qual não poderia haver ali uma Irmandade do Rosário.

Livre desse ‘estigma’ a praça assumiu o papel de coração da vida social e empresarial de São Paulo. No lugar da igreja o irmão do prefeito, Martinho Prado Junior, ergueu o Prédio Martinico, o mais alto da cidade com seus cinco andares; seria ocupado pela sede da Light e pela redação do jornal O Estado de S. Paulo.

79 SEVCenko, op. cit., p. 121.
Os “benefícios” que ofereceu à cidade a transferência dessa comunidade negra faziam parte de um acordo tácito entre as elites e aqueles que menosprezavam esse grupo étnico, considerado inferior aos demais. Empregaram-se nesse pleito as táticas para satisfazer a grupos, famílias e pessoas, táticas essas camufladas nas intervenções urbanas que expressavam os interesses econômicos, políticos e ideológicos da sociedade da época.

Observa-se a não-existência sequer da preocupação em negar que a transferência da comunidade negra se devia à inconveniência de sua presença. E o desamparo à Irmândade do Rosário começou nas negociações quanto à indenização relativa à área que lhe pertencia, a qual acabou sendo avaliada em metade de seu valor; em caso de recusa, seria embargada pela Prefeitura e compulsoriamente retirada dali, com a demolição da igreja.

No novo espaço destinado à Irmândade do Rosário, a comunidade negra não era desejada, embora fosse um lugar ermo, quase um sítio, muito parecido com o Largo do Rosário quando nele se instalou a Irmândade em 1728. A hostilidade com que foram recebidos não abalou, contudo, os recém-chegados, que resistiram o quanto foi possível, e a Igreja do Rosário foi fundada no Largo do Payssandu.81

A transferência da Irmândade dos Pretos do Rosário e a demolição do palacete do barão de Tatuí não foram somente intervenções urbanas necessárias, mas também expuseram a forma pela qual setores da sociedade perseguiam seus interesses políticos, ideológicos e econômicos por intermédio de projetos que privilegiavam negócios privados. Segundo Malta Campos, as cidades brasileiras como um todo passaram por esses problemas, pois a

Racionalização e embelezamento esbarravam nos onipresentes interesses fundiários, resultando em realizações parciais. Sucessos pontuais ou momentâneos, no que se refere à remodelação da cidade, eram vitórias obtidas a custo no panorama pouco

racional e nada belo da urbanização acelerada, das soluções casuísticas e do aproveitamento imobiliário indiscriminado.⁸²

No caso de São Paulo, essa análise se aplica àquele momento, pois não havia um planejamento das necessidades amplas e gerais que atendesse aos interesses de toda a população, independentemente de sua condição social. Era realizada uma política de intervenções ideologicamente marcada pelo conservadorismo e pela política de privilégios sem planejamento na esfera da complexidade urbana.⁸³

Obviamente, isso não quer dizer que a gestão Antonio Prado nada fez; ao contrário, Sevcenko enumera várias interferências no espaço citadino realizadas no decorrer dessa administração. Porém, nenhuma delas provinha de um planejamento que implicasse modificações mais amplas. Eram, como procuramos evidenciar, intervenções isoladas, e seu planejamento era marcado por situações específicas no âmbito dos poderes dos grupos.

A concepção de cidade e de planejamento que percebemos nos casos tratados expressa-se na dominação das elites e na compreensão que esses grupos tinham de si, como se viam e se posicionavam com relação à espacialidade urbana como depositária dos anseios e necessidades de uma coletividade. Tal posição não se refere apenas à superioridade econômica, mas também à superioridade de valores morais, religiosos e culturais, com direito a conduzir a expansão territorial urbana de acordo com seus interesses e voltada para os locais visados.

O primeiro planejamento, feito em 1911, efetivado na gestão de Duprat, demonstrava amplas preocupações, que, entretanto, priorizavam as artérias centrais da malha urbana e favoreciam as classes mais abastadas, relegando ao último plano as áreas periféricas, cujos espaços eram habitados por operários e pessoas de posses sem poder de interferência no

⁸³ Segundo MORSE, a gestão de Antonio Prado não contribuiu para que houvesse um planejamento mais sistemático do espaço urbano, deixando muito a desejado nesse aspecto. Entretanto, realizou arranjos na mesma proporção de sua falta quanto ao posicionamento político de seus representantes, haja vista a Revolução de 1924, a qual pôe à mostra essa teia de composições políticas. MORSE, op. cit., p. 317 et. seq.
ámbito dos poderes — ou seja, menos significativas para uma elite ciente de sua condição, com visões muito bem demarcadas sobre si e sobre os outros. Essa elite veio, mais uma vez, apontar a direção que tomaria a cidade dali em diante, opondo-se, na raiz, à pluralidade, diversidade, multiplicidade e, já naquele momento, à complexidade, preteridas em favor de um núcleo central que usufruía as benesses que o planejamento tinha a oferecer a seus fomentadores.

Não se aplicou à cidade um princípio condutor que levasse em consideração que “[...] planejar uma cidade é tanto pensar a própria pluralidade do real quanto efetivar essa maneira de pensar o plural; é saber como articulá-lo e ser capaz de fazê-lo”.84 Vemos que “fazer” uma cidade exige muito mais que apenas enquadrá-la conceitualmente; sem os instrumentos básicos do fazer, ela sempre será uma concepção, uma ideia, um conceito, mas não se materializará. Para que isso possa ocorrer, é preciso que o planejamento ou um planejamento seja consolidado em conjunto com o que já existente e que haja espaço para o seu vir-a-ser na pluralidade e na complexidade urbanas.

3 - Plano de Melhoramentos: o poder dos engenheiros

A proposta de um planejamento amplo para a cidade de São Paulo foi sendo gestada nos últimos anos da primeira década do século XX, mas os estudos efetivos para tanto foram feitos a partir de 1910, com o conhecido plano de Melhoramento de São Paulo, trazido a público em 1911. O panorama da cidade mostrava um crescimento que justificava mais atenção das autoridades com relação a uma melhoria do centro, assim como possibilidades de

expander o comércio para fora dos limites do “triângulo central”. Os três projetos propunham-se, então, a dar mostras das intenções de melhoramento, visando não só às soluções para o presente, mas a uma paisagem urbana que doravante conferisse ao espaço citadino a ideia de progresso e civilização congregados no crescimento urbano.

Os projetos apresentados respectivamente por Alexandre de Albuquerque, Freire-Guilhem e Samuel das Neves tiveram, inicialmente, a função de oferecer diretrizes organizacionais na orientação do crescimento da cidade. Objetivou-se definir melhor as artérias centrais, praças, viadutos e espaços determinados para encaminhar o crescimento do comércio. Os bairros poderiam, a partir desse núcleo, fixar sentidos de orientação e localização. As empresas loteadoras teriam, também, demarcadas as áreas para os novos bairros e, em acordo com a prefeitura, poderiam direcionar suas metas para outros loteamentos. Deu-se a isso o nome de Plano de Melhoramentos de São Paulo.

Essa idéia de planejamento, que pretendia atender às necessidades das elites, não considerava, segundo Marisa Carpintério, a questão das moradias populares ou da habitação de um modo geral. Pouco tardou para as autoridades atentarem para esse “detalhe”: a urbanização consistia também em moradias para o operariado, que havia sido ignorado pelos melhoramentos de 1911.

Ao adentrar o campo investigativo no qual o Plano de Melhoramentos se efetivara, constatamos que o projeto de Alexandre Albuquerque [Fig. 02] foi subsidiado por capitalistas brasileiros que viam no melhoramento urbano uma forma de aglutinar capitais. Compunham esse grupo paulistanos, como o Conde de Prates, Plínio da Silva Prado, José Nogueira.

85 Samuel das Neves (1863-1937) nasceu em São Felix na Bahia. Diplomou-se em 1882, pela Escola Imperial de Agronomia, da vila de São Francisco, onde fez seus estudos de ciências físicas, matemáticas e arquitetura, além de agronomia, o que lhes permitiu, dada a deficiência de atividades agronômicas na época, inclinar-se para a engenharia civil. Com o advento da República, mudou-se para São Paulo, local no qual se estabeleceu. Foi considerado inovador por ser o primeiro a empregar estruturas metálicas em edifícios comerciais; a construir o primeiro prédio de concreto no centro da cidade; apartamentos para solteiros, em 1913; a usar telas metálicas para forros de estuque, que eram feitas até aquele momento com ripas de palmito; a introduzir o uso de escadas de mármore “à abalro”; e a aplicar caixilhos de aço em prédios comerciais e calhas e condutores de ferro fundido galvanizado de procedência inglesa. SEGAWA, op. cit. p.82-83.
86 CARPINTÉRO, op. cit., p. 78.
Paulino, José Martiniano Rodrigues Alves, Nicolau de Souza Queiroz, Barão de Bocaina, Horácio Belfort Sabino⁷⁷, Sylvio de Campos, Francisco de Paula Ramos de Azevedo e Alexandre de Albuquerque.⁸⁸

A proposta de Alexandre Albuquerque apresentava a inserção de uma avenida que ligaria a Praça Antonio Prado à Chácara do Carvalho em Campos Elísios, local de moradia do prefeito Antonio Prado. Seu desdobramento seguiria até o bairro Bom Retiro e a Freguesia do Ó, além do vale do Tietê; outra avenida ligaria o Teatro Municipal, o Viaduto do Chá e a Estação da Luz; e uma terceira ligaria o Largo do Viaduto de Santa Efigênia ao Largo do Arouche e ao bairro de Higienópolis.⁸⁹ Seu planejamento ficou conhecido como o Projeto das Grandes Avenidas.

As três grandes vias convergiam para um centro cujo final, em rotatória, era visivelmente semelhante à Place de l’Étoile. Esse novo arruamento era baseado no modelo parisiense de remodelação urbana de grandes avenidas e extraordinários bulevares, entre outras interferências que o projeto intentava realizar. No entanto, era uma proposta onerosa para o poder municipal e para os investimentos privados, pois se pautava nos princípios haussmanianos e exigia inúmeras desapropriações, as quais levariam fortunas dos cofres públicos. A viagem à Europa resultou nessa paixão pelas obras de Haussmann, mas a cidade não suportava tamanho empreendimento sem que se soubesse de onde tirar subsídios financeiros para efetivá-lo. Diferentemente do que apresentava o projeto Freire-Guilhem [Fig. 03 e 04], não havia, na proposta de Albuquerque, uma planilha de custos e de fontes orçamentárias para tornar viável seu projeto. Por outro lado, existia em suas proposições uma

⁷⁷ Horácio Sabino era um dos sócios da Companhia City.
⁸⁹ SEGAWA, op. cit. p. 70.
outra perspectiva que fugia do “triângulo tradicional” que envolvia o centro da cidade, como previam os dois outros projetos.

Entretanto, segundo Segawa, o projeto de Alexandre de Albuquerque estava em descompasso com a Europa diante das propostas de planejamento urbano alemão, as idéias de Camile Sitte e o movimento inglês das cidades-jardins.90 Esses, sim, foram contemplados no Plano de Melhoramentos. Victor da Silva Freire, devido à sua formação, sentia-se inclinado às propostas delineadas por Sitte, as quais eram soluções aplicáveis aos terrenos acidentados da promissora São Paulo. Ao invés de impedir seu crescimento, isso poderia ser um agregador de valores ao planejamento proposto.

O outro projeto apresentado por Freire-Guilhem tinha origem no trabalho de Victor Freire, do setor de obras da Prefeitura Municipal. Esse engenheiro assumiu a Seção de Obras

90 op. cit., p. 74.
como chefe e, mais tarde, tornou-se seu diretor em 1899. Sua entrada no poder público está vinculada a Antonio da Silva Prado. Contudo, quando Prado deixou a Prefeitura, Freire continuou na direção da Seção de Obras, na época Diretoria de Obras Municipais, até 1926. Seu projeto oferecia uma proposta resultante de estudos sobre a região, fundamentados em informações concernentes ao cargo que exercia. O projeto apresentado para a intervenção no centro previa:

o alargamento e nivelamento da Rua Libero Badaró, da construção de um viaducto ligando a praça Antonio Prado ao largo do Paysandú, do ajardinamento do Vale do Anhangabahú. [...] Concluída ella, ficará o centro em perfeitas condições de viabilidade, para acudir às exigências do tráfego naturalmente crescente, durante largo prazo de tempo. E, simultaneamente, achar-se-á dotado de um logradouro de aspecto característico e original, como os que procuram modernamente constituir as cidades mais adiantadas, arredal dos seus programas edifícios, sempre que a topographia natural lho permitte fazer – é felizmente o nosso caso – o tipo das longas avenidas banaes e sem tão favoráveis condições de esthetic, de que é modelo acabado, na opinião dos competentes, a conhecida avenida ‘de Mayo’, em Buenos Aires. A esse logradouro fará digna companhia o que deverá ser constituído mais tarde, do lado da várzea do Tamanduáthy, pelo seu ajardinamento e pela ligação da rua da Bou Vista com o largo do Palácio, encastando por essa fórma o coração da cidade entre dois bellíssimos parques e emoldurando-o entre dois soberbos panoramas, de natureza diferente mas esplendidos ambos pela harmonia e suavidade das suas linhas. Indispensável é, porém, que a esses logradouros não falte o aspecto monumental falharia esse por completo se, provido de recursos pecuniários, não se achasse o executivo municipal munido de uma lei de desapropriação, cujo molde não é dificil encontrar no paiz ou no estrangeiro, e que permitta constituir lotes marginaes de fórma e dimensões adaptadas à construção de imoveis, dignos de enquadrar os melhoramentos projectado.⁹¹

O Plano de Melhoramentos Freire-Guilhem é todo ele voltado para a suntuosidade e o embelezamento, assim como para a solução de alguns dos problemas mais prementes naquele momento. O principal era transpor os morros e vales e levar a cidade para fora do “triângulo central”, no qual se encontravam agrupados os estabelecimentos comerciais e, por conseguinte, todo o grande fluxo de pessoas e de transporte de carros a motor, bondes e veículos movidos por tração animal. Esse agrupamento, aglutinado em um único ponto, oferecia aos paulistanos uma pequena amostra da conturbada cena londrina e parisiense.

---

O plano de Freire-Guilhem, em seu aspecto prático, não se distinguia do plano apresentado por Alexandre Albuquerque quanto à grandiosidade e aos custos. A dessemelhança estava em que o primeiro era encaminhado ao governo do Estado com uma planilha de custos e uma carta de apresentação do prefeito Antonio Prado na qual ele, sabiamente, mostrava a diferença entre a cidade de São Paulo e a de Buenos Aires, considerada a Paris sul-americana e, portanto, merecedora de investimentos maiores que os dez mil contos de réis pedidos à sua gestão.\footnote{PRADO, Antonio da Silva. Plano de Melhoramentos. Freire-Guilhem. p. 4-6. 1911. Arquivo do Estado. do Estado de São Paulo.}
O terceiro projeto a entrar na concorrência pela melhoria do centro foi o de Samuel das Neves, engenheiro representante dos interesses do governo do Estado. Foi levado a público em 23 de janeiro de 1911 pelo Correio Paulistano. O jornal dizia ser esse o projeto que a Prefeitura executaria, como se a decisão sobre qual dos projetos apresentado aos paulistanos para a melhoria da cidade já tivesse sido tomada. A precipitação do jornal, ao anunciar a preferência por um dos projetos, levou a um constrangimento geral. Além disso, a proposta desse engenheiro não tinha fundamentos financeiros, os quais caracterizavam a tônica do projeto de Freire-Guilhem. Foram apresentados ao prefeito Antonio Prado caminhos alternativos, ou seja, a desapropriação dos terrenos que envolviam a área principal, onde ocorreria a interferência maior.
Caso o governo do Estado não atendesse ao pedido de Silva Prado, a referida área poderia ser vendida e, assim, o dinheiro empregado na aplicação do projeto seria recuperado. De toda forma, o plano apresentado pelos engenheiros Eugênio Guilhem e Victor da Silva Freire trazia alternativas quanto a sua aplicação, pois apontava os caminhos financeiros para se concretizar. Por esse motivo, a publicação do projeto de Samuel das Neves como o escolhido causou desagrado ao grupo ligado a Antonio Prado, visto que não apresentava viabilidade financeira. Os motivos que levaram o Correio Paulistano a cometer tal “deslize”, ao anunciar a definição do projeto final, não aparecem nas obras estudadas. Porém, é possível que esse episódio só tenha ocorrido devido às disputas entre Prefeitura e Estado, na definição de um projeto urbano que, embora não atendesse a toda a população, traria um grau considerável de interferência na espacialidade urbana.

Samuel das Neves ligava-se a nomes importantes, como o Conde de Prates. Era engenheiro agrônomo e agrimensor funcionário do setor de obras estadual, pertencente à
Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Seu projeto foi apresentado no final de janeiro, depois de ter vindo a público o projeto de Freire-Guilhem. Diferentemente desse último, sua proposta foi realizada com pouco tempo e sem muitos estudos, como os que embasaram a da Prefeitura; não apontava diretrizes urbanísticas definidas, não dispunha de um planejamento seguro do uso imobiliário e não assegurava a funcionalidade dos espaços e a circulação priorizada no caso do de Freire-Guilhem. Trazia sugestões para uma avenida ampla que ligaria a Avenida Paulista à Avenida Tiradentes.

Além de reproduzir as idéias do Viaduto Boa Vista e da praça do Patriarca o projeto Samuel da Neves propunha abrir uma nova rua no coração do ‘triângulo’, do Viaduto Boa Vista à Brigadeiro Luís Antônio, na qual ‘toda a edificação obedeceria ao tipo da rua Rivoli, de Paris’. Mais importante era o tratamento do Anhangabaú: garantia a ocupação dos dois lados das ruas Formosa e Libero Badaró e preconizava o tratamento do vale enquanto bulevar arborizado e edificado, formando, no lugar do parque, ‘uma avenida parque’. Apresentada, como não podia deixar de ser, como a ‘avenida central’ de São Paulo, ligaria o espigão da Paulista à avenida Tiradentes. Prenunciando uma escala de intervenção mais ampla daquela admitida até então, essa via de fundo de vale sugeria diretrizes menos presas à colina histórica do que aquelas que presidiam ao projeto da prefeitura. Sua idéia seria a retomada mais tarde no projeto da avenida Anhangabaú, atual Nove de Julho.\(^93\)

Esse projeto visava mais à monumentalidade que os outros. Segundo Segawa, a avenida central por ele proposta deveria ter 60 metros de largura, enquanto os outros propunham 40 e a Avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro, tinha 33 metros. Também comportava uma outra rua que deveria ter 18 metros de largura, com edificações ao modelo da rua Rivoli, em Paris. Deveria ter o seguinte percurso: ‘[...] do cruzamento da rua do Comércio com a rua da Quitanda, sobe procurando o prolongamento da Avenida Luiz Antonio e que, do ponto de partida desce na direção oposta, rumo ao prolongamento da Rua Boa Vista’\(^94\).

Victor Freire respondeu a Samuel das Neves em uma célebre conferência proferida no Grêmio Politécnico. Fez veemente crítica ao projeto e sugeriu alternativas, inspirado nas idéias de Camile Sitte, indicando, com isso, ser seu admirador. Não estava resolvida, contudo,

---


\(^94\) SEGAWA, op. cit., p. 90-91.
a questão entre os dois projetos. Josep Bouvard\(^5\) que há algum tempo percorria a América do Sul, foi chamado a arbitrar a questão. Segawa garante que a vinda de Bouvard foi acidental, mas outros autores apontam a oficialização do convite feito pela Câmara Municipal.\(^6\) Sua vinda, segundo Reis Filho,

[...] provocou algumas reações de repúdio, mas permitiu à Câmara encaminhar uma solução conciliadora, adotada nos anos seguintes. Basicamente, o parecer de Bouvard deu força aos planos elaborados na diretoria de Obras do Município, conhecidos como Freire-Guilhem [...] A solução proposta pela Diretoria Municipal e por Bouvard foi considerada pelos profissionais como tendo sido influenciada pelas ideias de Sitte, opondo-se ao caráter cirúrgico e autocrático de Haussmann, notado no Plano Albuquerque. O plano Samuel das Neves pode ser considerado como uma variação do plano Freire, tendo sido elaborado em prazo extremamente curto, não se conhecendo todas as peculiaridades, uma vez que não chegou a ser publicado na íntegra.\(^7\)

O ano de 1911 foi, ao que tudo indica, um ano polêmico na política e no enfrentamento entre os senhores do poder local. Revelou-se nesses embates uma clara divisão de forças entre o grupo representado por Freire-Guilhem e o representado por Samuel das Neves. A disputa não era apenas por um plano de diretrizes urbanas, mas pelo controle das relações políticas e econômicas cujo cerne tratava do loteamento de áreas. As relações comerciais transpunham os limites urbanos e estaduais, como no caso das ferrovias, da formação de companhias com ações de empresas de capital estrangeiro, como a City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, que detinha o controle do grupo ligado a Antonio Prado, embora ele, particularmente, aí não apareça.


É nesse quadro que Raymundo Duprat assume a Prefeitura de São Paulo. Ele havia exercido a vereança algumas vezes; amiúde substituía Antonio da Silva Prado na condição de vice-prefeito e, assim, não era estranho aos conflitos que cercavam o Plano de Melhoramentos, tendo recebido de bom grado a presença de Joseph Bouvard na indicação de soluções ao impasse que se havia criado. Bouvard era um nome respeitado por todos os envolvidos, e seu projeto, além de apaziguar os ânimos, resultou em melhorias concretas para a cidade. Foi o político e conciliador que adaptou o Plano Freire-Guilhem com o objetivo de dar elegância ao Vale do Anhangabaú, o que permitiria atender aos interesses públicos e privados. Projetou a construção de dois blocos isolados nos terrenos do Conde Prates com cercamentos em jardins. Essas edificações foram planejadas por Samuel das Neves, cuja preocupação também visou à elegância e à harmonia com a paisagem externa, de forma que esse conjunto de obras se tornou o ponto para o qual convergiram as atenções por mais de duas décadas. Consta de seu plano a organização da Várzea do Carmo, mais tarde transformada em Parque D. Pedro II, cujos projetos incorporaram muitas de suas sugestões.

Nesse panorama, incluindo-se o primeiro grande Plano de Melhoramentos e seus meandros, tinha continuidade a construção de uma paisagem urbana “civilizada”, domesticada, subjugada, integrada à tendência urbanística da cidade. Se observarmos os registros fotográficos, encontramos em diferentes pontos uma natureza agregada ao restante dos elementos que compõem o contexto urbano.

A Avenida Paulista [fotografia 02], por exemplo, mostra uma simetria perfeita. A aparência das árvores enfileiradas evidencia o domínio do homem sobre a natureza e sua capacidade de assinalar a civilidade, até mesmo por intermédio da mesma natureza. Diferenciá-la do embrutecimento que as áreas rurais apresentavam com a multiplicidade e a dissimilitude era uma necessidade do urbano.
Nessa paisagem, vemos árvores com aspecto semelhante, diverso apenas daquelas que estão nos jardins das residências, mas que também possuem uma simetria: são cuneiformes, decorativas e repetem-se em quase todos os jardins ao longo da Avenida, patenteando novamente a salubridade e a correção da natureza. Essa contraposição está presente na mesma imagem, se compararmos a Paulista à área de fundo do Parque Siqueira Campos, cuja vegetação conserva sua disposição natural e disforme.

Notamos que a civilidade na natureza da paisagem urbana estendia-se por toda São Paulo; não era apenas uma condição da Avenida Paulista. Se analisarmos a paisagem do Vale do Anhangabaú (fotografias 03 e 04) alguns anos depois, quando nele foram empreendidas as reformas propostas no Plano de Melhoramentos, encontramos um elogio à natureza adaptada à composição urbana. Toda a área que envolvia o Teatro Municipal, o Vale do Anhangabaú e o Viaduto do Chá apresentava uma composição simétrica inteiramente integrada à urbanização proposta. Tratar do Plano de Melhoramentos com vistas a atentar para o esquadrinhamento do espaço é importante, uma vez que esse planejamento contribuiu consideravelmente para o vir-a-ser da cidade a partir do Plano e de interferências posteriores. A paisagem urbana respaldada na natureza compreendia, sem dúvida, a feição da cidade.
As imagens desse período indicam que havia uma composição urbana paisagística para a qual se voltou Barry Parker ao planejar o Jardim América. Seu projeto de alinhar residência, bairro e cidade era coerente; entretanto, as dificuldades dos administradores, ao longo do século XX, em atender às exigências de uma cidade industrial conduziram a espacialidade urbana a uma configuração fora de controle, no final do século. Perdeu-se, dessa forma, a referência paisagística que no passado marcara a urbe.
No cenário do ano de 1911, em conformidade com Reis Filho, vem ao Brasil, acompanhando Bouvard, o empresário inglês Laveleye, que, por estímulo do amigo, adquiriu uma área de aproximadamente 12 milhões de metros quadrados. Nascia, nesse momento, a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*. Seus diretores eram: Laveleye, Bouvard, Cincinato Braga, Campos Salles e Lord Balfour, na época presidente da São Paulo Railway. Essa composição financeira e política foi a proprietária da maior e mais forte empresa privada que envolveu capitais da França, Inglaterra e Brasil no espaço urbano.

A própria constituição desse grupo demonstra muito mais interesses do que deseja fazer crer Segawa, ao mencionar a passagem, por acaso, de Bouvard por São Paulo. Sua vinda está, pelo contrário, permeada por situações que denotam uma real avaliação dos conflitos e dos interesses em jogo para definir o melhor quinhão e a quem caberia seu controle, no crescimento desmedido da incipiente metrópole, já para a época.

O mais importante, com relação à companhia *City*, estava em sua gênese: era uma empresa britânica; mesmo que em sua constituição houvesse a participação de capital francês com atuação no Brasil, e de brasileiros, pois suas atas de reuniões e seus documentos de formação registram o controle inglês. Seus acionistas-diretores brasileiros eram subordinados à diretoria da Inglaterra. Os empreendimentos realizados no Brasil pelo capital inglês estendiam-se por todos os segmentos econômicos do País, e a disputa pela aprovação do Plano de Melhoramentos mapeava esse domínio; de forma indireta, é verdade, mas em nenhum momento poderíamos dizer que foi um acaso a intervenção de Bouvard.

O primeiro empreendimento da Companhia City seria o loteamento do subúrbio Jardim América. Com a perspectiva de um Plano de Melhoramentos com linhas mais ou menos definidas e a aquisição da área pela Companhia City, a proposta de transformar em subúrbio o local hoje denominado Jardim América (na época, apenas América) passou a tornar-se concreta. Mas nada indica, nessa ocasião, qual a proposta urbanística para a região.
O Jardim América aparece no mapa de 1913 em quadriculado, com arruamentos em malha ortogonal, cortada por diagonais. Até 1915, quando a planta do planejamento da área é solicitada ao escritório de Raymond Unwin, em Londres, havia apenas esse desenho da localidade cujo traçado apresentava uma visível opção pelo estilo “tabuleiro de xadrez”.

Na planta da cidade de São Paulo, podemos ver que o traçado do bairro marcando a malha urbana é aquele projetado por autor não identificado pela Cia City. Outro dado
importante é ele estar localizado no fim da área da cidade caracterizada no mapa, o que confirma sua constituição inicial de subúrbio.

Somente em 1917 Barry Parker foi convidado a vir ao Brasil e passou a responder pelo desenho da planta definitiva do Jardim América, com as características que o definiram, para os urbanistas brasileiros, como bairro-jardim. O Plano de Melhoramentos de 1911 foi aplicado em sua quase totalidade e ofereceu à cidade uma feição embelezadora, como os registros fotográficos comprovam. Portanto, quando Barry Parker chegou a São Paulo, em 1917, a Capital do Estado possuía uma área central com uma certa harmonia paisagística e foi sob a perspectiva de integração a essa paisagem que propôs os seus projetos.
II - Cidade Jardim: de Letchworth a São Paulo: o nascimento do Jardim América

As cidades desenvolveram-se de uma maneira que chamamos espontânea, mas que, na realidade, era determinada pela evidência que a figura histórica da cidade tinha na consciência individual e coletiva.

Giulio Carlos Argan – História da Arte como História da Cidade

A concepção de Cidade Jardim apresentada no livro *Cidades-Jardins de Amanhã*,¹ de Ebenezer Howard, expressa o pensamento desse autor sobre urbanização, desde a idéia geral de um grupo de cidades até detalhes como os valores dos terrenos, calculados em libras, no todo do empreendimento e em suas partes, possibilitando conhecer, assim, o custo de cada cidade. O desenho da totalidade e das partes de seu plano é minuciosamente elaborado, a fim de facilitar o entendimento de sua proposta pelo leitor.

O planejamento centrava-se na harmonia entre homem e natureza e na convivência de ambos nos mesmos espaços. Mas, segundo Maria Irene Szmrecsányi, a noção de Cidade Jardim é muito mais que isso:

[...] apresenta toda uma política para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pelas sórdidas condições de urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX. Planeja não só as formas, as funções, os meios financeiros e administrativos de uma cidade ideal, saudável e bela, mas, principalmente, um processo para satisfazer as massas e controlar sua concentração nos centros metropolitanos.²

A formulação de urbe, acima exposta, foi uma das tendências que orientou urbanistas e planejadores no século XX³, motivada pela necessidade de apontar soluções para a miséria no campo, o caos e a desordem que afetavam as cidades inglesas, principalmente a Londres do final do século XIX. Portanto, todas as questões sociais convergiam para a importância de

² SZMRECSÁNYI, M. I. Apresentação In: HOWARD, op. cit., contracapa.
impedir o deslocamento das populações do campo para os centros urbanos — perspectiva que se afigurava desoladora —, mas essa tentativa não logrou êxito.⁴

Howard não era um urbanista; trabalhava no Parlamento inglês como taquigrafo. Isso certamente o colocava diariamente em contato com os debates sobre a espacialidade urbana e as possíveis respostas às contingências diárias. Explica-se, assim, sua determinação em encontrar, naquele momento, uma saída para o panorama da urbe o que o levou à elaboração de um planejamento meticuloso.

Tal planejamento é considerado utópico, por não conceber a migração como um problema social, cuja raiz estava na concentração do capital, responsável pelo “mecanismo monstruoso” que transformaria a sociedade em “Duas Nações: a dos civilizados, composta pelos homens de propriedades, e a dos bárbaros, formada por aqueles que eram proprietários somente do próprio corpo”.⁵

Além da percepção referente às condições de seu país, Howard mudou, ainda jovem, para os Estados Unidos, foi ser agricultor em terras do Nebraska, onde de acordo com Hall deve ter vivido a “Lei de Distribuição de Terras de 1862, que cedeu gratuitamente campinas e planícies aos pioneiros, estabelecendo, assim, uma economia e uma sociedade de prósperas fazendas e pequenas cidades, e um sistema educacional voltado para o progresso técnico da agricultura e das artes mecânicas⁶. Porém, essa experiência não deu certo, de modo que passou a morar em Chicago, conhecida na época, como Garden City, por ser vastamente arborizada e equipada com parques, cenário que seria destruído por um incêndio no final do século XIX.

---

Contudo, o que possivelmente deve tê-lo marcado mais foi o bairro-subúrbio de Riverside, nos arredores da cidade, projetado por Olmsted e Calvert Vaux.7 Howard conheceu, também, o Central Park, em Nova York, idealizado pelos mesmos arquitetos que projetaram Riverside. Tais contatos podem ter inspirado a introdução, em sua Cidade Jardim, dos parques e *park-ways*, que também constavam nos projetos de Parker, projetista do Jardim América. A proposta de Olmsted pautava-se no saneamento da paisagem e na tendência para delimitar o perímetro urbano.

A leitura das obras *Looking Backwards*, de Edward Bellamy, e *Progress and Poverty*, de Henry George, nomes ligados ao movimento cooperativista, estimularam Ebenezer Howard a agregar às suas idéias o que ele via de positivo nesses escritos. Conheceu os ideais de Thomas More, Edward Gibbon Wakefield e foi contemporâneo de William Moris, Tony Garnier, Robert Owen, Hebert Spencer, John Ruskin e Alfred Marshall. Entre esses pensadores encontramos socialistas, socialistas utópicos e economistas mencionados pela contribuição dada na tentativa de apontar soluções para o período vivido por Howard.8

Diante do vasto campo de análise que se constituiu para Howard a partir de todos os escritores por ele lido e do contato com seus contemporâneos em debates e correspondências, é possível reiterar a leitura de Dâcio Ottoni, para quem a Cidade Jardim foi uma síntese inglesa do século XIX.

Porém, entendemos que a proposta de urbanização nela contida e sua tentativa de aplicação, no início do século XX, não alcançaram o sucesso esperado, porque apresentava muito mais que uma concepção urbana, isto é, propunha uma idéia de sociedade cujo teor opunha-se ao capitalismo.9 Suas idéias eram claras e objetivas, mas o sistema cooperativista, nos moldes apresentados, destruiria, na base, a formação das grandes aglomerações urbanas que caracterizaram o século XX, compondo um dos suportes do capitalismo.

---

8 OTTONI, D. Introdução. In: HOWARD, op. cit., p.43.
9 Sobre as idéias de Ebenezer Howard, Andrade (op. cit., p. 66) também salienta seu caráter de reforma social, a exemplo de outros autores já citados, como Mumford, Hall, Ralph e outros.
A Cidade Jardim como concepção urbana trazia em si uma proposta revolucionária. É possível que nem mesmo Ebenezer Howard conhecesse a dimensão do que propunha. Em sua obra *Cidades-Jardins de Amanhã* (1989), observa-se que a preocupação maior era resolver o problema de moradia da população londrina e, concomitantemente, oferecer-lhe trabalho, seus argumentos e proposições, no entanto, esbarravam na estrutura do sistema capitalista, que atingia seu mais alto grau de acumulação no final do século XIX.

Howard acreditou no discurso transformador do Parlamento inglês, uma vez que, como taquígrafo, era quem os registrava. Entretanto, a urgência em resolver o problema urbano passava pela manutenção do sistema produtivo em voga, e as idéias contidas em sua obra implicavam a supressão desse sistema: as populações desempregadas se dirigiriam à cidade-campo, onde encontrariam trabalho e moradia, eliminar-se-ia assim o excesso de mão-de-obra, e isso desestruturaria a base do capitalismo.

É também, fundamentado nesse argumento que urbanistas e arquitetos chamam Howard de utópico, pois ele foi ingênuo ao supor que poderia, com a Cidade Jardim, mudar o cenário de sua época por meio da parceria entre o governo e os capitalistas. Sua concepção de cidade não apresentava apenas intervenções urbanas estruturais, mas também pressupunha outro sistema produtivo, cuja base era o cooperativismo — forma de organização social na qual se pautavam os socialistas utópicos e anarquistas. Mesmo que em nenhum momento sua obra mencione essas referências de forma direta, suas leituras lhe deram subsídios para idealizar uma sociedade que contemplasse elementos dessa base ideológica.

Essas observações sobre as idéias howardianas visam salientar a existência de uma proposta política e social que permeava sua proposta. Não propunha apenas uma saída para a metrópole, mas também outro sistema produtivo e outra organização social. Suas idéias, entretanto, subsidiaram urbanistas e arquitetos e até mesmo o Parlamento inglês na organização espacial de novas cidades, entre 1938 e 1950, na Inglaterra.
Faz-se necessário, portanto, explorar o que propunha e como foi aplicada a concepção de Cidade Jardim, uma vez que Barry Parker tinha uma compreensão de espaço urbano afinada com as idéias de Howard. Sem levar isso em conta, não é possível entender a relevância da relação entre essa concepção de cidade e os argumentos de base para o tombamento do Jardim América — relação essa estabelecida pelos proponentes do processo relativo ao tombamento do bairro.

[Figura. 06] Diagrama n° 07. HOWARD, p. 204.

Assim, iniciamos analisando o diagrama n° 07 [Figura.06], no qual se delineia a Cidade Jardim concebida por Howard. Percebemos as feições de totalidade de sua proposta: no núcleo de uma região está uma cidade central com uma população de no máximo 58 mil habitantes, ligada a várias outras com até 32 mil habitantes. Essa cidade central seria
vinculada às demais por uma estrada de ferro intermunicipal cuja circunferência mediria 20 milhas. A distância máxima entre uma cidade e outra seria de 10 milhas; já uma cidade periférica distaria da central apenas 5,22 km. Howard também pensou nas minúcias do sistema de transporte, sugerindo até mesmo as paradas de trens. Além disso, o diagrama traz um sistema de canais em conformidade com o modelo circunferencial que atenderia a todas as cidades. Esse diagrama mostra como o planejador da Cidade Jardim concebia um conjunto de cidades interligadas.10

Cada uma dessas unidades urbanas abrigaria em seu interior áreas destinadas a parques e jardins públicos., Em torno dessas cidades, haveria espaços reservados a chácaras, cuja produção de hortifruti granjeiros abasteceria a população local de produtos primários básicos. Esse grupo de cidades era planejado para alcançar uma população de até 250.000 habitantes, aproximadamente. Também havia sugestões sobre a forma de as cidades se organizarem para comercializar os produtos ali produzidos e enviar seus excedentes a outras localidades que deles tivessem necessidade. Howard pensou em absolutamente tudo, com um detalhamento às vezes exagerado e cansativo, mas não pecou pela falta de clareza em suas propostas.

As cidades idealizadas por Howard teriam êxito, se pudessem atrair o excesso de população das conurbações. Deveriam oferecer todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana e, ao mesmo tempo, toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia.11

Howard justificou essa forma de conceber as novas configurações espaciais dizendo que, se assim não fosse, não haveria motivo para a população deixar o grande centro. Sua perspectiva sobressaia pela comodidade, pelo conforto que a cidade deveria passar a oferecer.

10 Entre as cidades, haveria ainda áreas de parques e de cultivo; quando uma crescesse e chegasse ao limite máximo de população estipulada, transportia os parques e áreas agrícolas, formando uma outra cidade. Para exemplificar tal situação, recorreu ao caso de Adelaide, na Austrália, cuja população “saltou” os parques que a circundavam e fundou a Adelaide do Norte. Dessa maneira, criar-se-ia indefinidamente um corpo de cidades em um grande aglomerado urbano.
11 HOWARD, op. cit., p. 108.
No entanto, Andrade alerta para o fato de a Cidade Jardim não ter alcançado plenamente sua proposta:

[...] parece-nos uma hipótese razoável a de que a realização e sucesso de inúmeras experiências segundo o tipo Cidade Jardim, principalmente na Inglaterra, mas também em outros países europeus, deveu-se exatamente à busca de auto-suficiência econômica — ainda que esta jamais tenha sido obtida de modo pleno, como revelam as histórias de Letchworth ou Welwyn Garden City.¹²

Os estudos mostram, entre eles o realizado por Andrade, que a Cidade Jardim falhou no que se refere ao fator econômico, mas obteve êxito no que diz respeito ao planejamento de áreas urbanas.

[Figura. 07] Diagrama nº 05. HOWARD., p.190.

O diagrama nº 05, apresenta em destaque a ligação entre a cidade central e as de seu entorno, formando as “cidades sociais”, como as denominou seu criador, que acabou por agrupá-las de forma concêntrica.

Howard procurou explicitar ao máximo o que propunha, desde a organização espacial de uma cidade, a ocupação de seu território, até uma rede de “cidades-jardins” que abrangesse uma região inteira. Para que não ficasse dúvida quanto a sua intenção, seu argumento pautou-se na forma de atração que as “cidades sociais” deveriam apresentar para se tornarem realidade: a relação entre cidade e campo, resultando na cidade-campo — a Cidade Jardim.

Para o pensador dessa proposta, os atrativos que as espacialidades urbanas possuíam só poderiam ser combatidos com encantos iguais ou superiores. Tal argumento afiançava sua tese de criação de novas cidades ao redor de áreas conurbadas. Howard tinha claro que seu planejamento urbanístico também era apropriação para uma área em processo de colonização ou ocupação. Assim, relacionou os fatores que considerou mais relevantes para a vida no espaço citadino, expresso no magneto “cidade”, como segue:

<table>
<thead>
<tr>
<th>CIDADE</th>
<th>FATORES FAVORÁVEIS</th>
<th>CIDADE</th>
<th>FATORES DESFÁVORÁVEIS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Oportunidades sociais.</td>
<td></td>
<td>Afastamento da natureza, isolamento das multidões, distância do trabalho, aluguéis e preços altos, jornadas excessivas de trabalho, exército de desempregados, nevoeiros e seca, drenagem custosa, ar pestilento e céu sombrio, cortiços e bares.13</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Por outro lado, o magneto campo também não conseguia satisfazer a todas as necessidades da população. Para apontar essa incapacidade, Howard destacou o que considerava características estruturais do campo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>CAMPO</th>
<th>FATORES FAVORÁVEIS</th>
<th>CAMPO</th>
<th>FATORES DESFÁVORÁVEIS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Beleza da natureza, bosques, campinas, florestas, ar fresco, aluguéis baixos, abundância de água, sol brilhante.</td>
<td></td>
<td>Falta de vida social, desemprego, matas, jornada longa, salários baixos, falta de drenagem, falta de entretenimento, falta de espírito público, casas superlotadas, carência de reformas, aldeias desertas.14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Na opinião de Howard, o campo não oferecia, naquele momento, soluções para os problemas da população inglesa. Então, como apontar soluções coerentes para os graves

\[\text{13 HOWARD, op. cit., p 109.} \]
obstáculos que a cidade enfrentava? A resposta estava em unir o melhor de ambos, o que poderia ser materializado em novas espacialidades urbanas, compondo assim, o terceiro magnetoo, que apresentaria os elementos de solução tanto para os problemas do campo como da cidade inglesa:

<table>
<thead>
<tr>
<th>CIDADE-CAMPO</th>
<th>CIDADE-CAMPO</th>
</tr>
</thead>
</table>

Ebenezer Howard juntou tudo o que, segundo seu ponto de vista, havia de melhor na zona rural e urbana em um único magnoto denominado “cidaco-campeo” e posteriormente batizado de Cidade Jardim. Essa espacialidade tornar-se-ia um conjunto de novas cidades devendo circunscrever-se em uma área de 6.000 acres, cujo centro seria ocupado pela cidade em si. Ele considerava que a solução para os problemas das cidades conurbadas estaria em uma busca de equilíbrio do homem com a natureza. Para melhor ilustrar sua proposta, fez uso de uma representação dos três magnetos em círculo, em cujo centro encontrava-se o homem. A fim de que não houvesse dúvidas sobre o significado da representação que propunha, as benesses do campo e da cidade e o homem, juntos, combinavam os elementos que formavam a nova cidade.

A organização da área na qual se implantaria a Cidade Jardim, administrada por um sistema cooperativo, propunha distinções no tipo de arrendamento entre as áreas destinadas à indústria e aquelas designadas para as moradias ou o comércio. As “indústrias que construíram elas mesmas suas instalações teriam um arrendamento com prazo de 999 anos e

---

os demais arrendamentos estabelecidos em 99 anos ou 999 anos, renováveis a cada 99 anos.17

Essa nova proposta de assentamento baseava-se, sobretudo, na cobrança de taxa-aluguel cujo valor estaria ao alcance de todos. A renda inicial destinava-se ao pagamento do capital emprestado para construção da cidade, assim como para criar e manter os requisitos básicos de saneamento.

Howard esclarece, ainda, que essas propriedades poderiam ficar sob a tutela de alguns fiadores que as administrariam em benefício da coletividade, de modo que o incremento de valor que gradualmente se criasse passasse à propriedade da municipalidade.18

17 OTTONI, D. Introdução. In: HOWARD, op. cit., p. 53-55. Esse tipo de arrendamento era uma prática já desenvolvida na localidade de Bloomsbury, Tinham longa duração e eram renováveis por herdeiros. Tratava-se de um sistema provavelmente herdado das relações de vassalagem que marcaram a Inglaterra medieval.

A chamada “cidade social” teria seus terrenos coletivos organizados, inclusive os das residências, com base nos princípios de um novo tipo de orientação ideológica, que não estava ligado ao Estado e simultaneamente fugia aos fundamentos socialistas, embora nele se inspirasse. Para Andrade, pesquisador da vida e obra de Barry Parker — trabalho que exigiu estudos sobre Howard —, alega que o livro *Cidades-Jardins do Amanhã*:

> [...] em comparação com outros livros de urbanismo de sua época, é sua visão pragmática muito precisa, e que é, provavelmente, um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso de suas ideias. Mais ainda, tal pragmatismo — mesmo quando não impregnado pelo ardor de sua retórica inflamada — permitiu a implementação de suas concepções em situações históricas muito diversas.

Isso pode ser comparado com a internacionalização da Cidade Jardim, que encontrou eco em inúmeros países, entre os quais o Brasil. Raymond Unwin e Barry Parker foram convidados a iniciar, em 1903, parte do projeto urbanístico de Ebenezer Howard: a primeira Cidade Jardim, chamada Letchworth. Dez anos após o início de sua construção, possuía uma população de 8.500 habitantes; somente em 1962 alcançou os 26.000 dos 30.000 para os quais foi programada. Letchworth foi construída pela companhia *The Garden City Pioneer Company Ltd.* O mapa dessa cidade foi traçado segundo as proposições de Howard e incluía uma Galeria de Cristal destinada ao comércio, lugar onde se combinariam trabalho e lazer.

Essa galeria destinava-se a ser um espaço público para o consumidor. Sua lucratividade deveria ser criada pela ocupação exclusiva de cada loja da Arcada por seu proprietário, o qual, pagaria o aluguel correspondente ao espaço. O comércio dar-se-ia como esclarece Howard na obra *Cidades-Jardins do Amanhã*:

> Isso deverá verificar-se no Palácio de Cristal que, será lembrado, é uma espaçosa arcada que circunda o Parque Central, onde estão expostas as mercadorias mais atraentes à venda na Cidade Jardim, e que sendo jardim em inverno e um grande centro comercial, é um dos passeios favoritos da população da cidade. Nas lojas, os

---

19 Op. cit.. Essa forma de arranjo de uma comunidade no âmbito de uma propriedade cooperada remete-nos, hoje, à associação condominial vigente em muitos assentamentos nas cidades de todo o mundo, mesmo no Brasil.  
20 ANDRADE, op. cit., p. 66.
negócios são feitos não pela municipalidade, mas por vários indivíduos e sociedades, limitado, no entanto, o número de negociantes pelo princípio da opção local. [...] Um indivíduo ou uma sociedade que pretendam abrir na Cidade Jardim, digamos, uma loja de tecidos, ficariam ansiosíssimos por saber se haveria medidas, e quais, para limitar o número de seus concorrentes, pois eles dependeriam quase inteiramente do comércio da cidade ou das imediações. Na verdade, freqüentemente ocorre que um proprietário privado de terras, planejando edificar uma propriedade, firma acordos com seus arrendatários lojistas propositadamente para precaver-los da inundação de outros naquele mesmo ramo que se inicia em sua propriedade.\(^{21}\)

Além de preocupear-se em atender ao comércio e concentrá-lo em apenas um lugar para favorecer o comerciante e o consumidor, Howard voltou-se para a questão do lazer da comunidade. Assim expressava sua ideia sobre o espaço de diversão:

O restante desse amplo espaço, circundado pelo ‘Palácio de Cristal’, constitui um parque público de 56 ha com grandes áreas de recreação e de muito fácil acesso a todos. Ao redor de todo o Parque Central, exceto onde este é interceptado pelos beirinhas, há uma grande arcada envidraçada denominada ‘Palácio de Cristal’ e que se abre para o parque. Durante a estação chuvosa, esse edifício torna-se um dos passeios favoritos do público, sendo a certeza de que esse abrigo luminoso estará sempre ao alcance dos usuários do Parque Central mesmo nos dias de tempo mais instável. Aí manufaturas estarão expostas para venda e se dará a maior parte daquele tipo de compra que requer o prazer de escolher e decidir. Porém o espaço definido pelo Palácio de Cristal será bem maior do que o necessário para tais finalidades, sendo parte considerável utilizada como jardim de inverno, constituindo em seu todo uma mostra permanente do mais atrativo caráter, ao mesmo tempo em que sua forma circular o coloca próximo a todos os moradores da cidade, estando o mais remoto deles a uma distância máxima de 558 m.\(^{22}\)

Em outra passagem de sua obra, Howard destaca a área de comércio e lazer para exemplificar a forma pela qual se daria a junção dos dois elementos que, conjugados, resultariam em bem servir à nova cidade.

A Arcada, porém, não foi concebida para ser somente o grande centro comercial da cidade e do distrito e mostra permanente na qual os industriais da cidade expõem seus produtos, mas é também um jardim de verão e de inverno. O espaço que esta Arcada cobre, por essa razão, consideravelmente maior do que é efetivamente necessário para as finalidades de lojas e de magazines, se estas são mantidas dentro de limites razoáveis.\(^{23}\)

Essa composição espacial concentradora do comércio, de acordo com o autor, propiciava confiabilidade a quem se dirigisse à cidade, pois os novos moradores teriam a seu dispor tanto um comércio acessível quanto a possibilidade de tomar-se negociante. Além disso, ofereceria qualidade de vida àqueles que desejassem segurança,

tranquilidade e contato com a natureza, uma espécie de reduto de paz. Portanto, era o lugar perfeito para o descanso dos que estavam extenuados pelo desgastante turbilhão que era a grande cidade industrial.

Porém, não foi isso o que aconteceu. Inicialmente, a ocupação dos locais onde funcionou o comércio previa o pagamento de taxas cujo valor não cobria as despesas. A companhia responsável pela implantação da cidade e pela cobrança dos tributos e impostos sofreu prejuízos e não conseguiu destinar à infraestrutura a arrecadação pretendida, o que refletiu na manutenção da área de comércio. Esse foi um dos problemas que prejudicou a concepção de Cidade Jardim e pelo qual seu criador é criticado.

O comércio demorou a se consolidar, mas uma parte foi organizada dentro do espaço da galeria. A descrição das fotografias 05, 06 e 07 mostra os contornos, fachadas e interiores, assim como a organização de seu espaço.

Na entrada central dessa galeria, permanece um pórtico que dá acesso à primeira parte do edifício, coberta de vidro, permitindo a entrada de luz e evitando o desperdício de energia. Essa rua é pouco movimentada, mais residencial e de acesso a um museu e a um edifício de uma grande construtora. O comércio está localizado do lado oposto da galeria.

A rua não é arborizada em comparação com o restante da cidade. Os postes da primeira Cidade Jardim também ostentam volumosas e coloridas floreiras. Essa prática apresentava-se em todas as cidades visitadas, Stevenage, Hartfield e Welwyn, além de Londres. O prédio tem dois pavimentos, como registrado na fotografia nº 05, e foi construído com tijolos à mostra e chaminés no alto do edifício. A cor predominante é idêntica à de outros prédios na cidade e similar à da arquitetura de outras cidades próximas a Letchworth. Esse
estilo, assim como a cor, é uma característica dos edifícios londrinos. A arquitetura e a coloração quase uniforme em toda a Inglaterra cansam os olhos de visitantes como nós brasileiros, habituados à multiplicidade de forma e cor das cidades brasileiras.

Na calçada que circunda a Galeria de Cristal, há pequenas árvores ornamentando a rua. Tudo indica que substituem as que foram retiradas. Também há postes, dessa calçada, que suportam volumosas floreiras.

Desse lado da galeria está a rua de comércio, onde transitam os ônibus que interligam as cidades próximas a Letchworth até Londres, por isso é bastante movimentada. A fotografia 06 destaca a entrada lateral do edifício, a rua, por ser uma das mais usadas, tem a forma de um arco e lembra um portão medieval. Após esse pórtico, há uma parte, no interior, coberta por vidro transparente; um relógio grande controla o tempo e vários banners informativos sobre a cidade colorem o espaço.

Ao lado direito dessa entrada fica a Letchworth Garden City Heritage Foundation, cujo trabalho, entre outras atribuições, consiste em orientar turistas, além de receber e encaminhar pesquisadores que visitam o lugar para conhecer seu planejamento e arquitetura. A iluminação ainda faz uso de luminárias antigas. De modo geral o ferro está em quase tudo o que é possível proclamar seu vasto uso no final do século XIX e início do XX.

A continuação dessa entrada abre para uma ala coberta de vidro que dará acesso ao espaço aberto exposto na fotografia 07. Nessa parte, os arcos de ferro entrecruzam em
arranjos circulares nos quais estão dispostas floreiras coloridas. Essa composição de arcos e floreiras estende-se por todo o interior da galeria, nos locais em que não há cobertura. Ao final, esse corredor se abre em dois novos prolongamentos para a esquerda e para a direita. À esquerda ficam os serviços telefônicos, os sanitários, as entradas de serviços de funcionários, o acesso ao supermercado, uma sorveteria e um café; à direita estão enfileiradas lojas de móveis, tapeçaria, confecções, calçados, perfumaria, um salão de estética e uma farmácia, entre outros tipos de comércio.

A impressão que se tem é de uma tentativa de harmonizar, mesmo dentro de ambientes fechados, o encontro dos elementos que compõem o campo e a cidade, expressamente defendido na concepção urbana de Howard. A segunda Cidade Jardim a ser criada foi Welwyn. Howard resolveu empreender sua construção depois de ver frustrado, por falta de apoio das autoridades, seu projeto de implantar no país 50 novas Cidades-Jardins. Essa ideia não foi aceita pela administração pública da época, em razão de seu alto custo e da necessidade imediata de se apresentarem saídas para os problemas urbanos que Londres enfrentava. Havia, para os administradores da capital britânica, dificuldades a serem resolvidas que as cidades de Ebenezer Howard não conseguiriam solucionar. A distribuição espacial de Welwyn seguiu o mesmo planejamento de Letchworth, porém a Galeria de Cristal ficou localizada ao lado da Estação Feroviária da cidade.
Nessa fotografia, aparecem os trilhos da ferrovia, paralelos ao prédio da galeria, cuja arquitetura de linhas retas e simples evidencia uma concepção arquitetônica moderna. O prédio é todo de tijolo à vista, não possui chaminés, como o de Letchworth.

O teto que aparece na fotografia 09, em parte de vidro, e as estruturas de ferro e alumínio constituíam um avanço para a época, pois sua arquitetura se diferenciava daquela que os ingleses estavam habituados a olhar. A luz inunda o edifício durante todo o tempo, poupando energia.

Seu teto tem uma cúpula de vidro que atravessa toda a extensão do prédio. Essa cúpula é composta por pequenas janelas que ficam abertas, viabilizando a ventilação interna. Um dos elevadores permite o acesso até a parte superior do teto.

A fotografia nº 10 apresenta o acesso principal a esse edifício. Essa entrada é composta por uma combinação arquitetônica constituída por duas partes: uma alta e outras duas mais baixas, o que resulta numa composição triangular. As duas partes mais baixas formam a base de suporte da parte alta do triângulo.
A cobertura dessa base é de concreto, com colunas circulares e lisas; porém, na metade dessas colunas, encontram-se reforços de concreto que circundam todos os pilares, como se os amarassem uns aos outros. Formam, assim, um anel protetor do corredor central. Ainda sobre a entrada, observa-se o prolongamento do teto de vidro, apoiado por duas colunas com circunferência maior e desligadas das demais, o que dá a idéia de alongamento do corredor central; ao mesmo tempo se estende em direção ao céu, proporcionando a sensação de infinito.

No plano superior, a base de concreto que circunda as colunas aneladas estende-se também para dar suporte à cúpula de vidro em triângulo, no sentido longitudinal, cobrindo todo o corredor. Diferentemente do shopping atual, no qual se perde a noção de tempo por não haver contato com o ambiente externo e com o controle das horas, voltadas totalmente para o consumo, em Welwyn o relógio e o contato com o sol mantêm as pessoas a par da passagem do tempo.

No interior do edifício, fica mais visível o efeito que provoca o teto transparente. A fotografia nº 11 foi tirada no final do corredor de entrada, mas em sentido contrário. Sobre essa entrada, encontra-se um abrigo onde...
há um relógio (como na galeria de Letchworth).


Essa organização do comércio inicial de Welwyn e de Letchworth, embora apresentasse uma forma inovadora para a época em que foi proposta, manteve o comando do trabalho e da produção por meio do controle do tempo, mecanismo amplamente utilizado no processo produtivo fabril.

Welwyn, no final do século XX, contava com uma população de 90.000 mil habitantes, cresceu mais que Letchworth e tem uma infra-estrutura maior e mais bem preparada, tanto para moradores como para o turismo, um dos investimentos que move a economia dessas duas cidades. Elas não alcançaram as expectativas de Howard; assim mesmo, tornaram-se referências para um bom planejamento urbano, pois apresentam qualidade de vida e comportam a população existente em quase todos os aspectos. A grande maioria dos habitantes trabalha, estuda e se mantém na localidade. Welwyn tem mais a oferecer que Letchworth, mas conservar a qualidade de vida é uma meta permanente dos moradores.

De fato, segundo Mumford, foi o êxito de Letchworth e Welwyn que levou a comissão parlamentar, presidida por Sir Anthony Montague Barlow, a sugerir a descentralização de Londres, principalmente de sua área industrial, e a seguir o curso que, em 1946, resultou na projeção do anel de Cidades Novas no entorno da metrópole.\textsuperscript{24}

Essa descentralização começou a ser discutida a partir de 1938, quando se votou a lei que regia o crescimento de Londres. Entre 1945 e 1947 foram aprovadas duas leis gerais que regiam a construção de 14 novas cidades no país, oito das quais ao redor de Londres, formando um cinturão de novas cidades que passaram a absorver os moradores da metrópole. Essas novas cidades foram necessárias, ainda, porque os bombardeios sofridos pela cidade, durante a II Guerra Mundial, marcaram profundamente sua arquitetura, exigindo a reconstrução e a reorganização de sua espacialidade.

O início da construção dessas cidades se deu em 1946, com a localidade de Stevenage, cuja população estava prevista em 60 mil habitantes. Em 1947, Hemel Hempstead destinava-se a 65 mil pessoas; Crawley, a 62 mil; e Harlow, a 60 mil. Em 1948, Harthfield tornou-se uma ampliação da Cidade Jardim de Welwyn, exatamente como exemplificava Howard no caso de Adelaide, com uma população calculada em 26 mil habitantes. Ainda em 1948, foi iniciada a construção de Welwyn, com população prevista de 42 mil habitantes e, em 1949, a de Basildon, com 86 mil habitantes, e a de Bracknell, com 25 mil.25

As outras seis cidades novas foram construídas em pontos distintos por toda a Inglaterra: Newton Aycliffe, para 15 mil habitantes, e East Kilbride, para 50 mil, ambas em 1947; Glenrothes, para 32 mil, e Peterlee, para 25 mil, iniciadas em 1948; Cwmbran, com 45 mil, em 1949; e Corby, com 55 mil, em 1950.26 Em contraponto, Edward Relph observa que:

Embora a inspiração para as novas cidades tenha vindo do movimento Cidade Jardim, a sua construção foi promovida principalmente pela Lei Britânica das Novas Cidades de 1946, que forneceu mecanismos necessários para a reconstrução de catorze cidades em grande parte autônomas, para alojar a população excedentária das principais cidades, cujo crescimento deveria ser refreado.27

Benevolo encontra afinidade entre as cidades-jardins e as cidades novas inglesas. Para ele são semelhantes em tamanho, na baixa densidade, nas residências unifamiliares e na

---

existência de jardins. Não formam um conjunto de cidades como Howard propunha, mas compreendem uma série de componentes separados por amplas zonas verdes, embora sejam cidades independentes. Os bairros têm população limitada, em torno de 10.000 habitantes, e o atendimento às necessidades básicas, como escolas primárias, parques infantis, lojas, etc., é proporcionado nos moldes da Cidade Jardim. A localização dos escritórios e serviços comerciais fica próxima à linha férrea. As universidades e o transporte rodoviário mais veloz foram situados nas zonas verdes, entre uma cidade e outra.

Na opinião de Relph, as Cidades Novas inglesas resultaram da expansão que caracterizou, naquele momento, a multiplicação de cidades por todo o planeta. O autor lembra que esse fenômeno foi mundial e que, em 1976, viviam nas Novas Cidades inglesas cerca de 1.800.000 pessoas e “programas semelhantes de expansão de antigas vilas e de construção de outras novas foram adotados na Suécia, Rússia, Finlândia, Holanda e França”.

Aliás disso, Relph informa que, desde 1945, foram construídas novas vilas em mais de setenta países.

Os indicativos da apropriação da Cidade Jardim, nessa expansão, também foram sentidos no Brasil. Durante a década de 1940, as espacialidades urbanas de Maringá e Cianorte, no norte do Estado do Paraná, se consolidaram como Cidades Novas e com padrão urbano atípico em comparação com o vigente no País até aquele momento, em termos de planejamento de uma cidade inteira. Essa região tem a paisagem urbana marcada por uma arborização que se iniciou com um cinturão de chácaras e é mais intensa do que em outras localidades brasileiras.

As ruas das cidades cujo planejamento foi realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, de origem inglesa, são amplamente arborizadas, há muitas praças e, nas cidades

28 É importante lembrar que, na Inglaterra, o serviço ferroviário faz o transporte de passageiros, diferentemente do Brasil, onde só transporta cargas, com raras exceções.
29 Leonardo Benevolo (op. cit., p.681) alerta para a organização independente e separada das cidades, que resultou na configuração de um ambiente demasiado disperso e muito criticado na década de 1950.
30 RELPH, op. cit., p. 139.
maiores, existem parques urbanos. Essa característica paisagística assemelha-se muito às das cidades inglesas originárias da concepção de Cidade Jardim. O elemento natureza, representado pela arborização, está em todas elas. A domesticação da natureza e sua inserção como elemento paisagístico urbano provavelmente foram trazidas pelos ingleses.32

A relação estabelecida pelos ingleses com a noção de natureza é longa, e é possível que se explique pelo fato de, na Inglaterra, ter sido incorporada às ações do cotidiano. Sem dúvida, é uma natureza domesticada, urbanizada, a ponto de termos de fixar os olhos nas floreiras que ornamentam as ruas de Londres, para nos certificarmos da “natureza da natureza”.33 Mesmo as ruas que não são arborizadas, como a Oxford Street e a Regent Street [Fotografia 12], têm floreiras nos postes de iluminação que lhes dão o toque de jardins, além de uma ou outra árvore isolada.

A Regent Street serve de exemplo, entre muitas, por ser uma das centrais do comércio de Londres; nela estão localizadas lojas que vendem as grifes mundialmente famosas, como Valentino, Kenzo, entre outras.

---

33 MORIN, E. O Método I: a natureza da natureza. 2 ed. Portugal: Publicações Europa-América, Tradução de Maria Gabriela de Bragança. 1987. p. 340. Para esse estudioso, existe uma natureza da Natureza em todos os sentidos, mas principalmente aquele no qual podemos entender a natureza humana como uma das facetas da natureza em seu conceito abrangente. Segundo ele, o ser humano é integrante da natureza, como todos os outros seres, e faz parte de um sistema complexo de inter-relações cujo resultado é o movimento criativo, chamado por ele de Antropossocial. Toda a natureza é detentora de uma natureza e para ela se volta; assim, aconselha o autor que conhecemos a esfera antropossociológica não só na sua especificidade irreductível, não só na sua dimensão biológica, mas também na sua dimensão física e cósmica. Daí em diante, a natureza é aquilo que liga, articula e faz comunicar profundamente o antropológico, o biológico e o físico. Temos pois de reencontrar a natureza para reencontrar a nossa natureza, como tinham sentido os românticos, autênticos guardiães da complexidade durante o século da grande simplificação. Vemos, então, que a natureza daquilo que nos afasta da natureza constitui um desenvolvimento da natureza e aproxima-nos do mais íntimo da natureza da natureza. O nosso próprio desvio relativamente à natureza está animado pela natureza da natureza. No entanto, a natureza não pode fechar-se sobre nós e engoli-nos.
Mas as floreiras lembram a quem por elas passe a existência da natureza, colorindo a paisagem, tanto nos postes quanto em algumas sacadas de escritórios. A maioria dos bairros residenciais situados na direção centro-periferia é provida de jardins locais, árvores de pequeno porte nas ruas e floreiras nos postes e nas residências, além de pequenos jardins, cujas áreas variam entre um a dois metros quadrados, em frente à porta principal das casas. As calçadas, em muitos casos, também possuem quadriculados plantados com grama, como algumas existentes no Brasil; quando chove, a área dos jardins das residências absorve a água da chuva.

Standish Meacham, na obra *Regaining Paradise*,\(^{34}\) reforça a idéia da vasta arborização que marca a cidade, além de realizar um histórico sobre o movimento Cidade Jardim, desde seu nascimento com Ebenezer Howard até o trabalho de Unwin e Parker em Hampstead. A primeira impressão é que há uma parcela privilegiada da sociedade, que tem acesso às áreas verdes dos campos de golfe dos jardins palacianos. Mas, após uma leitura mais atenta, verifica-se que a obra descreve a força do movimento pela difusão das cidades-jardins e pela maneira como se conseguiu harmonizar as benesses do campo e da cidade.

Ao visitante da cidade de Londres, ocorre, num primeiro momento, ao observar a paisagem, que se trata de um lugar privilegiado, como a área dos Jardins em São Paulo — cuja riqueza se concentra nas mãos de poucos e proporciona uma paisagem verdejante apenas àquele segmento da população. Pensa-se que essa vista deleitante é restrita às classes abastadas, mas, ao percorrer a cidade, o visitante percebe, como Calvino, em suas *Cidades Invisíveis*,\(^{35}\) que as entrâncias de Londres se revelam rua por rua. E mais: os jardins internos

---


nas quadras que se estendem por bairros e bairros, ajardinando a cidade, transformam quase toda a sua extensão em um grande canteiro.

Áreas de acesso restrito, como campos de golfe, pertencem sem dúvida apenas aos mais ricos; porém, é visível que a paisagem verde é de domínio de todos os ingleses. No entanto, nem sempre foi assim. Simon Schama, em *Memória e Paisagem*, ao relatar suas lembranças sobre a Inglaterra da primeira metade do século XX, trata da convivência das duas “arcádias” em Hampstead Heath, ainda hoje debatida por ambientalistas. Descreve, em uma passagem:

A charneca que conheci na década de 1950 já havia sido amplamente reflorestada, de modo que, no lado noroeste, eu podia atravessar um bosque denso, orientando-me por marcos naturais: um enorme carvalho oco, um fosso salobro, um barranco coberto de lírios-do-vale. Durante a maior parte de sua história, contudo, aquele fora um lugar agreste e descampado, onde só os arbustos mais tenazes conseguiam detar raízes no solo arenoso e batido pelo vento.36

Essa área, hoje um extenso parque dentro do perímetro urbano de Londres, foi motivo de muita disputa entre um de seus proprietários, Sir Thomas Maryon Wilson, e a população. Em 1929, Wilson “[...] propôs cercar uma parte da charneca e transformá-la num pitoresco parque, com ‘passeios ornamentais’ e tudo, a grita foi geral. O que houve foi um confronto clássico entre desenvolvimentistas e conservacionistas”.37

Porém, o embate estava apenas começando: a atitude de Wilson resultou numa ação judicial que o puniu com a perda de 80 hectares da charneca, transformados em parque para o desfrute dos ingleses. Tal ação fundamentou-se no argumento de que Londres, por meio de suas autoridades, reivindicava, para o usufruto dos seus, uma área agreste que passaria a garantir a saúde cívica dos ingleses.38O episódio, ainda hoje lembrado, ocorreu em 1829.

---

Observamos, então, um interesse crescente dos ingleses pela preservação da natureza.

Segundo Keith Thomas, até o século XVIII, as manifestações de amor à natureza foram amplamente difundidas nas obras dos românticos na literatura e na pintura. Porém, tratava-se de um conjunto de concepções que valorizavam a natureza domesticada, ligada ao urbano e exposta em jardins:

[...] procuravam reunir no mesmo espaço todas as belezas naturais e deixar de fora toda coisa desagradável ou desarmônica, os viajantes pitorescos olhavam para a natureza apenas em busca de conformidade com um padrão preconcebido ou modelo aceito de harmonia estética. Geralmente viam-se desapontados, pois, como salientava Gilpin, raramente ‘um cenário puramente natural’ era ‘corretamente pitoresco’. Sempre havia uma ‘rudeza’ nas obras do mundo natural; ele nunca produzia ‘uma gema polida’.  

Em outras palavras: quanto mais repetida e ordenada fosse, maior era a beleza revelada; tratava-se, contudo, uma produção humana e se opunha ao campo, quando se observava o crescimento sem controle da vegetação. Porém, o aumento considerável da queima do carvão em decorrência de seu uso industrial e doméstico levou os ingleses a verem a cidade como um lugar difícil de habitar, pois o “[...] carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro do enxofre do produto usado hoje em dia; seus efeitos eram proporcionalmente letais”.

Assim, a busca de áreas mais aprazíveis começou a guiar os

---

hábitos e costumes, de modo que, durante o século XVIII, o gosto pela natureza agreste voltou a ocupar espaço na Inglaterra. No final desse período, o apreço pela natureza selvagem era mesmo religioso:

[… ] por tanto, a antiga preferência por uma paisagem cultivada e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Encorajadas pela sua facilidade para viajar e por não estarem diretamente envolvidas no processo agrícola, as classes educadas vieram a atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural.  

Em contrapartida, o campo inglês passou a ter a simetria antes buscada nos jardins, a ponto de ser considerado quadriculado demais pelos cercamentos para ser pitoresco. Quanto àqueles que não tinham acesso à educação, isto é, a maioria populacional composta por trabalhadores, permaneciam na área urbana.

Por pressão dos naturalistas exercidas sobre seus representantes, a Inglaterra foi o primeiro país a preocupar-se com uma legislação voltada para a preservação de áreas naturais e de animais. Esteve também na vanguarda da publicação de obras naturalistas e romances ligados à natureza. Porém, de acordo com Thomas, esse gosto pela natureza foi manifestado também na França e na Alemanha. A extensão do interesse da população inglesa por esse tema pode ser avaliada pelo sucesso do livro *Common Objects of the Country* (1858), de autoria do reverendo J. G. Wood, cuja vendagem alcançou 100 mil cópias numa semana. Outros escritores também vendiam muito quando publicavam obras referentes a esse assunto. Para a escritora Eliza Brightwen, sua notoriedade atribuía-se ao “[…] amor pela natureza animada que está entranhado nos corações ingleses”.

A contraditória relação de intimidade e destruição travada pelos ingleses com a natureza, e narrada por Thomas, é longa e foi sendo construída lentamente. Nesse sentido, o destaque à área do parque de Hampstead fora do perímetro urbano, no momento de sua preservação, embora tenha sido integrada à cidade, teve um objetivo bem definido. Intentou-

se mostrar, a partir da memória de Simon Schama, que a relação dos ingleses com áreas verdes é marcada por grande complexidade, visto que a Grã-Bretanha, em virtude da Revolução Industrial, foi um dos maiores consumidores de reservas naturais no mundo moderno. Apesar disso, ou talvez exatamente por esse motivo, encontram-se aí os sinais das primeiras manifestações de amor à natureza e de interesse em preservá-la.

![Imagem](image1.jpg)

O interior do parque de Hampstead tem hoje um jardim de extrema beleza, com caminhos cercados por colunas cobertas de plantas, à frente da Kenwood House. A fotografia nº 17 apresenta, de forma parcial, esse espaço, ao qual os ingleses chamam “The Hill”. Todavia, esse lugar não é uma simples elevação no meio da vegetação agreste do parque; ali se encontram pés de plantas de concreto, as quais sustentam uma composição de vigas de madeira com espaçamentos próximos umas das outras, formando a cobertura vazada do caminho. Ao pé de cada coluna, há uma planta trepadeira que se entrelaçou à coluna e subiu até as vigas, em muitos lugares fechando o teto e proporcionando um espaço de sombras refrescantes aos que por ali passam. É uma composição harmônica de caminhos; alguns deles não têm vegetação, mas nem por isso são menos integrados ao espaço do jardim.
Visto de longe, a impressão que se tem é de que se trata de uma ruina perdida no meio do bosque misturada à vegetação. Porém, ao aproximar-se, o visitante depara com uma expressão arquitetônica harmônica e singular marcada por corredores de muitas colunas, que lembram os caminhos gregos. Quando esses corredores se encontram, são fechados em uma abóbada vazada que arremata essas interceptações, dando continuidade a outros caminhos. A fotografia 17 registrou um desses percursos sob uma das cúpulas, pondo em destaque a sequência de colunas. O corredor registrado na fotografia 18 termina na porta em frente de Kenwood House, atualmente um museu aberto à visitação pública. Essa entrada tem uma abóbada fechada em cor azul, diferente das demais do jardim de pétuas.

Antiga residência de Thomas Maryon Wilson e do conde de Mansfield, no século XVIII, a Kenwood House possui uma beleza distinta daquela que emoldura o parque. Nela o jardim é bem cuidado e as plantas são ornamentais, o que os diferencia da vegetação natural do registro fotográfico nº 14, um exemplo do que ainda resta de natureza “intocada” no perímetro urbano de Londres e dentro da área a que pertence o bairro de Hampstead.

Entretanto, à medida que nos afastamos do parque em direção às ruas do bairro de Hampstead, encontramos cercas vivas, simetricamente podadas, e uma demonstração clara do domínio do homem sobre a natureza.
Essa foi uma das quadras encontradas com acesso ao jardim interno. Essa área interna serve também de estacionamento rápido; contudo, tem um amplo gramado e canteiros com flores. É possível constatar a existência de muretas baixas ao redor da quadra e dentro do jardim.

Nas ruas e alamedas sinuosas e silenciosas, pode-se ouvir o canto dos pássaros nas árvores e arbustos, assim como nas áreas de jardins. Esse bairro tem características muito parecidas com as do Jardim América, como o aspecto de suas casas e ruas arborizadas, além do fato de ter sido planejado por Raymond Unwin e Barry Parker.

As ruas no bairro de Hampstead são semelhantes. Muretas baixas com cercas vivas, calçamento com gramado e arborização. Já nas ruas de circulação de ônibus a mureta, com cerca viva, foi substituída por muros mais altos. Há ruas estreitas, cuja largura permite o trânsito de apenas um veículo.
A natureza citadina é um dos elementos constitutivos do bairro de Hampstead. Planejado no início do século XX, seus moradores procuram cultivar jardins e trazê-los para dentro de suas casas para a convivência diária. A referência à natureza remeteu alguns autores à concepção de Cidade Jardim ou bairros-jardins, quando mencionados como conceito urbanístico e de paisagem. Keith Thomas, um dos estudiosos da relação homem/natureza, afirma que “[...] Ebenezer Howard recorria a uma longa tradição quando proclamava, na década de 1890, que ‘cidade e campo precisam estar casados’. Os ideais da Cidade Jardim e do cinturão verde mostraram-se duradouros”.44 O conceito de Cidade Jardim é mais uma das manifestações inglesas sobre a importância da natureza na vida do ser humano.

Mesmo que a Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, tenha conhecido uma paisagem desoladora, insalubre, e os vários movimentos românticos, reformistas e saneador tenham conduzido os ingleses a uma reestruturação urbana nos séculos XIX e XX, com o intuito de saneá-la, ainda é preciso considerar que, na população inglesa de modo geral, ossificou-se primeiro o gosto pela natureza como ‘refrigério’ e somente ao final do século XIX configurou-se a preocupação ambiental que, embora aliada a valores religiosos, veio favorecer o surgimento de movimentos ambientais no século XX.

I - O Jardim América: um projeto da Companhia City pelas mãos de Barry Parker

A história do Jardim América está intrinsecamente ligada à vida da cidade e apresenta, na década de 1980, uma outra singularidade, qual seja, seu tombamento pelo Condephaat, que realizou essa ação em conseqüência da atipicidade do bairro. Tal característica originava-se de sua vasta arborização e de seu traçado irregular, características que definiram o Jardim

44 THOMAS, op. cit., p. 301.
América como área verde e privilegiada no desordenado espaço urbano da megacidade que é São Paulo. Entretanto, a existência dessa área verde é inerente à concepção urbana aplicada ao Jardim América por Barry Parker, seu planejador, no início do século XX.

Faz-se imprescindível, neste ponto, oferecer um panorama da construção do Jardim América, uma vez que ela está intrinsecamente ligada às políticas de loteamento, expansão do capital privado e ao estabelecimento, no Brasil, de empresas de origem internacional, principalmente inglesa. Da mesma forma, é essencial descrever quem foi Barry Parker e qual a sua relação com a concepção de Cidade Jardim. A par dessas informações, é possível delinear o cenário que suscita a transformação do Jardim América em objeto de preservação patrimonial, histórica, ambiental e turístico-urbana na década de 1980.

A notabilidade das realizações de Barry Parker é analisada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade, que detalha a vida e obra desse arquiteto e sua relevante contribuição para as cidades brasileiras e, em especial, para a cidade de São Paulo. Ele também enfatiza a falta de estudos a respeito de Parker e a dificuldade de encontrar referências na Inglaterra acerca do período no qual o urbanista esteve no Brasil. Esse obstáculo, bem como a falta de informações, torna-se um entrave principalmente para as pesquisas referentes ao período compreendido entre 1917 e 1919, muito mais que para a investigação do restante da obra desse arquiteto. De modo geral, há poucas informações, sobre sua estada no Brasil, há apenas um pequeno registro preservado pelo arquivo do First Garden City Museum, em Letchworth:

Barry Parker was for two years consultant to the City of São Paulo Improvement Co. and lived in Brazil during that period. His work included the layout for a Garden Suburb — Jardim América — and many individual house designs in a South American classical vernacular style. The center of the suburb, a circus surrounded by houses of ingeniously cranked plan form derives from Sollershott, Letchworth and somehow Parker managed to turn arbitrary geometry into natural design with an amazing ability to avoid awkward internal spaces. The design elements of the houses are closely related to the Porto work, much simplified with tall narrow sash window and pantiled roofs giving a distinct character to the houses which were required to have very high ceilings by the local building regulations.

a) Preliminary sketch for one of the 'praças' in Jardim América.

Além desse registro, o arquivo do First Garden City Museum guarda um álbum de fotografias das residências projetadas pelo arquiteto durante sua permanência no Brasil e alguns artigos de jornais que mencionam sua passagem pelo País. Também preserva artigos que indicam a vinculação de seu trabalho ao de Raymond Unwin, até mesmo um artigo jornalístico cujo título é: *The Life and Work of Sir Raymond Unwin*, no qual Barry Parker relata a vida pessoal e profissional de seu sócio, elogia seu trabalho e ressalta a amizade que os uniu ao longo do tempo.

Raymond Unwin é muito mais citado do que Parker nas obras relacionadas a ambos, mesmo durante o tempo em que eram sócios e trabalhavam em parceria. Isso talvez se deva ao fato de Parker ser considerado o arquiteto e Unwin, o urbanista. Um exemplo é a conhecida obra *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, de Françoise Choay,⁴⁷ que dedica um capítulo aos Culturalistas e ressalta três nomes: Camillo Sitte, Ebenezer Howard e Raymond Unwin. No texto dedicado a Unwin, aparece, no início da introdução, quase como uma nota, uma menção a seu sócio na construção de Letchworth e do subúrbio de Hampstead. Da mesma forma, Edward Relph⁴⁸ se refere a Barry Parker como sócio de Unwin. Em tais obras, não é sugerida, em nenhum momento, a relevância do trabalho de Parker, ao passo que Unwin é tratado como o urbanista em voga e idealizador de soluções para as conurbações existentes na virada do século XIX para o XX. Apenas Peter Hall⁴⁹ trata com mais atenção do trabalho de Barry Parker, referindo-se a planejamentos urbanos que realizou após deixar o Brasil, como o de Wythenshawe, em 1926, local onde trabalhou até quase o final de sua vida.⁵⁰ Outra

⁴⁸ RELPH, op. cit., p. 51-72.
questão importante diz respeito às obras que debatem a repercussão da Cidade Jardim na América do Norte; quanto à América do Sul, não há menção a esse respeito.51

Enfim, faz-se necessário oferecer algumas indicações de quem foi esse ilustre “quase desconhecido” arquiteto que sobressaiu no Brasil mais por sua atuação como urbanista do que por seu ofício de arquiteto, como era conhecido. Parker realizou seu trabalho com muito empenho; em aproximadamente dois anos, marcou a tessitura da Paulicéia, de modo que o urbanista se sobrepôs ao arquiteto, mesmo com a assessoria de Raymond Unwin.52 Deve-se deixar claro, entretanto, que, embora seu trabalho de arquitetura no Jardim América tenha sido obscurecido pelo do urbanista, não é, de modo algum, menos relevante. Seja como for, o que o tornou conhecido na Inglaterra não foi considerado importante no Brasil, aonde seu trabalho chegou a integrar o corpo de solicitações para o tombamento do Jardim América.53


---


52 Essa assessoria não ficou comprovada, mas é suposta por todos aqueles que estudaram Parker, em razão de sua estreita relação com Unwin.

53 É bem possível que esteja nessa atitude a resposta à solicitação do tombamento. Tratava-se de uma ação puramente mercadológica, porém voltaremos a ela no decorrer do trabalho, com a análise dos documentos.
arquiteto em Buxton, onde projetou o subúrbio-parque de Moorland, em propriedade de sua família.54

Barry Parker era primo e cunhado de Raymond Unwin. Além de dividirem o escritório, também compartilhavam aspirações ideológicas e expectativas frente aos ideais de planejamento urbano, influenciados pelos movimentos Arts and Crafts, Queen Anne e o Cottage Style, uma tendência de caracterização de moradia operária na época. A parceria de ambos compreende vários projetos, além da publicação de um livro em que expressavam sua visão arquitetônica e urbanística. Porém, o que vai torná-los conhecidos são suas atividades de planejamento e urbanização aplicadas à Cidade Jardim de Letchworth e ao bairro subúrbio-jardim Hampstead, ainda que tenham realizado vários outros trabalhos significativos.55

A sociedade entre Parker e Unwin se caracterizava por uma separação das responsabilidades no trabalho, conforme argumenta Andrade. Essa divisão deixava a cargo de Unwin o traçado da cidade ou bairro e a Parker o projeto arquitetônico residencial. Embora trabalhassem integrados, os projetos de cada um deles eram feitos separadamente. Isso se estendeu a todas as atividades realizadas por eles em conjunto, fossem referentes a um bairro, fossem relativos a uma cidade.56 No entanto, a eclosão da I Guerra Mundial iria contribuir para a dissolução da sociedade, visto que “[...] Unwin assumiu cargo na área de munições do governo, enquanto o pacifista Parker deixou a Inglaterra [...]”57. Primeiramente, Barry Parker dirigiu-se a Portugal, onde realizou as obras do Centro Cívico da cidade do Porto, que não foram integralizadas. Posteriormente, rumou para o Brasil.

Tratar da passagem de Barry Parker pelo Brasil é, indiscutivelmente, referir-se também à City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited — hoje  

54 MILLER, op. cit.
55 Um dos trabalhos realizados pelos sócios Parker e Unwin foi o planejamento, em 1901, da cidade fabril de New Earswick, próxima a York.
56 ANDRADE, op. cit., p. 6.

Em 1912, essa empresa, segundo Wolff, já era proprietária do equivalente a 37% da área total da cidade de São Paulo, o que nos permite dimensionar a proporção de seu poder. Assim como a Light (The Brazilian Traction, Light and Power), uma companhia anglo-canadense, responsável pela maior parte dos serviços de bonde e energia da capital, a São Paulo Railway, a principal companhia ferroviária do país, também de capital inglês, a Companhia City tinha uma participação considerável junto às elites nas decisões sobre os rumos da urbe. Enfim, por essa associação de interesses, é possível perceber como foram constituídos esses poderes e como eles definiram o traçado da cidade. Pode-se mesmo verificar se havia um projeto urbano e paisagístico sendo aplicado e até que ponto esse grupo, no campo imobiliário representado pela Companhia City, definiu seu perfil. Sobre essa composição de forças, Silvia Wolff observa que:

---

Havia, assim, quem obtivesse as garantias financeiras necessárias ao empreendimento, quem entendesse das lógicas urbanas da cidade e quem pudesse induzi-las, dotando de infra-estrutura as áreas a serem comercializadas, e ainda quem possuísse os terrenos, o conhecimento e o trânsito no mercado imobiliário paulistano.59

Enfim, esse grupo trabalhava em “conjunto” e, nos projetos aplicados às várias espacialidades do perímetro urbano, verifica-se uma conformidade entre eles. Isso não ocorreria se não houvesse um planejamento, mesmo que apenas por parte da Cia. City e seus consultores, que eram ligados à Prefeitura. Essa empresa possuía vínculos com Victor Freire, desde a sua implementação, quando o Sr. Fontaine entra em contato como Sr. Victor da Silva Freire então diretor de Obras Públicas da municipalidade de São Paulo, procurando obter deste, informações acerca da existência de proprietário de grandes áreas da capital que estivessem dispostos a negociá-las. Este apresenta-o ao Dr. Cincinato da Silva Braga, que, juntamente com antigos proprietários de terras estavam adquirindo grandes áreas para exploração desse ramo de negócios.60

Essa relação manteve-se posteriormente, pois o engenheiro tornou-se um dos diretores da empresa em 1945.61 Esse fato nos leva a concluir que, se no nascimento da empresa Freire esteve presente, junto com Bouvard, como mediador e, três décadas depois, tornou-se um de seus diretores, então consecutivamente acompanhou o trabalho da empresa e vice-versa. Isso se manifestou na comunhão de idéias, quando se tratou de planejar o Vale do Anhangabaú, o Pacaembu e a ampliação do centro para além do “triângulo central”, regiões que integravam a

61 A participação do engenheiro Victor da Silva Freire como diretor da empresa aparece nos Livros Ata de 1945. Também é mencionada por Silvia Wolff, Roney Bacceli e Carlos Roberto Monteiro de Andrade em seus respectivos trabalhos. No entanto, nenhum deles evidencia o momento exato da entrada desse membro da empresa em suas diretoria ou mesmo seu ingresso como acionista. Os documentos aos quais tivemos acesso nos arquivos da Companhia City também não forneceram essa data. Tivemos em mãos um livro Ata de 1945 no qual esse sócio aparece como diretor, mas na primeira ata em que seu nome consta como pertencente à diretoria os assuntos tratados são relativos à empresa e não mencionam o diretor como novo membro. Sua participação é a mesma dos outros, o que nos levou a concluir que já há algum tempo estava na empresa e nessa condição. Não foram localizados os livros anteriores que pudessem fornecer a data de seu ingresso. O Arquivo da Companhia City é um arquivo corrente, por isso as pastas circulam dentro da empresa; quando são necessárias às várias seções, são solicitadas, e elas são incorporados documentos que estão relacionados aos imóveis. Esse procedimento dificulta a consulta ao arquivo, embora haja um grande esforço por parte da empresa em atender ao pesquisador, mesmo que isso signifique, do ponto de vista comercial, pôr em risco seus documentos.
parte da cidade atingida pelas transformações propostas para a urbanização no Plano de Melhoramentos, do qual Bouvard havia sido árbitro, ainda na transição da gestão Prado/Duprat. Essa teia de relações foi destacada por Andrade:

A Cia City havia sido recém criada e, no entanto, já encontramos no esquema da Diretoria de Obras a indicação de uma 'Avenida principal projetada pela S. Paulo City Improvements', continuando a Avenida Paulista. Em outra estampa de seu Relatório [...] vemos o traçado sinuoso do que foi o primeiro projeto para o Pacaembu, provavelmente elaborado por Bouvard, que estava na ocasião também a serviço da Cia City. Tal vínculo entre a Cia City e o plano da Diretoria de Obras, não nos parece algo fortuito. Arriscaríamos lançar a hipótese de um conluio de interesses entre Freire e aquela promissora companhia imobiliária, que em grande medida determinou os rumos da expansão metropolitana, reforçando os setores da cidade nos quais a City havia adquirido, por indicação do próprio Freire e com a assessoria de Bouvard, enormes glebas de terrenos. Não por acaso também esses senhores tornaram-se, em momentos diversos, diretores da City, com Bouvard, assim como Freire, tendo atuado, desde a criação da Companhia, como consultores técnicos.62

Andrade salienta que a ligação entre a Prefeitura, Companhia City e as elites levou a um conluio desses poderes no que diz respeito ao controle espacial da cidade e à definição de seu uso. Pelo elo existente entre a empresa e o poder público, é possível deduzir que, embora não estivesse claro para a população, havia entre esses dois poderes uma convergência sobre o tipo de planejamento desejado para a área central da cidade e seus arredores, em decorrência de seu rápido crescimento e, conseqüentemente, da valorização de áreas para loteamentos.

Em 1886, a cidade tinha uma população de 47 mil pessoas e, em 1919,63 data do retorno definitivo de Barry Parker a Londres, alcançara a assustadora soma de 500 mil habitantes — 453 mil pessoas em 33 anos: em média, aproximadamente 13.727 mil chegavam à cidade por ano. Essa é uma distribuição homogênea, mas é certo que não foi assim: houve períodos em que o fluxo era maior e outros em que era menor. Essa variação é apontada pelas tabelas de crescimento populacional elaboradas por Santos e nas quais se apresenta uma evolução percentual de 200% entre 1890 e 1900. Esse autor informa ainda que, “[...] nos dois

primeiros decênios deste século, não obstante o crescimento percentual ter diminuído, continuou ocorrendo uma elevação do número de habitantes da cidade”.

Tal volume populacional, certamente, deu indicativos aos fazendeiros, comerciantes e viajantes sobre a promissora cidade que, no século XX, se transformava em metrópole.

Por conseguinte, havia problemas graves de moradia quando Parker aqui chegou. No que diz respeito à Companhia City, ela loteava a área do Pacaembu, próxima ao Centro, e o local estava “abandonado”, com a cidade crescendo ao seu redor. Parker, como consultor da empresa, foi conhecê-la e propôs a criação de um parque público, de forma a aproveitar melhor seu terreno, pois se tratava de uma região de relevo acidentado. No entanto, o alto valor de mercado da área tornou a ideia inviável.

O fato de a região ser acidentada levou o planejador a sugerir que o local se destinasse a abrigar um bairro exclusivamente residencial, se realmente houvesse interesse em aproveitá-lo satisfatoriamente. A legislação vigente deveria, então, ser modificada, não sendo possível elaborar um projeto seguindo a orientação da que estava em vigência. O projeto preparado pela Cia. City, ou seja, por Barry Parker, não foi aprovado pela Câmara Municipal, pois não atendia às dimensões exigidas quanto à largura das ruas, ao comprimento mínimo de quadras e, ainda, apresentava ruas sinuosas, haja vista que não havia legislação correspondente a tal proposta.

Diante desse impasse, Parker voltou toda a sua atenção para as relações entre a Cia. City e a Prefeitura, a fim de que ambas vissem a necessidade de rever a legislação em vigor. Para alcançar seu intento, elaborou um relatório no qual apresentava sua visão a respeito do Pacaembu. Em vez de reformular sua proposta de planejamento, expôs argumentos para mudar a legislação. Pode ter sido o caminho mais difícil, mas não abriu mão de suas idéias e da concepção urbana na qual acreditava. Esse desafio levou-o a estreitar relações com o

---

engenheiro Victor Freire, a ponto de convencê-lo a apresentar seu parecer favorável à modificação da legislação. Para isso, foram redigidos quatro documentos nos quais o arquiteto expõe suas razões.65

O primeiro deles, intitulado Mr. Parker’s Report on Pacaembu, dated March 1st 1917, consiste numa carta de Parker a Gurd, diretor da City no Brasil, em que apresenta seu parecer sobre o traçado urbano em xadrez aplicado à cidade de São Paulo. O traçado ao qual se refere era herdeiro da ocupação portuguesa, e Parker o considera não adequado ao relevo da cidade de São Paulo. Sua argumentação se pautava no fato de o sítio urbano ser totalmente sinuoso e acidentado, com colinas, vales, tabuleiros planos, fundos de vales e encostas com declives acentuados. A área que compreendia o Pacaembu também possuía essa característica e tornara-se um espaço vazio, como tantos outros espalhados pelo perímetro urbano, de difícil acesso e próximo ao Centro.66

A ocupação de todo o perímetro urbano, portanto, dar-se-ia de modo irregular e os vazios entre um bairro e outro se justificavam pelos problemas naturais. Poderia haver também outro motivo: visar à valorização da área, tornando-a alvo de disputa para loteamentos. Essas irregularidades, de acordo com o diagnóstico e o caráter de urgência de adequação à topografia do sítio urbano, que não cabia em um planejamento marcado pela regularidade, reticularidade e precisão — elementos constituintes da concepção em xadrez, que se ajusta muito bem às áreas planas e regulares —, foram os fatores mais relevantes na

argumentação de Parker para sustentar e convencer os poderes envolvidos na constituição da malha urbana com vistas a uma mudança na legislação.\(^{67}\)

As críticas do urbanista são precisas, pois constatam a falta de observação por parte dos engenheiros que propunham o planejamento de um loteamento, sem pensar em seus futuros moradores, nos aspectos arquitetônicos, de engenharia e de higiene, financeiros e práticos — elementos fundamentais e que, por isso, não poderiam ser sacrificados. Parker enfatizava, também, que era obrigação do urbanista pensar em oferecer ao morador de um bairro uma paisagem agradável, pois o sucessor de um loteamento depende de seus futuros moradores gostarem do lugar onde irão viver.\(^{68}\) O significativo nesse relatório foi Parker deixar claro a seu diretor que não abriria mão de seus valores em favor da lucratividade da empresa. O arquiteto/urbanista acrescentou ainda que estava muito preocupado com o Pacaembu quanto ao problema da ventilação propícia, em conseqüência da topografia acidentada, e que buscaria encontrar, em seu projeto, a solução para o problema.

Parker descartava, dessa forma, a total destruição do relevo pela imposição do traçado em grelha, de princípios mais rígidamente, cuja observância exigia esforços redobrados e profundas alterações, que oneravam os loteamentos. Para evitar essas medidas, propôs ruas de duas larguras: algumas, em número reduzido, teriam 16 m e seriam as artérias do bairro; as outras, em maior número, mediriam 8 metros. Essa diferença de largura era motivada pelo fato de as residências independentes permitirem vias mais estreitas — afinal, a referência do urbanista eram as casas em bloco, ao estilo arquitetônico marcadamente europeu, que se opunha às habitações soltas, unifamiliares, aplicadas a Letchworth e Hampstead, inovações urbanas estimuladas pela Cidade Jardim e implementadas por ele e seu sócio. O traçado para o Pacaembu acompanharia as curvas de nível do terreno, o que facilitaria, mais que qualquer outro arranjo, a drenagem e a inserção de esgotos, repetindo as imprecisões do sítio urbano.

\(^{68}\) Manuscritos de Barry Parker. Arquivos da Cia City (Brooklin Novo). Pasta GG 092. ANDRADE, op. cit., p. 229
Parker propôs também que os terrenos tivessem duas frentes, das quais a principal deveria voltar-se para o vale. As residências também deveriam ter quatro lados, favorecendo a simetria necessária, além de uma visão das encostas que, segundo seus argumentos, proporcionaria uma paisagem magnífica.\textsuperscript{69}

Ainda no decorrer da polêmica, Parker enviou ao engenheiro Victor da Silva Freire, em 10 de abril de 1917, uma carta a que estava anexada a petição apresentada à Prefeitura sobre o planejamento do Pacaembu. Nela se relatavam as dificuldades para o loteamento daquela área e se recomendava seu uso como bairro residencial.\textsuperscript{70} Parker também enfatizou sua proposta de ruamento e a impossibilidade de se ocupar o vale, caso a legislação permanecesse inalterada. O bairro Pacaembu só foi loteado anos mais tarde, mas as propostas de Parker estavam parcialmente incorporadas.\textsuperscript{71} Suas inferências e seus relatórios foram decisivos para que se mudasse a legislação vigente e o bairro fosse planejado conforme as características do terreno, com a anuência da Divisão de Obras Públicas e, principalmente, com o favorecimento dos moradores.

O Código de Postura e Padrão Municipal que regia a urbanização foi criado em 1886, de acordo com as formulações internacionais, e sofreu alteração em 1893, quando o Decreto Estadual 235 criou o Código Sanitário, modificando as novas construções. Esse Código foi acrescido da lei municipal 1.666, de 1913, que regulamentava o alinhamento de imóveis. Houve um segundo Código Sanitário, aprovado em 1918, mas modificado em 1920 pelas leis 2.332 e 2.611, essa última datada de 1923. As modificações promovidas em 1923 definiram o ruamento, assim estabelecido: “ruas locais com 8 a 12 metros; secundárias com 12 a 18; principais com 18 a 25, e as de grande fluxo com mais de 25 metros. Essa flexibilidade

\textsuperscript{70} Letter from Mr. Parker to Dr. Freire of the Public Works Department regarding the former`s Report on Pacaembu. Manuscritos de Barry Parker. Arquivos da Cia City (Brooklin Novo). Pasta GG 092.
\textsuperscript{71} A forma de planejamento em adequação ao terreno, a largura das ruas e o desenho em curvas, a quantidade de ruas em relação àqueles bairros de intensa circulação foram observados. A direção dos ventos foi outro fator a ser considerado para construir as casas do Pacaembu. ANDRADE, op. cit. p. 232.
permaneceu nos atos seguintes.”72 O Código modificado por essas leis complementares regeu a urbanização de São Paulo até 1929, quando a lei 3.427 aprovou um novo Código de Obras, conhecido como Código de Obras Arthur Saboya, o qual resultou de um estudo realizado, durante a gestão do prefeito José Pires do Rio (1926-1930), pelo próprio Saboya e por Silvio Cabral.

Em 1930, quando aconteceu o 1º Congresso de Habitação na cidade, o código em vigor foi questionado e, em 1934, sofreu alterações inseridas pelo Ato 663, nos artigos 21 e 24, mantendo-se assim até 1955. Essas alterações “conferiam destaque para o Jardim América e o Pacaembu, bairros da City, além de algumas ruas de Perdizes, onde se estabelecia que os muros de fecho previstos por lei para outros locais deveriam ser substituídos por cerca viva sobre mureta de alvenaria de tijolos ou pedra de 50 centímetros de altura”.73 Apesar de todas as leis complementares, a flexibilidade quanto à largura das ruas e à aplicação de projetos adequados à topografia do sítio urbano foi mantida; segundo Silvia Wolff, isso resultou da argumentação consistente da Companhia City em favor da aplicação de tais modificações em seus loteamentos e que acabaram estendendo-se a outros bairros, como o conhecido caso do Jardim Europa.74

Outro projeto desenvolvido por Barry Parker foi o planejamento do Jardim América, que o tornou conhecido no Brasil. O mais relevante, nesse caso, é que, se havia, como descreve Andrade, uma divisão de trabalho entre Unwin e Parker, no Brasil suas atividades envolveram tanto o planejamento urbano quanto o arquitetônico. Em 1913 o Jardim América aparece no mapa da cidade, mas ainda em “tabuleiro de xadrez”. A área ficava em um relevo tabular constituído por terraços e planícies fluviais com extensões pantanosas, localizada a dois quilômetros da margem esquerda do Rio Pinheiros.

---

72 WOLFF, op. cit., p. 60.
[Figura 09] Planta parcial da cidade, área onde se localiza o bairro Jardim América. WOLFF, p. 129.

Primeiro projeto da Companhia City para a área do subúrbio, cuja medida era de 1096375 metros quadrados. Linhas divisórias: Rua Groelândia, rua Estados Unidos. As outras extremidades faziam divisas com terrenos.

Nesta planta o bairro é cortado no centro pela Avenida Brasil e nas diagonais pelas retas das ruas Peru e Bolívia, Guatemala e Equador formando um grande eixo central, na
extremidade deste estão localizadas áreas destinadas a edifícios públicos, como escolas, área para esporte, teatro e igreja. No entanto o projeto definitivo eliminou esses elementos de composição do traçado. O segundo projeto do bairro foi idealizado pelo escritório de Unwin e Parker.

Na planta Garden - City as linhas diagonais fecham em curvas. Indica sinais da concepção de bairro-jardim como viria a ser o projeto de Barry Parker, porém não está contemplada com os jardins internos.

A extremidade da rua Peru encontra a rua Guadalupe e termina na sua confluência com a Avenida Brasil, a outra linha demarcatória do traçado (hoje composta pelas ruas Guatemala e Uruguaí), saía do eixo central (hoje praça América), para o ponto extremo do bairro, quase fechando as extremidades com a rua Guadalupe. Nesse traçado não havia ainda os jardins internos nas quadras e, portanto, o desenho da praça Guadalupe também não estava assinalado. O desenho é marcado ainda pelas ruas México e Argentina que fecham o eixo central atravessando a área de um lado ao outro do ponto de cruzamento das diagonais.

Porém, à área convencionada para o bairro foram agregadas outras aquisições posteriores, tornando-a maior e correspondendo à área de 1.096,375 m² (um milhão noventa e seis mil trezentos e setenta e cinco metros quadrados. LIMITES: - Começam na rua Estados Unidos, no lado impar, n’um ponto fronteiro ao alinhamento do lado impar da rua Melo Alves, situado na distância de 119 ms31 da rua Jamaica; seguem na direcção Sudeste e atravessam a Avenida Brasil; continuam na mesma direcção até encontrar a rua Groenlândia, n’um ponto situado na distância de 153ms36 da rua Venezuela; dahi seguem a rua Groenlândia passando as ruas Venezuela, Colômbia, México e Praça Califórnia, na direcção Sudeste, n’uma distancia de, mais ou menos, 1.002 metros; dahi seguem, em linha recta, na direcção Noroeste, paralelamente a rua Chile e 40 metros distante desta rua, atravessam a rua Esperia, Avenida Brasil, ruas Honduras e Estados Unidos; dahi seguem até um ponto distante 57ms70 desta ultima rua; dahi seguem em direcção Noroeste e atravessam a Avenida Nove de Julho Ruas Paraguai, Casa Branca, Peixoto Gomide, Alameda Rocha Azevedo até a rua Christovan Diniz; dahi seguem a rua Christovan Diniz até a rua Estados Unidos; seguem por esta ultima no lado impar, até o ponto de partida, passando pelas ruas Colômbia, Antilhas, Venezuela e Jamaica. O bairro esta situado no sudeste desta capital, a uma distancia de, mais ou menos, 3 quilometros e 700 metros do centro da cidade, nos districtos do Jardim América e Jardim Paulista. Extende-se da rua Estados Unidos até a rua Groenlandia e da rua Guadalupe até a rua Chile. O terreno é constituído por uma planice com declive medio de 2% para o rio Pinheiros, que se acha a 2 kilometros do bairro.75

A primeira planta do bairro [Figura 10] é de 1911, de autoria desconhecida, e contém características ainda referentes ao classico xadrez retilíneo. Em 1915, a Companhia City solicitou ao escritório de Raymond Unwin a elaboração de um projeto específico para aquela localidade; o retorno foi a proposta de desenhar a planta desse bairro apenas com a descrição topográfica. Essa planta foi projetada, e o grande X de linhas retas foi substituido por um X com extremidades curvas. Tais retas ficavam mais aparentes se observadas a partir da praça América em direção à extremidade do loteamento na Rua Guadalupe. Nesse desenho, intitulado Garden City, não foram eliminados todos os sinais do traçado anterior. Em ambas as plantas, se bem examinadas, é perceptível, ainda, a predominância das linhas retas, a

despeito da adaptação ao planejamento orgânico filiado à tradição do urbanismo dos subúrbios anglo-americanos.\textsuperscript{76}

A proposta de Barry Parker era atípica e seu desenho alterou decisivamente a planta inicial. Por ser um espaço de áreas que alagavam em tempos de chuva e distante do centro da cidade, observou que sendo destinado a uma classe de poder aquisitivo médio e em razão da localização, carecia de um planejamento cuidadoso e muito bem elaborado, que contivesse elementos inovadores para a área urbanística. Assim, foi projetado nos moldes dos subúrbios londrinos, mais especificamente Hampstead.

O Jardim América, naquela ocasião, era um projeto de risco, segundo Ebe Reale,\textsuperscript{77} pois apresentava a vegetação como um dos elementos básicos do planejamento, em uma cidade que lutava contra o cenário pitoresco, suscitado pela topografia do sítio urbano, que levava, muitas vezes, ao abandono de áreas. Isso acabava por imprimir à paisagem um aspecto rural, ameaçando o “progresso e a civilização” em curso.\textsuperscript{78}

A obra de Parker, no início, encontrou resistências: as vendas não atingiram o esperado e não era hábito no Brasil a existência de subúrbios, em razão da localização distante do centro urbano. O local mais próximo era a Avenida Paulista, onde se podia verificar, após a fileira de residências suptuosas, a presença da natureza não dominada e, ao longe, duas ou três casas esparsas misturando-se à vegetação [fotografia n° 02]. É preciso ressaltar que essa imagem da Paulista é de 1902 e que o Jardim América foi lançado em 1915; ainda assim, é consistente a referência de Reale sobre a reação inicial do mercado à área do Jardim América.

É bem possível que as residências iniciais projetadas por Barry Parker tenham sido necessárias para chamar a atenção para a área fora do perímetro urbano, talvez porque a

\textsuperscript{76} WOLFF, op. cit., p. 130. Essa filiação refere-se a discussão sobre a influência que os subúrbios americanos de Chicago causaram a Ebenezer Howard, quando já esteve, amplamente debatida nas obras de Relph e Hall, já citadas.

\textsuperscript{77} REALE, op. cit., p. 157.

cidade de São Paulo não comportasse, naquele momento, um bairro afastado do núcleo central. Outra questão difícil na área do Jardim América era o fato de ser pantanosa e, segundo Reale, um criadouro de mosquitos.

Sobre essas modificações no estilo de morar que interferiam na malha urbana, Reis Filho escreve que:

[...] nos bairros da zona sul do Rio de Janeiro, em Higienópolis e Campos Elísimos, em São Paulo, os arquitetos mais ousados orientavam a construção de casas com soluções arquitetônicas mais atualizadas, com jardins amplos, porões altos e programas mais complexos, que conseguiam ser, a um só tempo, chácaras e sobrados.79

O problema com respeito ao Jardim América, inicialmente, parecia estar na localização, pois as moradias ali planejadas, embora fugissem do tipo de construção proposta, ainda eram de padrão médio para a época. Quanto ao planejamento residencial, estilos diferenciados foram implantados no bairro, mas havia o agravante do termo de submissão para o comprador: um contrato de venda com cláusulas específicas sobre as acomodações das casas no lote e a localização no terreno. Isso constituía uma restrição à liberdade de atuar sobre sua propriedade para a qual possíveis compradores de terrenos do bairro não estavam preparados.

Havia em São Paulo um certo fascínio pelas tendências arquitetônicas vindas de fora. Porém, as tendências aqui aplicadas eram acrescidas das características locais das habitações coloniais e do estilo das chácaras que possuíam casas com hortas e jardins, além de elementos da arquitetura extraída de observações de viagens dos moradores das residências. Um bom exemplo desse estilo de morar era a Avenida Paulista (Fotografia 02). Afora a liberdade de decisão sobre o estilo, pois, de acordo com Carlos Lemos,

[...] Por um motivo ou outro, a cidade cresceu demais, ganhando casas ricas, casas remediadas, casas operárias e cortiços. [...] Foi quando se definiu o hábito do

As memórias de Jorge Americano ao tratar da sociedade do início do século XX e as
lembranças de infância de Boris Fausto ao relatar a vida de sua família no Brasil, ratificam
que na falta da chácara, as casas com grandes quintais, jardins e hortas marcaram um estilo de
morar da classe média. Os olhares estavam voltados para as residências suntuosas das quais
eram copiados os modelos arquitetônicos na falta de um arquiteto renomado, ou de constantes
viagens para a Europa.

De modo geral, é a partir do início do século XX que são implementadas as primeiras
experiências arquitetônicas, iniciadas com a introdução do *Art-nouveau*, posteriormente, do
Neo-colonial, e, finalmente, do movimento modernista.81

Parker fugia ao estilo existente em São Paulo, sendo bem possível que tenha sido
contratado exatamente porque a Companhia City desejava algo além da paisagem
proporcionada pelo modo existente de morar. O urbanista/arquiteto tinha em mente uma
paisagem cujas cercas vivas faziam o papel de divisores das espacialidades dos lotes,
permitindo que a frente dos terrenos ficasse livre.82 Essa composição espacial é marcante em
Hampstead, bairro no qual o arquiteto inglês trabalhou com seu sócio Unwin e onde puseram
em prática suas concepções.

Nessa localidade, as cercas vivas são uma característica geral; suas alturas variam de
uma rua para outra, como pode ser constatado nas fotografias 18 e 19. Em sua grande maioria,
são baixas e, sob os arbustos, há pequenas muretas, visíveis apenas naqueles terrenos onde a

80 LEMOS, C. A. C. *Alvenaria Burguesa*: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a
82 WOLFF, op. cit., p. 71.
sebe não está presente, ocultando-as. Nos logradouros onde funcionam os corredores comerciais, os terrenos são cercados por muros visíveis. A ocupação é mista: há padarias, floriculturas, posto de correio, os serviços básicos de modo geral e até um pequeno cemitério.

No entanto, a relação com a espacialidade aberta não se pôde estabelecer com relação ao Jardim América, em São Paulo. A espacialidade aberta como uma vitrine, própria do norte-americano e do inglês, a exemplo de Hampstead, feria a intimidade da família brasileira, muito conservadora, mas estava presente no planejamento do Jardim América. Seu autor não atentou para tal fato, e esse foi outro motivo que retardou, no início, a venda dos lotes na área. Além disso, a concepção de moradia paulistana estava presa mais aos palacetes suntuosos da elite cafeeira, de influência francesa, do que ao estilo europeu implantado em Letchworth, Hampstead e em bairros norte-americanos. Parker tinha como fio condutor uma minuciosa rede de alinhamento do espaço de acordo com a área, a topografia, a malha urbana, a arquitetura das edificações, os jardins e os arruamentos. Essa harmonização visava a inserir jardins internos no coração da quadra, o que Parker fez e ordenou de modo que atendesse ao maior número de residências localizadas na quadra.

Assim, aquilo que normalmente seria o fundo de uma casa passou a ser a segunda fachada em frente ao jardim comum. Esse também era um caminho por onde as pessoas que moravam fora do conjunto de residências transitavam, havendo um caminho estreito que permitia a entrada de não-moradores. A planta de 1919 [Figura. 12] traz os jardins internos e sua configuração. Em muitos casos, a ligação entre um jardim e outro podia ser feita por vários caminhos. Esse é o caso da quadra 19, que fica entre as Ruas Groelândia, Venezuela, Colômbia e Peru.

O jardim interno era ligado a uma praça (hoje, praça Incas) por um caminho arborizado. A praça, por sua vez, era cortada pela rua Peru, ficando uma de suas partes na quadra 18. Ainda no jardim interno da quadra 19 [Destaque 01 – figura 12], havia um
segundo caminho arborizado do mesmo lado da praça à sua esquerda, que dava passagem
também à rua Peru. Do lado oposto, a quadra era margeada pela Rua Groelândia e o jardim
interno se prolongava até ela. Portanto, essa área interna possuía três entradas para o público
externo à quadra. A distinção mais acentuada se refere à quadra 23 (Destaque 02 - figura 12),
localizada entre as Ruas Honduras, Guatemala, Colômbia e México, cujo jardim interno era,
na verdade, uma praça com frente para a rua México.

O desenho da planta apresenta nítidamente o traçado da urbanização proposta.
Percebe-se que há um interesse em acomodar natureza e intervenção urbana. Trata-se de uma
natureza domesticada, mas é a que ainda implica identidade e que leva o indivíduo a uma
constante sondagem de sua origem em um tempo distante, primitivo. Enquadrada hoje nos
limites dos jardins, parques e praças, a natureza é totalmente desmistificada e dominada.

Assim, podemos dizer que Parker, procurando atender aos interesses da Companhia,
em razão de toda a sua formação, de seu trabalho anterior na Cidade Jardim e em Hampstead,
buscou apresentar uma concepção de planejamento adequado ao espaço, no qual o cidadão
ficaria em harmonia com a casa, essa com o bairro e esse com a cidade. Isso implicava,
aquele momento, pensar a natureza da cidade como elemento de construção da paisagem.
Certamente a natureza na cidade, no sentido paisagístico, constituía uma compreensão da
espalialidade que a qualificava como concepção, abrangendo um outro estatuto urbano.83

---

83 A natureza da cidade é um dos temas mais debatidos no século XX. Isso ocorre frente ao significado que
adquiriram as espacialidades urbanas a partir dos deslocamentos humanos, nacionais ou internacionais,
principalmente para locais como Nova Iorque, Tóquio, Cidade do México e São Paulo, entre outras inúmeras
grandes concentrações humanas. Michel de Certeau, ao analisar a megacidade, reivindica que se dê uma atenção
maior a essa questão, pois precisam ser encontradas alternativas que venham a convergir para o entendimento do
que nelas ocorre, pois somente a partir dessa informação soluções podem ser apontadas. Nesse aspecto, o
trabalho do historiador é de extrema relevância, já que oferece informações e confere ao movimento de
existência da cidade significados para a compreensão de sua história. Seguindo esse raciocínio, a cidade de São
Paulo foi atropelada pelo crescimento desenfreado e para o qual não havia espaço ou construtores e urbanistas
preparados para administrá-lo. O progresso e a civilização almejados acabaram por provocar repetidamente os
efeitos contrários àqueles a que visavam: o sistema de lucro gera uma perda que nas formas múltiplas da miséria
e da pobreza fora do sistema e do desperdício dentro dele constantemente transforma a produção em “gasto”.
Além disso, a racionalização da cidade leva à sua mitificação nos discursos estratégicos, que são estimativas
baseadas na hipótese ou na necessidade de sua destruição para chegar a uma decisão final. CERTEAU, M.
Essa é uma questão para a qual Camilo Sitte já havia chamado a atenção de planejadores, urbanistas e arquitetos, no final do século XIX, e que atingia a urbanização de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.


[Destaque 02 - Figura 12]. Quadra onde o jardim interno era o prolongamento de uma praça.
De acordo com as informações de Andrade, Parker era um dos interlocutores de Victor Freire e, logo, estava ciente das propostas urbanas em pauta no planejamento por parte do poder público. Conhecia também aquelas que constituíam idéias a serem debatidas e que poderiam ser aplicadas ou não. Assim, o planejamento do Jardim América não foge à integração com o resto da malha urbana, porém expressa claramente como seu criador entendia o planejamento de um bairro e a ousadia de sua proposta. O América chamou a atenção por seu caráter inovador, tanto de interessados em residir no bairro, como de urbanistas, pois nada dessa magnitude havia sido planejado no Brasil.

A singularidade do trabalho de Parker, materializado no Jardim América, é um sinal da predominância de sua atuação concreta como planejador, em comparação à de arquiteto. Tal predominância foi chamada a endossar o tombamento na década de 1980. Talvez seja mais apropriada para justificá-lo do que a característica de bairro-jardim, pautada na concepção homônima de Ebenezer Howard, da maneira como é empregada no Projeto de Tombamento do bairro Jardim América, pois foge a tudo aquilo que havia sido realizado por ele até aquele momento e o coloca exercendo a função desempenhada por Unwin na divisão de trabalho por eles estabelecida.

Parker deixou o Brasil em 1919, mas, conforme certos indícios, cercou-se de todos os cuidados para que seu trabalho como planejador não fracassasse. O Jardim América, na época um subúrbio, foi um trabalho individual e completo com resultados positivos, em que Parker aplicou seus conhecimentos de planejador com uma dimensão maior que a concedida à arquitetura naquele espaço.

---

84 Parker realizou também, individualmente, o planejamento da área do porto na cidade homônima, em Portugal, porém seu projeto não foi todo aplicado, como o foi o do Jardim América. Embora tenha sido modificado ao longo dos anos, inicialmente esse último seguiu rigorosamente o planejado por ele. Segundo os estudos realizados por Andrade (op. cit.), era um planejamento que abrangia toda a área portuária, com jardins, praças e edificações modernas ao estilo inglês, mas os portugueses restringiram-se a parte dele, e não se sabe ao certo por que não foi aplicado em sua totalidade. Cf. ANDRADE, 1998. Op. cit., p. 121-139.
As atividades de Parker no Brasil notabilizaram-no como um grande planejador. As pesquisas feitas sobre ele assim o apontam e ressaltam como seus feitos e realizações de urbanista repercutiram nos empreendimentos de outros planejadores brasileiros.85

2 – As propagandas

A Companhia City organizou um departamento de publicidade inteiramente voltado para esse fim e destacou-se pelo desempenho e o esmero nesse setor. As estratégias de divulgação da Companhia City estendiam-se a todos os meios, até mesmo exposições, congressos, peças de teatro e outros eventos que atraíssem pessoas com o perfil do comprador-alvo. Esse tipo de procedimento pode ser considerado comum hoje, mas não o era naquele momento. Mobilizar todas as possibilidades de promoção era um sistema publicitário de vanguarda. Optamos por tratar das propagandas apresentadas em panfletos e artigos de jornais que mostram prontamente a extensão do trabalho promocional dessa empresa, mais especificamente as relacionadas ao Jardim América.86

A ideia de planejamento bem feito e adequado à condição social de seu morador foi oportunamente utilizada pela empresa loteadora, que a enfocou em suas propagandas dirigidas e evocou os predicados inovadores do próprio Jardim.87 No entanto, não

85 O exemplo mais característico é o trabalho de Jorge de Macedo Vieira realizado na região norte do Estado do Paraná. Foi quem projetou a cidade de Maringá, cujo desenho segue todas as orientações contidas na noção de Cidade Jardim de Howard. Vieira foi estagiário na Companhia City exatamente entre 1917 e 1919, período em que Parker atuava como assessor. Essa convivência é nitidamente identificada nos trabalhos realizados pelo brasileiro, mas, no caso de Maringá, a administração e os segmentos sociais, políticos e econômicos exploraram sua gênese e procurou-se promovê-la por esse meio, transformando-a na primeira Cidade Jardim do Estado e a que possui a maior quantidade de árvores nas ruas. PAULA, op. cit., 1996, p. 211-226.
87 No contato com o acervo documental da Companhia City, percebe-se que houve um conjunto de medidas que almejava promover as áreas por ela adquiridas para atingir seus fins comerciais. Encontra-se, em suas atas e em cartas do setor de engenharia à gerência, a proposição de atividades, em seus loteamentos, com o intuito de
encontramos, antes de 1923, nenhuma propaganda em forma de panfleto especificamente sobre o Jardim América.88

O ano de 1923 foi considerado pela companhia como o de encerramento da primeira fase de vendas de terrenos, período em que foram construídas 56 residências. Durante essa etapa, os meios de divulgação utilizados para promover a venda dos terrenos eram mais indiretos, incidindo sobre aspectos como saneamento básico e transporte, além de uma curiosa estratégia que envolveu o Parque Siqueira Campos.

A atenção voltava-se para a Avenida Paulista desde 1916, quando o sistema de energia elétrica foi inaugurado, juntamente com o Trianon. Passou a ser elegante morar próximo à Avenida e o interesse imobiliário da Companhia City dirigiu-se a essa região. Assim, a empresa passou a desenvolver um trabalho de publicidade que apregoava seu bairro e os benefícios que oferecia, bem como sua localização privilegiada.

No caso da Avenida Paulista [Fotografia 02], a imagem oferecida era quase uma miragem. Apresentava harmonia e integração, mas a monotonia na disposição indicava uma natureza subjugada, estetizada, pouco menos que uma criação humana, tal a sua simetria. Denunciava melhorá-los, visando à venda. Além disso, encontramos um balanço dos serviços de encanamento, pavimentação e construção do estádio Pacaembu, financiados pela empresa. A doações de terrenos à Prefeitura é mencionada em documentos endereçados à municipalidade, assim como a doação de terrenos a hospitais e a escolas. Estão documentados, também, em relatório do setor de obras enviado à gerência geral, a abertura de 96 km de ruas, a arborização das praças, ruas e jardins construídos pela empresa. Além de 42 km de galerias pluviais, 45 km de guias, 5 km de linhas de bonde e, em acordo com a Light & Power, 46 km de rede de luz e 20 km de gás. Essas benfeitorias tinham o objetivo de promover as vendas nos bairros pertencentes à empresa. Mesmo que a intenção fosse puramente promocional, ainda assim elas servem para dimensionarmos as interferências da empresa na espacialidade urbana de São Paulo. Assim, se por um lado esse conjunto de providências dá a medida do poder econômico da empresa, por outro suscita uma questão importante: por que outras empresas, ao lotearem, não fizeram o mesmo? Não foi possível localizar o contrato de compra e venda dos terrenos iniciais da empresa, tampouco documentos que apontassem algum tipo de acordo entre empresa e poder público, obrigando-a a esse fim. O que se pode deduzir dos documentos é que, se houvesse receptividade às áreas lotadas, as vendas seriam realizadas, porém naquele momento havia falta de moradia; de uma forma ou de outra, a empresa venderia seus terrenos, talvez não para o adquirente que almejava, mas ao menos sem prejuízo. No entanto, ela não abriu mão de um determinado tipo de morador no bairro. Mesmo que tudo isso viesse puramente a promover suas áreas, inicialmente, não foi o suficiente para que alçasse êxito total nas vendas; somente depois da vinda de Barry Parker, com seu planejamento, e das propagandas diretas, é que se atingiu o comprador específico e o objetivo em todos os seus loteamentos.

88 Observamos que os trabalhos que tratam desse bairro não determinam com precisão as datas dos anúncios publicitários explorados, quando tratam de imagens. Verificamos que panfletos também eram publicados em jornais com o mesmo formato, mas não ficou claro quem saiu primeiro: a publicação no jornal ou o panfleto cuja distribuição ocorria na própria empresa, em locais de venda e em eventos. Constataremos também que há uma concentração de anúncios na terceira e última fase de vendas no bairro.
também a competição entre o ser humano e a natureza selvagem, pois a repetição denotava sua humanização. O conjunto explicitava a simetria de quintais, jardins e casas, formando uma paisagem única, totalizante e civilizada, o que corroborava a idéia de paisagem humanizada. Compondo também essa paisagem, a obra de Parker no Brasil estendeu-se a outro projeto: a remodelação do Parque Siqueira Campos [Figura 13]. Esse empreendimento não estava desvinculado do trabalho que desenvolvia no Jardim América, pois precisamente o promovia. Contudo, essa conclusão foi tirada dos documentos e, principalmente, da reação dos jornais, na época, a seu trabalho no mencionado parque.  

As evidências disso são fortes, embora não tenha sido encontrado nenhum documento escrito em que estivessem explicitadas tais intenções.

---

89 O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria, no dia 22 de fevereiro de 1919, cujo teor denunciava a devastação promovida no Parque Siqueira Campos: “Há coisa de um mês, denunciem nessas colunas ao sr. Prefeito um atentado que se estava praticando contra a cidade: o corte das árvores e arbustos na Avenida Paulista. [...] Ora, domingo último, estando na avenida consegui o que pretendia: fechado a ponte de madeira que liga a mata da Avenida Paulista à da Alameda Santos, havia umas traves cruzadas que esbarravam o caminho. Era, pois, proibido passar-se além....Voltei, intrigado com a coisa: “Essa agora! Que diabo se estará fazendo do outro lado, que a gente não possa ver?” Mas saindo do parque e tomando uma das ruas que o ladeiam, tive, logo abaixo, uma desoladora surpresa: o que se fizera no centro do parque, também ali se estava fazendo e em muito maior escala, porque só ficavam de pé meia dúzia de árvores isoladas. E era tão grande a extensão damificada pelo machado e pela roce dos malfiteiros da Prefeitura, que voltei indignado, como indignado também voltará quem se der ao trabalho de lá ir.... Pois então era lá possível uma coisa assim? Para que se cortaram árvores e arbustos no lindíssimo bosque, único verdadeiramente rústico da cidade? Será para alindá-lo, transformando-o num jardim inglês? Mas a prefeitura esqueceu que é estragar o parque tudo quanto se fizer para aformoseá-lo dessa forma. [...] De quem terá sido essa idéia extravagante de se fazer uma “limpa” na mata, deixando o cháo areadinho e as árvores despidas de cipós e parasitas? Por mim sou ainda levado a crer que o senhor prefeito não tem pleno conhecimento do atentado de lesa-natureza que se está perpetrando no Bosque da Avenida. Dé-se ao trabalho de lá ir, hoje ou amanhã, e estou certo que Sua Excelência ficará triste e indignado. Ou estão Sua Excelência não tem alma sensível à beleza de uma mata brasileira — e que mata! o mais lindo e encantador trecho de floresta que jamais uma grande cidade teve a fortuna de possuir e conservar”. Apud SEVCENKO, N. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 114.
A Avenida Paulista, naquele momento, se revelava um dos lugares mais procurados para moradia ou investimento, pois era uma alameda habitada por famílias de grandes posses e localizada ao longo do espião. Apresentava, portanto, uma visão privilegiada sobre o Jardim América, o qual ficava na mesma extremidade do Parque Siqueira Campos. Tratava-se de chamar a atenção dos moradores e visitantes da Paulista para a lucratividade que a área oferecia e para o fato de permitir, a quem passeasse pelo parque, uma visão das residências construídas no bairro e das áreas abertas à espera de comprador. A infra-estrutura oferecida e a promessa de morar bem para aqueles que não residiam na grande Avenida estava no bairro a seu lado. E, para os residentes na Paulista, apresentava-se a promessa de lucratividade por meio da especulação.
Parker sofreu críticas por essas interferências, pois apresentavam características de favorecimento à empresa loteadora do Jardim América. Seu planejamento para o Parque Siqueira Campos trazia duas vielas em forma de V, no coração da mata, que se iniciavam na entrada da Avenida Paulista e terminavam na outra extremidade, voltada para a área do Jardim América. O caminho abriu um corte na vegetação e sacrificou uma quantidade significativa de árvores. Ao cortá-las, possibilitou a visibilidade do loteamento de propriedade da City e que Parker havia planejado.

Com esse exemplo, fica nítido como a conexão com a natureza passa a marcar a ocupação dos espaços da cidade no que diz respeito à qualidade de vida de um segmento social específico e no modo pelo qual esse segmento determinou o entendimento que se produzia, naquele momento, sobre a natureza e a urbanização.

De acordo com Rosa Kliass, nas décadas de 1920 e 1930, enquanto os bairros do entorno se consolidavam e a Avenida Paulista abrigava a alta burguesia, o parque tornou-se ponto de encontro elegante da cidade, apoiado pelas atividades no Trianon.\footnote{KLASS, R. G. Parques urbanos de São Paulo em sua evolução na cidade. São Paulo: Pini, 1993, p. 151.}

No entanto, não conseguiu reagir da mesma maneira às intenções das elites paulistanas quanto ao planejamento do Parque Siqueira Campos. Até porque era um projeto desvinculado da empresa que assessorava. Possivelmente, por acreditar que, de certa forma, defendia sua criação, já que o parque contribuiu sobremaneira para a divulgação da paisagem oferecida pelo Jardim América, convenceu-se da necessidade de criar caminhos e violar a natureza, afinal, era uma natureza agreste, embora fosse um parque; destoava da paisagem humanizada da grande Avenida e daquela que propunha no América. O historiador Nicolau Sevcenko corrobora a tese do uso do parque para a publicidade do Jardim América, a partir da leitura dos artigos do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando diz:

 [...] O projeto de desbastar o bosque tropical da Avenida Paulista, para transformá-lo num jardim gramado e bem comportado, era do arquiteto inglês Barry Parker, empregado do gigantesco *holding* internacional City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co., responsável pelo empreendimento imobiliário das cidades-jardins, adulteração comercial do modelo urbanístico original e revolucionário de Ebenezer Howard na Inglaterra. Tanto porque a floresta tropical não harmonizava com o urbanismo britânico, quanto porque a mata virgem impedia a visão panorâmica para a promoção das vendas e incremento do valor especulativo do que a Companhia anunciava como o primeiro bairro moderno de São Paulo — iniciado com o loteamento da encosta do espião da Paulista que dava para o vale do rio Pinheiros — o Parque da Avenida foi entregue a Parker para redecoração, com financiamento vultoso dos cofres municipais, tendo sob seu comando empregados e equipamentos da própria prefeitura, para desmatar e civilizar aquele logradouro público.92

A venda de terrenos, naquela região da cidade, deixava a desejar. Isso se confirma se observarmos as tabelas apresentadas por Wolff, nas quais se constata a construção de uma residência em 1915, planejada por Hugo Maroni, e seis projetadas por Barry Parker, num total de sete casas, entre 1915 e 1918, o que revela a necessidade de divulgar os terrenos à venda.93

Esse cenário não tardou a influenciar as vendas, que, entre 1923 e 1930, alcançaram um índice maior; ao mesmo tempo, as construções aumentaram para 103 residências — crescimento provocado também pelo desenvolvimento acelerado da cidade, que, nesse

---

92 SEVCENKO, op. cit., p. 115.
93 WOLFF, op. cit., p. 278-283.
periodo, promoveu 39.528 novas edificações no espaço urbano de modo geral e contribuiu para atingir um alto índice de construções no bairro.94

Para convencer o adquirente, a Companhia City aliava ideias de progresso desenvolvimentista e do ideário higienista recorrente nas práticas urbanas exercidas na Cidade Jardim. Um dos exemplos está na seguinte chamada de um panfleto em letras destacadas: “O AR LIVRE DO CAMPO E TODO CONFORTO DA CIDADE só se encontram reunidos no JARDIM AMÉRICA — O BAIRRO NOBRE DA CAPITAL”.95

O anúncio traz um texto explicativo sobre o bairro que salienta suas qualidades por estar localizado distante do centro da cidade e, mesmo assim, oferecer as melhores condições de vida para quem deseje ali residir. O morador escolheria seu vizinho, tendo em vista o número determinado de residências, e a construção deveria seguir um padrão estabelecido no ato da compra do terreno. Esse padrão possuía todas as características das casas projetadas por Barry Parker. Para os profissionais da área, o resultado da proposta causava expectativa, pois eram conhecidas as ideias de Unwin e de Parker, aplicadas em empreendimentos realizados em outros países.96

A fotografia nº 21, em contraposição, é um registro do movimento, da agitação e também do transtorno que a materialidade, característica da condição urbana, provocava na cidade. No caso, a colocação dos trilhos, imagem do trabalho, é, ao mesmo tempo, solução de deslocamento para a população e fator de impedimento ao trânsito normal, o que se pode perceber pelas calçadas cobertas pela terra, pelas ferragens e pelo deslocamento de pessoas nos mesmos espaços. A imagem faz supor, até, o barulho, o trânsito e mostra os trabalhadores e transeuntes misturando-se. Entre eles os senhores de ternos e chapéus e, provavelmente, uma mulher protegendo-se do sol, coberta por um guarda chuva. Enfim, todos esses

96 SEGAWA, op. cit., p. 111-113.
elementos que compõem a fotografia revelam a agitação e o movimento que caracterizava a cidade. Sobretudo a fotografia 21 denota o crescimento urbano e a recepção às tecnologias, que anunciam melhoria de vida e prosperidade, mas também faz supor multiplicidade de raças, línguas diferentes e multidão.

A imagem remete, ainda, à superação do arcaico, rude, primitivo e incivilizado — em suma, de tudo aquilo que o paulistano procurava combater — assinalados oportunamente pela Companhia City em sua proposta urbanística. Mais que qualquer outro elemento, estava presente nas propagandas da empresa a combinação entre desenvolvimento e natureza, essa, porém, domesticada. O slogan da Companhia City sustentava-se nesse motivo e as propagandas de seus loteamentos enfatizavam o moderno e o aprazível, a qualidade de vida oferecida.97 Essa insistência no agradável, no deleitante, procurava reagir aos comentários correntes em relação à localidade, pois:

97Para explicar a existência de laços tão estreitos entre homem e natureza, encontramos no livro de Keith Thomas um minucioso estudo sobre a sensibilidade humana no qual ele afirma que sua origem em um mundo distante, o das florestas primitivas, é provedora de nossos instintos mais incivilizados, retidos ainda hoje na essência do ser humano e expressos na necessidade de interação com a representação da natureza selvagem. Assim sendo, essa evocação de um passado remoto nos conduziria, intuitivamente, à busca de um laço com a natureza exibida nos jardins, nas plantas ornamentais dentro das residências, nos parques das cidades e na arborização das ruas, nutrindo essa relação ainda viva na essência humana. Outra obra significativa nesse sentido é Paisagem e memória, de Simon Schama, que apresenta uma exposição envolvente e nos conduz pelos caminhos da Europa e da América do Norte, levando-nos a estreitar os laços com a Natureza e nos remetendo ao passado e ao presente.
Os contratempes que dificultavam a aceitação de um subúrbio nos arredores da urbe não se restringiam apenas a contrariar a determinação da City e de Parker em submeter a natureza, superando os obstáculos oferecidos pela área. A região do bairro era realmente úmida e cheia de mosquitos, mas isso os forçava a criar mecanismos para vencer a resistência às dificuldades decorrentes de sua localização, distante do “triângulo central”, dos bairros Higienópolis, Campos Elísimos, onde moravam as famílias abastadas.  

O Jardim América possuía dois charmeis importantes até aquele momento: o planejamento e a arquitetura inglesa — as residências projetadas por Parker e espalhadas no loteamento aberto como forma de chamar a atenção do comprador para a área. A visão propiciada pelo traçado e pelo projeto paisagístico com as árvores ornamentais, cercas vivas e jardins internos construía a imagem de um de locais, num futuro próximo, mais aprazíveis para moradia.  

A Companhia passou, então, a ser mais incisiva e a empregar maneiras diretas e objetivas de veicular as imagens do bairro e ressaltar suas qualidades. Seguindo a proposta de divulgação da área do Jardim América, nos conteúdos das propagandas difundidas nos jornais, principalmente até 1923, predominavam os apelos ao cliente. O destaque recaía sobre...
as formas de financiamento oferecidas pela própria City, no que se referia tanto à aquisição do terreno, quanto à construção das residências.

JARDIM AMÉRICA
Bairro Moderno de Residência
Bonde 45
Antes ou depois de visitá-lo procure planta e informações desse aprazível bairro. Todos os serviços públicos se acham instalados, podendo ser estendidos a qualquer ponto.
Cia. City\textsuperscript{100}.

Em 1922, quando o bairro alcançava configuração próxima àquela que a empresa loteadora reconheceria como consolidada, ainda havia anúncios com chamadas mais gerais, sem muitas especificações quanto aos meios de adquirir o terreno.

Para Vossa Residência
Escolhei o JARDIM AMÉRICA, bairro modelo superiormente provido de tudo quanto podem requerer o conforto e a distinção de uma construção moderna.\textsuperscript{101}

Em fevereiro de 1923, o jornal \textit{O Estado de S. Paulo}, veículo para os anúncios da Cia. City, publicou um anúncio que detalhava as benfeitorias do Jardim América e informava quanto aos financiamentos:

\begin{quote}
Jardim América – Empréstimos pra construções
A Companhia City tem o prazer de comunicar aos seus distintos compradores de terrenos que se prontifica a auxiliar na construção de residências no Jardim América, nas melhores condições, o necessário capital, baseado no valor de cada construção, facilitando a compra do respectivo terreno em prestações mensais trimestrais e semestrais.
O Jardim América oferece todas as conveniências com o seu plano moderno de ruas e de divisões de lotes. Com os seus jardins e seus melhoramentos JÁ INSTALADOS e constantes de: bonde (Augusta 45), redes de água e esgotos, gás e iluminação elétrica de ruas. Companhia CITY.\textsuperscript{102}
\end{quote}

Várias propagandas faziam referência a empréstimos para a construção de casas no bairro, conforme o desejo do contratante, com diferentes formas de pagamentos. Enfatizavam as melhorias existentes no bairro, destacando com freqüência as linhas de ônibus à disposição dos moradores. Embora existissem inúmeros espaços vazios e casas isoladas na área do bairro, essas últimas apresentavam um estilo moderno característico das residências.

\textsuperscript{100} JARDIM América: bairro moderno de residência. \textit{O Estado de S. Paulo}, São Paulo, 22 nov. 1919 p. 3.
\textsuperscript{101} PARA vossa residência. \textit{O Estado de S. Paulo}, São Paulo, 7 mai. 1922 p. 3.
projetadas por Barry Parker, com o uso das linhas retas nas fachadas e espaços internos, visando ao conforto do morador.

Outra fase da história do Jardim América teve início entre 1923 e 1930, marcada pela consolidação do projeto original e por apresentar o maior número de moradias construídas. Suécia, com destinação no qual o moderno parece converter-se em um chamariz para atrair possíveis adquirentes. Esse período conheceu uma intensificação nas formas de promover o bairro; em verdade, contudo “[...] a Companhia nunca se descuidou do setor promocional, sempre salientando o alto padrão dos imóveis postos à venda, bem como a segurança que envolvia os negócios oferecidos, visto que tinha por escopo firmar-se como a maior imobiliária de São Paulo”.104

O loteamento do bairro em questão era estritamente residencial. Isso o diferenciava dos demais bairros do perímetro urbano, visto que essa não era a tendência no País. Os edifícios comerciais e residências confundiam-se nas cidades brasileiras e não estabeleciam fronteiras entre moradias e edifícios comerciais.105 De certo modo, a Cia. City contribuiu para disseminar essa tipologia, impedindo que a especulação imobiliária viesse a desqualificar sua principal marca — qual seja, a planificação realizada por Barry Parker — e a criar, dessa forma, uma situação crítica entre empresa e moradores, que haviam adquirido terrenos e construído com base no planejamento da área.

Nesse momento, os anúncios da empresa davam mais ênfase à questão do projeto urbano e a sua relação com a modernidade. É o que fica explícito no artigo transcrito a seguir e no qual o moderno parece converter-se em um chamariz para atrair possíveis adquirentes.

Ao pensar em adquirir o seu terreno, instintivamente lhe ocorrerá a seguinte pergunta:
Estará o terreno que me oferecem em condições de receber a construção imediata de uma fina e confortável residência? E nós lhe respondemos:
Sim

103 WOLFF, op. cit., p. 278-289.
104 BACEILLI, op. cit., p. 102.
105 REIS FILHO, 2000. Op. cit., p. 60. Sobre a convivência das funções residenciais e comerciais no mesmo edifício, o autor comenta que, já nos primeiros anos do século, com a crescente separação entre os locais de residência e trabalho e com o aumento da concentração de população nas cidades maiores, os velhos sobrados comerciais de tipo português, com residências e lojas, começaram a ser substituídos por prédios de alguns andares, com destinação exclusivamente comercial.
Porque os terrenos que lhes oferecemos são servidos de instalações públicas de água, esgoto, luz elétrica, gaz, linhas de bondes e ônibus e estão situados nos melhores bairros de São Paulo.

Além desses melhoramentos indiscutivelmente os nossos terrenos possuem um arranjo perfeito, espaços livres, e grandes áreas arborizadas, tudo executado de acordo com os ensinamentos do “moderno Urbanismo”.

Jardim América - Companhia CITY.106

Em 7 de setembro de 1929, O Estado de S. Paulo publicou um anúncio que sublinhava a harmonia entre campo e cidade expressa no planejamento do Jardim América. Tinha ao fundo e no alto a figura de uma paisagem na qual se encontrava uma residência cercada por jardins e espaços livres. O cenário incluía ainda uma criança brincando e, logo abaixo, o seguinte texto ressaltava as qualidades do local:

Vida de campo tranqüila e sadi em plena Capital e com todo o conforto das grandes metrópoles – só no JARDIM AMÉRICA. Inconfundível bairro modelo, verdadeiro jardim de residências.

A propaganda dispunha pequenos trechos em letras menores que salientavam as oportunidades de bem morar e as opções para os que ali adquirissem terrenos:

Uma oportunidade que começa a desaparecer.
De 580 lotes de terreno que formam o Jardim América, restam hoje 70 lotes disponíveis.
Construções regulamentadas, isto é, garantia de boa vizinhança. Praças avenidas e ruas asfaltadas e iluminadas, providas de instalações públicas de agora, esgotos, gaz, telefone, luz elétrica e varias linhas de bondes.
Os parques internos do Jardim América ocupam uma área de 124.000 m² (mais de 5 alqueires), e proporcionam o maior bem para a formação sadi da nova geração paulista — espaços livres e ar puro às crianças, num ambiente de conforto e alegria.

Esse anúncio falava da importância dos jardins internos e da significativa qualidade de vida oferecida por um bairro com esses espaços, denominados parques e dotados de uma área total de 124.000 m², se somadas as extensões de todas as quadras. Assim, o interesse da Companhia City, expresso nos anúncios sobre o Jardim América, era atrair o adquirente pela integração ao todo do planejamento urbano que caracterizava o bairro, por sua beleza e pela novidade de um projeto nos moldes dos bairros europeus.

106 JARDIM América: Companhia City. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 jun. 1930.
A partir de 1930, outra passou a ser a paisagem do loteamento, uma vez que muitas casas haviam sido construídas e o bairro habitável começava a se delinear com mais clareza. Ocorreu que outras empresas começaram a se apropriar de seu slogan, o que obrigou a Companhia City a deflagrar uma campanha na qual destacava a identidade do Jardim América, além de continuar a promover seus lotes restantes.

![Figura 14] Panfleto de propaganda da Companhia City. Pasta s/n° de propagandas do Jardim América.
O texto, nesse caso, afirma a identidade e a origem do bairro, além de ser uma representação do americanismo, expresso nos nomes das ruas, que passavam a constituir-se termos de reconhecimento para quem desejasse adquirir seu terreno. Atentava, ainda, para os limites do loteamento, que terminava nas ruas que levavam os nomes dos países das Américas. Desse modo, o comprador de um terreno saberia identificar perfeitamente a aquisição.

Esse período encerrou uma etapa da empresa que atingiu a quase totalidade das vendas dos lotes e das construções, restando apenas os vazios deixados por terrenos distanciados e dispersos pelo loteamento, processo natural em qualquer bairro, ainda que a distribuição espacial das residências tenha sido considerada completa.

A partir de 1934, iniciou-se mais uma fase na trajetória da companhia britânica, marcada por conflitos com a Prefeitura e os moradores. No cerne da discordia, estavam os jardins internos das quadras. A propósito, essa crise exigiu uma análise mais detalhada dos documentos, à qual dedicamos parte do terceiro capítulo. Tais documentos apontam para a descaracterização do planejamento realizado pelo urbanista inglês e também para a resistência da empresa em lotear e extinguir esses bolsões verdes no interior das quadras. O choque entre a Companhia City, os proprietários e a Prefeitura resultou no loteamento dos espaços internos e, consequentemente, em uma outra estratégia promocional de vendas da área.

Após a solução do conflito, a Companhia, para vender os terrenos restantes de modo a não ter prejuízos, empreendeu uma ampla campanha publicitária, enfatizando a beleza do lugar, o saneamento de acordo com a legislação vigente, a “superioridade” de seus moradores e a localização. Entre muitas de suas propagandas, havia aquelas dirigidas aos pretensos compradores de origem inglesa. O panfleto [Figura 15] descrevia o bairro como um lugar aprazível, o melhor da América do Sul, dotado de clubes como o Paulistano e a Sociedade Harmônica de Tênis como opções de lazer. Embora se lembrasse ao leitor que a Sociedade
Harmônica de Tênis ainda iniciava sua construção, prometia-se que o clube viria a ser um grande espaço de lazer, com piscinas e sede social.

Enfatizava-se, igualmente, que a preocupação da empresa era a de atender bem a seus clientes, daí ter posto à venda novas áreas. A Companhia se colocava ainda à disposição para financiar a construção das residências. Oferecia aos primeiros 15 compradores um desconto de 20, 15 e 10%, mas somente aos que fossem os pioneiros em construir. Além disso, o panfleto astutamente questionava o leitor sobre sua condição de pagador de aluguel. Por fim, a empresa gabava-se, no texto, de ser a única do País a dar esse tipo de assistência ao comprador de seus lotes e, ainda, de estar à disposição para resolver qualquer dificuldade que os adquirentes viassem a ter.

Esse panfleto foi publicado no jornal *Anglo Brazilian Chronicle*, em março de 1934, sob o título, em latim, *Mens Sana in Corpore Sano*. Por esse título podemos observar o compromisso da empresa com o discurso higienista da época. O anúncio também acentua a compreensão do leitor sobre a questão da higiene; a mensagem é dirigida ao comprador de poder aquisitivo entre o médio e o alto. As figuras também reforçam essa mensagem: pessoas passeando a cavalo, praticando tênis e outros esportes, todos com corpos em boa forma física e em movimento, transmitindo a ideia de liberdade e lazer. Aparece, ainda, no alto da página, a sede do Clube Atlético Paulistano, e, na parte inferior, estampa a futura sede da Sociedade Harmônica de Tênis. A empresa manteve o valor dos lotes, embora tenha sofrido pressão para baixá-lo, em razão do descontentamento dos moradores quanto à solução encontrada para as áreas internas das quadras. O procedimento da City permaneceu inalterado, dando apenas prioridade de aquisição de lotes aos proprietários circunvizinhos.

Depois de loteadas as áreas internas, a propaganda empreendida pela Cia City voltava-se para pontos específicos, como os lotes e o número da quadra onde estavam localizados, assim como a pronta entrega de residências. Foram produzidas inúmeras mensagens, como a que aparece na Figura 16, enfatizando os lotes e casas prontas em novas ruas, bem como a quantidade posta à venda, pois variavam quanto ao tamanho do jardim interno e à quantidade
de terrenos disponíveis, já que alguns haviam sido comprados por proprietários já residentes nas cercanias com intuito de aumentar sua área.

Os novos lotes postos à venda tinham uma área menor que aqueles oferecidos no loteamento inicial. Seu adquirente também poderia ser alguém com poder aquisitivo menor, pois a diminuição da área do lote reduziu o valor do imóvel. Ou seja, o perfil do comprador poderia ser igual a aquele a quem inicialmente se destinaram as vendas, em 1915.
O sonho da casa própria, então, passou a ser alicente pelas módicas condições de pagamento, graças aos prazos longos, e pelas condições favoráveis oferecidas a quem desejasse adquirir um terreno ou casa já pronta nos bairros sob o controle da empresa.


O anúncio em questão data de 1934, período em que os compradores de terrenos no Jardim América estavam adquirindo os imóveis resultantes do loteamento dos jardins
internos, isto é, terrenos menores. Ademais, a exclusividade que antes caracterizava o Jardim América já não era tão destacada. A ênfase estava em outro ponto: o transporte, a água encanada e a iluminação, enfim, o saneamento básico. Equipava-se o bairro para atender aos seus moradores, mesmo que esses não possuissem um veículo para se locomover, pois, naquele momento, ter um veículo era um luxo que nem todos os moradores do bairro poderiam desfrutar, mesmo os mais antigos.

Quanto a estada de Barry Parker no Brasil, esta trouxe grandes contribuições, pois durante o período em que trabalhou na Companhia City com uma equipe de arquitetos brasileiros, sem dúvida, influenciou a muitos deles. Essas constatações fundamentam-se no resultado do processo de (re) ocupação no Norte do Paraná, o qual se caracterizou por uma ordenação de cidades semelhante à implicada pela concepção de Cidade Jardim proposta no organograma de Ebenezer Howard. O exemplo mais característico está na cidade de Maringá, que exibe um projeto urbano sob a inspiração dessa tendência, realizado pelo urbanista e arquiteto Jorge de Macedo Vieira.107 Entre 1917 e 1919, Vieira estagiou na Companhia City, na mesma época em que Parker esteve no Brasil e era responsável pelos projetos idealizados pela empresa.

Macedo Vieira, em seu planejamento, inseriu ruas e praças amplas, além de vastamente arborizadas; jardins e parques urbanos com todos os elementos constitutivos da noção de Cidade Jardim, até o desenho da planta rigorosamente adequado ao terreno e o cinturão verde de chácaras que abasteceria o núcleo urbano e criaria empregos. São elementos caraterísticos dessa região do País e que demonstram a ressonância da Cidade Jardim e do diálogo entre Parker e os brasileiros que com ele tiveram contato. Isso nos leva a inferir que o trabalho do inglês deixou muito mais que sua visão de bairro ou de residência no Jardim

América: suas idéias marcaram a capital do Estado de São Paulo, assim como outras cidades no Brasil.
III - Um bairro-jardim “à moda brasileira”

Adoro esta cidade,
São Paulo combina com meu coração
Nada aqui de tradição
Nenhum preconceito
Antigo ou moderno
Só contam esse apetite furioso essa confiança
absoluta esse otimismo esse arrojo esse trabalho
essa faina essa especulação que erguem
dez casas por hora de todos os estilos ridículos
grotescos bonitos grandes pequenos
do norte do sul egípcios yankees cubistas
Sem mais preocupação que a de acompanhar as
estatísticas prever o futuro o conforto
a utilidade o rendimento e a de atraír
muitos imigrantes
Todos os países
Todos os povos
Gosto disso
As duas três velhas mansões portuguesas
que restaram têm azulejos azuis

Blaise Cendrars, 1924

O subúrbio Jardim América, a princípio, herdou seu traçado do modelo inglês das cidades-jardins inglesas, por todos os antecedentes que marcaram seu nascimento e pela história de seu planejador, Barry Parker. Entretanto, depois de seu planejamento ter sido considerado concluído por Parker, a história do bairro indica uma expressiva intervenção em seu projeto original. Nesse momento — de 1926 a 1934 —, não é mais subúrbio uma vez que estava se integrando à malha urbana da cidade de São Paulo. Desse modo, sua identidade inicial de subúrbio, criada pelo arquiteto inglês, estava ameaçada por outra configuração, que definiria seu aspecto final e que, mais tarde, a pedido dos seus moradores, foi tombado como

1 Poema citado por KERSTEN, M. S. de A. Os Ritos do Tombamento e a Escrita da História. Curitiba: editora da UFPR, 2000, p. 69-70, em que se informa que o poeta era um francês que esteve no Brasil em 1924 e viajou com Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral pelo interior do Estado de Minas Gerais com a finalidade de “aguçar o interesse pelas especificidades das expressões culturais do país”.
“traçado urbano, vegetação, linha demarcatória do Bairro Jardins”.² Porém, no decorrer deste capítulo, pretendemos apresentar a intervenção que acabou ocasionando uma ruptura com o desenho anterior, que, na palavra de muitos urbanistas brasileiros, foi uma adequação às condições de moradia locais. Para nós; entretanto, foi o nascimento de um bairro jardim “à moda brasileira.”

No planejamento do subúrbio-jardim em São Paulo, Barry Parker extraiu de outros trabalhos já realizados informações e idéias que o ajudassem a compor o desenho do Jardim Amérique. O padrão mais próximo parece ter sido o de Hampstead, localizado no subúrbio de Londres e que, contudo, foi implantado de acordo com um planejamento muito diferente daquele do Jardim Amérique.

À frente do subúrbio londrino, estava Henrietta Octavia Barnett, uma mulher cuja experiência em atrair a atenção para seus objetivos ficou comprovada. Foi a primeira assistente social do lugar — *a woman of formidable energy and determination*³ — e seu trabalho foi considerado notável. Henrietta e o marido, Samuel Barnett, estiveram à frente dos trabalhos empreendidos para criar o Hampstead Borough Council, composto por ela e Sir Robert Hunter, Shaw-Lefrevre e Lord Eversley. O casal era reformista, pertencia à alta classe média e tinha a seu lado aliados igualmente defensores de reformulações.

De acordo com Standish Meacham, embora Henrietta Barnett procurasse ficar à sombra do marido — chegou a escrever uma obra semibiográfica sobre ele —, ainda assim poderia ser chamada de co-autora do projeto do subúrbio-jardim de Hampstead, tal sua influência nas decisões tomadas sobre o planejamento. Mesmo que se leve em consideração a revolução urbana e a total transformação que a Inglaterra sofria nesse momento — e que esse

---

processo estava ligado a importantes personalidades inglesas —, Barnett avultava como figura impar.  

Em debates realizados em Londres a respeito da revolução urbana na Inglaterra, Howard e Henrietta Barnett se enfrentaram em defesa de suas idéias, pois as distâncias entre o que ambos propunham eram consideráveis.

Para Howard, o ponto fulcral era a transformação da sociedade — tanto que muitos de seus estudiosos afirmaram que suas idéias eram utópicas — ou seja, propor uma nova forma de organização social. Para isso, alinhava o campo e a cidade sob um mesmo conceito. Seu projeto, acusado de anarco-socialista, pretendia originar intensas transformações sociais no País. Provavelmente, tal foi o motivo pelo qual tantos impedimentos foram criados naquele momento, vindo a ressurgir a idéia de cidade-jardim pouco antes da Segunda Guerra Mundial.

O caso de Henrietta Barnett diferia profundamente de tudo isso. Ela propunha reformas urbanas que jamais trariam a Londres grandes alterações, a não ser a de melhorar a qualidade das moradias na cidade, mesmo as da classe média alta, à qual pertencia. Sua proposta apresentava um subúrbio-jardim onde habitariam todas as classes sociais. Seu argumento era o de que os mais ricos ajudariam os mais pobres e todos poderiam conviver em espaços públicos como parques, escolas, clubes, igrejas, praças e jardins. Almejava ainda juntar em torno da Nação todas as classes, o que também constituía uma utopia, pois seu objetivo era pôr o sentimento nacionalista acima das diferenças sociais, sem que existisse um fundamento concreto para isso. Apelava apenas para o sentimento assistencialista das classes

---

4 O livro que trata da história do Parque de Hampstead tem um pequeno histórico sobre a área em seu entorno, o subúrbio de Hampstead. Nessa passagem da obra, Barnett é descrita como incansável, de força admirável por ter liderado o Conselho que implantou o subúrbio. O autor a descreve como total responsável pelo subúrbio-jardim e, em nenhum momento, menciona-se a participação de Unwin ou qualquer outro planejador. FARMER, op. cit.

abastadas e para a submissão das desfavorecidas. Em suma, Henrietta desejava conformar uma “britanidade” pelo convívio, na esteira do assentimento mútuo das classes sociais. Entendia que a convivência entre abastados e necessitados despertaria nos primeiros a nobreza de espírito e a paciência frente ao sofrimento dos pobres, ao passo que os últimos aprenderiam o refinamento das classes burguesas.

Meacham lembra que, graças a Barnett, Unwin foi contratado como urbanista responsável por Hampstead e não vacilou em deixar Letchworth, a primeira cidade-jardim, para mudar-se com a família para o subúrbio-jardim. Sua atitude foi muito criticada anos mais tarde. A viúva de Parker, em resposta a uma carta de F. J. Osborn, na qual ele questionava a atitude de Unwin, afirmava que não considerou uma deserção a atitude do sócio de seu marido ao mudar-se para Hampstead. Em sua opinião, assim como Parker continuou com seu planejamento para o subúrbio-jardim, de Letchworth, onde residia, Unwin também planejou de Hampstead para Letchworth, sem ter de morar na cidade, e sem prejudicar seu trabalho. Osborn conclui que, na verdade, tanto Parker como seu sócio haviam compreendido o objetivo maior que teriam frente à Inglaterra, pois colocaram em prática métodos de planejamento que muito contribuíram para a melhoria das condições de vida naquele país. Ambos cooperaram com a Grã-Bretanha, independentemente dos locais onde moraram, pois souberam aplicar a arte do planejamento a serviço do país.

Porém, mesmo no nascedouro do projeto, as esperanças de uma inter-relação social favorável entre as classes no subúrbio se desvaneceram diante da realidade econômica. Os ricos, antes de empreenderem um arrendamento caro, precisavam da garantia de que os pobres seriam mantidos a uma certa distância.6

Este era um dos problemas do projeto de Henrietta Barnett: nem todos os abastados compartilhavam suas idéias. E, para Unwin, era difícil lidar com esse tipo de mentalidade e

---

desistir do entusiasmo em relação à democracia social — como exemplificado no projeto educacional igualitário que ele promulgou em Letchworth, apenas quatro anos antes. Certamente, configurou-se um dilema para esse planejador, visto que o espírito materialista, infundido na vida do subúrbio por Henrietta Barnett, representava um apelo distante do pioneirismo semiutópico de Letchworth. No tocante ao caráter visionário que se atribuía a Letchworth, entretanto, o mesmo se poderia dizer de Hampstead, caso o suporte financeiro dos investidores da alta classe média não estivesse presente.

O *Architects’ and Builders’ Journal*, em 1912, segundo Meacham, comentou o assunto e afirmou que moradores de casas de um determinado padrão não desejavam a proximidade com pessoas que morassem em residências de padrão diferente ou mais baixo, pois isso desvalorizaria seus imóveis — algo que ninguém deseja após um investimento. Mas o jornal foi além, isto é, se a questão não seria outra: se de fato a polêmica não estaria deixando transparecer que na prática, as classes sociais não desejam misturar-se.\(^7\)

Muita controvérsia foi suscitada pelo tema “suburbio-jardim”. Uma delas foi a acusação de que Unwin teria traído os ideais de Letchworth: o suburbio divergiria, no tocante a seus objetivos e preocupações, em relação à cidade-jardim. Todavia, o arquiteto havia “caído nas graças” da empreendedora Barnett, após a leitura de *The Art of Building a Home (A Arte de Construir um Lar)*, escrito por Unwin e que deu a Henrietta a certeza de que havia encontrado o homem certo para realizar seus planos. A propaganda a respeito do trabalho desenvolvido em Letchworth também despertou o interesse de Barnett pelo arquiteto, a quem ela propôs assumir o cargo de planejador-chefe do projeto do suburbio-jardim. Contudo, muitos outros vieram a planejar nesse espaço, até Parker, com quem Unwin dividia as angústias e impasses vividos no dia-a-dia do trabalho, já que eram sócios, parentes e amigos.

\(^7\) MEACHAM, op. cit., p. 161.
As funções que couberam a Unwin compreendiam: elaborar um projeto para a propriedade, negociar a aquisição de áreas para construção, aprovar planos habitacionais e monitorar os trabalhos dos empregados e a aplicação dos materiais.\(^8\) Entretanto, além dessas incumbências, seu projeto deveria ligar o subúrbio a uma área campestre e descampada, a charneca. Havia a necessidade de harmonizar essas espacialidades de forma a que uma interagisse com a outra, tarefa difícil, visto que o terreno era como o descreveu Schama, ao se reportar ao episódio de 1929 que envolveu aquele local, árido e inóspito.\(^9\)

O projeto de Henrietta Barnett era profundamente autoritário e explicitamente assistencialista. O de Howard também apresentava indícios dessas características; porém, tinha em sua base a transformação social — pode ter sido utópico, mas tencionava apresentar saídas para os problemas sociais de toda a Inglaterra e não implicava que uma classe devesse ajudar a outra, e sim uma a melhor distribuição de renda. Além disso, visava as classes operárias e médias. Talvez por essa diferença a posição de Unwin frente à alternativa de morar em Hampstead tenha posto em dúvida sua fidelidade aos ideais que sustentaram a concepção de cidade-jardim.

Hoje o bairro de Hampstead apresenta características diferentes: a aparência das casas mudou e seus moradores são de classe média e média alta; porém, os edifícios propostos nos primórdios da existência do bairro para moradores de parcos recursos compõem a paisagem, assim como os jardins internos. É difícil identificar a origem social de seus moradores, mas o aspecto do prédio levou-nos a deduzir que sejam de classe média. Não nos foi possível, contudo, comprovar tal observação com outras fontes, além das imagens anteriormente apresentadas sobre o bairro.

Porém, o mais relevante é o modo como foi planejado o subúrbio-jardim londrino, no qual Parker buscou elementos para planejar seu similar brasileiro, no que se refere ao traçado.


\(^9\) A discussão a respeito da atuação de Parker no Brasil encontra-se no Capítulo II desse trabalho.
Diferentemente de Hampstead, o bairro-jardim de São Paulo foi pensado com vistas a atender aos interesses de uma empresa, que via no Brasil um amplo espaço de expansão capitalista. Tais interesses eram, como se vê, bem diversos dos valores que moveram Henrietta Barnett, a ponto de, em seu projeto, estar discriminado um espaço para moradia a baixo preço, além da determinação de proporcionar lugares para homens e mulheres solteiros, idosos e adolescentes. Afora isso, houve a vinda de Parker ao Brasil. O tempo dedicado a seus projetos aqui foi muito diferente daquele dedicado por Unwin e pelo próprio Parker a Hampstead. Contudo, ambos foram movidos pelo dinamismo das idéias e pelo montante pago pelo trabalho desenvolvido.

Parker ficou dois anos no Brasil, onde se dedicou a vários outros projetos, na cidade de São Paulo e fora dela. Tudo indica que o arquiteto via essas atividades apenas como um emprego, e não como uma ocupação conjugada a um propósito social e político, como foi o caso do subúrbio-jardim inglês ou da cidade de Letchworth. Obviamente, não fosse a expectativa de planejar conforme seus princípios, havia a possibilidade de Parker rejeitar o convite, mas não há documentos que indiquem qualquer dúvida do arquiteto quanto a aceitar ou não o trabalho na Companhia City. Além disso, era tempo de guerra e, diferentemente de Unwin, que ocupava um cargo no governo inglês, Parker continuou a trabalhar como arquiteto e a defender suas idéias em seus planejamentos. Porém, não se encontraram registros, nos documentos pesquisados no museu de Letchworth ou nos do arquivo da Companhia City, relativos ao motivo pelo qual o arquiteto veio ao Brasil, além daquele já conhecido, qual seja, o trabalho bem remunerado e a fuga da guerra. Todavia, o reconhecimento quanto ao aprendizado que se pode adquirir numa situação como essa foi expresso por ele: “Eu percebo
agora que aqueles cuja experiência limitou-se às Ilhas Britânicas mal imaginam o grau de interesse que há em trabalhar em outros países”.  

O bairro-jardim brasileiro seguiu um esquema semelhante ao de Hampstead, no que diz respeito ao traçado, cuja intenção era alinhar casas cercadas por amplos jardins, ruas arborizadas em retas e curvas, praças e jardins insulares à paisagem verdejante que naquele momento havia na cidade de São Paulo. Era a junção dos elementos oferecidos pelo campo e pela cidade, tal como haviam sido pensados para Letchworth por Ebenezer Howard e, para Hampstead, por Henrietta Barnett, e postos em prática pelos sócios, Unwin e Parker. Após amplos debates com seus contratadores, no caso de Letchworth, ambos influenciaram muito, com suas idéias, a urbanização e o planejamento do lugar. No caso de Hampstead, Unwin cedeu à vontade do Conselho, que, por sua vez, cedia aos argumentos de Barnett. 

O diagrama original elaborado para o Jardim América trazia também uma configuração semelhante à de Hampstead, no que se referia ao comércio, porém a área em questão foi suprimida do loteamento paulistano, diferentemente de Hampstead, onde ficou bem demarcada. Contudo, Meacham argumentou que o comércio dentro do bairro não era idéia de Unwin, mas sim de Henrietta Barnett; o planejador apenas havia cedido à vontade da empregadora. No Brasil parece ter ocorrido o contrário: inicialmente a Cia. City pretendia dotar o bairro de comércio, dada a sua condição de subúrbio, naquele momento; o projeto final eliminou essa possibilidade, o que leva a crer que Parker teve acatada sua idéia da não-existência de uma área comercial. 

Na sequência deste raciocínio, propomos apresentar algumas ruas do bairro de Hampstead hoje, para que se possam observar as semelhanças entre esse e o Jardim América, a primeira área urbana efetivamente planejada por Parker no Brasil. Se Hampstead não é mais como aquele subúrbio inicialmente planejado, o Jardim América também não o é. As

---

comparações não visam a destacar as diferenças sociais, mas assinalar planejamentos cujo
ideal primeiro foi pensado com relação a um determinado público, mas sucumbiu ante o poder
de transformação das cidades e do poder econômico, que abocanhou os melhores lugares para
residir, não importando a quem fossem destinados. Cabe apontar os traçados e o design dos
bairros em questão, ambos idealizados por um mesmo planejador, que respondeu pela
totalidade da elaboração de um deles e teve parcial participação no outro, relativamente ao
planejamento de casas e debates com o sócio.

Considerando o já exposto, verifica-se que há diferenças a ponderar, visto que a
proposta apresenta também semelhanças no que diz respeito ao traçado e seu conjunto, ainda
que essas dessemelhanças se devem à realidade à qual o projeto se aplicava. Em
Hampstead, as cercas vivas estão presentes em todas as ruas, os jardins internos permanecem
nas quadras e a arborização das ruas compõe um grande jardim, estendendo-se para além dos
seus limites, integrando-se à paisagem do Hampstead Heath, à de outros bairros e, ao mesmo
tempo, a da cidade de Londres com seus variados parques. É possível verificar a coesão
paisagística, se for observada a composição representada. As ruas no bairro, divididas em
retas e curvas, possuem essa característica.

interior do bairro. Todas as residências possuem cerca
viva ao longo da rua. As sebes
dos muros, as árvores e a
grama nas calçadas, visíveis
nesta imagem, permitem ao
leitor ter uma ideia da
composição espacial do
bairro. As casas ficam quase
ocultas no meio da vegetação
existente na parte frontal e a
da parte do jardim interno
envolvendo-a.

A rua reproduzida na foto oferece circulação tranquila aos passantes. Diferentemente
das ruas de acesso ao bairro, cujo traçado se destaca pela sinuosidade, a ponto de formar
pequenos labirintos que leva os desconhecidos do lugar a se perderem. A arborização e a grama nas calçadas também merecem atenção, pois se fazem presentes na maioria das ruas.

As casas ficam quase ocultas no meio da vegetação, e tanto a parte frontal como a segunda fachada estão envoltas por jardins que se alongam para a rua através das cercas vivas que se integram à arborização das ruas.

Esta é uma das residências de uma rua em Hampstead. Observa-se a fachada principal e, com destaque, as muretas sem arbustos; As casas desprovidas desse tipo de cerca raramente são encontradas no bairro. Seu estilo arquitetônico também é singular se comparado a outras residências das cercanias.

Em oposição, as ruas internas, aquelas de trânsito mais rápido, caracterizam-se pela existência de atividades comerciais e serviços, sem negligenciar as necessidades do bairro. Esta imagem registra o movimento em uma rua onde circulam ônibus urbanos, bem como veículos que trafegam em maior velocidade. Nela também está localizada a entrada principal de um pequeno cemitério.
Numa outra rua do bairro, o trânsito, formado basicamente por carros particulares, é pouco intenso. Esse bairro diferencia-se de outros, como Putney Bridge, Fulham e Earl’s Court, pela existência de garagens nas casas; isso não ocorre em outras regiões mais populares e antigas, onde os veículos ficam estacionados na rua. As filas intermináveis de automóveis nos finais de semana e à noite marcam a paisagem dos bairros.

As fotografias mostram parte do bairro inglês: as ruas, a conjunção entre residências e ruas, jardins e arborização, bairro e cidade. No caso brasileiro, o Jardim América, não há uma arborização tão vasta e as ruas, mesmo as mais arborizadas, têm, hoje, sua vegetação separada da dos jardins e quintais por muros, embora, em seus primórdios, se assemelhasse a Hampstead.

Outra questão polêmica é a finalidade inicial do bairro no que se refere ao tipo de morador. Para alguns, o Jardim América deveria atender a um segmento social de alto padrão, como afirma Roney Bacelli, um dos primeiros estudiosos da história do bairro:

---

11 O trabalho de Roney Bacelli muito contribuiu para a pesquisa sobre esse bairro, pois indagou sobre sua história desde seu lançamento até a década de 1940. Nesse trabalho, o autor tratou da formação e da atuação da Companhia City — visto que essa empresa era quase desconhecida do meio acadêmico e sem trabalhos similares que a tivessem apresentado — e a seu arquivo — ao público pesquisador, a despeito de sua vasta documentação. Bacelli realizou uma investigação minuciosa sobre seus registros e nos ofereceu subsídios para entendermos como se processou o loteamento inicial do Jardim América, assim como para localizarmos outros documentos. A apresentação de Bacelli orientou outros pesquisadores que vieram depois dele sobre o caminho a trilhar quanto à investigação documental do acervo existente nesse arquivo particular. Esse arcabouço informativo, esquadrinhado como foi, permitiu compreender a singularidade do bairro, não apenas no que tange a sua proposta urbanística, mas também quanto ao contexto de seu planejamento, durante o qual a Companhia City possuía um volume expressivo das terras urbanas da cidade de São Paulo, além de estabelecer relações políticas e econômicas de relevância. O trabalho de Bacelli é merecedor de toda a atenção, pois apresenta um histórico detalhado do bairro, incluindo os modelos de cada jardim interno e cópias de documentos muito importantes na história da Companhia City e, consequentemente, de São Paulo, BACELLI, R. Jardim América. Departamento
O alto padrão de loteamento que a Companhia City impõe-se quando da implantação do Jardim América não é extensivo a todos os bairros no momento de seu planejamento. Sua preocupação primeira concentra-se na estruturação dos bairros-modelo; assim os bairros do Jardim América, Pacaembu e Anhangabaú são considerados de primeira classe, e dirigidos a uma parcela da população de alto poder aquisitivo...[grifo meu].

A afirmação reproduzida acima se pauta, porém, em um resumo estatístico feito pela City em 1937, época em que o bairro começava a esboçar sinais de que sua clientela revelava um novo perfil, diferente daquele que, supunha-se, tinham os possíveis moradores de bangalôs e sobrados de três quartos sem dependências para empregados. O texto de Dácio Ottoni, outro estudioso do Jardim América, compartilha a posição de Bacelli:

Os bairros dos abastados se transformam em modelo, pelo menos em nome, para inúmeros loteamentos da cidade: Jardim Miriam, Jardim Campo Limpo, Jardim Ideal, Jardim Fraternidade, Jardim Felicidade... Um incauto, ao ver o guia da cidade com seus 1.200 bairro-jardins, se deslumbraria com a sua possível enorme área verde. Chegou-se ao máximo da corruptela de uma ideia.

Dessa visão, igualmente participa Nestor Goulart Reis Filho, quando relata alguns resultados de pesquisas sobre o início da República:

Suas diretrizes sofreram uma série de adaptações às condições específicas do mercado brasileiro mas terminaram por produzir o loteamento de mais alto padrão urbanístico para áreas residenciais, naquela época e nos anos subsequentes. As maiores dificuldades decorreram do fato de que as diretrizes urbanísticas das cidades-jardins tinham em vista um público de renda média, muito diverso do tipo de habitante que veio a se instalar no denominado Jardim América, visto que este correspondia às faixas de mais alta renda da cidade. (Grifos meus.).

Em outro texto, Dácio Ottoni e Irene Szmrecsányi voltam a confirmar a sua posição quanto ao tipo de público a que se destinava o Jardim América, quando apresentam o catálogo da 3ª Bienal de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 1998, e informam o seguinte:


12 BACELLI, op. cit. p. 35. Essa informação, segundo Bacelli, consta do Resumo Estatístico de Obras e Serviços Públicos feito pela Companhia City em 6 de abril de 1937, [s/ pasta]; porém, no âmbito desta pesquisa, esse documento não foi localizado no arquivo.


Os mesmos arquitetos da primeira Cidade Jardim e de Hampstead Garden Suburb (1907), ambos juntos a Londres, este último longe da ideia de auto-suficiência da Cidade Jardim, e mais próximo ao primeiro bairro jardim a ser implantado em São Paulo, destinado a compradores abastados.15 (Grifo meu.).

Mas há outros pontos de vista, que, se não apresentam compreensão diversa sobre o Jardim América, seu planejamento e forma de ocupação, não deixam muito claro como consideram o bairro em questão. Entre essas opiniões, está a de Campos, em “Rumos da Cidade”:

Para Parker, as características do sítio urbano paulistano se adequariam ao padrão de ocupação unifamiliar. Não se tratava apenas de inserir as residências no verde, rodeando-as com o encanto da vegetação exuberante, tão louvado pelos visitantes da Paulicéia; isso já ocorria nos bairros de classe alta. Aplicando princípios de valorização da paisagem urbana por desenhos curvilíneos e pitorescos, Parker propunha tirar partido da topografia acidentada, garantindo vistas e implantações diferenciadas para cada lote, e explorando, nos traçados curvos das ruas, o potencial estético das encostas. Em bairros planos, vias coleantes e jardins internos às quadras ofereceriam um quadro igualmente interessante. Individualidade e privacidade eram suas preocupações dominantes.16 (Grifo meu.).

Se o autor entende que a prática da construção de casas dispersas no terreno já ocorria em bairros de classe alta, supõe-se que o Jardim América era destinado a outro segmento social, embora o estilo de morar fosse similar aos dos bairros ricos. Encontramos nos escritos de Sevcenko uma visão diferente quando se refere ao trabalho de Barry Parker:

A pesar de lhe “faltar totalmente a inspiração local”, na expressão do cronista-viajante Ernesto Bertarelli, dada a sua condição de modelo importado e adaptado, o bairro do jardim América, com sua dinâmica inovadora e ótima resolução urbanística, transformou e deu conotações técnicas inusitadas às noções que se tinha de desenvolvimento urbano. Já a arquitetura introduzida pela Cia City em alguns lotes a título de modelos de residências era bem menos expressiva, na sua vaga inspiração nos bangalôs típicos dos administradores ingleses em terras coloniais.17 (Grifos meus.).

Com relação a esse mesmo modo de residir, Silvia Wolff também apresenta o bangalô como uma das características dos estilos iniciais do Jardim América e enfoca a distribuição

espalial das casas desse bairro, cuja simplicidade foi característica a ser destacada por ela em seus estudos.

No início do Jardim América os exemplos de casas térreas vincularam-se a este tema do bangalô, e assim eram denominadas nas pranchas de desenhos. Os esquemas distributivos pouco variaram, organizando os três setores em plantas regulares ou quadradas. O padrão era o de casas relativamente modestas, cujo programa geralmente comportava no máximo três dormitórios. O padrão de simplicidade podia implicar ainda a existência de uma grande sala que centralizava a construção e que cumpria o múltiplo papel de receber as visitas, reunir a família e organizar os fluxos entre os três setores da casa, superpondo-se à função dos halls. A incidência desse tipo de casa térrea diminuiu progressivamente após a primeira fase de ocupação do bairro.\textsuperscript{18}

Observa-se, igualmente, a condição do morador do Jardim América graças à pesquisa desenvolvida por Silvia Wolff. Portanto, ao analisarmos o conjunto desse bairro no espaço urbano da época de sua configuração, pareceu-nos que suas características indicam a predominância de residências de porte médio, ou seja, que o morador era de classe média. A condição de alto padrão do bairro passará a se configurar a partir da década de 1940, como procuraremos mostrar. No entanto, não foi possível deixar de fazer referência às distintas posições sobre essa questão no âmbito acadêmico, pois apontam o bairro, desde seu início, como destinado a uma classe alta, acusando Parker de total negação de seus ideais. Não se compartilha, como já dito, a ideia de que o arquiteto desenvolveu um trabalho que expressava sua compreensão de planejamento plenamente. Entretanto, não se considera que Parker tenha negado totalmente seus ideais, fato é que ele se adequou à situação, procurando impor suas idéias o máximo possível, mas certamente encontrou maior flexibilidade que Unwin em Hampstead.

A justificativa dos arquitetos Parker e Unwin para a paisagem do bairro-jardim, como já amplamente destacamos no âmbito desta pesquisa, pautava-se na harmonia entre a casa, a rua, o bairro e a cidade, assim como havia sido proposto por ambos com relação a

\textsuperscript{18} WOLFF, op. cit., p. 190. É preciso salientar que o trabalho de Wolff apresenta uma exaustiva pesquisa sobre o tipo de moradia que caracterizou e mantém-se ainda no Jardim América. Entre os pesquisadores citados, seu trabalho foi o que teve como objeto, especificamente, a casa do bairro. Assim, os resultados apresentados em sua investigação no que se refere ao tipo de casa foram tomados como referência, neste e em outros momentos de nossa pesquisa.
Hampstead\textsuperscript{19}. Esse foi, do mesmo modo, um dos eixos condutores dos trabalhos realizados por Barry Parker no Brasil e para o Jardim América.\textsuperscript{20} A Companhia City concebia o bairro da mesma maneira, mesmo que a empresa visasse, antes de tudo, a lucrativa venda da área em questão, tinha como objetivo uma composição harmônica dos espaços sob sua intervenção.\textsuperscript{21}

O Jardim América se destacou dentro da área urbana – embora fosse considerado um subúrbio para o período, dada a sua localização — por apresentar esta característica distinta: seu planejamento oferecia, implicitamente, a casa unifamiliar, o que uniformizava suas residências, embora elas obedecessem ao um padrão muito inferior ao das residências das famílias abastadas da época.\textsuperscript{22} A casa isolada no centro do terreno era uma das similaridades com o subúrbio-jardim de Hampstead. Em São Paulo, naquele momento, as residências unifamiliares e cercadas por hortas e jardins eram aquelas pertencentes às famílias de grandes posses e moradoras de chácara fora da cidade ou em seus arredores. Entretanto, também havia espaços para o imponente palacetes com jardins.\textsuperscript{23} Esse atributo foi explorado pela

\begin{flushleft}
\textsuperscript{19} WOLFF, op. cit., p. 134.
\textsuperscript{21} A Companhia City procurou consolidar o reconhecimento de sua competência e seriedade apontadas nas transações comerciais e no “olho clínico” de seus administradores, engenheiros e arquitetos em reconhecer a possibilidade de transformar áreas inóspitas, como o Jardim América, em bairros residenciais de qualidade. Nesse enfoque, Wolff afirma: “A questão é que, na história do lucro com a especulação imobiliária em São Paulo, acostumou-se a pensar em ganhos predatórios, em ‘extrativismo’ aleatório. A City não agiu desse modo, mas sim com planejamento estratêgico de forma a obter ganhos duradouros”. A lisura no trato com seus compradores ficou registrada nas atas das reuniões dos diretores; tudo era feito de acordo com a lei, mas isso não a isentou de enfrentar ações judiciais de pessoas que se julgaram lesadas em acordos comerciais realizados. Portém, as ações mencionadas nas atas deram ganho de causa à empresa. Também se observa nesses registros uma preocupação em construir e manter um nome que abrisse portas nos mais variados tipos de negócios, visando a atingir desde os pequenos proprietários carentes de empréstimos para a construção de suas casas até as transações realizadas com a Prefeitura sobre a canalização do rio Pacaembu, a construção da Avenida Pacaembu e construção do estádio Pacaembu, entre outras das muitas atuações dessa empresa por toda a cidade. WOLFF, op. cit., p. 263.
\textsuperscript{22} Sobre esse tema, Silvia Wolff afirma: “As primeiras casas do Jardim América destinaram-se a pessoas que já tinham como referência as casas unifamiliares, os palacetes agradados da elite de Higienópolis e da avenida Paulista. O modelo era o da casa urbana própria, senhorial, claramente destacada na paisagem por sua arquitetura imponente, delimitada por muros e gradis trabalhados. Esse modelo era temperado por construções térreas de menor porte, os bangalôs, que vinham disseminando-se pelos novos subúrbios residenciais do século XX no panorama internacional, especialmente nos estados Unidos. WOLFF, op. cit., p. 115.
\textsuperscript{23} Nem todas as famílias ricas paulistanas entraram no século XX morando em residências localizadas em chácaras; havia palacetes que estavam localizados no centro da cidade, voltados para a rua, como o caso narrado por Maria Paes de Barros em suas memórias, nas quais relatou como moravam sua família e a de seu tio.
Companhia City no contexto da proposta urbanística, que as propagandas apresentavam sob o prisma da qualidade de vida, espelhada também nos anúncios que promoveram as vendas dos terrenos nas cidades-jardins inglesas, sinônimo de moradia ajardinada e saudável.

Tal estratégia, a despeito de seu cunho mercadológico — evidenciado na localização isolada das casas no terreno e na forma parcelada de venda — mostrou-se atraente, pois inegavelmente tornava o conforto, restrito às elites, acessível a uma população não tão abastada.

Tal estratégia, a despeito de seu cunho mercadológico — evidenciado na localização isolada das casas no terreno e na forma parcelada de venda — mostrou-se atraente, pois inegavelmente tornava o conforto, restrito às elites, acessível a uma população não tão abastada. Oferecia-se, conjuntamente, o financiamento da construção, além do parcelamento do preço do terreno. No caso específico do Jardim América, convencer os compradores a adquirir uma área que havia sido desprezada por “excesso de umidade, um charco, ótimo para criar bolor nos armários”24 apoiava-se mais na proposta de financiamento da empresa que em qualquer outro fator.


Para os compradores de terrenos no Jardim América que não dispunham de recursos financeiros para adquirir seus lotes na Avenida Paulista, residir em sua proximidade com razoável conforto e com um estilo similar ao de residências cercadas por jardins, acabou por
despertar mais o desejo da compra, no referido bairro, do que o fato de ele ser um subúrbio-jardim, com inovadora proposta urbanística.

Na Paulista, de acordo com Ebe Reale, residiam figuras eminentes da sociedade local e que se destacavam pela suntuosidade de suas residências, agradadas como “verdadeiros parques”. Entre elas, sobressaiam “a propriedade de René Thiollier”, conhecida como Vila Fortunata; a mansão de Sampaio Moreira; a casa do professor da Faculdade de Direito Azevedo Marques, um dos advogados conselheiros da Companhia City; a casa de Horácio Sabino, projetada pelo engenheiro Victor Dubugras e onde hoje está localizado o Conjunto Nacional. Além dessas, ressaltam ainda as residências das famílias Matarazzo, mais especificamente as de André e Luiz Matarazzo; as da família Morganti, a do conde De Crespi, a do Conde Gamba, das famílias Médici, Calfat e Andraus, bem como a residência de Numa de Oliveira, entre muitos outros não citados, mas muito conhecido.25 Afora as casas de muitos imigrantes enriquecidos que ali se instalaram e ajudaram a compor a verdejante paisagem da avenida Paulista — uma imagem hoje guardada na memória de quem teve o privilégio de conhecê-la como “parque residencial” —, havia ainda muitas outras residências de igual ou maior destaque. Jorge Americano lembra, com saudade, o palacete de Antonio Prado, a reverenciada chácara do Carvalho, o conhecido palacete dos Penteado,26 o do Conde Prates, que ocupava um quarteirão inteiro, e o de Elias Chaves, entre outros. A memorável cidade enfeitada pelos palacetes — essa é a impressão que temos ao ler as memórias de Jorge Americano27.

A literatura sobre o período atesta que a elite vivia predominantemente em palacetes ou similares mais ou menos até a década de trinta, quando a industrialização começou a

26 O Palacete dos Penteado é a atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), situada à Rua Maranhão.
27 AMERICANNO, op. cit., p. 317.
prevalecer na economia paulista e novas fortunas passaram a permitir às famílias em ascensão a convivência com aquelas que desfrutavam a opulência, assim como a aceitação por essas últimas.\footnote{28 Joseph Love apresenta detalhadamente o período que precedeu a década de 1930 e a Depressão econômica referente à economia cafeeira. Comenta que somente uma colheita muito ruim salvaria o País da crise econômica, pois os estoques de café antes da safra 1929-30 já eram expressivos, visto que as colheitas de 1927-28, 1928-29 foram abundantes; no entanto, a de 1929-30 resultou em 21 milhões de sacas de café — ou seja, muito acima do consumo mundial, mesmo que o país tivesse o controle do mercado internacional. A crise era mundial; porém, para os cafeicultores do Estado de São Paulo, ela chegou mais cedo: veio por meio de boatos sobre as restrições a adiantamentos costumeiramente realizados pelo Banco do Estado de São Paulo aos cafeicultores. Mesmo sem fundamentos, eles levaram ao alerta da crise, que se materializou de fato com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929. De acordo com Love, em 1930, “o primeiro da Grande Depressão, a embaixada inglesa calculou que, devido à diminuição nas vendas, o Brasil perderia o equivalente ao total de ganhos obtêveis em um ano com as vendas de café. Os salários rurais caíram drasticamente e muitas pessoas prosperas [...] perderam até o último tostão de sua fortuna”. LOVE, J. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira: 1889-1937. Trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 76.}

O estudo realizado por José Mario Martinez Ruiz\footnote{29 RUIZ, J. M. M. Etiqueta: sociabilidade e moda: a identidade da elite paulistana (1895-1930). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Unesp, câmpus de Assis.1999.} sobre a sociabilidade da elite paulistana detalha essa passagem com exemplos de inserção de classe, antes mesmo da década de 1930. O autor narra, entre outros, o conhecido caso da família Matarazzo, que passou a fazer parte do seletos grupo da nata local — criada por meio do casamento — pelas mãos dos aristocráticos Penteado. Essa transição, não de fortuna, mas de reconhecimento social, dava-se pelo casamento, porque ter dinheiro não significava ser convidado aos saraus, bailes e outros tipos de eventos sociais. Importava que o convite fosse feito por alguém considerado respeitável.

Ao tratar das famílias da elite paulistana, Joseph Love afirma que a “tradição quatrocentona é mais parte de um mito que de realidade documentada”.\footnote{30 LOVE, op. cit., p. 123.} Ele também se refere aos casamentos arranjados entre famílias ricas para efetivar laços de parentesco que, sob a regência dos nomes, capitalizavam fortunas. Argumenta o autor que “os Silva Prado, por exemplo, chegaram de Portugal no início do século XVII. Mas muitas das principais famílias, como os Mesquita e os Rodrigues Alves, não têm raízes que se estendam para além
do século XIX. Em muito casos, no entanto, laços de matrimônio contraídos dentro de grupos reduzidos, separados das massas por um abismo social, contribuíram para enobrecer árvores genealógicas pouco requintadas. Fortunas recentes, fundadas no café ou no açúcar, ajudavam a comprar ‘prestígio de família’, bem ao estilo do personagem Calogero Sedâra em *O Leopard*, de Giuseppi di Lampedusa: ‘“sua família, segundo se comenta, é bem antiga ou logo o será”’. O mito, todavia, era importante: “um paulista de 400 anos jamais será confundido na multidão da Rua da Direita”, escrevia o jornalista Joel Silveira em 1945.31

Essa sociabilidade era, pois, restrita a poucas famílias, ainda mais se considerarmos que, por volta do final da década de 1920, a cidade tinha em torno de 300 palacetes reconhecidos pela elite.32

A etiqueta, a sociabilidade e a moda eram parâmetros que ajudavam a estabelecer a identidade da elite paulistana entre 1895 e 1930. O modo de viver e de morar desse segmento social, a forma de receber, a suntuosidade de suas residências, sua distribuição espacial e de uso, estavam distantes do cotidiano das casas planejadas para o Jardim América no início de sua existência. As elites residiam em amplos e confortáveis espaços e o corpo da casa possuía várias divisões que se diversificavam de uma para outra; porém, todas possuíam uma composição mais ou menos similar no que diz respeito às peças básicas, as quais compreendiam: pôrtico ou hall de entrada, vestíbulo, fumoir, sala de estudos, gabinete ou escritório (muitas vezes ambos). Em algumas havia mais de uma sala de visitas, salão, sala de jantar, toalete, banho, W.C., sala da senhora, quarto de costura, copa, cozinha, despensa, toalete, banho, W.C. e quarto de criada. Essa divisão era alterada quanto a um ou outro cômodo no corpo da habitação.

Tal distribuição é amplamente explorada por Homem\textsuperscript{33} e Ruiz\textsuperscript{34} que analisam a forma
de morar da elite em São Paulo, bem como por Márcia Camargo,\textsuperscript{35} que examina a história da
Villa Kyrial. Carlos Lemos é outro estudioso desse tema, mas vai além e estabelece a
diferença entre os palacetes e as residências menos luxuosas. Entretanto, esse último autor
reúne a classe média e a elite num mesmo campo de estudos, provavelmente porque a
moradia da classe média oscilava entre a dos operários e a dos novos-ricos que começavam a
sobressair na economia da cidade com o comércio, a indústria e as atividades liberais,
exercidas por médicos, engenheiros, arquitetos e advogados, entre outros profissionais.
Muitos deles construíam residências luxuosas.\textsuperscript{36}

É difícil definir como era a moradia das pessoas pertencentes à classe média; assim,
procuramos considerar a noção expressa por Homem, que define esse tipo de residência como
a que possui “sala de visitas e quarto da criada. Na falta de ambos, chegava-se à casa
operária”.\textsuperscript{37} A classe média, em formação na primeira República, passou a residir em casas
com essa divisão e, às vezes, um pouco mais complexa — como apontado anteriormente no
loteamento inicial do Jardim América — ou até em casas de aluguel, comuns no período
como opção de moradia, conforme registrou Boris Fausto em suas memórias.\textsuperscript{38}

Por meio dessa comparação entre a forma de residir no Jardim América no início de
sua história e as residências abastadas,\textsuperscript{39} é possível deduzir que esse bairro começou como um
“habitat” de famílias em condições de financiar um imóvel e sua construção, mas que não

\textsuperscript{33} Op. cit., passim.
\textsuperscript{34} RUIZ, op. cit., passim.
\textsuperscript{36} Sobre esse tipo de casa, mais à frente descrevemos a residência Matarazzo, que, em se tratando de requinte,
compete com os palacetes do início do século XX, como o da Vila Kyrial e o de Antonio Prado, na Chácara
Carvalho.
\textsuperscript{37} HOMEM, op. cit., p. 133.
\textsuperscript{38} FAUSTO, B. \textit{Negócios e ócio}: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Por toda a
obra, encontramos descrições dos espaços nos quais habitou a família. Essas espaçalidades são apresentadas,
ben como o comportamento de seus ocupantes. A distribuição e a localização dentro dos espaços é narrada de
acordo com a autoridade que os membros da família exerciam.
\textsuperscript{39} As descrições das residências abastadas ou ricas são balizadas pelas que são feitas nas obras dos seguintes
autores: RUIZ, op. cit.; HOMEM, op. cit.; e CAMARGOS, op. cit.
eram ricas. Várias dessas famílias eram constituídas por não-brasileiros que trabalhavam para empresas estrangeiras e imigrantes ligados ao comércio e à construção civil, assim como aqueles que já tinham acumulado um certo cabedal nas mais variadas atividades urbanas. Esses dados constam das fichas de compra e venda dos terrenos da City. Tais informações estão também nas correspondências escritas em inglês e enviadas aos proprietários pela City.

No cadastro de compra e venda do terreno, no local onde se especificava a origem dos compradores, encontramos escrito que eram espanhóis, franceses, ingleses, norte-americanos e, predominantemente, brasileiros. Porém, a existência dessas nacionalidades no Jardim América permite-nos supor que o local tenha sido um dos escolhidos para a residência de funcionários de empresas de capital estrangeiro atuante no Brasil naquele momento, entre as quais algumas bastante expressivas, como a São Paulo Railway, a Light and Power, a London Bank, a River Plate Bank, a Casa Nathan, a Brazilian Warrant Company e a própria City.

Uma vez que esse fator não é concludente, ao item: As Propagandas, do capítulo II deste trabalho, no qual tratamos das várias formas de divulgação dos terrenos do Jardim América, em especial a publicidade referente aos financiamentos relativos a terrenos e residências em sua área. Além de nos apoiarmos no trabalho de Silvia Wolff, empreendemos

---

40 As pastas consultadas apresentam mais de um proprietário por terreno. Quando era médico ou advogado, seu nome vem antecedido de um Dr. Num ou noutro local do contrato de compra e venda, menciona-se sua profissão, mas não é regra geral. Há terrenos cuja propriedade passou por 13 compradores. Não nos foi possível estabelecer um gráfico sobre a variação de proprietários, porque o responsável pelo arquivo da Companhia City informou que nem sempre, quando a venda de um terreno era feita, era-lhe encaminhada uma cópia do contrato. Às vezes, essa mudança era informada na hora de solicitar um financiamento para construção, no atraso de uma parcela da prestação ou, ainda, quando o novo proprietário pediu à City as restrições referentes à construção. Contudo, é possível identificar uma mudança considerável de proprietários nos terrenos e isso nos leva a duas possibilidades: os terrenos eram comprados para especulação imobiliária ou o comprador, por não conseguir pagar as despesas referentes às prestações, vendia o imóvel, repassando a dívida.


42 Na maioria dos cadastros, onde se indicava a nacionalidade, mesmo que fosse brasileira, o nome registrado era de origem estrangeira. Isso nos levou a concluir que muitos deles eram naturalizados ou filhos de imigrantes há muito tempo no Brasil. Um exemplo é o nome Cochrane.

43 AMERICANO, op. cit., p. 300.

44 LOVE, op. cit., p. 117.
uma investigação nos arquivos da empresa sobre as plantas das residências do Jardim América. No entanto, como esse não era o foco da pesquisa, foram verificadas as pastas indicadas pela autora em seu trabalho como as de moradores da primeira fase do bairro, a qual vai de 1915 a 1923. Tal procedimento permitiu certificar a simplicidade de suas casas. Isso confirma que a Companhia City visava, inicialmente, o morador da classe média.

Como a residência era geralmente financiada pela empresa, cumprindo-se a exigência de que logo se construísse no local, esse bairro não poderia ser destinado a famílias abastadas, pois essa classe social não necessitava de financiamentos para a construção de suas casas, tampouco se submeteria a qualquer tipo de contrato que não agradasse a seus interesses em primeiro lugar.

Há que se atentar para o fato de que, no mesmo período ou um pouco antes, havia, em outros bairros da cidade, como Higienópolis e Campos Elíseos, construções residenciais de alto padrão executadas por urbanistas consagrados, isoladas no terreno e concebidas segundo um programa cuja complexidade era semelhante às das residências da elite cafeeira. Encontrava-se, além disso, esse mesmo padrão, no alto da Avenida Paulista, ou em algumas residências espalhadas pela cidade. Dependendo de quem fosse o proprietário, eram esses casarões que constituíam marcos na orientação espacial citadina, como a Chácara do Carvalho, a qual foi ponto de referência para os moradores da cidade enquanto existiu.

As atas da diretoria da Cia. City são documentos expressivos das intenções e procedimentos dessa empresa — em cujas reuniões os membros registraram seus posicionamentos. É importante mencionar as dificuldades da Companhia, em razão da quebra da Bolsa de Valores em Nova Iorque, que atingiu toda a economia mundial, em dar

45 Sobre o tipo de residência desse período, ver Wolff, op. cit., p. 159, 166, 170, 172, 178, 180, 183, 184, 189, 203, 215 e 218.
46 Procuramos mostra, como exemplo, a complexidade da mansão Matarazzo, construída em 1955, no Bairro Jardim América. Era diferente dos palacetes da elite do início do século XX no que tange à denominação de compartimentos, mas não no emaranhado de suas 60 peças, distribuídas por muitos metros quadrados, tal qual as citadas residências de Antonio Prado e Veridiana Prado ou Freitas Valle.
continuidade aos financiamentos das construções de residências, assim como registrar a queda
das vendas até sua total paralisação. Esse quadro remete ao poder aquisitivo do morador do
bairro: se a crise era geral, os contratempos eram significativos. As atas, restritas ao alto
escalão brasileiro da Companhia City e ao membro inglês que representava seus pares
acionistas britânicos, registraram, em ato de 6 de fevereiro de 1929, a seguinte resolução:

Tratou-se em seguida da questão da limitação de concessões de empréstimos para
construções. Tendo o Gerente Geral informado os Srs. Directores das diversas
suggestões que a respeito tem recebido do Sr. Presidente em Londres. Ainda a
proposito do assunto o Gerente Geral forneciu aos Srs. Directores copia da carta
que a respeito do assunto dirigiu em data de 14 de setembro do corrente ano ao Sr.
Presidente Guedalla. Discutido esse assunto tão importante e de grande influência
nos negócios de venda de terrenos, os Srs. Directores confirmaram a sua convicção já
firmada de que o sucesso das vendas depende grandemente de [...?] financeira de
construções que a Companhia até aqui tem sido apta a fornecer aos seus
compradores. Não obstante, reconhecem até um certo ponto a inteira procedência
das considerações do Sr. Guedalla e nestas condições ficou resolvido que se limitem,
dentro do possível e do razoável, esses empréstimos e que a concessão dos mesmos
na base deve ser convenientemente e cuidadosamente estudada para ser adaptada
gradativamente num futuro próximo.57

A empresa procurou adaptar-se às novas regras impostas por Londres e não suspendeu
os financiamentos das residências por completo, pois seus compradores não poderiam arcar
com as prestações do terreno e com a construção imediata da casa. Assim, na reunião de 8 de
novembro do mesmo ano, o gerente geral informava aos diretores as medidas tomadas com o
objetivo de limitar os financiamentos:

De acordo com a resolução anterior, estava restringindo o mais possível a concessão de
empréstimos para construções. Esses empréstimos são concedidos quase que
exclusivamente para construções em terreno cuja compra seja feita agora
eliminando-se empréstimos para terrenos que tenham sido adquiridos há já algum
tempo. Isto quer dizer que estamos nos utilizando desses empréstimos para
interessar os compradores em adquirir os nossos terrenos.48 (Sublinhado no
original.).

Não tardou e novas instruções de Londres foram enviadas à diretoria brasileira,
exigindo a completa e total suspensão dos financiamentos. Essa medida resultou em uma
longa reunião e demorados debates sobre a questão, a qual contou até com a incisiva

57 Ata n° 48, de 6 de fevereiro de 1929. Book n° 3, City of San Paulo Improvements and Freehold Land
Company, Ltd. Meetings of Local Board. GG livro 05 CX: 01
48 Ata 57, de 8 de novembro de 1929. Book n° 3, City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company,
Ltd. Meetings of Local Board. GG livro 05 CX: 01. Grifos na Ata.
participação do novo membro inglês, John C. Belfrage, que veio para substituir seu antecessor – cujo mandato habitual de dois anos foi cumprido. Belfrage apresentou a posição da diretoria de Londres pessoalmente, para que tal disposição não fosse posta em dúvida e no Brasil não se cogitasse a possibilidade de não a acatar, a diretoria de Londres era definitivamente contrária à continuidade dos financiamentos. Foram debatidas as conseqüências dessa medida para a continuidade das vendas nos terrenos da Cia. City:

Esse anúncio de que a Companhia suspenderá todos os empréstimos que já não estejam efectivamente contractados, paralisará imediatamente as vendas, pois, é preciso repetir, quando em São Paulo praticamente nenhuma outra companhia vendia terrenos, isso desde o começo do presente ano, esta Companhia vendia os seus terrenos numa media de mais de 1000 contos de reis por mês. E este sucesso devia-se ao facto de estar esta Companhia habilitada a fornecer empréstimos ao passo que as outras não estavam.49

A reação da diretoria local foi negativa e ruins os prognósticos sobre as vendas para o período que se seguia, o que era agravado pela crise mundial e pela suspensão dos financiamentos, os quais ofereciam os meios para se realizarem as construções nos terrenos vendidos, enfim, tudo indicava paralisia nos negócios da companhia. Porém, nosso interesse é o de salientar, mais uma vez, a importância do financiamento das construções e, naturalmente, do parcelamento dos terrenos. Sem o financiamento, o proprietário não conseguiria construir e povoar o bairro, como desejava a City. Não fosse a crise de 1929, não teria a companhia avaliado, com clareza, a repercussão de seus financiamentos sobre as vendas em seus terrenos, visto que seus argumentos sobre o bom resultado das vendas se fundamentava, também, nos projetos urbanísticos inovadores para a época — argumentos esses igualmente defendidos por estudiosos que os consideram formas de justificativa para a prosperidade do bairro.

Tanto o projeto urbanístico para o Jardim América quanto o elaborado para o Pacaembu eram inovadores, porém se destinavam a áreas que haviam sido deixadas à margem

49 Ata 58, de 5 de dezembro de 1929, p. 42 e seu verso. Book nº 4, City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Ltd. Meetings of local Board. GG livro 05 CX: 01
da urbanização em virtude da difícil localização: o Pacaembu estava localizado na encosta de um morro e apresentava um terreno consideravelmente íngreme; o Américo era uma área de umidade excessiva. Nas explicações de Bacelli, encontram-se elementos para reafirmar que inicialmente o bairro teve grandes dificuldades para ser loteado e enfrentou problemas que hoje parecem inimagináveis:

Esta área era tida como inóspita pela opinião publica, dada a sua extrema umidade; certos locais se afiguravam como verdadeiros charcos. A própria Avenida Rebouças, então rua Itapirussu, era escassamente utilizada como via de passagem, preferindo-se o acesso ao bairro vizinho de Pinheiros pela rua Cardeal Arcoverde. As águas pluviais concentravam-se de tal forma no cruzamento da atual Avenida Brasil com a Avenida Rebouças que chegavam a esboçar um lago, o que tornava esse caminho evitado na época das chuvas. 50.

Diante de uma área inóspita, como afirma Bacelli, é difícil aceitar que a Cia. City, mesmo que seu projeto fosse inovador, tenha conseguido o apoio das famílias abastadas da cidade, quando essas poderiam morar em lugares onde não houvesse enchentes e umidade. Tanto não era assim que, segundo Wolff, ao tratar desse tema, o morador para o qual se destinavam as vendas da City provinha da classe média. Para afirmar isso, a autora se baseou em memorandos trocados entre os membros da diretoria nos quais o comprador era definido como:

 [...] o homem de classe média (que é o maior consumidor) faz suas compras baseado no que pode produzir o seu trabalho; quando acontece de perder o seu emprego ou seus negócios falham, ele tem fatalmente de abandonar suas compras à prestação. O homem médio brasileiro, particularmente em São Paulo, prefere investir seu dinheiro em imóveis para sua residência, ao invés de fazê-lo em ações ou em quaisquer outros títulos. 51

Esses elementos constitutivos da história desses bairros não podem ser deixados de lado quando se trata de analisar o processo de venda de seus terrenos e a que tipo de morador se destinavam. De acordo com os documentos e as fontes, o financiamento era peça-chave nas vendas. Frente a esse fator determinante, a proibição do cancelamento do sistema de parcelas...
não perdurou, mas adquiriu outras características: a seletividade e a natureza estudada do parcelamento. Na Ata de 21 de agosto de 1930, encontramos o exame de um caso de empréstimo no Jardim América:

O substituto do Sr. Gerente Geral comunicou à Diretoria o seguinte: que, por escritura de 30 de setembro de 1929, pelo preço de Rs. 64.800,00, o Dr. Henrique Pegado contractou a compra de terreno 15 da Quadra 45 do Jardim América, à Rua Canadá; que nessa ocasião, a Companhia lhe prometeu com toda a segurança um empréstimo para construção; que entretanto, esse empréstimo foi suspenso quando as plantas da casa já se achavam em estudos; que, deante disso, o Dr. Pegado suspendeu o pagamento das suas prestações; que como de costume, o serviço de cobrança foi feito com toda a regularidade, dando em resultado uma resposta daquele cavalheiro, por carta de 16 do corrente na qual diz que, se obtiver o empréstimo que lhe foi formalmente prometido, reiniciará os seus pagamentos, do contrário desistirá da compra do terreno. Depois de estudado detidamente o caso pela Diretoria, esta autorizou a concessão do empréstimo a juros de 10%, ficando a cargo da gerência a obtenção, se possível, de juros à razão de 12%. Para essa resolução a Diretoria levou em consideração também a localização da casa a ser construída, que é realmente interessante para a Companhia, dada a ausência completa de casas naquela parte da Quadra 45.52

Esse procedimento não foi o primeiro a ser adotado pela Cia. City após a crise de 1929. Em ata de 5 de agosto de 1930, ou seja, 16 dias antes da aprovação do financiamento no bairro Jardim América, encontramos o consentimento a empréstimos relativos a um caso no bairro Pacaembu, contudo, observa-se que foi estudado e se tratava, como no caso do América, de uma situação especial, em que o aval da empresa resultaria na construção de uma residência em um local ainda não habitado, ensejando, assim, a possibilidade de que outros proprietários também viéssem a construir naquela área. Tal qual o caso do Jardim América, a situação exigia uma atitude da Companhia, preferencialmente a favor do comprador; caso contrário, haveria perdas maiores para a empresa. Os financiamentos passaram, então, a ser estudados no âmbito das perdas gerais; não mais se estendiam a todo comprador que os desejassem, como ocorria antes da crise de 1929. Mas a Companhia City era uma empresa sólida e conseguiu atingir seus objetivos quanto às vendas e construções.

52 Ata 76, de 21 de agosto de 1930, p. 42 e seu verso. Book nº 4, City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Ltd. Meetings of Local Board. GG livro 05 CX: 01
Após esse período, muitas fortunas sólidas desvaneceram-se com a crise do café e o desenvolvimento da indústria, panorama que reflete também na ocupação urbana. Várias famílias que residiam em outras regiões da cidade e até em palacetes em bairros como Campos Elísios e Higienópolis optaram, ao longo das décadas de 1930 e 1940, por habitar áreas como o Jardim América, pois aí viram um lugar cuja condição urbana planejada, além da singularidade desse planejamento, oferecia os pré-requisitos que buscavam naquele novo quadro que se configurava em São Paulo na década de 1930. Outro fator relevante está no enriquecimento de famílias que habitavam o Jardim América. Consolidando-se no mercado, empresas cresceram e incorporaram a indústria e o comércio da cidade. Iniciou-se, naquele momento, lentamente, a construção da paisagem que o bairro viria a apresentar décadas depois, um dos exemplos da construção dessa paisagem é representada pela residência de Delfina Toggia Ferrabino, cuja divisão interna expressa o grupo social a que pertencia.

A casa cuja planta está representada acima foi planejada por Rino Levi em 1932 e construída na rua Estados Unidos. Para o andar térreo estavam previstos: cozinha, copa, quarto de costura, sala para almoço, sala para jantar, sala de estar, sala de visita, fumoir e alpendre. Previam-se, ainda, um porão com adega e abrigo para automóvel, com exceção da

---

53 Na introdução de seu livro, Caio Prado, op. cit., trata da forma como Maria Paes de Barros suportou o fato de a fortuna da família ter-se desvanecido.
área destinada à criadagem, a qual não aparece na planta. No primeiro andar situam-se: um salão de bilhar, dois dormitórios, dois toucadores, sala de estar, dois banheiros, hall e dois terraços. Repetia-se, nesse exemplo, a divisão seguida pelas casas ricas.\textsuperscript{54}

Outro exemplo, de 1940, também apresentado por Wolff como exceção ao padrão geral, trazia um programa complexo. Era uma residência cercada por jardins, com várias entradas de luz dirigidas para o interior da casa. Seu aspecto moderno, que “[...] prenunciou a arquitetura residencial intimista, voltada para pátios internos, que mais tarde seria consagrada como uma vertente da arquitetura moderna paulistana.”\textsuperscript{55} Cercada de muros altos, afigurava-se completamente contrária à proposta que qualificava o bairro até àquele momento. Sua planta remetia a uma residência rica, pois definia o lugar de cada membro da família, além do espaço para os empregados — uma divisão muito distante daquela que caracterizava as primeiras casas do bairro, mesmo aquelas planejadas por Barry Parker, ainda que contivessem edícula e garagem. A casa em questão possuía um espaço destinado à permanência dos empregados, ao lado da copa, e um jardim com a mesma finalidade, ao lado da área de banho de sol da família, o que denota a mudança dos hábitos sociais, não verificada antes na divisão de casas desse porte. Dividida em 29 compartimentos, incluía áreas de jardins que se estendiam do interior para fora, integrando os espaços internos e externos. Suas paredes, segundo Wolff, eram em grande parte amplos painéis de vidro.\textsuperscript{56}

\textsuperscript{54} WOLFF, op. cit., p. 237.
\textsuperscript{56} Op. cit., p. 200. A construção dessa residência cercada por altas muralhas foi aprovada pela Companhia City, rompendo com a proibição relativa a muros elevados, além de inserir elementos modernizantes na estrutura da habitação e também no mobiliário, os quais estavam muito ligados às residências conservadoras das décadas anteriores.
WOLFF, 199.


Essa residência apresenta uma divisão que permite destacar sua diferença em relação às casas já destacadas e que foram construídas nas duas primeiras décadas do loteamento. Apesar de seu projeto datar da década de 1940 — vinte e cinco anos depois da primeira casa construída no bairro —, ainda assim se evidencia essa diferença. A distância temporal iria separar cada vez mais o bairro inicial de seu vir-a-ser.

Em 1955, o Jardim América já tinha como moradores as famílias abastadas cujo poder econômico e social se expressava em suas residências, em seus nomes e na forma como se relacionavam com a Companhia City. Encontramos a planta de uma residência planejada nesse ano cujo programa era de uma grande complexidade. Pertencente a Eduardo Andrea Maria Matarazzo.

A mencionada casa foi construída em forma de círculo. Outro dado relevante que permite ter uma idéia de suas dimensões está na metragem do salão principal que mede 61,50 m², de área de piso. A residência tinha 7 quartos, e 1 para pajem ao lado da sala de brincar e de estudos, salas, que se supõem, sejam de uso das crianças. Além disso, havia 4 quartos para empregados fora da casa, em um total de 60 compartimentos. Dentre eles 33 ficavam no térreo, 17 no segundo andar e 8 no sótão, totalizando 1.129,00 m² de área construída. Tal opulência despertaria a ambição de muitos membros da aristocracia cafeira dos séculos XIX
XX, com seus palacetes encomendados a arquitetos estrangeiros. Possivelmente esse tipo de residência não era regra geral no bairro a partir da década de 1950. No entanto se a família que a ocupava ali se estabeleceu é porque outras, de igual poder aquisitivo, também se mudaram para o local.  

A residência em questão contribuiu para que se compreenda o processo de transformação que o Jardim América sofreu no decorrer das décadas que se seguiram ao loteamento dos jardins internos, corroborando a mudança na condição social do morador, circunstâncias que contribuíram para a deturpação do seu planejamento inicial. Outro documento que confirma esse fato é uma carta da Companhia City enviada à viúva do Conde João P. Gamba, em 3 de agosto de 1933, sobre o provável interesse dessa senhora em adquirir uma parte do jardim interno da quadra 9, visto que essa área poderia ser agregada ao terreno de sua propriedade situada na rua Guadalupe nº 29. Observa-se, nessa oferta, que a viúva Gamba, residente na Avenida Paulista, poderia ter mudado para o bairro. Afinal, possuía ali um terreno, o que permite assegurar que investia no local para a moradia de um dos seus familiares, visto que nesse período o bairro encontrava-se em fase de conclusão das vendas dos lotes restantes, e não há indícios de que tenham sido construídas residências, nesse bairro, para aluguel.

O passar dos anos obliterou as referências à casa de classe média que distinguia o bairro nas duas primeiras décadas do século XX, para instituir-se em seu lugar a residência caracterizada pelo requinte e a sofisticação dos abastados, a qual sobressaiu de meados do século passado em diante. Contudo, ainda hoje não há uma homogeneidade no bairro; resistiram, como já destacou Wolff, alguns bangalôs, que contrastam, ora aqui, ora ali, com as...

57 Jorge Americano, op. cit. comenta que os Matarazzo encomendaram na Itália um estudo nobiliárquico com a intenção de descobrir suas raízes na nobreza, o que parece confirmar que esse membro da família não se mudaria para um bairro em cuja vizinhança não se encontrassem pessoas à altura de sua suposta origem elevada.

58 Correspondência entre a City e os proprietários do Jardim América, 3 ago 1933.
residências que predominam, trazendo à memória dos mais velhos a paisagem de tempos decorridos, mas não totalmente suplantados.

A legitimidade dessa transformação se verifica quando se comparam as residências destacadas neste capítulo àquelas que corporificaram o palacete do final do século XIX e início do século XX, às implantadas no Jardim América nas primeiras décadas de seu loteamento e com as que passaram a se fixar ali, lentamente, de meados da década de 1930 em diante, até se atingir a configuração apresentada pelo bairro hoje. A ênfase no tipo de moradia inicial no bairro e sua variação posterior diz respeito a sua história: foi um loteamento projetado para atender uma camada intermediária da sociedade. Nesse aspecto, de acordo com Gunn e o Movimento Fabiano, Parker não estava totalmente desvinculado de seus princípios, mesmo em sua atuação em São Paulo; o que se tornou o bairro, após sua volta à Inglaterra, se deveu a um arranjo de interesses econômicos da Companhia City e de seus moradores, resultante do processo acelerado de crescimento que marcou a cidade de São Paulo. O Jardim América foi tragado pela cidade e de subúrbio tornou-se, juntamente com outras áreas próximas, a de maior interesse das classes privilegiadas, que viam naquela região a possibilidade de usufruir os benefícios da cidade e, ao mesmo tempo, do sossego trazido pelo planejamento controlado das áreas. Dessa maneira, definir o tipo inicial de morador do bairro ajudará a compreender o porquê da “indiferença” quanto à extinção dos jardins internos na década de 1930.

Constatou-se que os moradores do bairro, até a referida data, estavam mais preocupados em se estabelecer como habitantes com uma condição de moradia e sociabilidade que estivessem de acordo com a situação na qual se encontravam ou à qual aspiravam, do que defender uma área cuja responsabilidade não se sabia a quem atribuir. Em síntese, uma área que não lhes pertencia oficialmente, pois isso não constava no contrato de compra e venda e, ainda, que lhes custaria a manutenção, embora dela usufruíssem. A
preocupação maior parecia estar em quitar o contrato acertado com a empresa, obter financiamento para construir, criar espaço externo para garagens e aposentos de empregados, cuidar da residência, ampliá-la e tratar seus jardins.\textsuperscript{59}

No contrato de compra e venda, a Companhia City estabelecia que fossem as casas cercadas de jardins e sua manutenção, freqüente, para não descharacterizar o bairro. Embora não houvesse opulência, como nas residências abastadas, havia custos, pois a existência de um jardim bem cuidado exigia, no Brasil, os serviços de um jardineiro, visto que nossa compreensão de trabalho era diferente da dos ingleses, para quem a manutenção dos jardins era uma forma de elevar o espírito e realizada pelos proprietários da residência.\textsuperscript{60} Para nós, herdeiros de uma sociedade escravagista, o serviço de jardinagem, por ser um trabalho braçal, envilecia quem o executasse.\textsuperscript{61} Dessa forma teve início o processo que culminou com o loteamento dessas áreas, sem que houvesse oposição a seu desencadeamento.

\textsuperscript{59} Jorge Americano relata em suas memórias a coincidência do fato de duas senhoras dividirem o mesmo jardineiro. Uma se interessou pelo jardineiro da outra durante uma visita. As condições de pagamento incluíam a alimentação. O mesmo jardineiro incumbia-se de levar e trazer mudas de plantas ornamentais de uma residência para outra. Isso era próprio de famílias de classe média, nenhun de seus membros se dispunha a realizá-lo, por esse tipo de trabalho ser executado pela criadagem. A classe média procurava identificação com as famílias mais abastadas da cidade. As próprias memórias de Jorge Americano revelam essa busca de identificação.

\textsuperscript{60} Sobre a relação que o inglês estabeleceu com a jardinagem, Thomas apresenta uma extensa discussão que abrange o período compreendido entre o século XIV e o fim do século XIX. Por seus escritos, podemos avaliar a transformação nos hábitos e costumes dos ingleses e neles o cultivo dos jardins como forma de elevação do espírito. Não havia distinção social no exercício da jardinagem, de tal forma que encontramos um trecho que diz o seguinte: “A jardinagem, concordava um vendedor de sementes no ano seguinte [1780], era agora ‘uma atividade de pessoas de todos os níveis de vida’” (p. 274). E, em outra passagem: “O jardim tornou-se, assim, o lugar apropriado para a reflexão espiritual não só na literatura como na vida. A ideia do santo hortelão não era simples afetação literária: ‘As pessoas de carne e osso’, dizia-se acertadamente, ‘realmente meditavam em jardins de verdade’. Quando estava em meu jardim terreno, cavando com minha pá, dizia o místico Roger Crab, eu enxergava o Paraíso de Deus, do qual fora expulso meu pai Adão (p. 282). Para finalizar, é importante a passagem em que Thomas diz: “Essa liberdade que a jardinagem proporcionava à auto-expressão individual explica por que ela se converteu numa total obsessão inglesa. [...] Em inícios do século XIX, não havia nenhum outro país em que a jardinagem atraísse classes sócias tão variadas quanto na Inglaterra.” (p. 285). THOMAS, K. \textit{O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).} Trad. João R. Marins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. A prática da jardinagem é exercida até hoje. Em visita a Hampstead, tive a oportunidade de constatar que muitos proprietários cuidavam de seus jardins em suas horas de descanso como forma de aliviar o estresse causado pela rotina da grande cidade.

\textsuperscript{61} Maria Izilda Santos Matos descreve os criados de servir no século XX e inclui, entre eles, o jardineiro: o que prestava serviços temporários e aquele que, morador de uma casa abastada, cuidava permanentemente dos jardins, pomares, terreiros, hortas e animais. MATOS, M. I. S. de. \textit{Cotidiano e cultura: história, cidade, e trabalho.} Bauru: Edusc, 2002. p. 123.
1 - O loteamento dos jardins internos

A responsabilidade sobre as áreas insulares do Jardim América ameaçou o caráter de bairro-jardim nos moldes ingleses e conforme o traçado impresso pelo urbanista Barry Parker. Não exatamente como se propôs o bairro-jardim inglês de Hampstead, mas de acordo com o que compreendia o planejador inglês, tratava-se de um bairro-jardim para uma cidade como São Paulo no início do século XX.

A leitura geral das Atas da Companhia City nos levou à constatação de que a empresa, desde o lançamento do bairro, desejava passar a responsabilidade dos jardins internos aos proprietários que deles usufruíam.¹ Essa decisão já estava definida no projeto inicial do bairro. Percebe-se também que havia motivos importantes, para que a empresa se incumbisse de tal tarefa. Um deles dizia respeito ao uso dessas áreas internas às quadras em propagandas da empresa para chamar a atenção sobre o loteamento, o qual se destacava no espaço urbano da cidade, em virtude de suas qualidades de planejamento, mas tinha como ponto desfavorável à localização. Assim, os jardins internos apareciam, no plano geral do Jardim América, como algo totalmente inovador na urbanização paulistana, algo que o ligava à ideia de moderno, pois essa concepção era oriunda de uma das maiores metrópoles do mundo, num momento em que o Brasil estava economicamente atrelado à Inglaterra e, culturalmente, era um contumaz consumidor das novidades estrangeiras.²

¹ BACELLI, op. cit.
² O atrelamento brasileiro à Inglaterra aparece de modo sintético, mas esclarecedor, na obra Os Sucessores do Barão, na qual Mello Barreto informa que aquele país, embora tenha perdido espaço para os Estados Unidos quanto à influência comercial no Brasil, mantinha-se atuante no que dizia respeito a financiamentos. “O governo brasileiro continuou a recorrer a empréstimos britânicos, para manter o preço do café com a compra de estoques para obras como ferrovias, portos, serviços de bonde e eletricidade, ou simplesmente para pagar empréstimos anteriores. Entre 1915 e 1921, o Brasil recebeu empréstimos no valor de 40 milhões de libras esterlinas e, no mesmo período, pagou 70 milhões de libras esterlinas a título de serviços da dívida” (p. 31). Enfocou, ainda, as Missões Britânicas enviadas ao País para fiscalizar a economia brasileira e destacou as missões Montagu em 1924 e D’Abernon em 1929. BARRETO FILHO, F. P. de M. Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil: 1912 a 1964. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
As áreas insulares do bairro tinham o papel de despertar a atenção dos empreendedores que estivessem em busca do moderno e do inovador no que dizia respeito à moradia, em oposição ao estilo de habitar das famílias abastadas, cujas residências remetiam aos casarões da oligarquia cafeira. Embora essa oposição não fosse premeditada, pelo contrário, o Jardim América era o bairro, no momento, que mais permitia, a uma classe de condição muito inferior à das famílias de fortunas consolidadas, morar como se fosse socialmente privilegiada. Essa condição ambígua, de um lado, expressava o moderno, importado e culturalmente aceito no âmbito do consumo; de outro, aproximava o morador do estilo de residir característico dos grandes casarões construídos em áreas pertencentes somente aos muitos ricos. Tratava-se de um empreendimento infalível, na opinião de Bacelli. Essa condição também demonstrava o apego à tradição das oligarquias, muitas delas originárias das relações políticas estabelecidas ainda no Império. Dessa forma, os jardins internos ocupavam, no plano geral do bairro, um lugar muito significativo. Ao mesmo tempo, convertiam o loteamento em arauto do crescimento econômico e do desenvolvimento que ocorriam na cidade e aos quais os ingleses estavam muito atentos.

[Fotografia 33] Companhia City. Um dos jardins internos. Não tem data, porém é visível o muro alto, mas antes, a qualidade da área a disposição dos moradores. Esses jardins eram chamarizes para os compradores em potencial dos lotes que ainda se encontravam a venda no bairro.
[Fotografia 34] Companhia City. Fotografia sem identificação. Uma das áreas insulares do bairro Jardim América. Por meio dessa imagem é possível comprovar que os jardins internos serviam de área de lazer para seus moradores.

Por essa razão, os planejadores não poderiam atribuir a responsabilidade relativa às áreas insulares aos moradores desde o início das vendas, pois os jardins necessitavam estar limpos e gramados para atrair o comprador na hora da visita ao terreno desejado. Era interessante que se instigasse a imaginação do provável residente sobre o futuro, exatamente como faziam as propagandas, inclusive, quando se expunha, ao comprador, a planta do bairro.

Desenho da planta do bairro. A demarcação em preto nos terrenos representam as casas construídas e as em construção. Wolff, p. 131
Se a planta acima for observada, pode-se ver que as vendas não se deram com o objetivo de negociar os terrenos de uma quadra para iniciar o de outra. Por outro lado, mesmo que a empresa desejasse pôr à disposição dos compradores as áreas internas, não poderia fazê-lo antes de a quadra estar toda vendida ou pelo menos perto de alcançar esse objetivo. As áreas em questão foram distribuídas ao longo do conjunto e propositadamente espalhadas por toda a extensão do loteamento com o objetivo exato de ocupar simultaneamente as quadras, com casas esparsas, para que outros compradores viessem juntar-se àqueles.

Esse sistema garantia ao visitante da área que a ocupação não tardaria a se completar. Percebe-se que os vendedores eram instruídos a fazer uso desse estratagema no ato da venda e a oferecer os imóveis com descontos aos interessados em construir rapidamente. O objetivo era distribuir as casas pela extensão do loteamento. A condição de financiar os imóveis e o prazo para construir, mais os descontos para quem construísse primeiro, levavam o comprador, salvo algum problema financeiro ou especulativo, a edificar sua residência rapidamente. Feito isso, o bairro, por si, passaria a chamar a atenção dos compradores e seria mais uma forma de divulgação do loteamento, no médio prazo, como de fato ocorreu.

Esse princípio usado na ocupação não permitiu, de imediato, que uma quadra fechasse todos os lotes em torno da área insular. Quando isso ocorreu, anos depois, a empresa não mais necessitava das áreas para chamar a atenção dos compradores e tinha um grupo de moradores suficientemente coeso em torno da quadra aos quais era possível transmitir a responsabilidade pelos jardins internos que, para serem mantidos, traziam ónus à empresa.

A lógica dos ingleses na condução de seus negócios diferia da forma como os brasileiros conduziam os seus. Percebe-se que, para os ingleses, havia medidas de resultado imediato, como as propagandas em jornais, panfletos e rádio, mas havia as medidas de médio prazo, como a exposta anteriormente com relação ao Jardim América. Também existiam as de longo prazo, como as que sustentam até hoje o nome Cia. City em empreendimentos
realizados por essa empresa e que foram incorporados pela diretoria brasileira. Nota-se, por esse procedimento, que a Companhia pretendia permanecer no Brasil por um longo tempo.

Atingidos os propósitos e considerados os problemas internos e externos do País sobre a condição cambial, a que estava submetida, pois mensalmente enviava remessas em libras à Inglaterra — quantia veementemente cobrada pela diretoria inglesa —, a Companhia City tratou de passar aos proprietários as áreas insulares do Jardim América. No entanto, elas iriam ocupar muito mais tempo das reuniões do que supunha a diretoria da empresa e exigiriam um exercício rigoroso de seus membros nas relações de poder para que finalmente uma solução fosse alcançada, embora não totalmente satisfatória para a empresa.

Inicia-se, desse modo, a tentativa de transferir aos proprietários as áreas insulares, onze anos após ser lançado o loteamento. Prevendo dificuldades com relação aos moradores, a transmissão foi amplamente debatida em reuniões realizadas entre dezembro de 1927 e 2 de janeiro de 1928 e nas quais todas as possibilidades foram consideradas, desde a cobrança de taxa para a própria empresa manter as áreas até a última instância, a de lotear esses jardins, caso não houvesse saída para o episódio.

A Cia. City julgava dispensiosa demais a manutenção das ruas, jardins e praças. Decidiu, portanto, em reunião, propor o seguinte: “Deixar limpos somente os jardins e as ruas próximas aos terrenos a serem vendidos”. A empresa via a condição de bairro-jardim para o Jardim América como consolidada, por isso considerou que poderia ser formada uma cooperativa para cuidar das áreas internas. Entretanto, se esse propósito não fosse alcançado, outros expedientes poderiam ser postos em prática; dessa forma, votou-se pelas possíveis soluções:

---

64 O tema das remessas era tratado em todas as atas, geralmente como o primeiro ponto de pauta.
65 A ata em cujo texto aparece essa discussão é uma minuta de várias reuniões, o que é mencionado da seguinte forma: Minutes of a Series of Special Board Meetings held on December 23rd, 26th, 27th, 28th, and 31st 1927 and January 2nd 1928 to confer with Sir Arthur Du Gros.
66 Ata de reunião da Companhia City, n° 23, de 28/03/1927.
1) Outra vez levar a proposta referente à manutenção dos jardins no sentido de que a mesma seja efetuada numa base cooperativa (entre os moradores circunvizinhos) na qual a Companhia concordaria em pagar a sua parcela na manutenção dos mesmos a respeito de quaisquer lotes não vendidos, fronteiros aos espaços abertos em questão.67

2) Colocar a situação ante a Municipalidade, convidando as autoridades a tomarem os referidos jardins. O governo poderia fixar taxas se assim for decidido.

3) Se a Municipalidade for contrária a essa proposta, os esforços deveriam dirigir-se à obtenção da necessária sanção autorizando a Companhia a reduzir a área dos jardins, por um razoável esquema de desenvolvimento, embora se pressinta a dificuldade em obter a sanção legal para esse ‘esquema’ da parte das autoridades locais.68

4) Lotear uma parte desses espaços abertos para os moradores da redondeza, para serem acrescidos aos seus jardins privados, mediante pagamento, reduzindo assim a área dos jardins e a responsabilidade da manutenção dos mesmos.

Entrou-se em contato com a comunidade por meio de carta na qual se explicavam as intenções da empresa. Não obstante, a Cia. City não conseguiu a adesão à sua proposta. Observou-se que essa não era a primeira vez que os moradores do bairro eram chamados pela empresa a ter um diálogo sobre esse fim, de tal modo que muito poucos foram os que responderam à carta e alguns deles até reclamaram da atitude da Companhia. Entre os motivos dessa recusa, estava o acesso externo às referidas áreas, o que revelava seu caráter semipúblico. O traçado originário do planejamento do bairro permitia a cada terreno voltado para o jardim interno servir-se de um portão com ingresso à área; porém, algumas residências, por questões de divisão dos terrenos, não tinham esse acesso direto. Acontece, então, a abertura de caminhos que levavam ao interior do jardim para que todos os moradores daquele quarteirão pudessem dele usufruir.

No entanto, não havia como impedir a entrada de pessoas que não habitassem o bairro; assim, os jardins perderiam a característica de privados e se tornariam espaços semipúblicos. A situação era inusitada; as áreas não eram restritas aos moradores, nem a responsabilidade

---

67 Ata de reunião da Companhia City, no 23, de 28/03/1927. A.C.C.
68 Ata de reunião da Companhia City, no 38, de 27/06/1928. A.C.C. Arquivo da Companhia City. Pirituba.
sobre elas. É a esse ponto que se apegavam os moradores para justificar a negativa de ocuparem-se de sua manutenção. Argumentavam que o problema era da Companhia.

No dia 17 de fevereiro de 1928, quinze dias após a última das mencionadas reuniões, o assunto voltou à pauta: o gerente geral informou que ele e o engenheiro-chefe, Dodd, haviam visitado o prefeito, José Pires do Rio, para expor o problema dos jardins internos do Jardim América. O gerente geral relatou o teor da conversa, na qual o prefeito deixou clara sua posição:

A princípio o Prefeito manifestou-se francamente contrario à idéia insistindo em que a Prefeitura não pode e não quer assumir mais responsabilidades de despesas, visto estar excessivamente sobrecarregada com as que se referem ao calçamento da cidade, etc., etc. Foi necessária uma prolongada discussão do assunto, na qual foi feito sentir ao Srº Prefeito que a idéia da Companhia não era absolutamente transferir um ônus à prefeitura, visto como na nossa opinião, parecia mais viável a criação de uma lei para o efeito de ser lançado aos proprietários do Jardim América, um imposto annual destinado a servir esses jardins, o que redundaria na aplicação oficial das medidas que particularmente, a companhia tentou sem resultado adaptar com os seus clientes. Foi declarado ainda ao Srº Prefeito, que a Companhia está decididamente resolvida a não continuar por sua conta, a conservação desses jardins que de há longos anos vem custeando e que o seu abandono será uma pena, não só para o Jardim América, mas para a própria cidade. Finalmente o Srº Prefeito modificou um pouco a sua primitiva opinião, e declarou A Câmara Municipal a representação que a Companhia fizesse neste sentido, e que ficaria o assunto, por tanto, dependente do legislativo municipal. O Srº Gerente informou mais à Diretoria que essa representação está sendo por ele preparada, a fim de ser enviada ao Prefeito, e que, na sua opinião, esta questão poderá levar uns 3 meses mais ou menos a ser resolvida.69

A visita ao prefeito foi estéril diante da resistência da Prefeitura em entender os argumentos dos visitantes. Mesmo que por fim tenha compreendido, a empresa não deixou de transferir ao Legislativo a responsabilidade da decisão de os cofres da Prefeitura arcarem ou não com mais uma despesa. Segundo opinião compartilhada por muitos, o Executivo municipal tinha bastante a fazer além de assumir mais um dispêndio.

Por parte da empresa, a carta foi providenciada e dirigida ao prefeito José Pires do Rio, mesmo após ele haver transferido o encargo ao Legislativo. Na carta, explicavam-se as dificuldades que a empresa enfrentava diante da recusa dos proprietários em colaborar.

---

69 Ata de reunião da Companhia City, nº 12 17/02/1928. A.C.C
Também se sugeriu que o prefeito criasse uma taxa para cobrir as despesas decorrentes da manutenção das áreas insulares.

Foi sempre intenção da Suplicante, quando iniciou a construção desse bairro, entregar futuramente esses jardins inteiros aos proprietários circunvizinhos, ou, então à Prefeitura. Até aqui a Suplicante ajeitou essas áreas e as tem conservado à sua custa exclusiva, mas, chegando agora o momento de transferir o domínio dessas áreas aos proprietários ou à prefeitura, a Suplicante tentou em primeiro lugar fazer a cessão aos proprietários e para isso dirigiu-se a estes, expondo o assunto e propondo-se a continuar, como até aqui, a conservação desses jardins, mediante uma contribuição mensal de cada proprietário, a qual variava entre 105000 a 155000 por mês. Infelizmente, porém, apenas uma sensível minoria dos proprietários atendeu o convite da Suplicante, tendo a maioria se abstido de responder ou então declarado não concordar com a proposta da Suplicante.

Nestas consições, vem a Suplicante propor a V. E. a doação dessas áreas internas arborizadas à municipalidade de São Paulo, para serem administradas e conservadas por esta. É de 18 o número desses jardins internos, completamente formados e arborizados, que requerem somente conservação e cuja área total é de 124.500 metros quadrados mais ou menos conforme planta em 3 vias e relação detalhada respetosamente anexas ao presente.

Fazendo a presente proposta à Municipalidade de São Paulo a Suplicante toma a liberdade de lembrar a criação de uma lei pela qual os proprietários de casas ou de terrenos cujos fundos dêm para um desses jardins sejam taxados com um imposto anual na base da proposta feita pela Suplicante aos proprietários, ou nas consições que V. E. julgar mais convenientes, pois, esses imposto, assaz moderado, compreenderá a Prefeitura das despesas de conservação dos ditos jardins internos, os quais se compõe apenas de gramados e de árvores, o que torna o seu custeio simples e barato.

A conservação desses jardins internos do bairro do Jardim América, custava até aqui a Suplicante cerca de Rs.2:5000000 por mês, ou Rs.30:0005000 por ano. O número total de proprietários de terrenos ou de casas ao redor desses jardins é de 317, o que dá uma média mensal de 85000 mais ou menos para cada proprietário, estando a dificuldade apenas no fato da Suplicante não poder impor essa contribuição, o que certamente não acontece com a Municipalidade.

Ainda que a Companhia City apontasse soluções para o Poder Executivo, não foi aceita a criação da lei sugerida pela empresa a fim de permitir a cobrança de taxas para manter as áreas insulares. Tratava-se de medidas impopulares e arbitrárias, por serem os jardins semipúblicos e áreas que interessavam apenas aos moradores, mesmo em sua condição singular. Além disso, não havia “relações cordiais” entre a empresa e o Executivo que pudessem expressar maior empenho desse poder em resolver a questão, como ocorreria no período em que Victor Freire era chefe de Obras. O pedido foi indeferido em 4 de maio de

70 Ata de reunião da Companhia City, nº 12 17/02/1928. A.C.C
1928, sob o nº de processo 26.838. Diante desse resultado, a empresa teve de enfrentar o problema; o que só fez em dezembro de 1930, quase dois anos depois, quando à frente da municipalidade já havia outro prefeito.

Em reunião da diretoria em 19 de dezembro de 1930, o gerente geral propôs que fosse feita nova visita ao chefe do Executivo municipal. O ocupante do cargo era, então, Anhaia de Mello, colega de profissão de Arnaldo Dumont Villares,71 um dos diretores da Companhia City — o que poderia facilitar as relações entre as duas instâncias.

Dumont, além de integrar o grupo de diretores da Companhia City, era sócio de Ricardo Severo72 na empresa Severo & Villares, que lhes proporcionava o suporte técnico necessário para fiscalizar as atividades de construção exercidas pela Cia. City.

---


72 Arquiteto, nascido em Portugal, em 1869, Ricardo Severo foi auxiliar de Ramos de Azevedo de 1893 a 1895, no escritório técnico F. P. Ramos de Azevedo e Cia., situado na Rua Boa Vista, e é seu associado de 1895 a 1928. Após a morte de Ramos Azevedo, em 1928, funda a firma F. P. Ramos de Azevedo Severo e Villares, juntamente com Arnaldo Dumont Villares, também auxiliar de Ramos de Azevedo de 1909 a 1911 e seu associado de 1911 a 1928. Em 1913, com a intenção de retornar a nossas tradições coloniais de origem lusitana, em contraste com o ecletismo vigente nas construções mais importantes do Rio de Janeiro e São Paulo, Ricardo Severo lança o estilo neocolonial, em 1914, durante sua conferência "A arte tradicional Brasileira", realizada na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. Tanto a campanha quanto suas palavras deixam clara sua posição de manter a herança do espírito luso na nossa "tradição étnica e histórica, em um período de demolição e renascimento [sic], para que não destruísse as artes criadoras a essência da nacionalidade". Severo clama contra o ecletismo ou a importação do art-nouveau, preocupa-se sempre em chamar a atenção para a relação entre a arte colonial dos séculos XVIII e XIX e a arquitetura portuguesa. Estuda os aspectos arquitetônicos internos: telhados, portas, janelas, gelosias e rótulas. Mostra o valor estético dos elementos arquitetônicos tradicionais brasileiros, mas que na prática se transmutavam em estilo português. Em sua residência, na Rua Taguá, em São Paulo (1917 a 1924), pode se observar a presença de uma forte influência de estilos portugueses nos detalhes ornamentais de origem lusa e na incorporação de uma tribuna vinda de Portugal. Distante está Ricardo Severo, nessa casa, de um Lúcio Costa, que realizou o neocolonial, baseado em estudos, não das edificações portuguesas, mas daquelas realizadas no Brasil. Assim, a arquitetura, com um movimento que conheceu seu apogeu nos anos 1920, fenecendo em começos dos anos 1930, se antecipou à pintura na busca das raízes nacionais num passado até então esquecido. Sem muito atentar para a autenticidade ou não da tendência e, segundo José Mario da Silva Neves, em sua conferência "Ricardo Severo e a arquitetura tradicional brasileira", realizada em de novembro de 1969, nossos jovens artistas, "cansados da adaptação e da repetição das formas estranhas à nossa sensibilidade e..."
Tanto Severo como Villares tinham posições consolidadas no meio econômico e social, pois ambos haviam desenvolvido atividades como arquitetos e tinham sido auxiliares de Ramos de Azevedo em seu escritório técnico, F. P. Ramos de Azevedo e Cia., que, após a morte de Ramos, em 1928, passou a chamar-se F. P. Ramos de Azevedo Severo e Villares e, mais tarde, apenas Severo & Villares. As relações familiares também eram fortes: Dumont Villares havia casado com a filha de Ramos de Azevedo; Severo, por sua vez, contraiu matrimônio com Virginia Dumont, tia de Arnaldo Villares. A empresa Severo & Villares respondeu pela garantia do melhor serviço prestado a São Paulo no ramo de construções, durante longo um período do século XX.73 Portanto, em atenção a Villares, as questões pendentes da Companhia City poderiam receber um tratamento diferente do dispensado por José Pires do Rio na gestão anterior. Convenceu-se a diretoria de que esse realmente era o momento para pôr fim ao caso, e a visita foi realizada. Seu resultado foi registrado na ata nº 82, do dia 2 de fevereiro de 1931:

Inefilmente [sic], apesar da boa vontade deste em atender a petição da companhia, acha que não poderá criar um imposto de conservação e fiscalização dos jardins internos pois que esse imposto poderia ser julgado inconstitucional pelos proprietários do Jardim América, nestas condições, não pode a Prefeitura receber os referidos jardins para conservá-los à sua custa.

Ficou então resolvido que a Companhia consultará novamente os proprietários do Jardim América sobre se estarão de acordo com o imposto de conservação a ser criado pela prefeitura, pois em caso afirmativo, esta receberá os jardins e oficial-os à, não fazendo porem, se todos os proprietários não derem o seu apoio. Ficou também combinado que o Prefeito fará em companhia dos diretores, dentro dos próximos dias, uma visita ao Jardim América e outros buirro da Companhia.

Percebe-se, pelo relato da reunião, que nem mesmo Pires do Rio agira com má vontade com relação à empresa, mas que a medida solicitada era mesmo inconstitucional e, se posta em prática, comprometia o Poder Executivo frente ao protecionismo ofertado à

---

73 MARCOVITCH, op. cit. p.146.
Companhia City, além de proporcionar elementos concretos aos moradores do bairro para processar a Prefeitura por procedimento ilegal.

Em decorrência dos resultados, a empresa passou a estudar uma forma de convencer os proprietários da relevância dos jardins internos para a manutenção das características do bairro, que, segundo julgavam, estavam entre as razões que levaram seus proprietários a optar pelo investimento. Porém, como não era a primeira vez que essa consulta ocorria, os argumentos da empresa deveriam ser muito convincentes para que houvesse êxito. Foi elaborada, então, uma carta com as informações já conhecidas e outras como a posição favorável da Prefeitura quanto ao imposto, desde que aceitassem a proposta. Esse estratagema da unanimidade tinha sido muito bem utilizado pela Cia. City até aquele momento. Sempre que via pressionada a alterar as regras, estabelecidas no contrato de compra e venda, sobre as condições nas quais deveria ser feita a construção no bairro, a empresa se valia desse recurso. Fazia-se necessário obter o consentimento de todos os moradores adjacentes para que fosse possível a mudança. Como isso nunca ocorria, a Cia. City muitas vezes isentava-se de enfrentar o proprietário discordante. Sabia de antemão, portanto, que dificilmente conseguiria o aval de todos os moradores, mas mesmo assim insistiu com a carta, enviada em abril de 1931, a todos os proprietários.

Prezado Snr.,

Esta Companhia vem, de há muito, tratando de solucionar a questão dos jardins internos do Jardim América. Como V. S. de certo não ignora, esses jardins foram por nós nivelados e preparados em 1917/1918, pois ao delinear o plano daquele bairro, era nossa intenção fazer futuramente entrega desses jardins aos proprietários dessas casas e terrenos que os circundam, ou então a Prefeitura, mas de preferência aos proprietários, a quem mais de perto interessam. Durante os anos mantivemos tentamos entrar em um acordo com os referidos proprietários, afim de obter dos mesmos uma contribuição que variava de dez a quinze mil reis, por mês, para obter o custeio dessa conservação, visto como não nos era possível mantel-a indefinidamente à nossa custa. Julgamos, então, como, aliás, ainda agora julgamos, que a nossa missão estava terminada depois de sacrificarmos essas áreas enormes, de preparal-as e de conserval-as durante longos anos, transformando-as em parques internos iguais por qualquer outro bairro de S. Paulo.74

---

74 Ata nº 82, do dia 2 de fevereiro de 1931. ACC, CX 09
Nas reuniões de 1928, antevendo a possibilidade de os moradores não aceitarem a proposta de adesão, como já se expôs, foram encontradas diferentes saídas para o problema. Propôs-se, por exemplo, que o morador assumiria a responsabilidade pela manutenção dos jardins e, em caso de recusa, recorria-se à Prefeitura como encarregada da preservação dessas áreas insulares e, ainda, para apresentar-lhe a possibilidade da criação de uma taxa. Uma vez que a Prefeitura poderia assumir essa responsabilidade, desde que todos os moradores concordassem em pagar a taxa por ela criada, então nova tentativa foi feita entre os proprietários. Novamente, porém, por mais “nobre” que tenha parecido ser, a proposta não foi aceita por todos os proprietários. A Companhia City viu-se, assim, frente a um problema sem solução.

O passo seguinte foi colocar em prática a ideia, já esboçada em 1928, de lotear as áreas insulares e assumisse a imputabilidade dessa ação.

É possível que, naquele momento, nem mesmo a Cia. City percebesse o alcance da iniciativa de eliminar parte dos jardins, ou seja, que isso poderia levar à extinção total dessas áreas e, consequentemente, à deformação do projeto realizado por Barry Parker. Essa ação descaracterizava completamente o planejamento, conferindo-lhe um outro traçado, distante do inicial e distorcido em relação ao original, visto que a interferência foi realizada sem a presença do planejador e, talvez, sem seu conhecimento, pois não há indícios que confirmem que tenha sido consultado.

Os documentos assinalam uma insistência por parte da diretoria de Londres em esgotar todas as possibilidades de resolver o problema antes de lotear as áreas. Não se menciona, porém, a participação de Parker nessa decisão, já que o planejador/arquiteto não tinha mais ligações com a empresa. Ainda não se conhecia a posição da opinião pública relativamente aos subúrbios-jardins no Brasil. O Jardim América era o primeiro bairro com essas características, portanto cabia aos paulistanos julgá-lo apropriado ou não. No entanto, toda
reação sobre a responsabilidade de cuidar dos jardins internos demonstra que não havia, até aquele momento, uma compreensão clara de seu uso e de sua contribuição para uma boa qualidade de vida. Como não mais desejava manter essas áreas e a tentativa de passar adiante a responsabilidade sobre elas não obteve êxito, a Cia. City recorreu à sua sede em Londres e apresentou o quadro no qual se desenrolaram as negociações. Assim, a empresa obrigou-se a arcar com a última alternativa discutida nas reuniões de julho de 1928 a fevereiro de 1929, desrespeitando o planejamento inicial.

No entanto, essa medida não foi aplicada de imediato, pois demandou um amplo e exaustivo processo investigativo por parte da Companhia City, já que esbarrava na argumentação dos proprietários de que as áreas possuíam uma condição ambígua, uma vez que a própria empresa quis atribuir-lhes a propriedade, repassando-lhes os cuidados.

2 - A City e o respaldo jurídico

A consulta à empresa em Londres sobre o loteamento das áreas teve como resposta o consentimento, já que foram esgotados todos os artifícios que pudessem poupá-las da extinção. A Companhia City no Brasil decidiu realizar o loteamento e não aceitou a sugestão de que a Prefeitura empreendesse a venda dos lotes — sugerida, alias, pelo Executivo —, visto que era visível a lucratividade. Teve início, pois, o processo de investigação sobre a propriedade das áreas internas, para, enfim, dar início ao loteamento. Essa questão também é tratada por Roney Bacelli:

Em breves considerações acerca dessas questões, observamos que os desentendimentos devem-se, em grande parte, a uma certa identificação quanto à propriedade dos jardins internos, ou ao menos, de como as partes envolvidas se posicionam ante o problema. Assim, os proprietários dos terrenos em volta desses espaços julgam ter sobre eles ’direitos de uso adquirido’, mas quanto à manutenção desses jardins, recusam-se a arcar com total ônus, alegando não serem seus legítimos
proprietários. Igualmente a Prefeitura os trata não como jardins públicos, mas como terrenos pertencentes à Companhia City. 75

Vê-se, pela síntese de Bacelli, que a imprecisão sobre o pertencimento das áreas transparece nitidamente nos documentos. Fez-se necessária, assim, uma investigação que não deixasse dúvidas quanto à procedência das áreas. Frente a esse quadro, a Cia. City iniciou o processo de consulta a seus advogados para ter argumentos convincentes se e quando fosse inquirida pelos proprietários. O objetivo era convencê-los dos direitos da Companhia e evitar perda de tempo e desgaste diante de um processo impetrado por algum morador. A primeira consulta, solicitada em 21 de janeiro de 1932, 76 foi ao escritório Spencer Vampré77 e Danton Vampré. Spencer já prestava serviços independentes desse escritório à Cia. City. A resposta a essa consulta foi dada em 3 de março de 1932 e tem o seguinte teor:

Respondendo à consulta de VV. SS. a respeito da propriedade dos terrenos que foram destinados a jardins internos, no Jardim América, tenho a ponderar o seguinte:

a) esses terrenos nunca foram transferidos aos proprietários de lotes, nem sobre elas se constituiu a seu favor qualquer servidão de utilização, ou de goso, embora pessoal. As escrituras são inteiramente omissas a respeito, e como não há transmissão de bens, por herança, mas deve ser expressa em escritura pública e está transcrita no registro de imóveis, daí se segue que continuaram até hoje na propriedade de Cia., que pode dispor desses terrenos como melhor lhe parecer.

b) Em vista da resposta supra, nada podem os adquirentes de lotes contíguos ou confinantes, reclamar da Cia., mesmo a título de indenização, pois o uso e goso desses jardins não foi incluído nas aquisições que fizeram. É o que me parece.

---

75 BACELLI, op. cit. p. 67.
76 Essa solicitação foi discutida em reunião da diretoria, em 21 de janeiro de 1932. Ata nº 106.
Spencer Vampré⁷⁸

Vê-se que o parecer tinha um conteúdo objetivo e direto, pois Spencer era consultor da Companhia, que não fez uso do mesmo procedimento dispensado aos outros advogados, posteriormente consultados, pois Vampré foi chamado a dar seu parecer em reunião da diretoria e tinha ciência dos problemas enfrentados pela empresa com relação a essas áreas. Em 7 de março de 1933, o advogado Juarez Lopes também encaminhou à Companhia City seu parecer sobre o caso, exatamente um ano após a consulta feita à Casa de Advocacia Vampré. Isso nos leva a indagar se o parecer dos advogados da Companhia não teria sido suficiente para sustentar as cobranças dos residentes no bairro e forçou a empresa a recorrer a pareceres de advogados de escritórios renomados para dar sustentação à sua defesa, de modo a que os moradores não recorressem à Justiça.

Indispor-se com proprietários no bairro seria extremamente prejudicial à Companhia City, se considerados os investimentos de longo prazo. Se houvesse recurso por parte dos donos dos imóveis diante da perda dos jardins internos, a meticulosa e garantida forma de investir, com vistas ao amanhã, estaria ameaçada, pois as proporções dos acontecimentos afetariam os negócios não só no Jardim América, mas em todos os seus investimentos imobiliários. Se a Companhia detinha o controle de 37% da área urbana naquele momento, qualquer deslize poderia custar muito mais que uma simples área interna em uma quadra do bairro em questão. Assim, o respaldo de pareceres concedido por outro advogado que não tivesse vínculo empregatício com a empresa viria a resolver o problema ou, pelo menos, levaria o proprietário, quando procurasse a Companhia na tentativa de negociar, a pensar melhor sobre a disputa, antes de entrar com o recurso relativo a seus direitos.

O parecer de Juarez Lopes apresentava o problema e tentava justificar a atitude da Companhia City frente à forma como havia tratado a questão até aquele momento. Os argumentos foram respaldados no Código Civil artigos 696, 527 e 676. Afinal, a conclusão foi favorável à empresa.

Observa-se que o propósito da Companhia City era resguardar-se de todas as formas para evitar o confronto com o proprietário, seu cliente e investidor. A última coisa que poderia acontecer era o proprietário sentir-se lesado pela empresa, pois tais procedimentos repercutiriam na competência de suas ações desenvolvidas na cidade.

Em 21 de fevereiro de 1933, um ano depois de Spencer Vampré ter emitido seu parecer, o gerente geral da Cia. City, Nelson Gama, encaminhou à Casa de Advocacia Plínio Barreto79 e Antonio Mendonça outra consulta sobre a questão.

O conteúdo da correspondência enviada a Barreto apontava as tentativas infrutíferas feitas pela Cia. City de solucionar o caso, além de externar sua preocupação quanto à atitude dos proprietários frente ao loteamento das áreas internas de todas as quadras.

Resulta do exposto, que tais áreas, seriam transformadas em jardins, constituem hoje maior problema naquele bairro, dada a incompreensão que os referidos proprietários têm do alcance de nossa intenção ao reservar aquelas áreas para fins tão uteis. Ora, não querendo a Prefeitura e nem os proprietários tomar a seu cargo a manutenção dessas áreas, para serem transformadas em jardins entendemos que a única solução para esse assunto, será o retalhamento dessas áreas e subseqüente venda das mesmas, em pequenos lotes e a um preço mínimo, de preferência aos actuaes proprietários confinantes, como V. S. verá de outra planta que, para seu governo e como exemplo, juntamos a presente.

Em seu primeiro parecer, datado de 6 de março de 1933, no alto da página lê-se: “Os Parques do ‘Jardim América’”, termo usado outras vezes pelos diretores e pessoas ligadas à Cia City; em seguida, há um resumo dos argumentos apresentados pela Empresa em sua carta...
e, por fim, as duas perguntas enviadas ao demais advogados consultados, cujo teor consistia em interrogar sobre o uso das áreas pela City e se algum proprietário poderia recorrer e exigir indenização pelo retalhamento desses terrenos.

Há que se observar que todos os terrenos contíguos aos jardins internos tinham acesso a eles. A divisão entre os jardins da residência e as áreas insulares era feita apenas por meio de uma cerca viva com um portão de madeira. Essa disposição confundia os moradores quanto a quem pertenciam essas áreas. Sabiam, entretanto, que não eram de um único proprietário, mas delas faziam uso para o seu próprio lazer ou de suas crianças, e isso de forma segura e vigiada, como se fossem apêndices de seus jardins. Desse modo, a Companhia City chamou a atenção do consultor sobre esse aspecto, que permitia o uso das áreas pelos moradores, argumento que bem poderia ser usado contra a empresa em uma ação judicial.

A resposta à consulta foi mais elaborada e mais longa do que as anteriores e veio junto a um discurso em que a City aparecia como a legítima proprietária, cabendo somente a ela resolver sobre o destino das áreas, pois não constava, nas escrituras dos moradores das quadras, cláusula alguma que mencionasse a obrigação da empresa de construir jardins no fundo dos terrenos vendidos. Também não há clausula no contrato de compra e venda em que a City tenha “concedido aos proprietários dos terrenos marginaes o direito de abrirem portões para essas areas e de transitarem nelas, livremente;”. Observa-se que, até esse momento, nenhum outro parecer acusava o proprietário de infrator por abrir o portão aos fundos de seu quintal.

Na sequência expôe-se a dificuldade da empresa em conseguir que os proprietários, assim como a Prefeitura, assumissem as áreas. Também recorre, com base no artigo 524, cujo teor é garantir ao proprietário o direito a seu bem, quando “todos os seus direitos elementares se acham reunidos no proprietário; limitada quando tem ônus real ou é resolúvel”. Essa frase foi grifada pelo autor para dar destaque ao artigo do Código Civil. Finalmente, apela ao artigo
527, que estipula: “O domínio presume-se exclusivo e illimitado até prova em contrário”. Do mesmo modo, questionam-se os argumentos dos donos das residências para dizer que eles devem provar a propriedade sobre as áreas para então reivindicá-la. O encadeamento das idéias visa a deixar claro que a Companhia estava sendo vitimada por interesses sem fundamentos, uma vez que o direito sobre as áreas por servidão ou por uso não era pertinente.

Com base nos artigos 742 e 718, era possível dizer que as famílias não faziam uso direto da área, apenas passavam por ela.

Uma hipótese de que se lança mão para admitir que a empresa autorizou o uso das áreas dos jardins internos é a que se observa no trecho abaixo:

Admitamos que a City haja concedido aos proprietários dos terrenos esse direito real sobre as áreas que destinou a jardins. Por outras palavras: admitamos que os proprietários dos terrenos marginais dos jardins tem o direito de uso desses logradouros particulares. Esse direito poderá, porém, impedir a City de vender aquelas áreas? Não. E não poderá porque não entrou, definitivamente, para o patrimônio dos titulares. Estes nem chegaram a adquirir-o, pois que ‘os direitos reais sobre imoveis, constituídos ou transmitidos por actos entre vivos, só se adquirem depois de transcripção ou da inscripção no registo de immoveis dos referidos títulos (art. 530, n. I e 856) salvo os casos expressos neste código (art. 666). (Grifos do original.).

A insistência da documentação em afirmar que a propriedade da City é legítima está enfaticamente reiterada ao longo de toda a petição, que tem quatro páginas e meia. Os grifos são usados quatro vezes, em passagens diferentes, para salientar o mesmo assunto: o registro de um termo de propriedade. Sobre se o uso das áreas caracteriza servidão para que o usuário possa recorrer, Plínio Barreto lembra que somente depois de trinta anos é que se pode apelar à Justiça com base no termo de servidão:

[...] se antes de decorridos trinta anos de posse contínua e pacífica, as servidões apparentes não podem ser adquiridas sem título transcrípto, que as instituia; se nenhum título possuem os proprietários dos terrenos, reconhecendo, em favor delles, servidão de transito pelas areas que a City reservou para jardins, nenhum direito real de servidão tem esses proprietários sobre taes areas. (Grifos do original.).

Os pareceres expressavam o desmascaramento do discurso da Cia. City; ao buscar transferir aos proprietários de quadras as áreas internas, a empresa ofereceu-lhes elementos para um recurso judicial, uma vez que empregou o dispositivo da responsabilidade para tentar
imputar-lhes os encargos sobre as tais áreas. Desmistificam-se todos os subterfúgios criados pela companhia por meio de sua reivindicação. Isso exigiu um exercício quase lucrativo dos advogados com base na lei, para que as ações não começassem a ser impetradas e a comprometer o nome da empresa no meio imobiliário.

Expressavam-se, nos nomes em consulta sobre a questão, as relações da Companhia City, assim como a relevância dada ao tema, visto que os juristas consultados eram pessoas proeminentes na sociedade local e nacional e tinham credibilidade, o que por seus nomes arrogava à empresa resguardar os direitos sobre as áreas em ação, como um efeito inquestionável. Restavam, desse modo, poucas chances de questionamento por parte dos proprietários. Porém, a distinção dos pareceristas e a veracidade de seus pareceres não impediu que alguns proprietários, mesmo aqueles a quem a empresa já havia deixado claro seu respaldo na lei, pusessem em dúvida tais argumentos e recorressem à Justiça a fim de reivindicar as áreas insulares da quadra.

Na reunião de 22 de junho de 1934, a diretoria tomou conhecimento, por meio do gerente geral, da ação judicial que pesava sobre a empresa.

---

81 Ata 152, de 22 junho de 1934.
Essa era a primeira vez que se aventava o assunto em reunião da diretoria, o que indica a gravidade de que se revestiu a questão. Por mais garantias que os advogados consultados tivessem dado a Cia. City, a empresa teria de responder ao processo movido pelos proprietários. A Companhia City não se sentia segura com os pareceres dados pelos advogados já consultados, portanto recorreu, novamente, a um dos mais destacados juristas do momento: José Manoel de Azevedo Marques — ex-parlamentar e ex-ministro do Exterior do Brasil e professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o que o colocava numa posição confortável de autoridade nas questões do Direito.

As dúvidas da Companhia City permaneciam as mesmas, porém a formulação das perguntas tomou outro aspecto. A primeira interrogação expressava-se no seguinte texto: “Os compradores de lotes de terrenos adquiriram qualquer direito ao uso e gozo permanente das áreas reservadas aos projectados jardins?” Ao que Azevedo Marques respondeu taxativamente: “Não”. Em seu ponto de vista e pautado na lei, era improcedente a ação contra a Companhia City. Quanto à segunda questão apresentada pela empresa: “Pode a Cia. City vender, livre e impunemente, as áreas que ella pretendia transformar em jardins, cujo gozo provisório ella permittio aos confrontantes?” Azevedo Marques afirmava que a resposta a essa questão se encontrava implicita na resposta à pergunta anterior: se apenas à Cia. City cabia a propriedade das áreas insulares, então competia-lhe, também, fazer uso desses terrenos como melhor lhe aprouvesse.

O ponto que a Companhia City julgava nevrálgico foi amplamente explorado, de modo a apontar, com base na lei, os direitos da empresa sobre aquelas áreas. Procurava-se deixar claro que o uso dos jardins internos havia sido permitido; isso, porém, não implicava

---

82 José Manoel de Azevedo Marques era professor de Direito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Em substituição ao Barão do Rio Branco, assumiu o ministério das Relações Exteriores em 29 de setembro de 1919, permanecendo no cargo até 15 de novembro de 1922. Nesse período esteve sob a chefia do presidente Epitácio Pessoa, cujo fim de mandato encerrou sua gestão ministerial. Durante esse período, participou da votação na Liga das Nações; da reação à proposta de desarmamento em 1920; da proposta chilena de ampliação do conselho em 1921; e da questão de fronteira entre a Colômbia e o Peru, em 1922.
repassar o direito de propriedade aos moradores da quadra – direito esse que a Companhia retomava agora, com o objetivo de dar uma finalidade a tais áreas, independentemente da opinião dos moradores.

O assunto é retomado na reunião de 27 de julho de 1934, na qual o gerente geral notificou aos diretores da Companhia que:

Segundo informações prestadas confidencialmente ao Sr. Gerente Geral por um dos tabeliões desta Capital outros clientes da Companhia pretendem agir brevemente contra esta Companhia no intuito de impedir a venda dos jardins internos situados nos fundos das suas respectivas propriedades, por também entenderem ter sobre elles direitos de uso adquiridos. Embora até este momento a Companhia não tivesse recebido notificação judicial alguma da propositura de qualquer acção por parte desses clientes, estamos desde já preparados para essa emergência, que, afinal, não poderá ter maiores consequências, como não teve o protesto com o qual os Srs. Belli & Cia. pretenderam amedrontar-nos, com o fim único e exclusivo de obter esses terrenos a preços mais baratos ou talvez de graça...

Paralelamente a esse processo, a empresa foi loteando e vendendo as áreas internas dos jardins, que eram de tamanho menor. Muitos deles foram adquiridos por proprietários de lotes vizinhos, que ampliaram seus jardins privados. Isso ocorreu substancialmente com os jardins pertencentes às quadras 41 e 40. Essa última teve parte de sua área reloteada, em razão da abertura da rua Porto Rico. Na quadra 8, abriu-se a rua Yucatan, que, assim como a Guayaquil, na quadra 31, e a Nova Terra, na quadra 36, formaram as ruas em cult-de-sac no interior do bairro, uma saída para liberar o acesso aos novos terrenos loteados.

À nova configuração do loteamento pode se dar a denominação de bairro-jardim “à moda brasileira”. Ao ser adaptado de acordo com interesses do capital e dos moradores, com a eliminação de seus jardins internos, o bairro passou a ter uma feição diferente daquela dada por seu planejador. O projeto foi, assim, descaracterizado pela interferência da adaptação à nova configuração proposta para a área do Jardim América. Havia os descontentes, mas esses reivindicaram o direito aos jardins com a intenção de anexá-los a seus próprios jardins, sem a intenção de preservá-los, como era esperado pela Companhia City. Essa possibilidade só foi

---
83 Ata 156, de 10 de agosto de 1934.
debatida pela empresa em suas reuniões; a concepção de bairro-jardim implantada por Barry Parker não foi defendida pelos moradores do bairro, pois os argumentos que os vinculavam ao local estavam pautados na propriedade. O valor urbano e paisagístico, se foi mencionado nas ações judiciais, não chegou a ser referido e registrado nos documentos da Companhia City. As reclamações relativas a tais áreas coletivas, nesses documentos, fundamentavam-se no direito ao uso das áreas e no direito à propriedade.

O projeto de Barry Parker só seria considerado relevante na década de 1980, quando os moradores do Jardim América solicitaram o tombamento desse bairro. Nesse momento, a concepção “bairro-jardim”, originária de um determinado momento histórico, passa a compor o discurso do primeiro documento formal, cujos argumentos enumeram os motivos para o tombamento do bairro, dos quais o mais relevante seria a sua condição de bairro-jardim planejado por Barry Parker.

Não se coloca em dúvida o planejamento do Bairro por Barry Parker, não é isso, mas a condição de bairro-jardim segundo o planejado por este urbanista, visto que sua obra foi totalmente descaracterizada depois de este ter deixado o Brasil. Sua proposta era harmonizar cidade, bairro, ruas, jardins e casas. Desejava ele que o bairro fosse um lugar aprazível para aqueles que por ele desejam circular com o intuito de admirar sua beleza, suas formas e sua harmonia. Porém, essa proposta foi diluída na idéia de atender aos interesses individuais e não os coletivos quando se eliminou os jardins-internos.
IV – Jardim América: a planta nobre dos “Jardins”

Ora, o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.

Pierre Mayol

Ao longo desse trabalho vimos apresentando a história do bairro Jardim América, no entanto, doravante entra em cena outro bairro, o Jardim Europa. Este é contíguo ao Jardim América. Foi projetado em 1921 por Hipólito Pujol Junior¹, sua configuração e similar ao de seu vizinho de origem inglesa. Ao ser planejado seu arquiteto buscou aplicar-lhe um traçado dentro da mesma concepção usada por Parker no Jardim América, inclusive, tendo esse como modelo. Não o mencionaríamos não fosse o fato de este bairro ter participado do movimento reivindicador pela preservação de sua área e a do Jardim América. Este movimento tem início por volta de 1973 e resultou em uma Ação Popular e mais tarde no Processo de Tombamento das áreas em questão.

Objetivamos, analisar, portanto, os documentos que compõem a Ação Popular nº 277/80 impetrada por Geraldo Prado Guimarães, presidente da Sajep, e outros contra a

¹ Hypólito Gustavo Pujol Junior era filho de Hypólito Gustavo Pujol, francês, professor, casado com dona Maria José, que teve quatro filhos: Hypolito, Alfredo, Ernesto e Adolfo. Veio para o Brasil, para a cidade do Rio de Janeiro e posteriormente para Campinas. Essa mudança oportunizou a Hypólito Junior formar-se engenheiro-arquiteto pela Politécnica. Durante sua vida, projetou entre outros o edifício Gingle, em 1910, o edifício Rolim, 1928 o teatro D. Pedro II e o edifício do Banco do Brasil na esquina da rua Álvares Penteado com a Rua da
Municipalidade². Também vamos estudar o Processo de Tombamento nº 23.372/85, que tramitou no Condephaat - (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo)³.


Esses dois documentos processuais, portanto, serão os suportes da exposição de como a história e o planejamento do Jardim América culminaram no tombamento não apenas de sua área, mas de uma extensão que comprendia os bairros de suas cercanias. O conjunto desses bairros criou o que a imprensa, e mais tarde todos aqueles que se referem à região, convencionaram chamar de: o bairro “Jardins”.

É possível perceber que tanto a Ação Popular como o Processo de Tombamento, apresentaram discursos e criaram documentos nos quais a singularidade do Jardim América é estendida a toda a área denominada de “Jardins”. Essa área está representada no mapa abaixo, de acordo com a definição de área de atuação da Sajep (Sociedade dos Amigos dos Jardins Europa e Paulistano)⁴.

² Companha a Ação Popular: um abaixo-assinado (1.044 assinaturas); várias reportagens e artigos de diferentes periódicos nacionais; documentos dos impetrantes; pareceres técnicos; depoimentos de pareceristas e técnicos de ambas as partes; e os recursos e ações apelatórias das partes, num total de 1007 páginas agrupadas em cinco pastas.

³ O Processo de Tombamento nº 23.372/85 é composto de vários documentos. Inicialmente, à solicitação de tombamento dos Jardins América e Europa foi anexado o abaixo-assinado que consta da Ação Popular, os pareceres técnicos dos arquitetos José Carlos Ribeiro de Almeida e Victor C. Del Mazo Suárez, cartas e telegramas de apoio, bilhetes trocados entre os membros da Sajep e da comunidade, atas de reunião do Conselho do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado), pareceres de membros do Conselho e de técnicos, o relatório conclusivo do tombamento, num total de 497 páginas. Um ponto relevante a destacar é o fato de uma parte da documentação da Ação Popular ter sido incorporada ao Processo de Tombamento, como: artigos de jornais, pareceres e depoimentos, além da lista dos postulantes da ação no abaixo-assinado.
A região dos “Jardins” herdou a “tradição” que caracterizava apenas a área do Jardim América, construída com base na originalidade do bairro. Porém, até mesmo isso era uma construção, visto que seu planejamento havia sido alterado ainda na década de 1930. Então, cabe perguntar: qual tradição o caracterizava? Como foi arquitetada e corroborada uma história celebrativa, expressa desde o lançamento de sua área para venda dos terrenos por meio das propagandas? E ainda: como a originalidade de seu traçado e a tradição do Jardim América foi compartilhada com seu vizinho mais “nobre”, o Jardim Europa, e os contíguos Jardins Paulista e Paulistano?

Essa trama histórica é constituída por muitos atos e, em sua base, está o coroamento do Jardim América como célula de identidade de uma área que fundiu sua história e traçado aos demais tornados “bairros-jardins”, sem que todos apresentassem as mesmas características.

Embora este trabalho trate da história do Jardim América de seu traçado urbano ao processo de seu tombamento, esse último acontecimento vincula-se ao nascimento da região.
dos “Jardins”, um “novo bairro”, uma ilha verde protegida dentro de uma grande área urbana cujas características são totalmente opostas.

Objetiva-se, portanto, acompanhar a constituição da trama de relações que conduziram primeiro à Ação Popular e, posteriormente, ao Processo de Tombamento, cuja efetivação reafirmou a tradição do Jardim América,⁵ que foi herdada por outras áreas. Afinal, que tipo de história e qual a memória que forjaram e, o mais importante, qual patrimônio se preservou para o Jardim América? Sua identidade foi tragada pela identidade do bairro Jardins ou, ao contrário, dele proveio a identidade dos demais? Outra questão a ser tratada refere-se ao mote do movimento dos moradores dos “bairros-jardins”, ainda mais que o último, além de residencial, passou, no final da década de 1970, a ser área de preservação ambiental.

A participação e o papel desempenhado pela comunidade do Jardim América ao longo do processo serão priorizadas, pois, embora o Jardim Europa tenha liderado a ação pela salvaguarda das áreas, o papel do loteamento planejado pelo arquiteto inglês ocupou um lugar especial na história de preservação da região conhecida como Jardins.

---

⁵ Essa tradição inventada se pauta nos escritos de Hobsbawn e na ideia celebrativa que caracterizou o Jardim América desde seu nascimento, com respeito a seu planejamento e em relação à autoria de Barry Parker. Na ideia de tradição, foram ignoradas as alterações realizadas na planta original, como exposto no capítulo anterior, embora tenha sido celebrado, durante toda a vida do bairro, o fato de ser ele o bairro-jardim que Parker planejou. HOBBSAWN, E.; RANGER, T. A invenção das tradições. Trad. Celina C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e
.1.- A oposição público/privado: interesses e conflitos

Os moradores se organizaram sob a liderança da Sajep, que, desde 1967, representava os Jardins América, Europa e Paulistano:

Sociedade dos Amigos dos Jardins América, Europa e Paulistano, foi fundada em 14 de dezembro de 1967. Sociedade sem fins lucrativos e apartidária, tem por objetivo estabelecer ação comum entre seus membros, visando à defesa e a promoção dos interesses do bairro.6

Tratava-se de uma comunidade fundada em pleno Regime Militar e com funções e interesses claramente definidos, o que aponta para o alto grau de familiaridade desses moradores com seus direitos civis e a alta taxa de escolaridade. Seu texto é uma cópia do manual da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (Emplasa), que define o que é uma Sociedade Amigos de Bairros (SAB)

As Sociedades Amigos de Bairros nasceram a partir dos anos 1950, estruturadas por “seu caráter amplo, não religioso e apartidário”. Podiam “se tornar eixo unificador das lutas de bairros, congregando o conjunto da população”.7 Por essa definição podemos iniciar uma diferença estrutural entre Comunidades Eclesiais de Bases CEBs8 e SABs. Enquanto a primeira exercia um inegável poder político dentro da sociedade brasileira, a segunda

---

6 Site. sajep.org.br/tombjardins.1986.pdf
8 Essas organizações tinham um cunho religioso e organizacional das camadas populares. Passaram a aparecer no seio da sociedade a partir de 1964, em razão do fechamento político do período, sendo a Comunidade o único caminho concreto de expressão e reivindicação. Para Francisco C. Rolim, se as CEBs exprimiam a existência da Igreja no seio do povo simples e pobre, a vinculação entre ela e a sociedade era real. A ação dessas comunidades tinha uma implicação política, embora suas bases fossem religiosas, pois era o braço da Igreja antes autoritária e distante do povo, mas agora atuando em seu meio e propondo a participação. Além disso, eram organizações urbanas quase sempre periféricas ou de condições econômicas parcás. As massas populares, como denomina Rolim, ao se referir às classes pobres, conquistaram seu lugar na vida nacional nos campos econômico, social, religioso e político, pois as CEBs “ensaíavam” seus membros a se organizarem, a reivindicar e expressar sua forma de ver a Comunidade em todas as suas esferas de atuação. As CEBs floresceram durante as décadas de 1970 e 1980, período marcado pela Ditadura Militar, bem como por profundas restrições políticas e controle social explícito. Dessa forma, as CEBs tinham o papel político de aglutinar grupos, interesses e reivindicações nas espacialidades urbanas desorganizadas. Rolim, F. C. Comunidades Eclesiais de Base e camadas populares.
aperficiçava um papel de auxiliar na estrutura organizacional urbana, e seu caráter
apartidário agradava os olhos vigilantes da repressão. Essas entidades ofereciam elementos
para que as comunidades se organizassem a partir de sua realidade concreta e buscassem a
solução de problemas imediatos e cotidianos mais ligados às necessidades básicas. De acordo
com Luiz Eduardo Wanderley, foi o crescimento das cidades que “origin[ou] os movimentos
de bairros, que almejam obter os serviços urbanos e melhorar a qualidade de vida do povo.”
Esse tipo de movimento manifestou-se de diversas maneiras: em grupos, instituições,
associações e comunidades, que, quase sempre, funcionavam em condições precárias,
ancoradas no voluntariado.

As CEBs datavam dos anos 1930, mas foram sufocadas pelo governo getulista. Ressurgiram nos anos 1960 e reestruturaram nas décadas seguintes. Para Wanderley, que escrevia justamente nesse momento, a SAB seria um tipo de organização superada pelas
CEBs, que respondiam às necessidades das comunidades carentes e dos movimentos de
minorias, como o de mulheres e negros, oferecendo-lhes um espaço de atuação social, não
disponível não na sociedade de modo geral.

O Guia de Apoio das Sociedades Amigos de Bairros, produzido em 1985 pela
Emplasa e a Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos do Governo do Estado de São
Paulo traz informações detalhadas de como organizar uma SAB e nos permite afirmar que o
governo estadual procurava ressuscitar a SAB como forma de apoio aos governos municipais
das cidades paulistas na organização dessas espacialidades. No manual, explica-se toda a
estrutura jurídica requerida e até o valor das mensalidades. Nas CEBs, o compromisso

---

9 WANDERLEY, op. cit., p. 118-119.
10 Nesse período, os dois movimentos foram adquirindo características próprias e seus problemas passaram a ser
marcados por uma discussão maior: o gênero e, consequentemente, o combate à discriminação sexual; a reivindicação dos direitos de igualdade salarial, jurídicos e civis resultantes das alterações da Constituição de 1988, como a condição da família nuclear na sociedade do século XXI, envolvendo a responsabilidade pela
guarda de filhos e o encargo de fornecer pensão ao cônjuge independentemente do sexo, além da aceitação da
unão estável após certo período de convivência sob o mesmo teto. Esses direitos também engajaram toda a
sociedade no debate acerca da discriminação racial e na polêmica sobre cotas para descendentes africanos nas
jurídico e financeiro era substituído pelos laços fraternos, religiosos e políticos, cabendo à Igreja o papel aglutinador e a representação jurídica, quando necessária.

Infere-se, pelo manual que a SAB exigia organização prévia e certo grau de escolarização dos organizadores, além de excluir manifestações políticas e religiosas. Enquanto nas CEBs a Igreja, por meio dos seus dirigentes leigos, oferecia o suporte necessário para o seu funcionamento, na SAB era preciso atender aos ditames legais. Diante desse quadro, podemos ver que a Sajep era uma Sociedade Amigos de Bairros, representava o interesse do grupo de moradores dos bairros congregados e tinha acesso, até mesmo, ao poder, ainda que ao de um Governo Militar.

Essa comunidade exerceu um papel político fundamental no exercício reivindicador da preservação da área, conhecida como Jardins. Sua atuação foi pautada no direito civil, de acordo com o que preconizava o manual da SAB, e no jogo de forças políticas que caractrerizavam as elites. Essa atuação mostrou que a Sajep estava sustentada por instrumentos legais que somente uma comunidade letrada e ciente de sua condição social, de seu papel político e econômico, nas várias instâncias decisórias do País, teria para empreender tal reivindicação.

O papel da Sajep na organização e no encaminhamento da Ação Popular e, posteriormente, do Processo de Tombamento dos Jardins América e Europa foi decisivo para a preservação de suas áreas, dada a iniciativa dessa sociedade de amigos na composição de forças que encetaram a Ação Popular propriamente dita. Muito antes de 1980, ano em que foi impetrada a Ação Popular, a comunidade dos dois bairros foi incentivada a defender seu local de moradia, perceptível em reportagens e artigos veiculados pela imprensa desde 1973, quando a primeira ameaça concreta da abertura da área ao comércio se delineou. Tal quadro perdurou até o tombamento da área (1986), incluindo-se aí dois bairros que não participaram do processo reivindicatório.

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!
A imprensa foi um fator decisivo para a organização e a ação dos moradores dos Jardins América e Europa. Contudo, o fato de o movimento ter sido organizado em um período de repressão política e seu caráter ser popular, nem todas as sociedades de amigos ou CEBs tinham acesso à imprensa como demonstrou ter a Sajep. O caráter dessa sociedade elitista no que se refere a seu propósito e à condição de seus membros.

Não por acaso que boa parte da documentação que compõe a Ação Popular e o tombamento seja composta de material da grande imprensa. Um primeiro registro data de 18 de fevereiro de 1973, oportunidade em que o jornal Folha de S. Paulo publicou matéria na qual denunciava a invasão do Jardim Europa pelo comércio. Segundo a reportagem, as mais de 300 famílias moradoras pretendiam entrar na justiça contra a Municipalidade em razão da mudança da Lei de Zoneamento, que transformava a Avenida Europa em corredor comercial, o que alterava sua condição de Z-1 (estritamente residenencial) para Z-2 (propícia ao comércio) e que dividia o bairro em duas zonas distintas. Ainda se acusava a Prefeitura de estar cometendo uma ilegalidade ambiental. De acordo com a reportagem:

[...] desde o dia 19 de dezembro, quando alguns moradores — apesar de às voltas com a festa do Natal — viram, lá pelas 23 horas, alguns caminhões da Prefeitura com chapas frias e alguns de seus funcionários entrarem na antiga residência da Sra. Luba Klabin — na esquina da avenida Europa com a rua Alemanha — e iniciarem ali um processo de devastação das 85 árvores existentes naquele terreno de sete mil metros quadrados. Pinheiros e álamos foram cortadas no espaço de cinco dias. Em seu lugar, plantou-se grama, mas ainda é possível observar muitos buracos no chão por causa das árvores arrancadas.  

Os protestos iniciaram quando se soube da venda de terreno para comerciantes, que construiriam ali um supermercado no Jardim América, no cruzamento das ruas Colômbia e Groelândia, num terreno de 830 metros em frente à casa do industrial Bahij Gattás. Em 31 de março de 1973, outra matéria, intitulada “Ferraz suspende aprovação de construção nos

---

31 Na nova Lei de Zoneamento, a Z-2 poderia instalar qualquer tipo de comércio, desde o de carnes e acessórios até o de flores e tecidos.
Jardins”, infomava ao leitor que diante da organização da comunidade, a Prefeitura havia recuado. A possibilidade da construção impeliu os moradores a fazer um abaixo-assinado para impedir o início das obras.

No caso do Jardim Europa, o bairro era ameaçado por um futuro shopping center no cruzamento da Avenida Europa com a rua Alemanha, o mesmo lugar onde a comunidade acusava a Prefeitura de ter destruído o meio ambiente em surdina e a altas horas da noite, em frente à casa da Srª Madalena Manso e do Sr. Marius Rathsam. O alvará também foi suspenso. Os moradores exigiam que a Lei de Zoneamento fosse revista e que a área fosse, como há mais de 50 anos, estritamente residencial.

O prefeito da época, Figueiredo Ferraz, suspendeu “a aprovação de plantas e projetos de construção previstos para os chamados ‘corredores de comércio diversificado’ “. Porém, no caso do Jardim América, a reportagem da Folha informava que “o prolongamento das ruas é considerado como Z-2, o que permite a edificação e a instalação de casas comerciais”, e que a proposta da Prefeitura era permitir a instalação de lojas selecionadas, destinadas ao público específico do bairro, com o que os moradores não concordaram. O jornal tentou, dessa forma, defender a posição da Prefeitura por ter aplicado ao bairro Jardim América a nova Lei de Zoneamento, alterando sua condição; mas diante dos protestos o prefeito reconheceu que não agiu de maneira correta e suspendeu os alvarás que autorizavam as construções.

O prefeito recebeu telegrama de Faria Lima “lembrando-lhe” que a inserção do comércio na região não era adequada, pois a medida viria “deturpar as características daquele
bairro, sendo necessário preservar a área mais nobre de São Paulo, que serve de exemplo urbanístico para todo o mundo”

A publicação do telegrama espelha os enfrentamentos entre os que defendiam a inserção do comércio e os que queriam o bairro como permanentemente residencial, contenda também enfrentada pela Sociedade dos Amigos dos Jardins Europa e Paulistano.

O Jardim Paulistano era contra a invasão do comércio em áreas próximas, uma vez que em seu próprio território isso já havia acontecido. As ações da Sociedade de Amigos eram integradas às dos grupos locais e defendia suas preocupações, necessidades e benefícios, principalmente a idéia de manter a identidade dos bairros como residenciais e, no caso do Jardim Paulistano, de mantê-lo como estava, sem a inserção de novos edifícios.

Nas reportagens citadas, percebe-se que ainda não se consolidara a idéia de um único bairro — Jardins. Cada um é citado de forma independente e nominal, o que mudará com o decorrer da luta pela preservação.

Ainda na matéria de 31 de março de 1973 do jornal *O Estado de S. Paulo*, os Jardins América, Europa e Paulistano são tratados em suas unicidades e a identidade de cada bairro era mantida, como transparece no trecho relativo à suspensão dos alvarás: “A medida tomada pelo prefeito ontem atendeu aos interesses dos 25 mil habitantes dos jardins América, Europa e Paulistano, que recentemente iniciaram seu protesto contra a invasão comercial que ocorre atualmente naquela área”. Sempre que os bairros eram citados, mantinham-se suas identidades; ainda que todos estivessem sob a liderança da Sajep: “Com o problema do supermercado no Jardim América e o do shopping center, no Jardim Europa, parcialmente resolvido, os moradores dos “Jardins” querem agora uma revisão na Lei de Zoneamento nos itens referentes àquela área”.

---

18 Processo de Tombamento nº 23.372/85, p. 358; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1973
A construção da idéia dos “Jardins” como um novo lugar, que substituía cada bairro, tragava a singularidade de cada bairro-jardim, agregando todos como se fossem originários da mesma concepção urbanística. A partir dos indícios fornecidos pelos documentos, pode-se aventar que os “Jardins”, como área que designava uma região unificada na cidade, possivelmente se firmaram durante o período em que transcorreu a Ação Popular. Significa que, durante uma década, vez ou outra, essa área era citada nos meios de comunicação como “Jardins” e que de Jardim América e Jardim Europa passou a ser distinguida como “área dos Jardins”, com sentido de somatória. No entanto, essa atribuição lentamente foi adquirindo características próprias, agregando os bairros em bloco que perfazia um único lugar.

Os paulistanos aderiram à denominação de “Jardins” e unificaram a área, que, de fato, possuía ruas arborizadas, sem comércio, moradias de padrão médio alto e predominância de residências ricas. Tudo isso ofereceu elementos para demarcar o território e atribuir-lhe outra identidade. Aos Jardins América e Europa foram agregadas as áreas dos Jardins Paulista e Paulistano, já no final do Processo de Tombamento, concluído 13 anos após o início do movimento reivindicador. Para o momento, interessa-nos os Jardins Europa e América, estritamente residenciais e com uma arquitetura térrea e configurações espaciais aproximadas.

A menção aos Jardins Europa e América, na imprensa, naquele momento, era perpassada por um jogo político que entremeava a construção da idéia de “Jardins”, mas ia além dela. Pautamo-nos, para tal assertiva, na trama que envolveu a Ação Popular e conduziu ao Tombamento, percebida nos documentos arrolados nesses dois processos jurídicos. Analisamos, em um desses documentos, cuja característica era a denúncia, como se pronunciava a concentração dos “Jardins”.

O jornal Tribuna da Imprensa (RJ), em 18 de abril de 1973, noticiou um conluio entre o prefeito Figueiredo Ferraz e o ex-governador Abreu Sodré para mudar o zoneamento da

---

20 Roberto Costa de Abreu Sodré nasceu na cidade São Paulo, em 21 de junho de 1918. Era filho de Francisco de
cidade, de modo que o comércio fosse permitido no bairro Jardim Europa, o que era de interesse de empresários, entre eles o próprio Sodré, ligado ao empresário Alexandre Kliot.\textsuperscript{21}

Tais forças econômicas e políticas estaríam por trás da idéia de “plantar” um shopping center na área. O jornal destacava até o silêncio da imprensa, visto que não era de conhecimento público os nomes dos responsáveis pelo negócio, que teria retorno certo.

Um intertítulo da reportagem, “Novas investidas”, descrevia as iniciativas de Sodré e Kliot na derrubada das 56 árvores que se encontravam há muitos anos no terreno em questão.

O jornal Folha de S. Paulo também noticiou a derrubada, porém informou que eram 85 árvores seculares — e não 56 —, a quais chamou de centenárias. O número exato não foi possível precisar, mas a repercussão foi significativa para um período em que a preocupação ambiental ainda era pequena, para não dizer nula. O mais curioso é que não importava a derrubada das árvores e a natureza em si, mas a quem pertencia essa natureza, o que ela proporcionava e a quem. A medida dava chance para um discurso alarmista, projeção do futuro do bairro. Se não houvesse uma mobilização da comunidade, todas a área verde dos dois bairros poderia desaparecer. A natureza aparece muito mais como um apoio para um dos lados do que como objeto de preocupação ambiental urbana, voltada para os benefícios coletivos e irrestritos de uma cidade profundamente caótica e cinzenta.\textsuperscript{22}

A disputa pela inserção do comércio na área prosseguiu e a existência de uma denúncia e o pagamento de uma multa de 26 mil cruzeiros ao Serviço de Fiscalização Florestal não deteve os empresários. O passo seguinte por uma medida do prefeito Figueiredo Ferraz, que determinou o gabinete de construção, tendo como referência o “castelinho” da família Lafer, com 15 metros de altura, o que permitia a construção de um shopping com três andares, negociação

---

\textsuperscript{21} Alexandre Kliot era empresário na cidade de São Paulo, mudou-se para o bairro quando pretendeu nele investir construído o shopping., na esquina da rua Alemanha e Av. Europa.

que envolvia bilhões de cruzeiros, pois as luvas de cada loja montavam a 400 milhões de cruzeiros e a mensalidade, a 5 mil cruzeiros para um conjunto de 60 lojas.

As medidas de Ferraz favoreciam a dupla Sodré-Kliot, o que corrobora a proximidade insinuada pela *Tribuna da Imprensa*. O governador Laudo Natel, por sua vez, convocou a comunidade envolvida a enviar representantes para discutir o caso, atitude imitada pela Câmara de Vereadores, que discutiu amplamente as denúncias do matutino carioca sobre irregularidades na Lei de Zoneamento e benefícios à dupla de comerciantes. Os vereadores Carlos Ergas e Celso Matsuda solicitaram que os debates fossem sintetizados e enviados ao governo, ao SNI (Serviço Nacional de Informação) e à imprensa.

A polêmica continuou a ocupar as páginas dos diários. Em 11 de maio, *O Estado de S. Paulo* publicava novas críticas ao prefeito, alegando falta de esclarecimentos em relação às irregularidades denunciadas. No dia seguinte, outra nota no mesmo periódico informava que os moradores dos dois bairros entrariam com um mandado de segurança para impedir que a rua Colômbia e a Avenida Europa se tornassem corredores comerciais. Em 25 de maio de 1973, a *Folha de São Paulo* publicou a notícia sobre o recuo do prefeito e a revisão dos corredores comerciais no interior dos dois bairros.

Em 15 de outubro de 1975, a seção livre do jornal *O Estado de S. Paulo* publicou telegrama do presidente da Sajep, Geraldo Prado Guimarães, dirigido ao presidente da República, General Ernesto Geisel, que participaria da inauguração da Casa Manchete, no Jardim Europa:

Quando aqui corre a notícia de que V. Excia. virá a São Paulo inaugurar Casa Manchete, permitimo-nos, respeitosamente, em defesa da comunidade local, ponderar que: 1º - A obra, edificada em bairro estritamente residencial, destina-se, na realidade, a abrigar escritórios e outras atividades comerciais. 2º - Apesar de intimada, pela municipalidade, a apresentar novas plantas da edificação, dado que as anteriores pouco têm a ver com a construção efetivada, persiste a manifesta má fé e burla da empresa ao implantar, em zona residencial, casa de negócios, mesmo sob o disfarce de edifício residencial, o que se positiva, entre outras evidências, pela ligaçãode 200 CV de força. Estas as razões, principais, para comprovar desrespeito às posturas municipais e causarem revolta à população ali residente, nos compeliram a levar ao alto conhecimento de V. Excia. Pesa-nos pensar que a visita de V. Excia.

---

*A pdf writer that produces quality PDF files with ease!*

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!
Sempre tão honrosa para nós, possa vir a ser explorada como cobertura para uma iniciativa ilegal e enganosa.23

O presidente não veio a São Paulo, episódio que atesta a força política da SaJeP. A atitude resguardou a postura do deputado Faria Lima e dos vereadores Ergas e Matsuda, políticos filiados à Arena, partido político do presidente, e que haviam se manifestado a favor do movimento de defesa do bairro. Pela imprensa, eles cobraram uma posição de Figueiredo Ferraz, e a vinda do Presidente da República só acirraria os ânimos.24

O Jardim Europa voltou à imprensa em 1977, no artigo do arquiteto Carlos Lemos25 “O MIS e os Ricos”26, mas o Jardim América não; a não ser quando o autor trouxe à tona a área dos “Jardins”, que incluía o América. O referido texto está arrolado no Processo de Tombamento, datado de 28 de julho de 1977 e publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, na seção “Tendências/Debates”.27

---

Nesse artigo, Lemos faz uma breve narrativa histórica do processo de alteração urbana na cidade de São Paulo, em virtude do crescimento e do progresso. Em seus argumentos, disse que:

“Os ricos sempre moraram bem, dentro dos padrões de conforto das várias épocas” e que suas residências eram sobrados espalhados pela cidade, mas em torno da Praça da Sé e do Pátio do Colégio. Argumentou que a classe média está “sempre sonhando com ascensões, envolvendo no espaço urbano os terreiros dos ricos. O povo das casas humildes se esparramando ao longo das saídas da cidade vivendo um pouco do campo, um pouco dos ofícios urbanos”.29

Destacou, ainda, o crescimento que conduziu à “cidade nova” e enfatizou a existência das chácaras do Arouche, Glete, Northmann, Bouchard e os bairros Campos Elísios, Higienópolis e as chácaras Dona Angélica e Dona Veridiana, todas loteadas.

Ao longo de seu texto, Carlos Lemos ressaltou o fato de os ricos sempre defenderem seus direitos e exemplificou com o fato de o Código de Obras haver atendido às exigências da Cia. City. O arquiteto discorreu acerca das ruas, hoje corredores comerciais, que um dia foram locais tranqüilos de residências, como o caso da Nove de Julho. Porém, o crescimento da cidade culminou no deslocamento desses moradores para outros lugares, principalmente os ricos, visto que “não há cortinas e veludos que resistam à fumaça grudenta dos carros e ônibus que tudo enegrece. Há o barulho enlouquecedor.”30 Mencionou o caso da Avenida Europa, no Jardim Europa, cujo fim, provavelmente, seria o mesmo da Rua Augusta e da Avenida Nove de Julho, pois:

Há o desconforto e esse é o destino da Avenida Europa. Rico não mora mal e ele aos poucos vai sendo expelido dali. Reclama, mas sai e vai procurar novos bolsões de silêncio e disso sabem muito bem os Gomes de Almeida Fernandes da vida.”31

Em síntese, os ricos sempre iriam morar bem, fosse nos “bairros-jardins” ou em outro lugar por eles escolhido, mas aquela área verde, uma vez destruída, faria falta à cidade de São Paulo, o que justificava sua preservação. Se, por um lado, a defesa da área trazia implícita a

29 Id. ib., p. 203.
garantia de regalias a uma elite profundamente privilegiada, por outro lado não defendê-la também trazia consequências, pois atingia a metrópole como um todo. Advertia sobre a possível destruição da grande área verde. Destacava, sobretudo, seu valor ambiental e histórico, não somente pela sua condição exclusivamente residencial. É certo que preservar residências daqueles bairros significava preservar a história e a memória de uma elite, que, embora tivesse um gosto duvidoso a respeito da arquitetura, legaria à posteridade sua forma de conceber moradias. Portanto, os enfoques ambiental e histórico eram realçados, mais que quaisquer outros:

O zoneamento paulistano constatou esse grande “pulmão verde” que é toda essa baixada constituída pelos Jardins, que vai desde o Ibirapuera até a Rebouças e da rua Estados Unidos até a Faria Lima. Toda essa imensa zona residencial densamente arborizada constitui inequivocamente um patrimônio ambiental urbano que necessita proteção urgente e, disso, toda a população deve estar consciente. [...] Na verdade, é secundária a função residencial, a natureza e qualidade de quem habita a região. É mesmo a arquitetura local é sem interesse maior, pois é posterior ao ecletismo histórico, continuando, no entanto, a mostrar aquela natureza variada de soluções típicas dos anos vinte, onde predominavam os estilos ‘missões’ especialmente as mexicanas, o neocolonial, o ‘art-deco’ e outras soluções estilísticas exóticas. É certo que essa miscelânea de gastos e soluções arquitetônicas também representa um estágio cultural de nossa classe conservadora que habita o local e, portanto deve ser considerada como documento alusivo a uma época e a uma sociedade. E há, também de permeio, obras importantes de arquitetos de renome. Alguns exemplares podem mesmo ser considerados verdadeiros bens culturais.

Mas a grande massa de edificações é vulgar. Seria interessante a preservação de exemplares mais representativos, de conjuntos residenciais dignos de preservação com fins documentais. O que deverá ser conservado a todo custo, porém, é o verde, o verdadeiro patrimônio, e, também, a escala, a taxa de ocupação dos lotes. Deverá, ali, ser mantido a todo custo o uso do solo estruturado em relação às características dessa região de execução descoberta pelo ‘zoneamento’.32 (Grifo nosso.)

Lemos tratou dos motivos que levaram certos moradores a abandonar um bairro por outro e trabalhou a ideia de preservação da área por motivos ambientais e históricos. Apontou razões diferentes daqueles que, no fundo, queriam proteger sua ilha de silêncio, tema também abordado por ele, mas claramente posto em plano inferior em favor dos motivos relevantes: a preservação ambiental e histórica. Enfatizou o fato de os corredores comerciais serem instalados contra a vontade dos moradores, pois a fiscalização municipal fazia vistas grossas à
invasão do comércio na área. Mesmo que não houvesse a oficialização do corredor comercial, na prática ele já existia, pelo fato de a Avenida Europa e a Rua Colômbia terem se tornado ruas de maior circulação de veículos.

Observa-se, na ênfase dada por Lemos aos “Jardins”, que se deve considerar o meio ambiente e a arquitetura de importância histórica como motivadores de sua preservação, pois favoreceriam a qualidade de vida da cidade, a história do planejamento e dos moradores, razão bem diferente daquela que, percebe o arquiteto, estava embutida na reivindicação dos habitantes dos bairros.

O outro problema ao qual se refere o arquiteto é uso do bairro apenas para moradia, o cerne da organização dos moradores. Para ele, o uso não-residencial nos bairros poderia ocorrer, desde que esse fosse compatível com as áreas arborizadas, como as galerias e lojas de arte, antiquários e outros estabelecimentos afins, o que voltava a região para as artes. Chegou a sugerir até a existência de estacionamentos em áreas estratégicas — pois a grande circulação de veículos já comprometia o bairro —, onde igualmente poderiam ser construídos edifícios baixos racionalmente projetados.

Chegamos a um ponto crucial: observamos na postura de Lemos frente à imprensa uma posição contrária àquela defendida pelos moradores, pois ele, mesmo que não se pronunciasse enfaticamente, ainda assim defendia a abertura do Jardim Europa a outras funções, além da residencial. Identificamos, assim, mais um problema no decorrer desse polêmico processo que culminou com o tombamento dos Jardins, qual seja: que a ideia da inserção do comércio nos bairros era contraditória. Carlos Lemos não se opunha radicalmente à entrada de atividades de caráter cultural nos dois bairros; os moradores tinham a seu favor a organização da comunidade, mas “seu sossego” era ameaçado pelas autoridades e por especialistas como Lemos. E há que se considerar o profundo conhecimento desse arquiteto ao tratar da questão, mesmo que seu posicionamento deixasse evidente a relevância dessa área.
para a cidade de São Paulo, nos âmbitos urbanístico e ambiental, como demonstram suas convicções:

Tudo isso será mesmo um sonho enquanto não houver conscientização popular do valor desse patrimônio ambiental. Todos, sem exceção, desde o proprietário hoje aparentemente atingido no Jardim Europa, até o operário, morador em casa autoconstruída na periferia, que transita por ali, todos deverão estar cônscios da importância dessa zona privilegiada e estar prontos a lutar, no futuro, contra os especuladores que surgirão subliminarmente tentando mudar as regras do jogo. Tudo não passará de um problema de educação, de um posicionamento cultural. Aqueles que defendem a permanência do MIS na Avenida Europa podem dizer que hoje não estão exorbitando porque garantem para aquele local um uso digno.33

Porém, a permanência do MIS na área do Jardim Europa trazia implícita a entrada das atividades culturais — de certa forma, uma solução para o impasse dos corredores que ameaçavam a “ilha de sossego”. Isso não atendia às reivindicações plenas das autoridades, tampouco às dos moradores que defendiam o bairro. Observa-se, também, que o artigo enfatizava o Jardim Europa.

A defesa do valor da área urbana como patrimônio ambiental era, para o período, uma idéia inovadora vinculada a um processo educacional necessário para que se pudesse ter dimensão do mérito de sua preservação. Se, para Lemos, naquele momento estava clara a necessidade de vincular preservação à educação — meio pelo qual se formaria uma consciência ambiental urbana nos citadinos —, é porque essa consciência não existia, o que revela o quão impreciso seria afirmar que havia uma consciência preservacionista na população paulistana que sustentasse posteriormente o embasamento teórico-jurídico da Ação Popular.

Portanto, o tema ambiental urbano estava no cerne da preservação dos Jardins Europa e América, do ponto de vista do arquiteto, pois que sua lógica profissional o conduzia a esse raciocínio, ao passo que as duas comunidades, provavelmente, não estavam muito preocupadas com essa questão. Poderiam não dimensionavam o significado de uma ação efetivamente ambientalista ou não querer dimensionar, pois já que a defesa das áreas pautada
no mote preservacionista atendia aos objetivos mesmo que não se conhecessem a fundo as idéias propostas pelas concepções ambientais.

Tudo indica que a comunidade organizada na Sajep tinha claro que, a seu dispor, havia esses dispositivos como instrumento para atingir o fim primeiro que era preservar sua “ilha de silêncio”, com a qualidade de vida usufruída desde o nascimento do bairro, mesmo os que para lá foram em busca de sua exuberância, quietude e bem-estar. Preservar fazia parte do cotidiano dessa comunidade; a própria paisagem era um dos mais contundentes exemplos dessa preservação. Entretanto, faziam-no pelo seu bem estar, pela relação próxima com a natureza, cujo aconchego é notório até hoje como podemos observar nas imagens dos pássaros que serpenteiam o lugar como já havia sido registrado pela documentação da Ação Popular.

![Sabiã. Processo da Ação Popular nº 277/80](image1)

![Beija-flor. Processo da Ação Popular nº 277/80](image2)
Além daqueles que defendiam a manutenção do bairro como estava, havia os que tinham interesse em implantar o corredor comercial, e também a esses eram dirigidos os apelos de Lemos, quanto a preservação da área do modo como se encontrava. Sem dúvida, o gorgelio dos pássaros é ouvido nos finais de semanas por nós passantes, quando as ruas ficam sem tráfego intenso de veículos, tornando a paisagem um deleite para olhos e ouvidos. Seus moradores devem perceber essa natureza em comunhão bem mais próxima em seus amplos e floridos jardins.

É possível considerar que o movimento de defesa dessas áreas fundamentava-se na necessidade de manter esse lugar aprazível como estava, ou na própria condição do morador do lugar, que não desejava vê-lo invadido pelo tráfego de veículos que os corredores atrairiam. Cabe indagar: até que ponto os habitantes estavam conscientes do significado ambiental urbano da preservação das áreas verdes para o todo da cidade? Há que se questionar essa conscientização, ainda mais que essas comunidades deveriam estar familiarizadas com o despertar preservacionista.

Esses defensores do lugar sabiam fazer uso das informações a sua disposição e buscar na lei meios para resguardar seus interesses. O discurso ambiental serviu de instrumento para alcançar esse fim. Parece que a necessidade de proteger a área de invasão do comércio estaria somente vinculada à idéia de preservar a ilha de conforto, garantindo a qualidade de vida das
duas comunidades, independentemente do valor ambiental real que a área urbana pudesse ter. O quadro dos movimentos e idéias ambientalistas no Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, permite-nos enunciar que esse debate ambientalista era incipiente, quando trata da sociedade em termos gerais.

O ambientalismo no Brasil começa a ser difundido a partir da década de 1980, mas irá se disseminar, de fato, nos anos 1990. Portanto, quando as comunidades dos Jardins América e Jardim Europa chamaram a atenção para as suas áreas em protesto realizado contra a Prefeitura, tornaram-se pioneiros nesse tipo de reivindicação frente ao quadro que se desenhava no País sobre o assunto. Tratava-se de um tema relevante nos países europeus e norte-americanos, mas, no Brasil era parca a reflexão acerca da temática. No âmbito da educação, debatia-se a forma de propagar tais idéias por meio de grades curriculares nas escolas públicas.

Em razão dos debates internacionais sobre a Amazônia, foco de constantes denúncias de organizações internacionais, a questão entrou, ainda que timidamente, na agenda local, mas trabalhos voltados para o setor ambiental como um todo eram poucos. Para que se possa avaliar esse quadro, lembre-se que, em 1973, a problemática ambiental aparecia nos jornais brasileiros como assunto secundário, em espaços pouco expressivos. Somente em 1979, cogitou-se a proposta de criação do Ministério do Meio Ambiente. Em setembro desse mesmo ano, Ignacy Sachs participou do “Seminário de Altos Estudos com respeito ao Ecodesenvolvimento”, oportunidade em que o ecologista apresentou sua proposta sobre o tema, noticiado em matutinos de todo o Brasil.

---

34 O livro-reportagem de Edilson Martins, lançado em 1981 e apresentado por Darcy Ribeiro, foi uma denúncia da entrada das multinacionais e da exploração desenfreada da Amazônia como a última fronteira de floresta natural, em processo de destruição, sem que o governo brasileiro adotasse uma posição a respeito e se tomasssem medidas de ocupação com vistas ao aproveitamento das potencialidades da região, de forma a se promover uma ocupação sustentável da floresta. Enfim, constituiu um grito de socorro pela Amazônia em chamas. MARTINS
Em 1987, portanto oito anos depois, realizou-se o “I Seminário Nacional a respeito da ‘Universidade e Meio Ambiente’”, a fim de iniciar o processo de integração entre as ações do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Universitário. Nas universidades, esse debate estava começando; para a população em geral, era algo ainda muito distante do cotidiano. Isso não quer dizer que a universidade tenha sido sempre vanguarda de debates relevantes para a sociedade; tanto não era, que, na segunda metade da década de 1980, o movimento promovido por Chico Mendes no Estado do Acre, em defesa das florestas, obteve apoio das imprensa nacional e estrangeira, e seu assassinato, em 22 de dezembro de 1988, repercutiu em todo mundo, obrigando aqueles que desconheciam o tema a inteirar-se a respeito. A morte do líder acreano levou à televisão brasileira, pela primeira vez, em horário nobre, a questão ambiental como tema de importância política, até mesmo internacional, o que de certa forma influenciou até internamente, pois a preocupação com o meio ambiente tomou força. Nesse momento, as publicações relativas aos problemas ambientais no Brasil eram escassas e as existentes restringiam-se às áreas de Biologia e Direito.

O movimento em defesa dos Jardins América e Europa pode ser apontado como a vanguarda de uma proposta preservacionista, visto que, além de ser inovadora, ao abordar a questão do meio ambiente, ainda tratava da preservação de áreas verdes urbanas, algo totalmente inusitado para a época. O singular estava em preservar ruas e praças urbanas em

35 Os bairros que compõem os Jardins foram tombados em 1986.
razão da vasta arborização que apresentavam e em garantir a imutabilidade de seu desenho. Embora a iniciativa de preservação da área fosse vanguardista, caracterizava-se por interesses particulares muito fortes e pela própria condição sócio-cultural das comunidades envolvidas.

A formação intelectual, o poder econômico e social dos integrantes da Sajep afiançou o discurso ambiental que pautou a primeira atitude concreta desse grupo, materializada na Ação Popular. O uso desse suporte, portanto, demonstra que somente as camadas ricas da sociedade conheciam o peso político do discurso ambiental, a ponto de usá-lo a seu favor. Ressaltar o nível educacional e informacional dessa comunidade se faz necessário, com o propósito de apontar o quanto sua qualidade de vida estava diretamente ligada à consciência de sua condição social e do nível de informação que tinha a seu dispor, além dos instrumentos que possuíam para atingir seus objetivos.

A organização das comunidades dos Jardins América e Europa aconteceu de dentro para fora, ou seja, nasceu em seu bojo, em virtude da defesa de seus interesses. Desde então, esse grupo fez uso das ferramentas de que dispunha, entre elas o discurso ambientalista. Mesmo se considerarmos que os argumentos ambientalistas tenham se pautado nas características urbanísticas, com respaldo no Direito e na Constituição Brasileira, sob a orientação dos advogados da Sajep, ainda assim não se pode negar o pioneirismo desse movimento.

Retomando a difusão nos jornais do movimento liderado pela Sajep, em 12 de outubro de 1979, O Estado de S. Paulo publicou a matéria “Cogep examina a lei que muda o zoneamento”. Proporcionava-se à sociedade paulistana uma outra sugestão de zoneamento procedente de Aureliano de Andrade. O projeto de lei 132/79, proposto pelo vereador, voltava


39 Foi exatamente como “traçado urbano, vegetação e linha demarcatória” que os Jardins América e Europa foram tombados e registrados, como destacou Marly Rodrigues ao relacionar os bens tombados pelo Condephaat.
a pôr em risco a condição residencial dos Jardins América e Europa. O projeto de lei tinha em vista modificações no zoneamento em diversos pontos da cidade e novamente tratava da área pertencente aos dois bairros.

O periódico noticiava, ainda, que o vereador parecia favorecer, no conjunto da lei, a ocorrência de negociações escusas, que envolviam um terreno de um milhão de metros quadrados em Heliópolis, cuja área era destinada a reserva verde. Isso também beneficiaria os proprietários das áreas atingidas, no caso dos corredores dos dois bairros, os moradores da Avenida Europa e rua Colômbia. O vereador Benedito Cintra, por sua vez, a informou ao jornal que o projeto havia sido votado com simples leitura por parte dos vereadores. Muitos deles não sabiam no que votavam, caso de Francisco Gimenez. Diante do novo fato, no dia 21 do mesmo mês, a Sajep protestou nos jornais. O mesmo matutino informou que os moradores tratavam o assunto com o governador Olavo Setúbal, visto que já haviam tentado audiência com o prefeito, agora Reynaldo de Barros, sem sucesso. Geraldo Prado Guimarães dizia que a região era protegida por seus moradores, porém existiam aqueles que defendiam seus imóveis. Os que eram pela permanência do bairro como residencial tinham medo de se manifestar, para evitar desagravos. Foi além e explicou os temores
têm medo de assumir publicamente suas posições. O motivo são as represália contra alguns moradores, em épocas passadas, com casas apedrejadas e muros pichados. Eles defendem uma causa diferente daquela que une os proprietários na rua Colômbia e avenida Europa. ‘O lucro que reivindicam para seus imóveis, como o comércio, representará a perda da nossa tranquilidade de barro residencial’, afirma o presidente da Sajep, Geraldo Prado Guimarães. 40

Entre os moradores que se intimidavam estava Thelbas José de Vasconcelos Relin,41 que se dispôs a tratar da situação dos bairros, desde que não publicassem seu local de moradia, e, embora tivesse a ousadia de falar, confessava: “Tenho medo”. Todos estavam

---

41 Idem. Sobre Thelbas José de Vasconcelos Relin, era médico neurologista, naturalista, nacionalista e defensor
dispostos a lutar contra a iniciativa de Reynaldo Barros, mas isso não os isentava da perseguição dos outros moradores a favor da aprovação da nova lei. O jornal informa que:

Foi um documento seu, contudo, que ‘contribuiu para que o prefeito Olavo Setúbal decidisse pela manutenção do uso residencial dos ‘Jardins’. As denúncias que fez naquela época ainda são válidas, afirma Thelbas José: ‘A área verde existente nos Jardins proporciona melhoria de vida não só aos moradores, mas também a toda comunidade de São Paulo, preservando-lhes a saúde física e mental, não podendo, por isso, ser destruída com o dinheiro ou as vantagens dos comerciantes ambiciosos e inescrupulosos. Como os demais moradores, Thelbas José não encontra justificativa para a reportagem sobre o prefeito, na ‘Manchete’. ‘Não sei o que o dr. Reynaldo fez de tão bom, para a revista ou para a cidade, que mereça tantos elogios’.

Observa-se que os moradores estavam intranquílos, pois a qualquer hora suas residências poderiam ser atacadas. Thelbas, por exemplo, negou-se a dizer em que bairro morava, mas retomou o tema “Casa Manchete”, que ameaçava os bairros desde 1975. Explicavam-se, então, as razões da matéria elogiosa que a revista Manchete fizera a respeito do prefeito Barros. A intenção era ter o prefeito a seu lado, visto que pretendia garantir seu lugar no bairro-jardim. No entanto, Guimarães avisou que lutaria contra esse projeto de lei até mesmo depois que estivesse aprovado. Outro ponto polêmico era a força que o grupo contrário à defesa do bairro encontrar na imprensa e no apoio político obtido, a ponto de ameaçar vizinhos defensores do bairro.


---

43 A “Comissão pela Preservação do Verde nos Jardins” era composta por membros da Sajep e originária do
Essa é a primeira matéria que trata da oposição ao tema preservar. Com exceção do artigo de Carlos Lemos em 1977, que tecia comentários a respeito daqueles que não compreendiam o valor ambiental e histórico da área verde dos “Jardins”, as reportagens anteriores nada mencionaram; eram todas de apoio ao movimento. A notícia apontava o descontentamento de moradores que já conviviam com o corredor comercial na prática, sem que houvesse sido regularizado pela lei. Sem a legalização, esses moradores não conseguiam se desfazer do imóvel, pois a rua já era barulhenta demais para moradia, mas não podiam vendê-lo para o comércio. Esses proprietários ficaram desarmados e, diante da situação, resolveram se manifestar. O jornal informa que existiam residências na Avenida Europa com faixas favoráveis ao corredor. Numa delas, lia-se o seguinte: “Senhor prefeito, somos favoráveis à flor, amor e corredor”; em outra: “Corredor já é de fato, queremos o ato”. O periódico calculava em 50 o número de proprietários insatisfeitos com a onda de preservação.

Observa-se que a notícia traz, no alto, logo abaixo da manchete, a foto de uma das faixas de defesa da área dos “Jardins”, como retrata a imagem mas não mostrava as faixas contrárias, apenas o conteúdo de duas delas.

A julgar pela quantidade de reportagens sobre a defesa da área, tem-se a impressão de que também defendia a preservação e ocultou, ou não destacou, a reação dos opositores. Por

---

44 É importante assinalar que os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo foram pesquisados durante o período em questão e não foram localizadas outras reportagens senão aquelas que a Ação Popular e o Processo de Tombamento têm anexadas a suas documentações. Tudo indica que foi feito um levantamento minucioso durante a ação judicial, tanto por parte dos que defendiam a área verde, como daqueles que desejavam os corredores comerciais, pois as matérias foram todas juntadas como documentos ao corpo dos processos.

45 Não foi possível constatar se houve veto à imprensa a respeito dos opositores. Porém, é sabido que a imprensa foi censurada durante toda a década de 1970. Se os opositores se organizaram a partir de 1979 e somente nesse momento começaram a aparecer, também não foi possível constatar, pois não há na Ação Popular ou no
outro lado, a imprensa acabou por publicar a posição dos opositores, especialmente a partir do momento em que os corretores contaram com o apoio das forças políticas da Câmara Municipal da época e do próprio prefeito.  

Essa reportagem é significativa, pois trata do abaixo-assinado que reivindicava a não-implantação do corredor comercial e destacava a liderança de Marilisa Rathsam:

'Nosso protesto — disse Marilisa — é fundamentado no artigo 28 da Lei Municipal no 7.805, que afirma que um projeto de alteração das zonas residenciais da Capital deve contar com a anuência expressa dos proprietários cujos lotes representem, no mínimo 75% da área total das quadras atingidas pela alteração; a instalação do corredor comercial é desejado de não mais que 50 proprietários de casas na avenida Europa (que teriam seus imóveis supervalorizados), enquanto mais de mil donos de lotes da região são contra o projeto'.

A entrevistada ancorava-se na lei, mas confirmava a reação à ideia de preservação do bairro. O movimento era mais forte no Jardim Europa, pois não apareceram, em nenhum momento, manifestações de moradores do Jardim América contrários à transformação da rua Colômbia em corredor comercial. Um excerto da reportagem diz:

[...] a iniciativa de colocar faixas sobre o problema dos corretores comerciais nos muros das residências tem como objetivo principal sensibilizar as autoridades e a própria população sobre o perigo da implantação de mais um corredor comercial na área dos Jardins, que viria a poluir o bairro, atualmente a única área verde entre a avenida Paulista e o Morumbi.

A área mencionada como Jardins trazia em si a unicidade de um bairro, embora se referisse a uma região. Iniciava-se a morte dos bairros para manifestar-se a singularidade de um lugar, cuja completude era dada pelo movimento de defesa da área. Além desse fator, o conteúdo do fragmento confirma a desinformação da população e mostra como mudou o teor dos argumentos expressos pela imprensa e pelos moradores que, nesse momento, valiam-se com mais frequência da questão ambiental, diferentemente das reportagens dos anos 1973 e 1975. Naquela época, a comunidade e a Sajep organizavam seus fundamentos de defesa a
partir da característica predominantemente residencial dos dois bairros. Em 1979, o discurso ambiental era mais presente e aparecia até mesmo nas faixas colocadas em frente às residências: “Defesa do verde, abaixo os corredores” e “Do governador e do prefeito depende o verde dos jardins”.

*O Estado de S. Paulo* anunciava: “Confirmada a transformação nos Jardins”. A informação de que a Lei de Zoneamento havia sido aprovada e que a rua Colômbia e a avenida Europa integrariam os corredores comerciais, mas havia ressalvas. As restrições foram transmitidas pelo coordenador da Cogep e secretário-executivo da “Comissão Especial para Questões de Zoneamento”, Cândido Malta Campos. Seu teor confirmava a declaração dada pelo secretário da Sehab segundo a qual a Prefeitura não atenderia aos moradores.

Na mesma reportagem, havia um subtítulo: “Moradores protestam”, que esclarecia acerca do descontentamento da comunidade. Cogita-se de recorrer a uma Ação Popular e, para isso, para o que havia contratado um novo advogado, Modesto Carvalhosa. Sobre o tratamento dispensado aos reclamantes, lia-se:

Fazem questão, por exemplo, de desmentir a afirmação de Cândido Malta, que alegou não tê-los recebido porque faltaram ao encontro marcado. A acusação de que este é um movimento de ‘grâ-finos’ também não é aceito. Um dos membros do grupo afirmou que ‘este é um problema que vai além do simples fator financeiro, pois está em jogo a preservação de uma das últimas regiões da Capital onde o verde é respeitado’.

Há tempo o grupo que compunha a “Comissão pela preservação do Verde nos Jardins” organizara-se e conscientizara os moradores dos bairros a respeito de salvaguardar a condição de áreas verdes urbanas que os caracterizava. A idéia de preservação ambiental vinha sendo defendida pela comissão desde o final de 1978; portanto, era natural que se sentirsem agredidos e retrucassem a fala de Malta Campos.

Por parte do movimento de defesa dos Jardins, a luta pela não-inserção do comércio na área ainda não havia acabado. Assim, no dia 8 de janeiro de 1980, o jornal *A Folha da Tarde*

---

publicou a matéria “Moradores dos Jardins: novo protesto”, segundo a qual os moradores não desistiram da defesa da região e estavam reunidos com Pedro Tadei, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) na tentativa de encontrar uma solução. Outro arquiteto que se pronunciava era Benedito Lima de Toledo, diretor do IAB, para quem “A Prefeitura ficava a reboque de interesses econômicos refazendo leis à medida que estes se modificavam. Os direitos do cidadão não são respeitados; pelo contrário, são derrubados quando mudam os governos antes o qual traz prejuízo também para a cidade, que deixa de ter um traçado diferenciado”.

Além da posição desses dois arquitetos, a matéria sobre o abaixo-assinado que daria suporte às reivindicações da comunidade no caso da Ação Popular. Confirmava-se a existência do abaixo-assinado e a liderança das mulheres, tendo à frente Marilisa Rathsam, Beatriz Freitas Vale, Beatriz Brotero de Barros, Madalena Manso Vieira, Helena Pacheco e Silva, Dora Pascoitch, Matilde Kaufman, Maria Aparecida Brecheret e outras senhoras.

É curioso, no entanto, que no dia 17 de fevereiro de 1980 o jornal O Estado de S. Paulo tenha publicado a matéria intitulada: “Corredores trarão prejuízo, diz arquiteto”, com o seguinte conteúdo:

Quando Barry Parker, arquiteto e urbanista inglês, projetou o bairro do Jardim América, no início desse século, ele pretendia dar uma característica repousante à região, condizente com sua origem de chácaras e matas naturais. A Companhia City, executora de loteamento, fez uma série de exigências urbanísticas aos futuros ocupantes do empreendimento e conseguiu pleno apoio do prefeito da época, Fabio Prado. O acordo, então informal — um compromisso de honra —, posteriormente concretizado em lei, foi rompido no final dessa semana pelo prefeito Reynaldo de Barros.

Ao destacar o compromisso de honra do prefeito Fabio Prado e o rompimento por parte de Reynaldo de Barros, o leitor era levado a pensar a propósito da mudança de valores. Outra questão considerável é o fato de esse veículo de comunicação ter diligenciado os interesses dos moradores dos bairros em questão, dada a forma como organizou suas matérias.

---

e as autoridades que buscou para sustentá-las. A notícia trazia entrevista com Benedito Lima de Toledo, que se colocou radicalmente contra a nova lei, cujo resultado “comprova, mais uma vez, que São Paulo era controlada pela especulação imobiliária”.

Toledo manifestou-se em outros trechos da matéria, sempre enfatizando a força do capital imobiliário nas decisões da Prefeitura. Também retomou a história do Jardim América e tratou de sua localização distante da cidade na época em que foi loteado, assim como salientou a dificuldade da Cia. City para vender os lotes, pela distância do centro urbano e o constante alagamento. Destacou o fato de a Companhia City ter adotado o “plano ‘inorgânico’, como se as ruas fossem alamedas de um vasto jardim”,\(^{50}\) exemplo seguido pelos vizinhos.

Um dos pontos relevantes da matéria é o fato de somente naquela ocasião, quando a nova Lei de Zoneamento estava para ser votada — e todos sabiam que seria aprovada, como foi, em razão dos muitos interesses envolvidos (do prefeito Reynaldo de Barros e dos vereadores) —, a imprensa recorreu à história do Jardim América, para justificar a retirada do corredor comercial de seu território e das cercanias, o que incluiria o Jardim Europa.

\(^{50}\) Id. ib. Ação Popular nº 277/80, p 263: CORREDORES não trarão prejuízo, diz arquiteto. O Estado de S

---

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!
Outra questão fundamental é o fato de nenhuma residência do Jardim América estampar faixa contra os corredores, porém há mais de um jomal que mostra residências ostentando faixas sobre o corredor do Jardim Europa. Como o exemplo do artigo de jomal “CULTURAS: Av. Europa: moradores são contra ‘corredor’ e do artigo “CULTURAS’ que defendia o verde, mas era do Jardim Europa. Em determinados momentos, somente os moradores do Jardim Europa aparecem como defensores de sua área; o outro bairro nem é mencionado.

Essa participação do Jardim América, quase a reboque do Jardim Europa, nos faz pensar se realmente esse bairro tinha tanto interesse em tombar sua área, como quis demonstrar a documentação que compõe a Ação Popular e o Processo de Tombamento. Para a população do Jardim Europa, não haveria a necessidade de tal pergunta, pois ela não se deu por vencida, permaneceu buscando saídas, alternativas para novos desafios. Mais um exemplo desse quadro foi a notícia publicada pela Folha de S. Paulo, em 19/04/1980, sobre a morte de árvores na esquina da avenida Europa com a rua Alemanha, denunciada pelos membros do movimento pela defesa do bairro. A cada notícia sobre a região, mais elementos a Comissão acrescentava à justificativa para mover uma Ação Popular.

---

51 Ação Popular nº 277/80, p 274; MORADORES denunciam destruição do verde. Folha de S. Paulo, São Paulo.
Terreno localizado na rua Alemanha, esquina da Avenida Europa, pertencente à família Klabin e vendido a Alexandre Kliot para a construção de um shopping. Vista do local quando as árvores foram envenenadas. Imagem constante no processo da Ação Popular nº 277/80

Acima, está a foto do terreno que estivera no centro do embate entre moradores e a Prefeitura, quando a família Klabin o vendera para abrigar a construção de um shopping, em 1973. Porém, sete anos depois, o grupo que iniciara o protesto estava organizado e havia levantado provas para impetrar uma Ação Popular. A morte da cerca viva e das grandes árvores no terreno antes pertencente à família Klabin, agora a Alexandre Kliot, constituiu-se numa das provas de que a área de todo o bairro seria devastada se houvesse a entrada do comércio.

Para a comissão de defesa do bairro, essa era uma forma que o grupo opositor havia encontrado de apressar a implantação do corredor comercial, pois de acordo com a informação de Maria Aparecida Brecheret, “uma das faixas afixadas no local pelos defensores da mudança da Lei de Zoneamento dizia: ‘Este é o verde que vocês querem preservar?’”

Essa faixa permite-nos deduzir até onde iriam aqueles que ambicionavam o corredor comercial. O exterminio das árvores, comprovado pela presidente da Sociedade Brasileira de Botânica, que compareceu ao local e examinando-as, foi causado pelo uso de ácido em suas raízes, o que deixou todos desarmados.

---

52 Id. ib. Ação Popular nº 277/80, p 274; MORADORES denunciam destruição do verde. Folha de S. Paulo. São
O proprietário, Alexandre Kliot, era o mais interessado na implantação do corredor comercial naquela avenida, visto que seu terreno estava preparado para o comércio desde o episódio do shopping, em 1973, mas não se pronunciou sobre o assunto e não poderia ser acusado, em razão de a área ser aberta.

Esse acontecimento expôs o conflito que permeava a relação dos proprietários contrários aos pretensos corredores comerciais e aqueles que não pretendiam ver avançar, bairro adentro, o movimento de veículos e a circulação de pessoas estranhas. Entretanto, para aqueles que já tinham perdido o sossego, não implantar o corredor comercial era perda certa de capital. Mesmo assim, foi impetrada a Ação Popular contra a Prefeitura, com o intuito de impedir que o corredor comercial se instalasse na Avenida Europa e na rua Colômbia.

No abaixo-assinado dos moradores dos Jardins América e Europa, a população endossava o pedido feito pela Sajep à Justiça, de impedir que se instalasse o corredor comercial. A Ação Popular, portanto, foi representada por Geraldo Prado Guimarães, presidente da Sajep, e por mais 81 moradores dos dois bairros e mais três moradores do bairro Campo Limpo e outros 20 do bairro Barra Funda, num total de 104 solicitantes. Todos eles foram nomeados e identificados com cópias de documentos. Os moradores dos outros bairros representavam os cidadãos da cidade de São Paulo. Além desses, o abaixo-assinado trazia um total de 1.044 assinaturas, a maioria de assinantes moradores do Jardim Europa. E, ainda mais, do total dessas assinaturas, a maioria era de mulheres (ver gráfico), apenas 23% eram dos moradores do Jardim América, o que significa que a população do Jardim Europa estava mais envolvida com o movimento de reação à entrada do comércio na área dos dois bairros. Quanto ao aporte dado pelos homens, os percentuais eram igualmente diferenciados entre os dois bairros. Coube ao Jardim América 7%, enquanto o Jardim Europa ficou com 27% das assinaturas.
O maior envolvimento dos moradores do Jardim Europa talvez se explique pelo fato de o terreno Klabin/Kliot estar localizado na rua Alemanha, esquina com a avenida Europa, atingindo diretamente os moradores daquela área, o que pode tê-los levado a se organizar contra a entrada do shopping e manter firme essa organização, pelo menos até ter a garantia de que ali não se instalaria qualquer comércio. Acrescente-se que a maioria dos líderes da organização residia no Jardim Europa.

A diferença entre as assinaturas de homens e mulheres indica que o movimento tinha predominância feminina. Assim, a conscientização sobre a importância dos direitos dos moradores e da preservação da qualidade de vida que distinguia a região era, na prática, uma preocupação conduzida por mulheres. No abaixo-assinado havia, ainda, um número não-identificável de assinantes, cujos nomes não estavam legíveis ao lado da assinatura. Mesmo quando trazia o número da casa e a rua, a falta do nome do morador impossibilitou identificar o sexo. Esse número de assinantes equivalia a 12% dos moradores.

O fato de haver 18 mulheres, residentes nos Jardins América e Europa, que exerciam a profissão “do lar”, e ser essa a profissão com o maior número de solicitantes na Ação Popular, é outro elemento que confirma a participação efetiva das mulheres. Esse era um período de
expressivos movimentos pela emancipação política, entre eles, estava os de liberdade e direitos iguais para as mulheres e, nesse caso, transpareceu na participação das moradoras dos bairros América e Europa\textsuperscript{53}. O exemplo anteriormente apresentado, relativo à visita ao governador Olavo Setúbal, feita por uma comissão de mulheres, comprova o peso que elas tinham nessa composição de forças\textsuperscript{54}.

Essa participação feminina maciça possivelmente se explique em razão de estar mudando a condição da mulher na sociedade brasileira\textsuperscript{55}. Essa afirmação se pauta nos dados das pessoas que encabeçaram o documento nos dois bairros, em que estão descritas as atividades desempenhadas pelos solicitan tes. Conforme a Tabela abaixo.

---


\textsuperscript{54} Ação Popular nº 277/80, p 274; MORADORES denunciam destruição do verde. \textit{Folha de S. Paulo}, São Paulo, 19/04/1980.

\textsuperscript{55} O desenvolvimento econômico analisado por João Cardoso de Mello e Fernando Navais, em “Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna”, apresenta um crescimento das oportunidades de trabalho e melhora das condições socioeconômicas brasileiras. Esse desenvolvimento deu ensejo a uma rede de relações que, por sua vez, produzia mais crescimento e melhoria de vida para as classes baixas e médias, assim como a concentração de capital para os ricos. O certo é que, na perspectiva desses dois autores, o crescimento não planejado resultou em concentração de renda, inflação, vários planos econômicos concentradores de riquezas e, finalmente, a globalização. O empobrecimento e a apatia tomaram conta do povo brasileiro nos anos 1990. Contudo, é certo que esse período que os autores chamam de “capitalismo tardio e sociabilidade moderna no Brasil” trouxe, sobretudo, mudanças de comportamento. Nesse aspecto, as mudanças respondem por que as mulheres dos Jardins América e Europa, embora pertencentes a uma classe privilegiada, envolveram-se no movimento de...
Com relação a esse envolvimento, o jornal *O Estado de S. Paulo*⁵⁶ publicou a matéria “Moradores contra a nova lei dos Jardins” sobre visita de uma comissão de mulheres ao prefeito Reynaldo de Barros e, posteriormente, ao governador:

Uma comissão de mulheres acompanhada pelo presidente da Sociedade Amigos dos Jardins Europa e Paulistano, Geraldo Prado Guimaraes, pedirá interferência do governador. A Comissão tentou, de

---

início, falar diretamente como o prefeito Reynaldo de Barros, ‘mas não fomos recebidos’. Ele aceitou receber os representantes dos bairros apenas para tomar um cafeezinho, com o compromisso de não discutir o caso dos ‘Jardins’.  

Outro trecho da mesma reportagem, lê-se:


Amanhã um grupo de 15 mulheres espera poder apresentar todos estes argumentos ao governador — ‘afinal, ele havia nos assegurado que aquele projeto da Câmara seria vetado pelo prefeito, como realmente aconteceu. De repente, porém, ‘fomos surpreendidos com um outro projeto, de autoria do Executivo, mais amplo que o anterior, atingindo os ‘Jardins’ da mesma forma’. Também amanhã, vão entregar uma ‘Carta Aberta’ dirigida ao prefeito na qual formalizam seu protesto. 

As mulheres eram, assim, os olhos atentos, vigilantes em relação às mudanças que pudessem ocorrer no bairro, haja vista o depoimento de Maria Aparecida Brecheret sobre a morte das árvores na propriedade de Kliot.

A nova Lei de Zoneamento foi publicada no Diário Oficial do Município, em 25 de abril de 1980. Portanto, embora a Sajep estivesse atenta ao movimento do bairro e sempre denunciando as atividades irregulares, a vigilante comunidade não conseguiu impedir a aprovação da lei.

Há ainda que se enfatizar o fato de essas mulheres, ricas e com tempo livre, exercerem cotidianamente atividades vinculadas ao bairro, como os encontros no clube local e reuniões beneficentes. E a própria comissão que se formou em torno da criação do MuBE (Museu Brasileiro da Escultura), além de estar motivada a preservar as relações ali estabelecidas e o próprio modo de vida construído, colocou-as ao lado e com a Sajep. A história do MuBE,

58 Id. ib. Ação Popular nº 277/80, p. 257. MORADORES contra a nova lei dos Jardins. O Estado São Paulo, São
descrita em seu site, revela a atuação dessa sociedade de amigos não somente em defesa do bairro, mas também em favor das atividades culturais.

O MuBE surgiu a partir da iniciativa conjunta da Sociedade dos Amigos dos Jardins Europa e Paulistano, SAJEP, e da Sociedade de Amigos dos Museus, SAM, Nacional, há 20 anos, quando iniciaram um movimento social liderado pela atual presidente, Marilisa Rathsam, impedindo a construção de um shopping center em zona residencial. O terreno foi cedido pela prefeitura, em comodato, por 99 anos, e a construção foi realizada com o esforço da iniciativa privada.39 (Grifos no original).

O nascimento do MuBE, em 1995, no local onde a dupla Sodré/Kliot havia decidido implantar o shopping, é uma demonstração da força e organização dessa sociedade de amigos. O MuBE impressiona por sua arquitetura arrojada, embora seja um espaço que causa certa estranheza, em virtude de sua constituição, abundante em concreto, em meio à arborização do bairro, aspecto suavizado apenas por espelhos d’água com peixes ornamentais.

Esta foi a alternativa encontrada pelos moradores do Jardim Europa: plantar um museu no terreno onde haviam estado as árvores cortadas para dar lugar a um shopping. Sua construção ficou pronta em 1995, 22 anos depois da primeira denúncia e 15 anos após impetrada a Ação Popular para deter a implantação do shopping.
Entretanto, esse “final feliz” foi próprio de uma luta marcada pela ambigüidade: de um lado, a idéia de preservação de uma área verde urbana, que enobrece a cidade; de outro, uma área verde cujos habitantes concentraram poder, riqueza e isolamento. A própria suntuosidade das residências e os artefatos de segurança que as cercam afastam quem por ali deseje excursionar para conhecer o oásis na grande megalópole de concreto e vidro. O olho alerta das câmeras instaladas em cada portão transforma a rua numa passarela onde o visitante fica vulnerável e exposto ao observador que se esconde por trás dos muros altos e cercas anteparadas por espessas grades de ferro. Esse caminhar pelas ruas do bairro, vigiado sem que se conheça o observador, intriga, inquieta e desestimula, subtraindo a idéia de um passeio agradável no contato com áreas verdes, que, em princípio, deveriam proporcionar deleite em oposição à espacialidade caótica da cidade cinza.60

2. - A sagradação de um bem: uma ação de técnicos e conselheiros, um ato do poder

O embate em torno do terreno na esquina da Rua Alemanha com a Avenida Europa, cujo final resultou no encaminhamento da Ação Popular, juntou ao corpus documental uma série de documentos que deram suporte ao impedimento do corredor comercial na área dos Jardins América e Europa. Entretanto, essa catalogação de provas reuniu, também, pareceres técnicos de especialistas que pudessem comprovar e sustentar as reivindicações. Esses pareceres são fundamentais para a compreensão do lugar do Jardim América no todo da

60 CARNEIRO, Sergio R. de França M. O olhar cinza da cidade: A imagem do centro de São Paulo. vol. I. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e urbanismo da universidade de São Paulo, 1999. Esta obra é composta de dois volumes, sendo o primeiro correspondente às entrevistas realizadas com pessoas da cidade, tabulações dos dados observados; e o outro faz a análise comparativa considerando a percepção do paulistano sobre o espaço habitado. Quando perguntado ao entrevistado qual o lugar de oposição da cidade cinzenta, foi respondido...
oficialização da área que passou a compor os “Jardins” como região urbana tombada, ou seja, um patrimônio paisagístico.

Assim, os pareceres apresentam arrazoados de técnicos ou conselheiros tanto indicados pela Sajep, no caso da Ação Popular, como recomendados pelo Condephaat, no caso do Processo de Tombamento. Apresentam seus pontos de vista com base em fatos, dados e teorias, de forma a que o motivo do tombamento seja evidenciado. Foi requerido, portanto, do assistente técnico dos autores da ação — aqui, da Sajep —, o arquiteto José Carlos Ribeiro de Almeida, a quem cabia responder às perguntas sobre a preservação das áreas em questão. Seus fundamentos deveriam estar pautados de modo a convencer nas respostas.

Encaminhou-se ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Municipal da Capital[61] laudo do arquiteto acerca dos quesitos solicitados pelos próprios autores, vereadores, a municipalidade de São Paulo e o prefeito. O parecer fundamentou-se em explicações técnicas, ancoradas num paralelo entre os bairros citados na Ação e a concepção de Cidade-Jardim. Suas ponderações basearam-se nessa concepção, cabível para a defesa do Jardim América, porém não aplicável ao Jardim Europa, planejado pelo arquiteto Hipólito Pujol, cujo projeto havia buscado inspiração na configuração do inglês Barry Parker. Entretanto, no todo das respostas, Almeida exaltou a figura de Parker e atribuiu-lhe duas responsabilidades que não tinha. A primeira dizia respeito à idéia de Cidade-Jardim. Almeida afirmou que:

Letchworth é até hoje preservada com as mesmas características da época de sua fundação, considerada como cidade histórica inglesa. O autor do projeto dos jardins Europa e América é o arquiteto Barry Parker, o mesmo de Letchworth. No caso dos nossos ‘Jardins’, Parker inovou pois em primeiro lugar, transpôs para o projeto de bairros (na época subúrbios) os mesmos princípios de projeto que havia aplicado ao projetar uma cidade com sucesso e, em segundo, ao adaptar esses princípios às condições brasileiras, tão diferentes das inglesas. É ocioso falar da influência de Parker nos projetos urbanos posteriores realizados no Brasil, em que o traçado hipodâmico é abandonado seja por uma imposição topográfica seja pela qualidade plástica e paisagística das ruas curvas e pequenas praças que surgem de repente.

Vale ainda salientar que Parker elaborou em 1918 as primeiras posturas ao uso e parcelamento de lotes, bem como recuos obrigatórios, altura de gradi, etc. Inegavelmente, o autor de Letchworth marcou profundamente o urbanismo

---

pdfMachine
A pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!
O arquiteto, no arranjo das palavras, induz o leitor de seu parecer a cogitar que Letchworth foi pensada por Parker, tendo, dessa forma, maior importância na formulação da ideia de Cidade-Jardim que Ebenezer Howard, que a concebeu.

Alguns autores anteriormente citados discorrem a respeito da influência de Parker e Unwin no resultado prático da obra de Howard. Portanto, se Almeida quisesse atribuir a Parker tal alcance, ainda assim teria de considerar que essa questão era polêmica. Ainda que seu argumento tenha favorecido o tombamento, merece reparos.

A segunda responsabilidade imputada a Parker trata da autoria do Jardim Europa, bairro vizinho ao planejado pelo arquiteto inglês. Essa atribuição tirou os direitos do verdadeiro autor, bastando assinalar que ele não é mencionado em nenhum momento. Há que se perguntar: por que Almeida confere a Parker a autoria que pertencia a Pujol? Desconhecendo ele essa autoria? Pelo breve currículo exposto ao final de seu parecer na própria Ação Popular, é difícil dizer que Almeida não conhecia a autoria em ambos os casos. Na referência

---

sobre Almeida, aparecem os seguintes indicativos: professor adjunto da cadeira de Projeto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie; membro do Conselho Universitário da Universidade Mackenzie como representante da Faculdade de Arquitetura; presidente do Sindicato de Arquitetos no Estado de São Paulo; membro do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil; conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo.

Com uma atuação de tão vasto poder em várias instâncias decisórias no âmbito de sua profissão, poderia o arquiteto desconhecer a autoria de Pujol no planejamento do bairro Jardim Europa e que Barry Parker dividiu o planejamento de Letchworth com Raymond Unwin, acatando a ideia estrutural de Cidade-Jardim concebida por Ebenezer Howard? Seu próprio currículo diz não. Além disso, a Sajep tinha em seu corpo engenheiros e arquitetos; por que motivo escolheria como parecerista de apoio alguém que desconhecia esses pontos da concepção de Cidade-Jardim e a história do Jardim Europa? Portanto, parecem ter sido deliberadamente ignoradas essas duas autorias nas explicações dos autos da Ação Popular no parecer ao Juiz da 2ª Vara dos Feitos da Prefeitura Municipal de São Paulo, com o objetivo de convencer acerca da relevância das áreas verdes urbanas e da gravidade da entrada dos corredores comerciais nos dois bairros.

Esse procedimento não incorre apenas num erro de argumentação jurídica, mas, sobretudo, em forjar documentos, visto que toda a contribuição arquitetônica e de planejamento deixada por Pujol foi deliberadamente ignorada. Esse tipo de elaboração discursiva evidencia a tentativa de tecer uma história e uma memória conveniente aos interesses de um determinado grupo para alcançar seus objetivos de forma escusa e criar informações erradas em documentos que passariam a fazer parte dos registros históricos do bairro. O mérito do tombamento dessas áreas não está sendo posto em questão, pois elas são exemplos de qualidade de vida que poderiam ser estendidas a muitas outras áreas urbanas. O
ponto que se pretende salientar é a forma como se constrói a história de celebração de um lugar e quais instrumentos são usados. Nesse enfrentamento do público e do privado, as ferramentas para viabilizar a preservação da área em questão fizeram uso dos vestígios de um passado nobre do Jardim América, para sacralizar um lugar, uma região, suprimindo o passado e a história das outras espacialidades adjacentes. Justificava-se assim ignorar a autoria de Pujol em relação ao Jardim Europa. Portanto, o que se promovia não era a negação de seu trabalho e a sua importância para a história da Arquitetura e do Urbanismo brasileiros a respeito de um passado vivido na história da cidade de São Paulo, mas sim uma ressignificação espacial e simbólica de uma determinada espacialidade urbana, cuja ameaça de extinção justificava os instrumentos de defesa. Da forma como se elaborou o mote do parecer, a pedra angular sustentou-se em informações errôneas e que resultavam na sobreposição do trabalho de Pujol às prerrogativas criada pela defesa da preservação do bairro, mesmo que isso deixasse implícito um pacto de silêncio sobre a autoria do Jardim Europa.

Além do parecer de Almeida, compunham os argumentos de defesa o parecer do perito Joaquim da Rocha Medeiros Junior, cujo conteúdo completava o de Almeida, pois tratava das características ambientais dos Jardins América e Europa. Citavam, até mesmo, o fato de as árvores das ruas dos dois bairros já estarem protegidas pelo decreto-lei nº 9.367/71, que disciplinava o corte de árvores na área do município de São Paulo. Também salientava que os bairros em questão haviam sido planejados no início do século XX e apresentavam singularidades. O perito baseou-se em artigo da Lei Orgânica dos Municípios, no decreto-lei complementar nº, 9 de 31/12/1969, que dispõe sobre as responsabilidades do município, a
quem competia “promover a defesa da flora e fauna, assim como dos lotes e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico”.

Entretanto, houve a réplica por parte dos requeridos nos autos — a Prefeitura, os vereadores e o prefeito. Assim, foi indicado para refutar os pareceres anteriores o engenheiro civil Ernesto Whitaker Carneiro, que pautou sua resposta no crescimento da cidade e em sua constante transformação, o que exigia do poder público um gerenciamento que atendesse a toda a população e não privilegiasse determinado grupo ou local. Rebateu dizendo que a área em questão não era tombada pelo patrimônio histórico, portanto a solicitação da Ação Popular não procedia. Também afirmou que a mencionada região não era caracterizada pelo turismo, como dizia o perito Medeiros, e que a lei 9.367/71 já protegia a área, visto que, como o próprio Medeiros destacou, ela regularizava o corte de árvores. Citou exemplos de outras ruas que haviam sido residenciais e foram ocupadas pelo comércio, o que valorizou seus imóveis. Também retrucou ao enredo proposto por Medeiros acerca da preservação da vegetação de jardins e árvores de rua, alegando que não existia ali nenhuma planta rara que merecesse ser preservada, mas não apresentou nada que não contivessem os outros dois pareceres; apenas usou o discurso de ambos, de modo a desconstruí-los com suas próprias informações.

Além desses pareceres, ambas as partes convocaram especialistas para depor. Entre esses últimos estava Carlos Lemos, como testemunha da Municipalidade. Seu depoimento informou que residia em São Paulo há 40 anos,

que conhece bem os Jardins, sabendo como foram urbanizados pela Cia. City; que ali sempre se deu o caráter residencial ao uso; que a City arborizou as ruas e impôs taxas de ocupação mínimas, reservando áreas livres; que nessas áreas livres os moradores implantaram vegetação e arborização; que a Cia. City somente arborizou o Jardim América; que deu à Rua Groelândia em direção ao Rio Pinheiros, a área foi urbanizada por várias companhias particulares, que o local era baixo de várzea; que sofreu drenagem por eucaliptos; que a vegetação e arborização foram plantadas e que não eram nativas; que de fauna havia os pardais, além de animais domésticos trazidos e a flora seria da urbanização plantada; que por volta de 1920, desde que foi lançada a linha de bonde por Horácio Sabino, em demanda ao Rio Pinheiros e Cidade Jardim, já havia o corredor que atravessa os Jardins, que naquela época já

---

havia um comércio incipiente na altura do ponto final do bonde onde é hoje o restaurante Bolinha; que essa arborização de ruas e dos lotes cria uma área verde nos Jardins; que o fluxo maior de carros provém de outro bairros, criando um transito chamado parasitário; que antes da promulgação da lei de corredor de uso múltiplo, já havia comércio tolerado no local;....

O parecer de Carlos Lemos é importante para esse debate, pois, nesse momento da história da luta pela preservação da área dos Jardins América e Europa, ele foi convocado como testemunha da municipalidade, ou seja, a favor daqueles que defendiam os corredores comerciais. Entretanto, em artigo publicado pela Folha de S. Paulo em 1977, ele já defendia os corredores e também a manutenção do bairro como estava. Afirmava até mesmo que o Jardim Europa deveria voltar-se para a arte e permitir que museus e ateliês fossem instalados. Possivelmente, sua posição contribuiu para que o MIS permanecesse no bairro e o MuBE ocupasse o famoso terreno da esquina da rua Alemanha com a Avenida Europa.

O posicionamento sempre coerente desse arquiteto e seu vasto conhecimento a respeito das concepções urbanas e suas aplicações, ancoradas na realidade, permitiram opinar a favor daqueles que defendiam o corredor comercial, mas não deixar de apoiar a configuração dos bairros em questão. Carlos Lemos também não deixou de mencionar a característica do lugar, qual seja, a de ser um bairro com alta concentração de riqueza, embora essa fosse uma marca da região bastante significativa, não poderia ser ignorada no contexto da cidade, tão desprovida de áreas com boa qualidade de vida.


---

67 Ação Popular nº 277/80, p. 744; SÃO PAULO (Município). Segunda testemunha da municipalidade: Carlos
Uma vasta documentação compõe o pedido de tombamento, cuja primeira solicitação é datada de 18 de agosto de 1981, assinada por Marius Osvald Arantes Rathsam e dirigida ao Conselho do Condephaat.68

Outra solicitação data de 26 de abril de 1985 e foi assinada por Antonio Augusto Bizarro e dirigida a Modesto Carvalhosa, presidente do Condephaat e, em 1980, advogado dos defensores dos Jardins. Por sua condição de ex-advogado dos solicitantes, Carvalhosa conhecia bem as reivindicações e suas bases de sustentação. O pedido de Marius Osvald Arantes Rathsam foi documentado em 198169. Em 1985, outro pedido era feito, o que nos leva a concluir que nenhuma medida havia sido tomada em relação à solicitação. Nesta ata, mencionam-se, embora sob outra perspectiva, as consequências de tomar um bairro:

A Conselheira Lucia Falkenberg exigiu uma cópia da sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Municipal, Dr. Luiz Bernine Cabral, datado de 24 de junho de 1981, do mandado de segurança obtido pelos moradores e Sociedade dos Amigos do Jardim Europa e Paulistano e também uma solicitação de abertura de Tombamento, assinada pelo advogado responsável pela causa da defesa dos “Jardins”. O Pe. Jamil Nassif Abid argumentou que essa preocupação de preservação do local era positiva, mas que se devesse criar outras formas de preservação, sem que fosse pelo CONDEPHAAT. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello afirmou que era um precedente perigoso se tomar esses jardins, pois no futuro com a criação de novos Jardins iriam solicitar antecipadamente seu tombamento.70

O pedido voltou à baila, de acordo com a documentação arrolada no Processo de Tombamento, em 6 de maio de 1985, quando o presidente do Condephaat assinou a abertura do estudo de tombamento, conforme a ata nº 638 da Seção Ordinária do egrégio Colegiado, realizada na mesma data.71 Após esse expediente, o presidente do Condephaat informou ao

---

68 O abaixo-assinado; carta de apoio do Clube Atlético Paulistano; o laudo técnico de José Carlos Ribeiro de Almeida; carta de Marius Osvald Rathsam enviada ao Condephaat em 18 de agosto de 1981, quando ganharam a causa da Ação Popular; carta de Victor C. Del Mazo Suarez, perito convocado na Ação Popular; cópia da “Magistral Sentença Prolatada pelo Meritíssimo Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Municipal, Dr. Luiz Bernine”; vários artigos de jornais do período (1981-1986); Ata da Sessão Ordinária de 19 de agosto de 1981.
71 Processo de Tombamento nº 23.372/85, p. 347; SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO –
secretário de Cultura, Cunha Lima, a abertura do processo nº 23.372/85, para estudos de
tombamento da área urbana compreendida pelos seguintes limites:

parte da confluência da rua Estados Unidos com a Avenida Nove de Julho, seguindo
por esta até a Rua Rússia seguindo por esta até a Praça do Vaticano, cruzando-a até a
rua Itália, seguindo por esta até a rua Turquia, seguindo por esta até a Rua Polônia,
seguindo por esta até a Rua Groelândia, virando à esquerda até a Rua Estados
Unidos, virando à direita e seguindo pela mesma até o ponto inicial do perímetro, ou
seja, esquina com a avenida Nove de Julho.72

Cópia desse documento também foi enviada a outras autoridades envolvidas, como o
administrador regional de Pinheiros, a quem estava subordinada a região em Processo de
Tombamento73. Dessa forma, veio a público a iniciativa do Condephaat em tomar a área dos
Jardins América e Europa. Essa medida impedia que Alexandre Kliot levasse avante sua idéia
de construir um shopping no terreno da rua Alemanha, esquina com a Avenida Europa.

Vários jornais publicaram o assunto, porém a Folha da Tarde, em 13/05/1985,74
publicou, em forma de nota, o Shoppingate I, II e III, em que relatava a preocupação da
comunidade de que o Processo de Tombamento chegasse ao final, atendendo às expectativas
dos moradores dos dois bairros. A Folha da Tarde também mencionou a posição em relação
ao tombamento adotada por Malta Campo, que, no passado, havia se negado a receber a
comissão de mulheres para negociar o pedido de intervenção referente aos corredores
comerciais nos dois bairros. Ele agora estava ao lado de Marilisa Rathsam, a mesma mulher
que liderara tal comissão. Esse fato mostra que os moradores mudaram de posição ao longo
das reivindicações, iniciadas em 1973. Além de Malta, também se mostravam a favor o

GP-372/85].
73 Foram enviadas cópias do documento que deu a entrada à solicitação, ao Titular do 15º Distrito Policial , à
diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, da Prefeitura Municipal de São Paulo (MSP), ao secretário
municipal de Habitação do Desenvolvimento Urbano, ao prefeito Mario Covas. Em 8 de maio de 1985, ao
secretário da Cultura, Jorge Cunha Lima, fez a notificação pública no Diário Oficial do Estado de São Paulo75
sobre o tombamento, na qual esclarece que nada poderia ser feito dentro das linhas demarcatórias estipuladas
pelo Condephaat, sem que esse órgão fosse informado e autorizasse, sob pena de enquadramento previsto pelo
artigo 166 do Código Penal Brasileiro.
74 Além dessa notícia, havia ainda 21 reportagens referentes ao pedido de tombamento que informavam o fato
de a área ter sido embargada pelo processo e que, somente após a finalização, se não fosse tombado, seria
possível realizar alguma alteração na área descrita pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 8 mai.
secretário da Cultura, o ex-presidente Jânio Quadros e o presidente da Associação Brasileira de Preservação da Natureza, Waldemar Paiolle.

Além da mudança de atitude de alguns moradores dos bairros, o Processo de Tombamento trazia mudanças em suas formulações, que apresentavam um caráter mais investigativo com relação à história dos bairros. Numa reunião do Conselho, em 1º de julho de 1985, quando foi discutido o tema “Jardins”, o conselheiro Paulo Bostos informou que a comissão de estudo havia realizado três reuniões e concluído que era preciso estudar melhor a questão. A comissão partiu do parecer do conselheiro Carlos Lemos, que “deveria ser aprofundado para posterior aprovação por parte do Conselho”.75 Nessa mesma reunião, Lemos lembrou que o Condephaat tombaria o traçado viário dos Jardins por considerá-los históricos enquanto primeiro bairro-jardim planejado, mas que a loteadora City descaracterizara o projeto inicial e dessa forma todo o traçado urbano e linhas demarcatórias dos lotes iniciais deveriam constar do tombamento a fim de evitar o desmembramento dos lotes. Concluindo, o conselheiro Carlos Lemos disse que o interior dos lotes, assim como o arvoredo, deveriam ser considerados como áreas envolvidas e a área envoltória seria considerada o lado oposto da área tombada.76

A desconfiguração do bairro foi um problema levantado apenas por Carlos Lemos. Mesmo estudiosos das áreas urbanas, quando citam o Jardim América, remetem-se a ele como bairro planejado por Barry Parker. Dentre todos os envolvidos nas defesa dos dois “bairros-jardins”, desde 1973, Carlos Lemos vinha pronunciando-se na imprensa e em artigos sobre o assunto e não mudou sua forma de pensar. Ainda quando depois a favor da Municipalidade na Ação Popular, repetiu o que havia dito em entrevistas e em seus artigos. Era a favor do corredor comercial especial, mas contra a liberação do comércio nos dois bairros. Advertia, sempre que se pronunciava, que o Jardim América era o único loteado pela City. Portanto, parece-nos que seu procedimento foi considerado, além do seu conhecimento acerca do tema, por não ter perdido de vista a coerência, mantendo-se leal a si mesmo durante todo o percurso.

---

76 Id. ib. Processo de Tombamento nº 23.372/85, p. 351-356; SESSÃO ORDINÁRIA DO CONDEPHAAT.
da história da defesa dos Jardins América e Europa e, sem dúvida, expressou essa posição em seu parecer.

Lemos atentou para a questão ambiental e a noção de Patrimônio Ambiental Urbano, conceito novo no âmbito da valorização de patrimônios a serem tombados. Lembrou que a “problemática da chamada ‘cidade histórica’ desviou a atenção de todos, levando-nos ao esquecimento das relações necessárias que existem sistematicamente entre bens culturais componentes das tramas urbanas, qualquer que seja a idade do lugar”.

Tratou do tema mencionado por Cunha, acerca da ineptia de governos municipais em dar suporte aos serviços de patrimônio. Salientou os interesses imobiliários que agiam na orientação da Câmara de Vereadores, visto que, de um modo ou de outro, eles eram representantes do povo. Defendia uma posição dos órgãos de tombamento e a renovação de suas políticas de atuação, com a introdução de “novos objetos” nesse campo. Afirmou que a comunidade dos Jardins América e Europa reivindicava seu tombamento, o que era um novo objeto dentro do patrimônio, com o qual concordava. Porém, “outras áreas devem também ter o mesmo tratamento, como Altos de Pinheiros, Altos da Lapa, o Pacaembu e tantos outros bairros paulistanos não vinculados à Cia. City, como a chácara Flora, por exemplo, que se comparam perfeitamente aos citados Jardins quanto à taxa de ocupação de seus lotes e quanto à arborização densa”.


80 Processo de Tombamento nº 23.372/85, p. 336; SÃO PAULO (Município). Parecer do arquiteto Carlos
Propôs, ainda, a análise da viabilidade técnica e jurídica do processo e a quem caberia a fiscalização para que a área tombada não sofresse alterações, como a paisagem, por exemplo. Apoiou o tombamento da área nos seguintes termos:

Tombamento pelo Condephaat do traçado urbano unicamente do Jardim América representado pelas ruas e praças públicas [...] sua vegetação, especialmente o arvoredo, seria encarada como bons aderentes e sujeitos à vigilância possível do Condephaat e a Prefeitura acertados mediante convênio. [...] as atuais linhas marcatórias dos lotes, mesmo que não sejam aquelas originais do projeto de Barry Parker, isso com o fito de se obstaculizar qualquer subdivisão da área, pois são também ‘históricas’ as superfícies dos lotes, isto é, o adensamento populacional delas decorrentes é tão importante quanto o traçado urbano.81

Além dessa condição, Lemos sugeriu que se tombassem algumas construções significativas, mas independentemente do traçado urbano, em razão da demora que tal tarefa exigiria. Esse procedimento deveria ter como ponto de análise as medidas adotadas pela Companhia City para a construção em seus lotes.82

Outro parecer importante foi o de Victor Hugo Mori. O arquiteto fez um longo histórico da concepção de Cidade-Jardim e de sua repercussão em países da Europa e América, bem como no Brasil. Referiu-se ao período em que Barry Parker permaneceu no País e a suas atividades junto à Companhia City e na cidade de São Paulo. Historiou os Jardins América e Europa. Diferentemente do parecer da Ação Popular, estabeleceu as diferenças entre eles e apontou as dessemelhanças estruturais. Aqui, Pujol foi reconhecido como autor do Jardim Europa. O Jardim América apresentava um traçado que conciliou “o privativismo de Ebenezer Howard com a necessidade de se harmonizar com a futura estrutura urbana da cidade, concebendo assim uma estrutura fechada e aberta ao mesmo tempo”. Por outro lado, o Jardim Europa, projetado por Hipólito Pujol Junior, “foi concebido visando ilhar o empreendimento no contexto do tecido urbano da cidade, ou seja, uma estrutura

82 As medidas para construir eram dadas pelo contrato de compra e venda. Estipulavam afastamento de seis metros em relação ao alinhamento, três metros em relação às divisas laterais e oito metros em relação às divisas, etc.
fechada cujo isolacionismo estruturava-se numa visão ortodoxa já superada de Howard”. 83 O enunciado de Mori demonstra que a autoria de Pujol, antes negada, foi restabelecida no Processo de Tombamento.

O parecer da historiadora Sheila Schwarzman traçou o longo percurso da comunidade dos Jardins Europa e América na luta pela preservação de suas áreas, mas afiançou os pareceres dos arquitetos Carlos Lemos e Victor Mori. Observou que se tratava de uma área de pessoas ricas e que, possivelmente por essa razão, tenham conseguido atingir seus objetivos tanto de manutenção das áreas ao longo do tempo, como da luta pelo tombamento. Recordou o artigo do professor Carlos Lemos, “O MIS e os Ricos”, para dizer que os abastados sempre moram bem e que “a medida se sustenta pelos ensinamentos que o bairro traz e por ser ainda um pulmão de ar da cidade, por ser uma das últimas regiões não verticalizadas, pela sua homogeneidade, elementos estes garantidos justamente pelo seu caráter elitista”. 84

A eleição de um bem visando a sua preservação é um procedimento político relativo às ações de um governo, seja ele municipal, seja estadual ou federal. Essa é uma tarefa complexa, como bem afirma Ana Luiza Martins, ao traçar um panorama das políticas culturais que regeram os serviços de patrimônios e definiram as escolhas de bens a serem tombados. O ato de sagrab um bem e erigir seu lugar de patrimônio também é abordado por Maria Clementina Pereira Cunha, em seu “Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico”. Recorda a autora que o trabalho de profissionais da área de patrimônio é cercada de dificuldades, por falta de apoio e de políticas preservacionistas mais amplas. Salienta que os órgãos de preservação patrimonial foram criados pela elite para “cristalizar uma memória que reside em poucos lugares e pertence a muito poucos”. Entretanto, aponta um outro horizonte para a pauta do patrimônio; diz que houve mudanças, a exemplo das manchas

urbanas tombadas, mas que, dentro dos próprios órgãos de serviços ao patrimônio, há controvérsias a esse respeito.

A idéia conservadora de preservação está tão arraigada nas mentes e atitudes daqueles que trabalham nos serviços de patrimônio que o debate “permanece necessário: em São Paulo e em todo o país, muitos entendem ainda a ação do patrimônio histórico como uma atividade meramente acadêmica, que tem pouco a contribuir com a gestão da cidade ou com as lutas pela democracia e pelos direitos à plena cidadania, que marcam a vida brasileira, mesmo anos após o final da ditadura militar”.86 Esta reflexão de Clementina P. Cunha fez parte do Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania realizado em São Paulo em 1991, aproximadamente quatro anos e meio depois de efetivado o tombamento da área dos Jardins. A historiadora aponta mudanças, visto que áreas urbanas como a dos bairros em questão estavam sendo tombadas, e as perspectivas no campo de trabalho da área de patrimônio estavam mesmo mudando87. Essa é uma máxima incontestável, diante do tombamento dos Jardins América e Europa. Porém, a sacralização da memória restrictiva a lugares privilegiados estendida a seus proprietários, igualmente detentores de regalias, não estava totalmente descartada.

Essa constatação é do próprio Conselho e da comissão técnica, cujo nível intelectual e de conhecimento técnico para julgar o merecimento do pedido da comunidade é bastante elevado. Compunham essa comissão Geraldo Giovani, Paulo M. Bastos, Carlos Lemos, Sheila Schvarzman, Regina M. P. Meyr e Victor Hugo Mori. Seus próprios nomes já conferiam relevância ao debate que distinguiu o grupo, portanto é natural que houvesse preocupação com os privilégios que o tombamento pudesse comportar:

86 CUNHA, op. cit., p. 10.
87 Sobre a lentidão acerca das mudanças no âmbito cultural, principalmente envolvendo o patrimônio histórico, é importante a leitura do livro de Françoise Choay sobre esse tema. Apresenta uma retrospectiva histórica sobre a forma como a Europa, mais especificamente a França lidou com a preservação de sua história e memória e como inventou o patrimônio urbano e sustentou sua identidade. CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Trad. Luciano
Como ficou claramente evidenciado nas últimas discussões ocorridas em Conselho, porque as razões sociais subjacentes podem assumir um caráter contraditório. Se, de um lado, a preservação da área, dada sua importância para a ecologia urbana tem alta relevância social, de outro, o fato de tratar-se de uma região habitada por estratos sócio-econômicos mais altos poderia configurar a preservação de privilégios sociais. Em quarto lugar, porque talvez tenha sido este o motivo que gerou o maior número de pressões externas sobre o conselho, pelo menos na atual v ilegiatura.

Esse registro da Comissão Técnica expressa claramente que o Conselho vinha sofrendo pressões externas para tomar, por parte dos interessados nesse procedimento, e para não tomar, por parte daqueles que desejavam estabelecer o comércio naquela região. Não obstante, a Comissão optou por endossar o parecer do arquiteto Carlos Lemos, também membro da Comissão, quanto ao tipo de tombamento que se poderia praticar nesse caso. Procedeu-se como o fizeram os outros pareceristas posteriores a Lemos, os quais afiançaram sua posição, conduta possivelmente motivada por sua coerência e conhecimento do assunto. Lemos era professor da FAU/USP e arquiteto que construiria um nome no âmbito de sua profissão e que não tinha mudado de opinião a respeito dos Jardins América e Europa desde a sua primeira manifestação, ainda nos anos 70. Pautando-se no conhecimento das áreas de urbanismo e arquitetura, conquistou o respeito dos colegas. A comissão concluiu que:

O caráter exemplar do processo faz com que a decisão deva abstrair toda a argumentação que não esteja fundada em critérios de ordem técnica e/ou histórica. Cremos que a contradição contida nos interesses mais imediatos acaba por anular os argumentos em oposição.

Por outro lado, a preservação do local, enquanto área verde [...] compete fundamentalmente à Municipalidade.

Assim sendo, examinando os estudos, relatórios e pareceres anexos ao processo, que resgatam a história da ocupação das áreas em questão, fica claro que o tombamento, se concretizado, deverá estar apoiado fundamentalmente no caráter pioneiro do traçado, que constitui um marco inegável na história do urbanismo latino-americano. As demais razões levantadas de caráter ecológico e arquitetônico devem somar-se secundariamente àquela fundamental, adjetivando positivamente a pretensão da preservação. Isto significa restringir a extensão espacial do pedido nos termos do parecer do arquiteto Carlos Lemos, que se segue e que a Comissão endossa.  

Em 9 de dezembro de 1985, Modesto Carvalhosa elaborou seu parecer. Questionou, de modo indireto, o parecer da Comissão Técnica com relação às “razões efetivas que teriam levado ao movimento dos moradores dos jardins, solicitando o tombamento”. O presidente do
Condephaat concordava com o parecer do arquiteto Carlos Lemos e da Comissão Técnica, porém dizia que era preciso ampliar a questão e levar em conta outros fatores do processo, não considerados pelo Conselheiro e pela Comissão, como o abaixo-assinado que solicitava o tombamento e continha assinaturas de moradores dos Jardins Paulista e Paulistano. Em seguida, entrou na questão polêmica desse tombamento.

A Comissão, assim como o conselheiro Carlos Lemos, havia sugerido que apenas fosse tombado o Jardim América, em razão de sua história e de seu traçado. Todavia quem mantivera o movimento, durante a década de 1970 e parte da de 1980, haviam sido os moradores do Jardim Europa. Além desse fato delicadíssimo, essa comunidade havia lutado contra o corredor comercial, inicialmente. Porém, a mudança, em 1980, do zoneamento, que inseriu o corredor comercial especial para a Rua Colômbia e a Avenida Europa, a comunidade continuara a lutar para impedir a construção de um shopping na esquina da Rua Alemanha com a Avenida Europa. O tombamento tinha a intenção de impedir que o shopping fosse construído, pelo menos era a visão da comunidade.

Ora, se o tombamento se restringisse ao Jardim América, o único dos bairros com características para isso, ainda que questionáveis, como ficaria a comunidade que lutou com a finalidade de preservar sua área e seu sossego? Considerando-se que, nesse “recanto de paz” que era o Jardim Europa, residiam alguns dos mais ilustres nomes da elite paulistana, seria possível não atender a essa solicitação se fosse atendida a do Jardim América, bairro que estivera todos esses anos a reboque do vizinho realmente empenhado na preservação de sua área? Estava posto o problema que Carvalhosa tinha nas mãos. O Jardim Europa não tinha historicidade e traçado para ser tombado. Diante desse impasse, o presidente do Conselho formula o seguinte protesto:

```
Parece-me que a solução aventada atende apenas a parte do movimento dos moradores em prol da preservação do chamado pulmão verde do centro de São Paulo. Isto porque atém-se a respeitáveis critérios históricos, que embora negáveis...
```

---

**pdfMachine**

**A pdf writer that produces quality PDF files with ease!**

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!
senhores Conselheiros puderam verificar — a preservação paisagística e do traçado urbano, apresentado como razão ou argumento central, o fato de ter sido o verde ali existente CONSTRUÍDO pelos moradores. E, com efeito, embora concebidas as áreas como Jardins foram os moradores que ali se revezaram durante mais de setenta anos que implantaram a paisagem ali existente, fornecendo à cidade uma massa vegetal província de seus lotes e do traçado viário. Em conjunto constitui, em nossos dias, patrimônio valiosíssimo da própria cidade, em termos ecológicos, paisagísticos, turístico e urbanístico. Pode-se alegar que tal “construção do verde”, como enfatizam os moradores, é fruto de sua posição privilegiada no campo social. Pouco importa, no entanto, tal argumento, pois seria o mesmo que negar à nobreza inglesa o mérito de ter ‘construído’ os parques magníficos que hoje compõem o sistema paisagístico de uso comum do povo.

Esses parques eram os quintais dos palácios da família real inglesa e o mesmo alegam hoje os moradores, que em inúmeras manifestações declaram desejar ‘doar’ essa área verde para a cidade, ou seja, desejam legar a área intacta, para que, no futuro, transforme-se efetivamente em um grande parque público essa área magnífica hoje aprisionada no próprio centro da cidade de São Paulo.

A elaboração dos fundamentos de Carvalhosa demonstra que ele estava empenhado em fazer tomar a área que a Comissão Técnica havia deixado de fora. Visto que os argumentos da transferência da historicidade do Jardim América para o Jardim Europa não haviam funcionado como na Ação Popular, e a “nobreza” do Jardim América conspurcaria a reivindicação da comunidade de seu vizinho, não restou outra coisa a fazer senão tomar toda a área dos Jardins sob a alegação da preservação ambiental. Dessa forma, Modesto Carvalhosa reuniu aos dois bairros em questão os Jardins Paulista e Paulistano.

O interesse e a possibilidade de tombamento dos jardins fundamenta-se, portanto, além do inegável caráter histórico do jardim América, no caráter antrópico que é a sua marca principal e na necessidade de preservação desse patrimônio ambiental urbano, que é reclamado não só pelos seus moradores, mas pela população de toda a São Paulo, face aos benefícios que toda a medida trará.

Tendo como fundamento as diversas considerações expedidas nos pareceres da Comissão e do professor Carlos Lemos, somos pelo tombamento de toda a área dos Jardins, tal como solicitadas pelos diversos abaixo-assinados dos seus moradores, abrangendo o perímetro compreendido entre as Avenidas 9 de julho e Rebouças e Rua Estados Unidos e Av. Brigadeiro Faria Lima.

Os dois outros bairros incluídos não aparecem em nenhum momento da Ação Popular, tampouco no Processo de Tombamento; figuram apenas nesse parecer e na ata nº 700, que registrou a reunião do tombamento. Foi votado em reunião do Conselho, porém no corpus de documentos do Processo de Tombamento há apenas a síntese da ata em questão. Ficou impossível saber o teor do debate sobre tal parecer, mas é certo que este pós abaixo todo o
trabalho da Comissão Técnica, visto que sua indicação não foi respeitada. Também não há explicações, nem mesmo no texto de Carvalhosa, sobre a inclusão.

O presidente do Conselho deu indicativas de que realmente privilegiou os Jardins. Se quisesse defender o verde da cidade de São Paulo e se tivesse levado em consideração, pelo menos, parte do parecer do conselheiro Lemos, ou da Comissão Técnica, teria tombado a chácara Flora, o Alto da Lapa, o Alto de Pinheiros e outros bairros com características similares que envolvem a cidade com suas ruas verdejantes, amenizam o ar e melhoram a visão da árida e cinzenta São Paulo. A conjunção (Figura 18) do mapa do bairro e das fotografias das praças e ruas limítrofes, nos permitem formar uma idéia a respeito da área tombada do Jardim América. Possivelmente possa explicar melhor que as palavras, pois retratam a paisagem de uma ilha no interior da cidade.

O Condephaat permaneceu nesse processo a serviço das elites, mesmo se consideramos a ambigüidade relatada nas atas de reunião do Conselho, que também marcou as reuniões da Comissão e o próprio parecer final da Comissão Técnica, cuja preocupação de tomar uma área para favorecer interesses de um grupo social foi debatida pelo grupo. Mesmo que esse cuidado com as ações se tivesse materializado, ainda assim o tombamento do Jardim América trazia em si um caráter indefinido. Por toda a sua história, relatada no âmbito deste trabalho, acabaríamos chegando a essa conclusão.
O Jardim América foi incorporado aos outros “bairros-jardins” e passou a fazer parte dos “Jardins”, denominação que se deu ao conjunto dos quatro bairros, como apresenta o mapa no início deste texto. Sua unicidade desapareceu no todo dos bairros. Incluir o Jardim América no mesmo conjunto de bairros cuja historicidade era outra e equipará-los tira-lhe sua condição de bairro-jardim planejado por Barry Parker, mas permite que sua história possa ser contada, considerando-se a intervenção realizada pela Companhia City, e o bairro assuma sua nova configuração, alterada por essa empresa entre 1926 e 1932.
O tombamento de toda a área subtraiu ao Jardim América sua singularidade, da forma como a propuseram o arquiteto Carlos Lemos e a Comissão Técnica do Condephaat. Conforme registrou o folheto comemorativo do tombamento dos “Jardins”:

Os “bairros Jardins” — conceito de planejamento inglês a partir do qual foi construído o Jardim América e que introduziu a configuração do Jardim Europa, Paulistano e Paulista — são testemunhos de uma nova forma de ocupação do solo, onde o verde iguala-se em valor às construções. Tanto isso é verdade, que especial ênfase foi dada, naquela época, à regulamentação de uso do lote onde há menção a recuo, à proporção de construção em relação às áreas de jardim, à obrigatoriedade de cercas vivas, à grama e à arborização das ruas e praças públicas. Trata-se de uma nova experiência de urbanismo, que fará da paisagem dado da memória urbana. Mas não só isso, a massa arbórea que se alteia acima das habitações traz para toda a cidade um efeito redutor da temperatura. Esta, através dos anos, devido à intensa verticalização e impermeabilização do solo, aumentou de maneira danosa seus índices, comprometendo o conforto ambiental e em última instância a qualidade de vida de todos os bairros da capital. Da mesma forma que o desenvolvimento predatório destruiu o verde, por um processo antrópico, o homem reconstrui a vegetação através de uma ação refletida, transformando-a em bem cultural, objeto de tombamento.89

O panfleto acerca das comemorações enfatiza a unicidade de cada bairro, porém destaca a história do Jardim América e a estende aos demais. As restrições de limites e às formas de construir implantadas pela City, em seus terrenos, foram impostas também ao loteamento do Jardim Europa, mas não aos dois outros bairros. Seus traçados também não foram inspirados no do Jardim América, mas a ação de tombamento agregou-os. A valorização do meio ambiente, da arborização de rua, contestada na Ação Popular e também debatida pela Comissão Técnica, por não ser motivo suficiente para um tombamento — que assim se restringiria apenas ao Jardim América — acabou por sustentar que se tombasse toda a área e todos os bairros fossem nivelados à condição de áreas verdes. Isso desconsiderou completamente a história do bairro, embora ela tenha sido lembrada no discurso do texto impresso no panfleto. A história do Jardim América foi, portanto, tragada pelo tombamento...

de toda a área, à qual foi imputada outra história, porém não aquela construída a partir do bairro que havia sido planejado pelo inglês Barry Parker. Inventou-se, desde essa época, uma tradição para a região conhecida hoje como a dos “Jardins”. Todavia, essa tradição, sem que se tenha percebido, igualou os “bairros-jardins” e reconheceu a intervenção da Companhia City (mencionada noutra passagem por Carlos Lemos), que conferiu ao Jardim América sua condição de bairro-jardim “à moda brasileira”.
Considerações finais

O bairro pode ser uma ilha dentro de uma cidade, mas também uma espacialidade integrada ao todo da urbe. Isso dependerá da relação que o morador houver estabelecido com o lugar. Sob esta premissa procuramos mostrar a trajetória do bairro Jardim América incrustado na cidade de São Paulo. Foi o primeiro de uma série de bairros loteados pela Companhia City, com o intuito de ocupar a considerável área que esta empresa dispunha no perímetro urbano.

Suas características originais para a época, procedente da concepção Cidade Jardim, despertaram a atenção dos habitantes da cidade que estavam em busca de um lugar para morar, que fosse agradável e que suas posses permitíssem. Não tardou para que seu desenvolvimento chamasse a atenção da própria Cia City e de outras empresas urbanizadoras, no sentido de reproduzir loteamentos similares.

Dessa forma, o padrão estabelecido pela empresa com a participação de Barry Parker, acabou por imperar dentro da própria City, a prova disto foi o planejamento do Alto da Lapa, Alto de Pinheiros, entre outros inúmeros loteamentos por ela projetados com a mesma proposta. Porém sem a existência de jardins internos, visto que não havia boa aceitação a essa originalidade, mesmo que este fosse o mote condutor de loteamentos a respeito de bairro-jardim na Inglaterra, como visto no caso de Hampstead. A aceitação das áreas internas nas cidades da Europa estava mais ligada aos estreitos laços estabelecidos com a natureza, bem diferentes no caso de São Paulo, onde a materialidade da própria cidade, a transformara em um canteiro de obras.
A Companhia City tinha uma preocupação com o padrão de planejamento que desenvolvia, além da rigidez das relações comerciais que travava, trabalhou para que seu nome estivesse vinculado aos bairros que planejava de modo a ser referenciada como aquela que produzia bairros com qualidade nos projetos oferecidos tanto de traçado como paisagísticos. Esse procedimento consolidou a empresa no mercado.

Seu primeiro bairro, o Jardim América, distinguiu-se das outras localidades em razão de ter sido o primeiro com traçado curvilíneo e jardins internos, arborização de ruas em integração com a das residências, praças, cercas vivas oferecendo ao morador e ao transeunte uma paisagem acolhedora.

Esses atributos renderam-lhe, ao longo da sua história, uma intervenção a qual respondeu pela perda de sua atipicidade, os jardins internos. No entanto, esse fator não impediu que continuasse a ser referenciado como o típico bairro-jardim projetado por Barry Parker. Em razão das áreas contíguas terem assimilado sua simetria ou parte dela e a copiosa vegetação, formou-se um grupo de bairros com similaridades. A harmonia que os marcava e a qualidade de vida assegurada em razão da própria condição do lugar, possibilitou a alta concentração de renda, a qual passou a ser mais um fator de comunhão nesta região.

Esta constituição propiciou o coroamento do Jardim América como bairro-jardim e quando foi integrado ao grupo de bairros com qualidades similares acabou por estender a eles os seus atributos. Mas por outro lado, perdeu essa singularidade na integração assimilando, dessa forma, as prerrogativas de loteamento impostas pela Companhia City quando eliminou os seus jardins internos. Toda a sua trajetória foi marcada por inferências significativas no projeto que o qualificou como bairro-jardim planejado por Barry Parker.
No entanto, esses “percalços” não foram levados em consideração no momento de reservar na memória e na história do bairro, sua origem primeira.

O tombamento de toda a região, ao final da luta da comunidade do bairro Jardim Europa e a reboque o América, demarcou uma outra espacialidade conhecida como “Jardins”. Este processo demonstrou, pela forma como transcorreu, que não era importante para a comunidade do Jardim América saber quais os marcos históricos que estariam construindo para si. Tampouco o tipo de patrimônio que se preservava, visto que, embora o parecer técnico da Comissão do Condephaat, no decurso do processo nº 23.372/85 aconselhasse o tombamento de algumas residências para preservar a memória e a história do bairro, a investigação para determinar quais residências seriam tombadas, não se realizou. Ainda que a arquiteta Silvia Wolff,1 em seu pronunciamento, em cerimônia de comemoração do aniversário do bairro Pacaembu, enfatizasse a importância de selecionar residências para serem tombadas e perguntasse aos moradores presentes, o que pretendiam fazer em relação a suas casas, não obteve resposta. Sua fala foi seguida de total silêncio, mesmo os burburinhos, cessaram. Sendo assim, o que procuramos mostrar ao longo desta pesquisa foi a contribuição do Jardim América para formar mais uma camada do pergaminho da história e da memória do bairro, mas também da cidade de São Paulo. Também de demonstrar que a Concepção Cidade Jardim ao ser aplicada no Brasil, adaptou-se a sua realidade, como ocorreu em outros países. Além disso, de enfatizar que esta concepção, em nosso caso, distanciou-se muito da proposta inicial de Ebenezer Howard, contudo, aqui tenha sido um caso à parte, já que Parker veio a serviço de uma empresa de capital inglês, cujo objetivo era explorar as terras brasileiras. Mesmo que inicialmente tenha sido um morador menos abastado a residir no bairro, pode ter enriquecido, visto que

1, promovido pela cia City e a Sajep em 2002.
São Paulo era a terra das oportunidades e se não o deixou juntou-se âqueles que para lá se mudaram no momento em que ele havia se tornado um chamariz para os ricos.

Buscamos salientar, sobretudo, a forma como foi produzida a história do bairro e como se eternizou um passado que se pretendeu preservar, não porque houvesse alguma importância em preservar uma história, mas porque há subterfúgios capazes de criar outra historicidade quando esta se faz necessário. No caso deste bairro entrou em cena a região, arborizada, limpa, central e o que soube escolher, defender direitos e mostrou como ninguém, como se constrói o passado que se quer. O ponto alto dessa demonstração está nos argumentos que vieram a referendar a sacralização da área dos Jardins em monumento patrimonial, a partir da inserção do discurso ambientalista na reivindicação de tombar. Esta estratégia revelada em um momento histórico em que somente os muito esclarecidos poderiam dela usufruir, vem reforçar que o planejamento de uma cidade, ou de uma área, se realiza de acordo com a vontade daqueles que detêm o saber a respeito dos vários interesses que envolvem-na. Essa mesma perspicácia se revelou na forma como se conduziu o processo final do tombamento do bairro Jardim América, posteriormente “Jardins”. A mesma estratégia marcou a história do bairro desde o seu projeto urbanístico para se consolidar ao seu final com o tombamento.

Neste momento, ao finalizar esse trabalho, posso dizer que ao inicia-lo, no primeiro capítulo, levantei um problema, entre outros que foram debatidos no decorrer deste trabalho, qual seja, se o bairro Jardim América estava mais para a concepção de bairro-jardim que caracterizava as cidade-jardins de Ebenezer Howard ou aqueles bairros americanos que foram implantados a partir dessa concepção mas falharam. Finalmente poderia afirmar que o Jardim América, ao ser caracterizado um bairro jardim brasileiro trilhou os mesmos caminhos dos bairros americanos, ou seja, está longe de ser um bairro
dentro da concepção Cidade Jardim, pois desvirtuou completamente a proposta daquela concepção, mesmo que tenha tido seu primeiro planejamento feito pelas mãos de Barry Parker.